



GEOBIOCENOSE COMO EPISTEME SERTANEJA CERRATENSE:

Geografia Complexa das Territorialidades do Grande Sertão mineiro e suas
Veredas

JUZÂNIA OLIVEIRA DA SILVA BRANDÃO

Universidade de Brasília – UnB

Brasília, 11 Junho de 2025.



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

GEOBIOCENOSE COMO EPISTEME SERTANEJA CERRATENSE:
Geografia Complexa das Territorialidades do Grande Sertão Mineiro e suas
Veredas

Juzânia Oliveira da Silva Brandão

Tese de doutorado apresentado ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia do
Departamento de Geografia da Universidade
de Brasília, para fins de obtenção do título de
Doutora.

Brasília, DF: 11 de Junho / 2025



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

GEOBIOCENOSE COMO EPISTEME SERTANEJA CERRATENSE:
Geografia Complexa das Territorialidades do Grande Sertão Mineiro e suas
Veredas

Juzânia Oliveira da Silva Brandão

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Tese de Doutorado

Brasília, DF: 11 de Junho / 2025



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

GEOBIOCENOSE COMO EPISTEME SERTANEJA CERRATENSE:
Geografia Complexa das Territorialidades do Grande Sertão Mineiro e suas
Veredas

Juzânia Oliveira da Silva Brandão¹

Tese de Doutorado submetida ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutora em Geografia, área de concentração Geografia Regional, opção Acadêmica.

Aprovado por:

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho (Instituto de Ciências Humanas - Geografia – UnB) (Orientador)

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro

(Instituto de Estudos Socioambientais – Universidade Federal de Goiás)
(Examinador externo)

Prof. Dr. Nilson César Fraga

(Geografia - Universidade Estadual de Londrina) (Examinador externo)

¹ Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Participante do Laboratório de Estudos Avançados do Território - LEAT, da Pós-graduação em Geografia da Universidade de Brasília.



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Profª. Dr.^a Marutschka Martini Moesch

(Centro de Excelência em Turismo- UnB) (Examinadora externa)

Prof. Dr. José Sobreiro Filho

(Instituto de Ciências Humanas - Geografia – UnB) (Suplente)

Brasília-DF, 11 de Junho de 2025



BRANDÃO, JUZANIA OLIVEIRA DA SILVA

GEOBIOCENOSE COMO EPISTEME SERTANEJA CERRATENSE: Geografia Complexa das Territorialidades do Grande Sertão Mineiro e suas Veredas, 284 p., 297 mm, (UnB-ICH - Geografia, Doutora, Geografia Humana; Geografia Regional; Geografia da População, 2025).

Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Humanas - Geografia.

1. Territorialidade

2. Sertão Cerratense

3. Geografia Complexa

4. Geobiocenose

I. UnB-ICH - GEA

II. Título (série)

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

Juzânia Oliveira da Silva Brandão

À Maria Helena e aos dela. À Alexia, à Gabriela e ao Matheus.

AGRADECIMENTOS

Essa foi uma caminhada coletiva, contou com a presença de antigos amores, amigos e, como em todo percurso novo, com novas descobertas e muitas pessoas queridas em lugares inesquecíveis.

Início assim os agradecimentos ao meu amado esposo Matheus Kaiser e aos amores mais profundos da minha vida, Gabriela e Alexia. Não posso deixar de agradecer a minha querida mãe, Maria Helena, e meu querido pai, Jurandir (e esteja aqui representados todos seus descendentes e agregados).

Quanto ao caminhar acadêmico, agradeço imensamente ao querido orientador e amigo Fernando Sobrinho, aos professores que tive o prazer de dialogar, conviver e aprender. Deixo aqui um registro especial aos professores que acompanharam de perto minha escrita e compuseram minha banca de qualificação, Marutschka Moesch e José Sobreiro Filho, e que retornam para minha defesa. Estendendo o agradecimento aos professores Eguimar Chaveiro e Nilson César Fraga pelo aceite e a extraordinária contribuição na minha defesa de tese.

Acompanharam-me também nessa travessia duas amigas amadas Juliana Fernandes e Thamiris Andrade, companheiras de escrita e de aventura. Ao amigo de escrita Leandro Mello.

Em campo, tenho muito a agradecer ao Elson Barbosa por nos guiar nos gerais mineiros e que nos apresentou a pessoas incríveis, dentre eles, as pessoas de Buraquinhos (especialmente o senhor João José Teixeira e a senhora Maria de Lourdes e sua família que nos acolheu de forma tão gentil), do Morro do Fogo (onde fomos recebidos com muito carinho no festejo de São Sebastião), de Serra das Araras. Agradeço também aos mobilizadores de ações a favor do sertão mineiro e sua permanência (ONGs e comunidades), ao pessoal do escritório do ICMBio local, prefeito atual de Chapada Gaúcha, Rone Rodrigues, pela oportunidade de diálogo. Por fim, e de fundamental importância, à CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior que me concedeu bolsa e que viabilizou os meus estudos e pesquisa².

A vocês o meu sincero agradecimento e estima.

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Quem tem vontade, já tem a metade.

Provérbio citado por Maria Helena da Silva³

Me gusta verlos pintarse de sol y grana / Volar bajo el cielo azul /
Temblar súbitamente y quebrarse / Nunca perseguí la gloria /
Caminante son tus huellas el camino y nada más / Caminante, no hay
camino se hace camino al andar. [...] Golpe a golpe, verso a verso.

Antonio Machado⁴

Penelope controla o tempo: tece a trama da eternidade. Ulisses controla o espaço: monta a Figura da totalidade. Dois estilos complementares da vontade de absoluto: imobilidade morna e melosa, mobilidade fria e seca. E a mesma esterilidade. Uma só neurose: equilíbrio homeostático. Medo de viver. Vontade de morrer.

Félix Guattari⁵

Se, no entanto, o teórico e o seu objeto específico forem vistos como formando uma unidade dinâmica com a classe oprimida, de modo que a sua apresentação das contradições sociais não seja apenas uma expressão da situação histórica concreta, mas também uma força dentro dela para estimular a mudança, então sua verdadeira função emerge.

Max Horkheimer⁶

³ Minha amada mãe.

⁴ Machado (2010).

⁵ Guattari (1996, p. 287).

⁶ Horkheimer (2002, p. 215).

RESUMO

A intenção inicial era de interagir, dialogar com a seguinte tríade: unidade de conservação; comunidades tradicionais; e as territorialidades ali existentes. Assim, foi lançado o desafio de pesquisar sobre: o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, tendo o prazer de aproximação da literatura rosiana e todos os amantes dela que conhecemos nesse percurso. Há aqui, uma interpretação da Geografia como ciência complexa que dialoga com a Filosofia e a Ecologia, sendo ainda atravessada pela literatura rosiana. Nesse contexto, estarão presentes teóricos como Santos (1987, 1996, 2006, 2007, 2009, 2017); Morin (2003; 2015a; 2015b; 2011; 2016; 2017); Haesbeert (1997; 2007; 2021; 2024); Moreira (2024); Porto-Gonçalves (2001, 2002, 2006); Chauí (1980) Deleuze e Guattari (1997); Althusser (1985); Jonas (2006); Cruz Hernández (2017); Silva (2024); Uexkull (2004), entre outros. Em decorrência, aproximamos das populações cerratenses sertanejas, sendo é aqui ressaltado são suas ligações com o território habitado, fonte ampla de conhecimento territorializado, conceituado como Geobiocenose. Foi também identificado a intrusão de fatos recentes, dispositivo sistêmico do agrocultivo exportador, implantados na região impactando diretamente a paisagem do Cerrado entrecortada por chapadões, serras, brejos e rios. Por fim, distingi-se entre o Uso do Território miltoniano e territorialidade, sendo esta, principal característica da ação ética com o território habitado e da cidadania responsável.

Palavras-chave: 1.Territorialidade; 2.Sertão Cerratense; 3.Geografia Complexa; 4.Geobiocenose

RESUMEN

La intención inicial era interactuar y dialogar con la siguiente tríada: unidad de conservación; comunidades tradicionales; y las territorialidades que allí existen. Así que el desafío fue investigar: el Parque Nacional Grande Sertão Veredas, con el placer de acercarnos a la literatura de Rosiana y a todos los amantes de ella que encontramos por el camino. Se trata de una interpretación de la Geografía como ciencia compleja que dialoga con la Filosofía y la Ecología, y que también está atravesada por la literatura de Rosiana. En este contexto, estarán presentes teóricos como Santos (1987, 1996, 2006, 2007, 2009, 2017); Morin (2003; 2015a; 2015b; 2011; 2016; 2017); Haesbeert (1997; 2007; 2021; 2024); Moreira (2024); Porto-Gonçalves (2001, 2002, 2006); Chauí (1980) Deleuze y Guattari (1997); Althusser (1985); Jonas (2006); Cruz Hernández (2017); Silva (2024); Uexkull (2004), entre otros. Como resultado, nos acercamos a las poblaciones sertanejas del *Cerrado*, y es aquí donde destacamos sus vínculos con el territorio habitado, una amplia fuente de conocimiento territorializado, conceptualizado como Geobiocenosis. Identificamos también la intrusión de los recientes agrocultivos sistémicos de exportación, implantados en la región, que impactan directamente en el paisaje del *Cerrado*, intercalado por *Chapadões*, Sierras, *Brejos* y ríos. Por último, identificamos la distinción entre la teoría de Santos sobre el Uso del Territorio y la territorialidad, siendo esta última la principal característica de la acción ética con el territorio habitado y la ciudadanía responsable.

Palabras clave: 1.Territorialidad; 2.Sertão Cerratense; 3.Geografía Compleja; 4. Geobiocenosis

ABSTRACT

The initial aim of this thesis was to engage and establish a dialogue with the following triad: protected areas, traditional communities, and the territorialities present therein. So the challenge was set to research on the Grande Sertão Veredas National Park, with the enriching experience of approaching the writings of Guimarães Rosa and many admirers of his literature, we encountered along the way. This study offers an interpretation of Geography, as a complex science, that takes a dialogue with both Philosophy and Ecology, while also crossed by Rosian literature. Within this framework, this work draws on theoretical contributions from authors such as Santos (1987, 1996, 2006, 2007, 2009, 2017); Morin (2003; 2015a; 2015b; 2011; 2016; 2017); Haesbeart (1997; 2007; 2021; 2024); Moreira (2024); Porto-Gonçalves (2001, 2002, 2006); Chauí (1980) Deleuze e Guattari (1997); Althusser (1985); Jonas (2006); Cruz Hernández (2017); Silva (2024); Uexkull (2004), among others. As a result, we have come closer to the sertanejo peoples of the Cerrado, highlighting their deep connections with the inhabited territory, a broad source of localised knowledge, here conceptualized as Geobiocenosis. The present study also identifies the intrusion of recent systemic processes related to export agrobusiness, which have been implemented in the region, and have directly impacted the Cerrado landscape, that is marked by plateaus called Chapadões, mountain ranges called Serras, wetlands called Brejos and rivers. Finally, a distinction is drawn between Milton Santos concept of “Land Use” and “territoriality”, the latter being understood as a key expression of ethical action with the inhabited territory and of responsible citizenship.

Keywords: 1. Territoriality; 2. Cerrado backland; 3. Complex Geography; 4. Geobiocenosis

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Teoria da Complexidade: Princípios do Pensamento que Une	6
Figura 2: Primeiro Circuito Epistemológico do objeto de estudo	25
Figura 3: Sistema Geo-eco-organizador	31
Figura 4: Concepção complexa de Território	37
Figura 5: Minas Gerais - Divisão política brasileira com destaque a influência da rede urbana estadual da capital Belo Horizonte	50
Figura 6: Redefinição das Macrorregiões do Brasil	53
Figura 7: Participação dos maiores contribuintes ao PIB nacional	53
Figura 8: Mesorregiões mineiras	56
Figura 9: Participação no PIB (2017) estadual por mesorregião	58
Figura 10: Norte de Minas – Composição do PIB	58
Figura 11: Noroeste de Minas – Composição do PIB	59
Figura 12: Mesorregiões mineiras focais.....	59
Figura 13: Cerrado e as Regiões Hidrográficas brasileiras	68
Figura 14: Chapada Gaúcha – pirâmide etária	69
Figura 15: Sobrevoos sobre o objeto Parque Nacional Grande Sertão Veredas - PNGSV.....	73
Figura 16: Território – Da anomalia do dispositivo Sistêmico Capitalístico ao simbólico-afetivo.	77
Figura 17: Si ideológico	82
Figura 18: O não-Si ideológico	82
Figura 19: Jogo das Interações no Espaço Geográfico.....	85
Figura 20: Localização do contexto regional do Parque Nacional Grande Sertão Veredas – Minas Gerais e Bahia.....	86
Figura 21: Biomas brasileiros em redefinição e suas bordas	88
Figura 22: Arranjos populacionais e biomas	89
Figura 23 : Contexto geoespacial da região de estudo	90
Figura 24: Sombra cega da razão	94
Figura 25: As marcas da financeirização no uso do território circundante ao PNGSV	100
Figura 26: Uma aproximação nas fronteiras limítrofes do PNGSV	101
Figura 27: Da zona urbana de Chapada Gaúcha ao PNGSV – percurso para a trilha Morro Três Irmãos	102

Figura 28: Cronologia da criação de municípios mineiros.....	106
Figura 29: Região Norte e Noroeste de Minas – Município de Paracatu (1927)	108
Figura 30: Região Norte e Noroeste de Minas – Destaque ao município de Januária (1927)	109
Figura 31: Município de São Francisco (1927).....	110
Figura 32: Serra das Araras e comunidades circundantes	112
Figura 33: Infográfico das comunidades radiais à Vila de Serra das Araras.....	113
Figura 34: Percurso à Comunidade Buraquinhos a partir da zona urbana	119
Figura 35: Mapa desenhado por Poty, impressos na orelha da 2ª edição de Grande Sertão: Veredas	126
Figura 36: Fragmento de manuscrito de Guimarães Rosa sobre roteiro da boiada.....	140
Figura 37: Percurso do Caminho da boiada de 1952.....	142
Figura 38: “Cartografia Rosiana”	144
Figura 39 : Configurações múltiplas socioespacial cerratenses não-urbanas.....	147
Figura 40: O território literário rosiano	153
Figura 41: Informe do Correio da Manhã, 02 de setembro de 1962	160
Figura 42: Revista Módulo Brasil Arquitetura (RJ) – 1955 a 1986	161
Figura 43: Fundação Ruralminas expressa no território.....	163
Figura 44: Impressões gaúchas no uso do Território.....	164
Figura 45: Réplica de chimarrão instalado no centro da praça principal – gestão municipal 2021-2024	165
Figura 46: Segundo Circuito Epistemológico	170
Figura 47: Relação territorial Origem-Fluxo.....	184
Figura 48: Articulação dialética do conhecimento Geobiocenótico.....	187
Figura 49: Unidade complexa originária da Geobiocenose.....	193
Figura 50: Geobiocenose - esquema cognitivo reorganizador	195
Figura 51: Geobiocenose - origem interpretativa	196
Figura 52: Espiral de interação Geobiocenótica.....	198
Figura 53: Fundamentos da Geobiocenose.....	201
Figura 54: Geobiocenose – o <i>Oikos</i> Geográfico.....	203
Figura 55: Processo de conhecimento geográfico da concepção ontológica.....	203
Figura 56: Circuito tetralógico	210
Figura 57: Pressuposto da ética em Hans Jonas	213
Figura 58: Circuito de religação ética	218

Figura 60: Pintura da Vereda do Feio em Serra das Araras	220
Figura 59: Eco(biosocio)logia complexa do sujeito territorializado cerratense	221
Figura 61: Visibilidade ao território do sertanejo cerratense	235
Figura 62: Registro sobre o nascer do sol por Guimarães Rosa.....	237

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Formação de Vereda na trilha Dois Irmãos no PNGSV.	21
Foto 2: Festejo de São Sebastião na comunidade Morro do Fogo	40
Foto 3: A multiplicidade das paisagens mineiras	55
Foto 4: Vereda às margens do Rio Pardo - território quilombola de Buraquinhos	63
Foto 5: Portão de entrada de Cordisburgo – MG	64
Foto 6: Rua do Museu Casa Guimarães Rosa	65
Foto 7: Uma representação da homogeneidade do agronegócio	66
Foto 8: Vereda quase morta.....	67
Foto 9: Circuito do Jogo das Interações ao se transformar e se desenvolver	84
Foto 11: Rio Urucuia	89
Foto 10: Vereda Catarina em Serra das Araras	91
Foto 12: O impacto das finanças nos territórios – CBA (2023)	98
Foto 13: Claridade provocada por incêndio no PNGSV	103
Foto 14: A complexidade do Parque Nacional Grande Sertão Veredas.....	116
Foto 15: Paisagens de sistemas biodiversos cerratenses – PNGSV (esquerda) e PESA (direita)	117
Foto 16: Paisagens no trajeto entre a zona urbana de Chapada Gaúcha e Comunidade Buraquinhos.....	120
Foto 17: Vão dos Buracos – Buraquinhos	121
Foto 18: Técnicas e saberes no Quilombo Buraquinho	122
Foto 19: Técnicas artesanais na região do PNGSV	122
Foto 20: Vereda (Cabeceira de drenagem em vales) próxima a comunidade Morro do Fogo.	123
Foto 21: Vereda próxima a comunidade Morro do Fogo, caminho para Serra das Araras.	125
Foto 22: Moradia entre a Comunidade Morro do Fogo e a distrito Serra das Araras	129
Foto 23: Caminho para a comunidade Morro do Fogo – Próximo a Serra das Araras	136

Foto 24: O Sertão mineiro também retratado por Rosa como “Gerais”	138
Foto 25: Guimarães Rosa em prosa com os companheiros de travessia	141
Foto 26: Vistas do Museu Casa Guimarães Rosa.....	143
Foto 27: Almoço coletivo para festejo religioso – Comunidade Morro do Fogo	145
Foto 28: Festejo de São Sebastião na comunidade Morro do Fogo	148
Foto 29: Altar na igreja São Sebastião em celebração ao santo em Morro do Fogo.....	150
Foto 30: O Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Chama Crioula.....	165
Foto 31: Alguns exemplos de mídias registradas	172
Foto 32: Formações socioterritoriais cerratenses que antecedem a demarcação municipal de Chapada Gaúcha – MG.....	175
Foto 33: Canga de carro-de-boi na comunidade Buraquinhos.	178
Foto 34: Oikos e Territorialidade	183
Foto 35: Área da cozinha externa da casa de Dona Maria de Lourdes	207
Foto 36: Agrofloresta da área externa circundante a cozinha	208
Foto 37: Progressão dos plantios.....	208
Foto 38: Carne seca e farinha – técnicas para prolongar o armazenamento alimento.....	209
Foto 39: A complexa sabedoria dos sujeitos territorializados.....	215
Foto 40: Religação ética territorializada.....	217
Foto 41: Expressões de Territorialidades sertanejas cerratenses.....	231
Foto 42: Ação dos sistemas técnico-científicos urbanos no uso do território	233

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: PNGSV em contexto com o município de Chapada Gaúcha - MG	16
Mapa 2: Diversidade hídrica da região circundante ao PNGSV e ao PESA.....	115
Mapa 3: Complexidade Sociobiodiversa dos coletivos próximos à Serra das Araras.....	128
Mapa 4: Entre territorialização e territorialidades	174
Mapa 5: Expressões do Território Usado e das Territorialidades Sertanejas Cerratenses	229

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Número de deputados por estado na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional (2022).	54
Quadro 2: Minas Gerais – Subdivisões em mesorregiões	57
Quadro 3: PNGSV – Principais normativas legais	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Impressões comerciais dos serviços urbanos em Chapada Gaúcha – MG	70
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BA - Bahia

BR – Rodovia brasileira

CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAA-NM - Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais

CAUSA – Colonizadora Agrícola e Urbanizadora S/A

CBA – Congresso Brasileiro de Agroecologia

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DETEL - Departamento Estadual de Telecomunicações

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

GO - Goiás

GSV – Grande Sertão Veredas

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MG – Minas Gerais

MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

Parna – Parque Nacional

PESA – Parque Estadual Serra das Araras

PIB – Produto Interno Bruto

PNGSV – Parque Nacional Grande Sertão Veredas

REGIC - Região de Influência das Cidades

RJ – Rio de Janeiro

RURALMINAS - Fundação Rural Mineira – Colonização e Desenvolvimento Agrário

SEAPA – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SEDA - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário

UC – Unidade de Conservação

UF – Unidade da Federação

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE FOTOS	x
LISTA DE MAPAS	xi
LISTA DE QUADROS	xii
LISTA DE TABELAS	xii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xiii
INTRODUÇÃO	1
SEÇÃO 1	
DA ORDEM À DESORDEM DO TERRITÓRIO DO GRANDE SERTÃO MINEIRO E SUAS VEREDAS	21
1.1 O ESPAÇO GEOGRÁFICO COMPLEXO: MULTIDIMENSIONAL E INSEPARÁVEL	22
1.2 DA INTERAÇÃO ORGANIZACIONAL E CONCEITUAL AO OBJETO GEOGRÁFICO	33
1.2.1 Por uma outra concepção de território	33
1.2.2 Aproximações conceituais geográficas necessárias: território usado, região e paisagem	41
1.3 DA NATUREZA ONTOLÓGICA DO TERRITÓRIO À PRODUÇÃO DO PARNA GRANDE SERTÃO VEREDAS	49
1.3.1 Veredas Mortas: o impacto no uso do território dos sistemas tecno-científicos	65
1.3.2 Jogo das interações: a necessidade de superação ideológica para aproximação do objeto PNGSV e PESA	79
1.4 A FORMA-CONTEÚDO DA REGIÃO DO GRANDE SERTÃO MINEIRO E SUAS VEREDAS	85
1.5 O ESPAÇO E O TEMPO QUE ATRAVESSAM A REGIÃO DO PARNA GSV EM TRAVESSIA PARA SERRA DAS ARARAS	103
1.5.1 Os (aquitórios) territórios hídricos cerratenses	113
SEÇÃO 2	
REORGANIZAÇÃO COMPLEXA DO TERRITÓRIO: A TERRITORIALIDADE DO SERTANEJO CERRATENSE (ROSIANO) E O USO DO TERRITÓRIO	125
2.1 SERTÃO: UM CONCEITO GEOGRÁFICO	130

2.2 A LITERATURA SERTANEJA COMO FORÇA DO LUGAR: A TRAVESSIA E O DESVENDAR DE EXISTÊNCIAS OUTRAS	136
2.3 DA LITERATURA À TERRITORIALIDADE DO SERTANEJO CERRATENSE	145
2.4 UM OUTRO TERRITÓRIO (NÃO)CERRATENSE	158
2.5 TERRITORIALIDADES SOCIOBIODIVERSAS DO GRANDE SERTÃO CERRATENSE	167
2.5.1 A realidade que perpassa a territorialidade sertaneja cerratenses	168
SEÇÃO 3	
DA GEOBIOCENOSE À CIDADANIA RESPONSÁVEL COMO DIREITO AO TERRITÓRIO	178
3.1 A UMA EPISTEME ORGÂNICA GEOGRÁFICA A PARTIR DA TERRITORIALIDADE	180
3.2 O CONCEITO DE GEOBIOCENOSE: UM PERCURSO EPISTEMOLÓGICO SINGULAR	184
3.2.1 De Althusser à proposição do conceito de Geobiocenose	188
3.2.2 Geobiosenose: um conceito geográfico interdisciplinar	192
3.3 A COMPLEXIDADE GEOGRÁFICA COMO OIKOS DA GEOBIOCENOSE	199
3.4 VIVER O GRANDE SERTÃO CERRATENSE: A GEOBIOCENOSE IDENTIFICADA NAS COMUNIDADES CERRATENSES TERRITORIALIZADAS	205
3.5 A CIDADANIA RESPONSÁVEL E O DIREITO A EXISTÊNCIA TERRITORIALIZADA	212
3.5.1 A ética das comunidades geobiocenóticas cerratenses	216
CONSIDERAÇÕES FINAIS	221
REINTRODUÇÃO	226
REFERÊNCIAS	240
ANEXOS	250
ANEXO I: Relatórios de pesquisas em campo	250
Relatório compactado das pesquisas em campo	250



INTRODUÇÃO

A problemática aqui analisada se fundamenta na ausência de conceitos representativos que possibilita a invisibilização de coletivos e práticas sociais complexas em favor de discursos, de lógicas anteriormente constituídas por interesses unilaterais e unidimensionais. E que de forma simplificadora e simplista desconstruem toda e qualquer possibilidade de existência e permanência de grupos sociais não hegemônicos.

Assim, intenciona-se apontar objetos e significações, índices, capazes de, através de ações do sujeito situado, transcender o saber-fazer subserviente - no caso de algumas narrativas recorrentes exógenas -, para apontar os sujeitos do lugar como protagonistas do desenvolvimento e do bem-estar social local, por meio da biodiversidade do território e seu uso responsável, cidadão.

Transcender é necessário, em especial ao se tratar da racionalidade comprimida e estratificada dos instrumentos cartesianos que diluem e corroem nossa ciência contemporânea, toda complexidade e constructo intelectual centrado, preferencialmente, nas epistemologias do Sul: América Latina e África. Realidades essas que para serem compreendidas, carecem ser acessadas através de um conjunto de símbolos e códigos específicos desses territórios marcados por sucessivas contradições e conflitos. Acelerados pelo processo de globalização, enquanto fenômeno geográfico polimorfo, diverso e perverso ou, como preferimos designar aqui, o processo da invasão neocolonial e toda a repercussão que dele se intensificou.

Apresentamos, aqui, um caminho de diferente perspectiva a fim de comunicar os fenômenos ontológicos que surgem nas relações Geobiocenóticas dos sujeitos territorializados, locais, originários. O desafio, como escrita, é transformar o corpo de saberes desses sujeitos em uma comunicação científica da dimensão desse fenômeno, o que se compreende a partir do conceito da Geobiocenose, ou seja, a tecitura entre o meio natural e o cultural, também dos sujeitos do tradicional, dos múltiplos fios que interconectam, desconectam os corpos biocenóticos do local ao global, conhecimento sobre o espaço circundante do sujeito territorializado.

Convocamos, como unidade representativa do real, os territórios diversos na região circundante ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas, ou seja, a delimitação geoespacial que remete, especialmente, a transposição da obra rosiana em territorialidades: O Parque Nacional Grande Sertão Veredas, corpo territorial designado a partir da interpretação subjetiva dessa obra literária; e o Distrito de Serra das Araras em conjunto com as comunidades tradicionais situadas nas proximidades deste distrito, essência sociobiodiversa expressa na literatura rosiana. Isso para trazer o método teórico interpretativo que, a partir da metodologia qualitativa que por vezes utilizará dados quantitativos, apreenda a dinâmica territorial complexa que se invoca a partir do simbólico rosiano⁷, atravessando-se assim para uma outra linguagem.

O território, por vezes, apesar de estar pré-disposto sob a gestão de um Estado ou Nação que se pretende ser una, por vezes, desvincula-se de sua territorialidade uma vez que pode ser facilmente submetida a influências diversas, externas, como exemplo cito práticas como o *e-commerce*, entidades organizacionais de extensão global, políticas globais comuns, convenções internacionais, capital estrangeiro, interação global por meio da internet.

Neste contexto é possível perceber a proporção e o poder que essas forças externas impõem no âmbito do território nacional, local, exercendo sua tutela e domínio em questões que vão desde a superficialidade do que está na “moda”. Todas as implicações de consumo aqui embutidas, até questões delicadas como os parâmetros utilizados para a leitura de expressões territoriais outras, o global uno querendo dar conta do pluralismo a partir de sua perspectiva limitada. Isso não seria diferente com o legado material e simbólico, ou como designa-se aqui, memória materializada ou simbólica originado a partir da Geobiocenose.

⁷ Por vezes, essa referência à obra de João Guimarães Rosa também aparece com a designação de roseano.

É constante a presença de estigmas hierárquicos nas sociedades dos países que herdaram socialmente as cicatrizes da colonização europeia do que se denomina como início da globalização mundial. Essa situação é predominante em praticamente todas as relações que estabeleçam algum tipo de contato, seja ele físico ou ideológico, sempre haverá uma tensão entre os expostos, tensão está estabelecida e, por vezes imposta, por aqueles que creem deter poder sobre os demais.

Assim, faz-se necessário romper com a supremacia hierárquica que, por séculos, foi usada como via de favorecimento e de exclusão, de ditaduras do que esses favorecidos julgavam como “certo e errado”, “bonito e feio”, “possível ou passível de realização”. Dualidades simplistas que não dão conta da representação do diverso, seja de América ou de África. Esses dois singelos substantivos próprios ainda não fazem jus a multipluriculturalidade e biodiversidade existentes e resistentes nessas singelas analíticas coordenadas geográficas.

A dimensão do corpo, por hora, não consegue se expor a tal magnitude territorial, restringe-se a exposição e leitura de um território representativo que permeia entre real e seu duplo, entre o prático e seus símbolos, entre o concreto e a total abstração literária.

Logo, surgem as primeiras questões: Como identificar a lógica reducionista e discursos cada vez mais segregadores que só extingue a diversidade de vida? Como expressar a geografia presente na obra rosiana e interfecundá-lo na leitura do território existencial dos sujeitos ali territorializados? Como pode a literatura fictícia rosiana, que se inspira na realidade do sertão mineiro, ser mais difundida e ter mais apelo sociocultural que a própria existência social e ambiental? Até que ponto a obra literária pode ser reavivada para fortalecer os povos a preservação ambiental? Quais são as estruturas de poder público e privado que assinam esse espaço analisado? Quem são os grupos sociais silenciadores e os silenciados, sujeitos invisibilizados, seja pelo discurso técnico-científico, seja pela inercia dos agentes localizados do discurso? Seria possível potencializar o saber-fazer dos sujeitos territorializado e os tornar protagonistas do desenvolvimento e bem-estar social local por meio do uso responsável da biodiversidade do território? Como superar o retrocesso do fazer irracional humano a partir de uma ética da responsabilidade que oriente e se faça presente no agir do presente e futuro?

Respostas essas que seguirão de forma desmembradas nessa escrita. Entretanto, questões outras irão sendo introduzidas no teor do texto, com o passar de sua construção, uma vez que a ciência não está presente só na estrutura do aqueduto que se eleva acima do rio, mas também na água que corre sob e sobre ele.

A tese a ser desenvolvida empenha-se em capturar, no instante geográfico visitado e revisitado, as características Geobiocenóticas presentes na região circundante ao Parna Grande Sertão Veredas. Há aqui a mistificação do lugar pela literatura rosiana, no esforço de deslocar o discurso competente capitalístico do centro da retórica desenvolvimentista, cedendo lugar ao cidadão responsável, aquele que realmente deveria deter direitos, os sujeitos que vivem “no” e “o” território. Assim como esse, percebe-se o padecimento e transformações nos usos do território, muitas vezes ausentes de uma ética da responsabilidade.

Desta forma, essa tese estrutura-se em três seções, em que a primeira aborda o *status quo* do objeto de estudo, designada a partir das especificidades: a composição espacial de influência desmembrando-se desde a análise do estado mineiro, de forma superficial; até a aterrissagem ao espaço circundante, cerne desse estudo; e suas relações com os sistemas técnico-científicos que se apropriam do uso do território. Situação espacial onde se insere o Parque Nacional Grande Sertão Veredas (Parna GSV). Uma leitura sobre o espaço geográfico, aparentemente ordenado para, posteriormente, desordená-lo diante dos aspectos sobre sua composição, formação, vivência e afetividade. Assim, (des)ordenar o território do Grande Sertão e suas Veredas, norte e noroeste mineiro desde a natureza do espaço geográfico à expressão simbólica rosiana, presente neste contexto geoliterário que compõe e representa territorialidades.

Na segunda seção pretendemos reorganizar a complexidade do território analisado, adentrar na penumbra das simbologias e usos, desde o real mesclado com a literatura rosiana. Nessa interação capturar seus signos, suas assinaturas, suas ações geradoras de saberes, logo, a diversidade que compõe o sertão cerratense. Também se inclui a inserção dos componentes exógenos, a intrusão de sistemas técnicos, que se impõem a esse território, produzindo interações e conflitos fronteiriços, por vezes presentes nas divisas físicas, por vezes nas divisas simbólicas.

Já na última seção, buscamos estratégias a conceber o conceito de Geobiocenose e interpretá-lo em contexto de territorialização por meio da cidadania responsável e o direito inerente ao território, onde inserimos a relevância e necessidade de delinear, por meio do cidadão responsável territorializado, a dinâmica de saberes que serão reinterpretados como conhecimento geográfico a partir do ecossistema em que se insere. O esforço aqui é superar a ditadura economicista do ideal atual de desenvolvimento, que precisa ser responsabilizada pelas mazelas impostas, e dar visibilidade ao que foi forçosamente colocada a sombra dessa ditadura, devolvendo esse artifício fragmentário acadêmico a sua devida Caixa de Pandora.

Entendemos que só conseguiremos avançar e superar a crise ética que vivemos se voltarmos as nossas lentes e projeções ao que é realmente importante, as mais distintas formas de vida e que essas possam ser desenvolvidas em sua plenitude, neste caso, a geobiocenose brasileira, em contexto latino-americano pós-invasão e exploração por grupos europeus.

A exploração abre desdobramentos ao diálogo, a fim de respeitar a contribuição teórica e de método que se produziu a partir de civilizações anteriores, pois a generalização nem sempre reproduz fielmente o objeto generalizado. Assim, não se pode escapar da tentativa de exprimir a realidade, contexto espaço-temporal, e a forma de construir conhecimento desta pesquisa. Aqui, retorno a Henri Lefebvre (1991, p. 22) quando menciona que a “história é o movimento de um conteúdo, engendrando diferenças, polaridades, conflitos, problemas teóricos e práticos, e resolvendo-os (ou não)”. Como a totalidade é sempre uma concepção inalcançável, obrigo-me a expor parte dessa mesma realidade por meio de um método, ou seja,

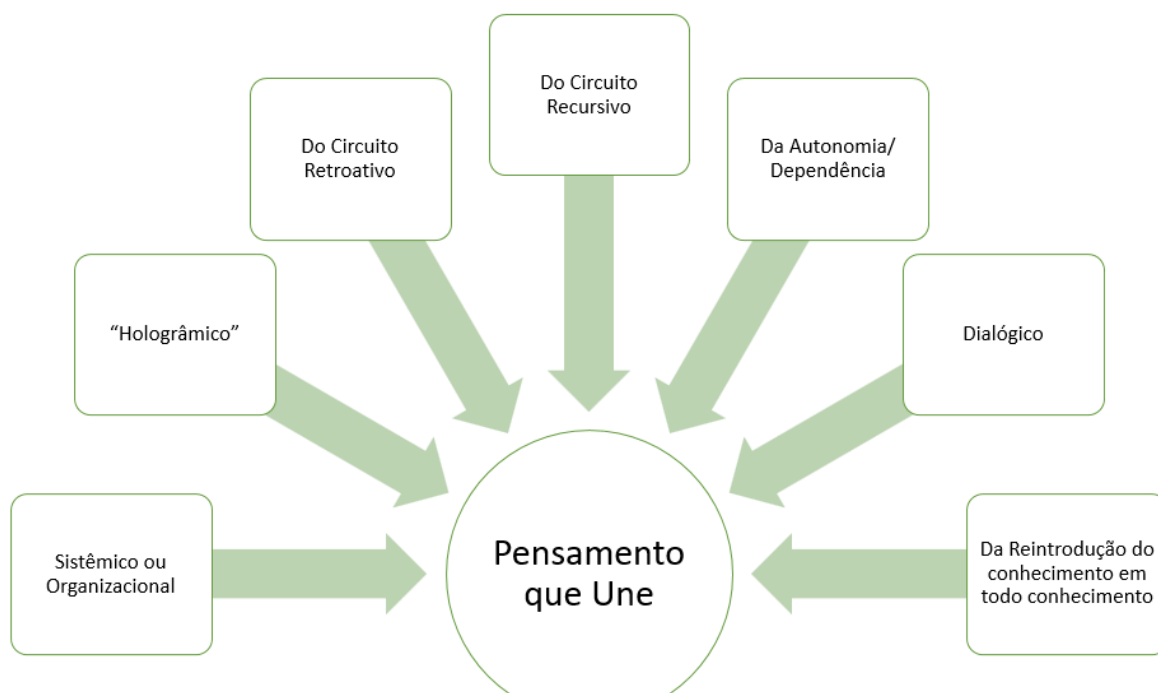
A consciência da forma, do movimento interno do conteúdo. E é ‘próprio conteúdo’, o movimento dialético que tem em si, que o impele para frente, incluída a forma. A lógica dialética acrescenta, à antiga lógica, a captação das transições, dos desenvolvimentos, da ‘ligação interna e necessária’ das partes no todo. Ao mesmo tempo, mostra a ligação, sua necessidade, e ‘a origem imanente das diferenças’, ou seja, segundo Lênin, ‘a lógica interior objetiva’ do desenvolvimento e a ‘luta das diferenças polarizadas’. (Lefebvre, 1991, p. 21).

Como uma espécie de recurso dialógico entre Hegel (teoria do direito e do Estado) e Marx (suporte da racionalidade na classe operária, tese de luta entre vida e morte), intenciona-se um certo nível de recursividade com o método dialético. Este, que preserva o caráter germinativo a se relacionar e interagir com as concepções de realidades outras, centradas na ética biocêntrica.

Em um movimento histórico da antiga teorização lógica à captação transicional em face do plano ontológico. Tal qual fez Marx ao negar a teoria hegeliana, emancipando-se para constituir um novo constructo a partir da realidade que se materializava diante do seu contexto, aqui também se busca uma outra reorganização que possa melhor se adaptar a materialidade do real que compõe a trajetória latino-americana, em especial, a brasileira.

Esta construção científica é fruto de uma interpretação que tenta se lançar para além da fragmentária metodologia científica, tal qual propõe Edgar Morin, a fim de ser compreendida como uma estratégia de pensamento complexo que deve levar em seu cerne a desordem e a desintegração, assim como “relativizar a ordem e a desordem, nuclear o conceito de organização, operar uma reorganização profunda dos princípios que comandam a inteligibilidade”, (MORIN, LE MOIGNE, 2000, p. 136). Assim, inspira-se nos sete princípios morinianos (fig. 1), diretivas interdependentes e complementares, a um pensamento que tende a unir em torno de uma problemática, conforme figura que se segue.

Figura 1: Teoria da Complexidade: Princípios do Pensamento que Une



Fonte: Adaptado a partir de Morin (2003).

Aqui, Morin apresenta a necessidade de reforma do pensamento a compreender o conhecimento das partes integrada ao todo e esse todo representado, em sua essência, nas partes, reconhecer e examinar fenômenos em seu contexto multidimensional que possa reconhecer e tratar realidades que, simultaneamente, compartilham solidariedades e conflitos, além de respeitar o diferente e, concomitantemente, reconhecer a unicidade do pensamento que também se faz “tecido junto”, tecitura base do pensamento complexo.

Abordagem capaz de reestabelecer a aptidão geral a expor e aproximar os mais diversos problemas contemporâneos em sincronia com princípios organizadores que possibilitem a conexão entre saberes e seus respectivos sentidos. Pensamento que comporte a dúvida para incluir o adequado uso da dedução, indução, lógica, arte de argumentar e discutir. Ao ponto de atingir a serendipidade, “arte de transformar detalhes, aparentemente insignificantes, em indícios que permitam reconstituir toda uma história” (Morin, 2003, p.23). Processo que organiza o conhecimento a partir de princípios e regras, opera através de ligação e de separação, análise e síntese, sendo sempre circular a interrogar e refletir sobre a condição humana e sobre os grandes problemas da vida.

Com isso, enfrentar a incerteza no conhecimento que deriva de três outros princípios: o cerebral, o físico e o epistemológico, situação convidativa a conhecer e pensar, a dialogar com essa mesma incerteza. Ao tratar da interpretação procedimental da realidade, tradução do conhecimento geobiocenótico em científico, abre-se aos imprevistos de forma a elaborar estratégias que se baseiam em “decisões iniciais de desencadeamento, [...] em decisões sucessivas, tomadas em função da evolução da situação, o que pode provocar modificações na cadeia, e até na natureza das operações previstas” (MORIN, 2015a, p. 250). As estratégias permitem novas construções, desconstruções, reconstruções a partir da caótica realidade “em função dos acontecimentos, dos riscos, dos contra-efeitos, das reações que perturbam a ação” inicial.

A arte estratégica aqui expressa nasce na subjetividade de um ser e suas experiências, observações, em um primeiro plano de exposição corporal, a existência em uma sociedade sulamericana, mais precisamente, brasileira, de origem nordestina, de constituição cultural e de afeto consubstanciada em uma grande família tradicionalmente sertaneja.

Dentro desta ontologia, impregnada na construção ideológica de todos aqueles que me precederam em toda a trajetória relacional e de aprendizado, compondo uma subjetividade acadêmica neste estudo metamorfoseado onde o objeto desta pesquisa está também em travessia. Nasce na composição territorial do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, inspiração da obra rosiana. Porém, atualmente, esse Parque não representa a complexidade geográfica representada na literatura de Rosa, isso só será possível, a partir da imersão da territorialidade das populações locais circundantes ao Parque Estadual Serra das Araras. Aqui sim, a literatura rosiana carrega todo seu potencial sociobiodiverso.

A estratégia⁸ central adotada nesta pesquisa é:

- a. Produzir e criar informações além de organizar e interagir representações sobre o Espaço Geográfico complexo do norte e noroeste mineiro, atravessado pela obra literária Grande Sertão: Veredas, e contrastar territorialidades sociobiodiversas em situação de cidadania responsável.

Essa estratégia de conhecimento se desdobrará em:

- i. (Des)Ordenar o território do (Parna) Grande Sertão Veredas, norte e noroeste mineiro: da natureza do espaço geográfico à expressão simbólica rosiana, presente neste contexto geoliterário que compõe e representa territórios;
- ii. Reorganizar, descrever, interpretar as territorialidades que compõem a região imediata do PNGSV e a intrusão de sistemas técnicos incorporados ao uso do território;
- iii. Desenvolver o conceito de Geobiocenose e interpretá-lo em contexto com a territorialização a partir da cidadania responsável e o direito inerente ao território.

Expor o corpo ao mundo é estimulá-lo a capturar, interpretar, codificar, reagir, de forma natural ou consciente as informações que brotam do solo e ecoa no espaço geográfico a partir da receptividade dos sentidos e decodificação cognitiva. Compreender o mundo é inteiramente um processo subjetivo que, por vezes, é interseccionado por padrões comuns de interpretação simbólicos e ideológicos das ruínas civilizatórias e do recorte espaço-temporal que este corpo é exposto.

⁸ Na Teoria da Complexidade é utilizada estratégias onde habitualmente, na composição do estudo científico, utilizar-se-ia objetivos, uma vez que aquela se orienta pela ação, pela compreensão da mutabilidade e imprevisibilidade do objeto diante a realidade em que se instala.

A fim de cumprir tal exposição o material aqui apresentado foi produzido a partir de quatro pesquisas em campo, sendo elas:

- i. Setembro de 2022⁹: a intenção estratégica foi realizar uma primeira aproximação com a região imediata do objeto de estudo além de estabelecer e formar contatos. A saída de Brasília pela BR 030, passando por Formosa (GO), entrando na BR 479 para Cabeceiras (GO), Arinos (MG) e, enfim, Chapada Gaúcha (MG). Além da zona urbana deste município, houve a visita à zona rural, contemplando o Parque Nacional Grande Sertão Veredas e a comunidade de reminiscência quilombola Buraquinhos;
- ii. Janeiro de 2023: com a estratégia de contextualizar o estado de Minas Gerais, tendo por percurso a saída de Brasília pela BR 040, passando por Belo Horizonte até a zona rural de Piedade de Caratinga. Já no retorno, houve passagem no município de Cordisburgo, cidade de nascimento e infância de João Guimarães Rosa;
- iii. Agosto de 2023: tendo como estratégia conhecer um pouco mais sobre a região do Vale do Rio Urucuia, o percurso realizado foi de Brasília pela BR 030, passando por Formosa (GO), entrando na BR 479 para Cabeceiras (GO), Arinos (MG) e, por fim, a MG 202 para Urucuia (MG), até a margem do Rio Urucuia na zona rural;
- iv. Janeiro de 2025¹⁰: A estratégia aqui foi conhecer e dialogar com personalidades do urbano e do não-urbano além de identificar territorialidades e expressões da sociobiodiversidade presentes na região circundante ao Parque Estadual Serra das Araras. A saída de Brasília aconteceu pela BR 030, passando por Formosa (GO), entrando na BR 479 para Cabeceiras (GO), Arinos (MG), Chapada Gaúcha (MG) até Vila da Serra das Araras.

⁹ Pesquisa em campo financiada por edital do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 2022.

¹⁰ Pesquisa em campo financiada por edital do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 2025.

Também utilizamos a análise do discurso rosiano como representação de territorialidades, atendo-se aos elementos imaginários e ficcionais da literatura dispostos na realidade, ou seja, transpor tais elementos tendo como suporte a semiótica da imagem como categoria de análise. Isso, a fim de lê-las como signos, também produtoras de conteúdo. A exemplo pode-se citar: mapas, figuras, fotografias, gráficos, dentre outras. Entende-se que, tal qual em Santaella e North (1998), a figura carrega em si um significante visual, responsável por remeter a um determinado objeto referente, este ausente, evocando no observador um significado ou a ideia do objeto, figura mental, imaginação.

Para tal construção, refuta-se os enclausuramentos, abre-se, com um objetivo direcionado e livre, ao pensamento complexo que anseia ultrapassar a superfície do fenótipo social e desdobrar para além da claridade na fissura, poder adentrar sua sombra a fim de descobrir, adaptar e compreender o, ainda, intransponível.

Acrescido a teoria, tem-se as interpretações impostas pela empiria que se apresenta na forma de espaço físico e simbólico expresso pelo Grande Sertão: Veredas de João Guimarães Rosa, seja na implantação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas - PNGSV, seja na carga histórica, quase mística, que essa obra envolve os ritos culturais nas regiões nesta pesquisa previamente designadas. Ou será o oposto? Que os ritos e cultura regional aflorou na escrita rosiana? Ou seriam ambos? Todas essas possibilidades se sobrepõem e se expressam, constantemente, no objeto aqui analisado.

Em uma breve pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) (2024), ao relacionar as palavras-chave “geografia” e “literatura brasileira”, resultou-se em um total de 357 trabalhos, destes, as dissertações de Mestrado pontuam 224, já as teses de Doutorado representa 118, enquanto estudos na área Profissionalizante apresenta 12 pesquisas. Todas essas em várias áreas de conhecimento, vinculadas principalmente aos programas de Geografia, Economia, História, Administração e Educação. Agora, em ordem decrescente das cinco que tiveram um resultado mais significativo, esses programas estão alocados nas seguintes universidades: Universidade de São Paulo (41); Universidade Federal de Minas Gerais (25); Universidade de Brasília (20); Universidade Federal de Pernambuco (17); e Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul (15).

Ao ampliar o número das palavras-chave, acrescentando o autor nesta pesquisa abordado, João Guimarães Rosa¹¹, o número de pesquisas cai para cinco resultados, três dissertações de mestrado e duas teses, estando nos programas de História (3), Geografia - Geografia Humana (1) e Letras (1), nas seguintes instituições: Universidade de São Paulo (2); Universidade Federal de Campina Grande (1); Universidade Federal de Minas Gerais (1); E Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1).

Em uma última tentativa ao relacionar as seguintes palavras-chave: Geografia e Guimarães Rosa, resultaram um total de 28 pesquisas, dissertação de mestrado (17) e tese de doutorado (11), concentradas nas áreas de Geografia e Letras, principalmente nos programas de Geografia (6), História (3), Geografia - Geografia (2), Letras (2), e Literatura e Crítica Literária (2). Centradas principalmente nas instituições: Universidade de São Paulo (4); Universidade Federal de Minas Gerais (4); e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (3).

Cabe aqui ressaltar que o João Guimarães Rosa, apesar de ter sua obra publicada em muitos países, ele nasce no estado de Minas Gerais, tendo uma forte representatividade nas proximidades do seu município de nascença, Cordisburgo.

Esta pesquisa se diferencia não pela análise detalhada da obra rosiana e recuperação da mesma diante a realidade exposta na localidade, mas, ao utilizar a Teoria da Complexidade moriniana, redefine-se a categoria de território que embase e sustente o conceito recém-criado de Geobiocenose. Além disso, retomamos conceitos fundantes para a ciência geográfica como o de Sertão e Território – categorias afins.

Por fim, a literatura é usada como meio sensível para acessar a realidade do objeto estudado em um aspecto simbólico que se interconecta a temporalidade assinada no território além dos saberes ali produzidos.

¹¹ Acrescido a palavra-chave “Guimarães Rosa” pois se acrescido o nome completo do autor, o número de resultados cairia drasticamente, de cinco para dois.

Quanto as formas de obter dados, informações, respostas contidas nas interações presentes nas regiões foram, além da pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas, conversas formais e informais. Somou-se aqui a observação científica decorrente das pesquisas em campo realizadas a compreender, com o corpo submerso no lugar, o conteúdo experiencial e vivencial dos sujeitos e da dinâmica social que ali se apresenta e se representa. Da realidade que se apresenta ao trabalhador comum às ideologias representadas pelos sujeitos da ação e poder: estado, igreja, entidades e entes que ali se fazem existência e resistência.

Inspira-se então na descrição de Gérard Fourez (2002, p. 33) sobre o método científico e sua funcionalidade, em que as “ciências partem da observação fiel da realidade. Depois, a partir dessa observação, extraem-se leis”, mas, diferentemente do que propõe esse mesmo autor, acredita-se que as leis são extraídas dos questionamentos ou problemas anteriores que se formulam no contexto externo ao pesquisador, diante da própria realidade vivida e não a partir de deduções ou hipóteses. Essas podem surgir em um segundo momento, podendo ser utilizadas como estratégias da pesquisa e não como fio condutor basilar.

Somente a observação sensorial organizada e ativa pode ser capaz de captar a interpretação contida na informação obtida e descrita. Neste contexto, o mesmo autor (Fourez, 2002, p.36), acrescenta que a “observação é uma *interpretação*: é integrar uma certa visão na representação teórica que fazemos da realidade”, informar-se “não é receber uma entidade exterior que seria a informação. É interpretar o mundo recebido num universo comum de linguagem (em <um> mundo)”. Assim, a observação científica “implica sempre uma <alteridade> e os outros não deixarão de nos lembrar esse fato se quisermos escapar às significações das palavras, da linguagem, das noções e das teorias (isto é, ao mundo <objectivamente>, ou seja, <socialmente>, instituído)”, logo, a observação só acontece no observador devido a sua exposição naquele “universo comum da linguagem” e sua representação plena só se dará aos que compartilham deste mesmo universo em contexto espaço-temporal.

O que nos orientará como guia será o mosaico de territórios que compõem a região circundante ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas (Parna GSV ou PNGSV), multiplicidade de sobreposições socioculturais que modificam, constantemente, esse objeto geográfico. Interagindo, por vezes como conciliador, por vezes de forma conflituosa, com a biodiversidade local. Situação que é entremeada por sistemas e escalas plurais a impor ou reagir a forças que não podem ser interpretadas na perspectiva fragmentada, que isola os fenômenos decorrentes desse grupo social.

Quanto a nossa trajetória histórica, latino-americana, descrita e impressa no código genético geográfico brasileiro, e por consequência, não sendo diferente nesse contexto socioespacial, somos ainda reflexo do que Achille Mbembe (2016) chamou por “necropoder da ocupação colonial moderna e tardia”, impondo controle físico e geográfico, fronteiras e hierarquias, desde o território até o imaginário cultural, havendo somente a possibilidade de fuga aos que sobreviveram a essa “política da morte” e aos que dela não fosse diretamente beneficiados, os próprios opressores e sua casta do país de origem.

A “ocupação colonial” em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico – inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais. Essa inscrição (territorialização) foi, enfim, equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e, finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais. Esses imaginários deram sentido à instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço; em resumo, o exercício da soberania. O espaço era, portanto, a matéria-prima da soberania e da violência que sustentava. Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado em uma terceira zona, entre o status de sujeito e objeto. (Mbembe, 2016, p. 135).

Mais de meio século se passou e ainda identificamos variações “modernas” desse mesmo necropoder da ocupação colonial moderna e tardia, reflexo direto nos dias atuais, em especial, a partir do período em que foi iniciado a “Marcha para o oeste”. Movimento idealizado e financiado pelo governo federal ditatorial de Getúlio Vargas no final da década de 1930. Essa recolonização interiorana do país, ou seja, a neocolocização, propagou-se também em forma de discurso competente do “desenvolvimentismo” e ocupação das regiões conhecidas como sertão, porção do país ao qual o governo não detinha nenhum controle, a não ser no papel e nas linhas desenhadas ainda no período colonial original europeu.

Para a filósofa brasileira Marilena Chauí (1980), o Discurso Competente se instala nas dicotomias pré-estabelecidas não como se estabelecem, não opostas, e sim complementares e contraditórias, por vezes “dissimuladas pelo jogo das dicotomias nas quais a diversidade imediata é confundida com a diferença real entre os conceitos” (Chauí, 1980, p. 1-2). Esse discurso estabelece que “não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa a qualquer outro em qualquer ocasião e em qualquer lugar”, produzindo como contraface os “incompetentes sociais”, a engendrar verdadeiros simulacros democráticos onde a noção de competência possibilita a opinião pública, sendo necessário a produção de contradiscurso ou crítica para sua efetiva desmontagem.

É a noção de competência que torna possível a Figura da comunicação e da informação como espaço da opinião pública, Figura aparentemente democrática e, na realidade, antidemocrática por excelência, pois ao fazer do público *espaço da opinião*, essa Figura destrói a possibilidade de elevar o saber a condição da *coisa pública*, isto é, de direito à sua produção por parte de todos. (Chauí, 1980, p. 2).

O discurso competente da universalização do particular, do apagamento do diferente e do contraditório para ganhar coerência e potência por ser um discurso lacunar, obtido graças as lacunas, assim, os termos ausentes preservam a suposta veracidade do discurso ideológico. “O discurso competente é o discurso instituído, aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado (esses termos agora se equivalem) porque perdeu os laços com o lugar e o tempo de sua origem” (Chauí, 1980, p. 7).

Outro evento que veio para consolidar o discurso competente desenvolvimentista rumo ao interior do país foi a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, cidade essa que já foi idealizada no apogeu desse mesmo discurso modernista, tentativa de expor todo controle e planejamento, desde as formas arquitetônicas a implementação da própria estrutura física, convenção distópica dos planejadores e executores do que se representava, na realidade, em todo o território nacional.

Fato é que, houve, e há, impacto direto em todo o não-litoral brasileiro, de forma mais acentuada nos grupos e etnias que escolheram o sertão como lugar de morada – indígenas, quilombolas e grupos destes descendentes -, e, como toda ação tem reações múltiplas incididas no território, nos biomas ali existentes – Pantanal, Cerrado, Amazônia e suas respectivas bordas que constituíam verdadeiros santuários de diversidade nativos, específicos das áreas de transição entre biomas.

Como descrito pelo geógrafo brasileiro Aziz Nacib Ab'Sáber, ao se referir a herança paisagística, destaca a formação de processos de modelações antigos, modificados por recentes processos de atuação. Assim, “como é o caso dos velhos planaltos e compartimentos de planaltos do Brasil – os processos antigos foram responsáveis sobretudo pela compartimentação geral da topografia” (Ab'Sáber, 2003, p. 9). Formação mantida, aproximadamente, até o último meio século.

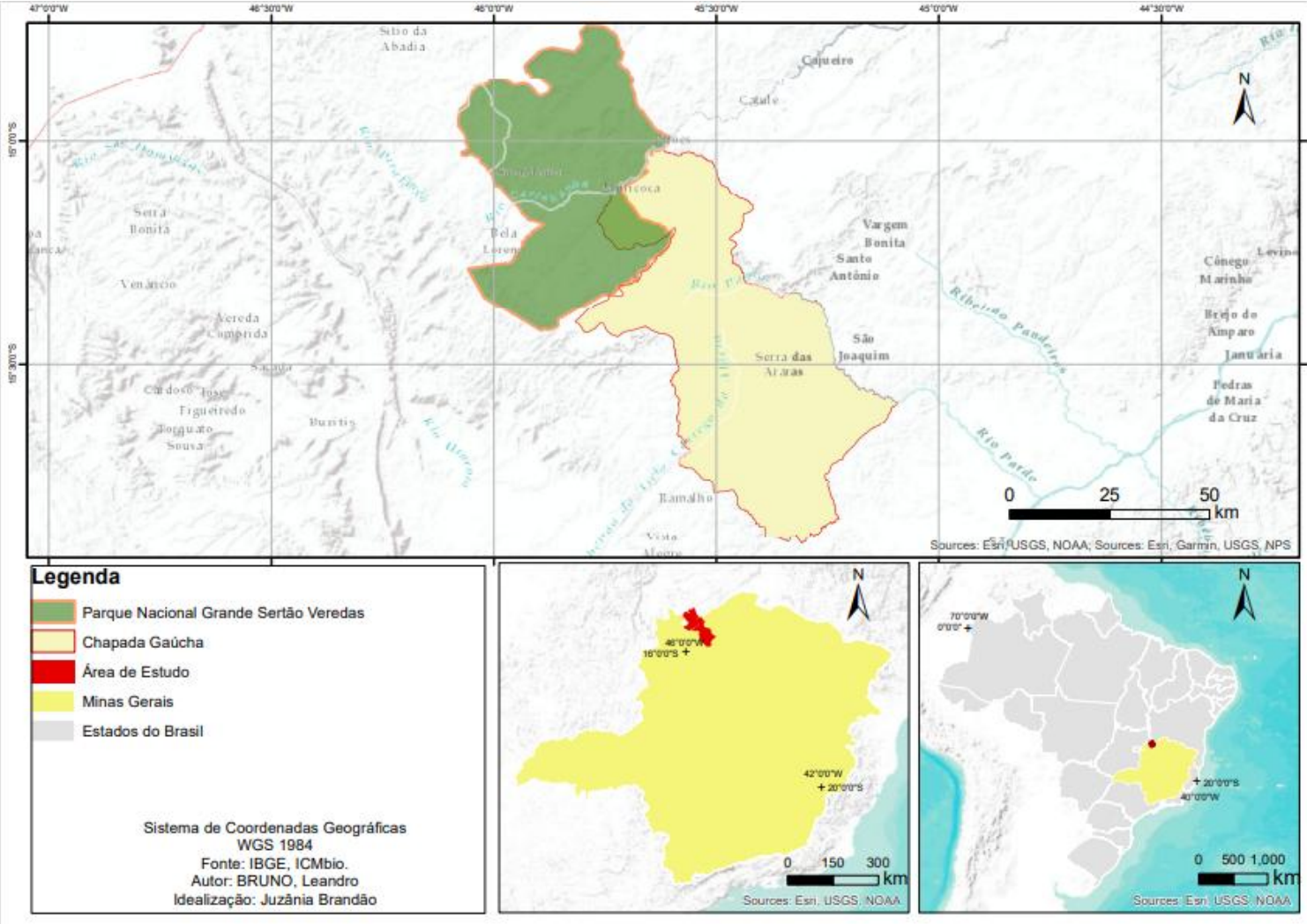
Entrementes, dentro da escala dos tempos históricos - nos últimos cinco a sete mil anos – a despeito de algumas modificações locais ou regionais dignas de registro, tem dominado um esquema global de paisagens *zonais* e *azonais*, mais próximo daquele quadro que ainda hoje se pode reconhecer na estrutura paisagística da superfície terrestre. [...] Mais do que simples espaços territoriais, os povos herdaram paisagens e ecologias, pelas quais certamente são responsáveis, ou deveriam ser responsáveis. [...] Já se pode prever que entre os padrões para o reconhecimento do nível de desenvolvimento de um país devam figurar a capacidade do seu povo em termos de preservação dos recursos, o nível de exigência e o respeito ao *zoneamento* de atividades, assim como a própria busca de modelos para uma valorização e renovação corretas dos recursos naturais. (Ab'Sáber, 2003, p. 10).

Infelizmente, esta última parte do descrito por Ab'Sáber não se configura realidade na maior parte do território nacional, uma vez que o discurso competente fragmentado economicista, referente as forças de produção econômica intimamente associada ao desenvolvimento deformado urbano, repercute para a não consciência da herança paisagística e ecológica brasileira, por vezes se expressando por um modelo “economicista suicida”, na espreita, na aposta em que futuras catástrofes “podem” não ocorrer.

Tal planejamento e execução de geração de capital a curto prazo, deixa sérias cicatrizes nos biomas, em especial, no Cerrado, domínio espacial detentor de “feições paisagísticas e ecológicas integradas” a formar um “complexo relativamente homogêneo e extensivo” (Ab'Sáber, 2003, p. 12) que abriga o objeto de estudo aqui tratado, a região circundante ao Parna Grande Sertão Veredas.

Esta Unidade de Conservação (UC) Federal está inscrita em dois estados nacionais distintos, Minas Gerais e Bahia, faz fronteira com o estado do Goiás a noroeste. Tem seu território em quatro municípios (Arinos, Chapada Gaúcha e Formoso - em Minas Gerais – e Cocos – na Bahia), o único acesso é realizado pelo município de Chapada Gaúcha, por meio do acesso que dispõe de infraestrutura para visitação.

Mapa 1: PNGSV em contexto com o município de Chapada Gaúcha - MG



Fonte: Brandão e Araújo Sobrinho (2025).

Tendo esses elementos como introdutórios, a pesquisa aqui descrita, insere-se no planalto central brasileiro, incorporada no bioma Cerrado, próxima a área de transição entre Cerrado e Caatinga, fronteira entre o norte e noroeste mineiro e extremo oeste baiano. O plano para atingir as estratégias da tese é realizar uma pesquisa com e para as populações tradicionais situadas: município de Chapada Gaúcha; região circundante ao PNGSV; e as populações tradicionais que tem sua origem prévia à instalação desse município.

Assim, utiliza-se de entrevistas com membro do poder municipal – prefeito (janeiro de 2025) – a fim de obter respostas sobre a relação e projetos futuros desse poder público. Também há a escuta das populações tradicionais ali fixadas, além de entrevistas com os integrantes da equipe local do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (setembro de 2022), responsáveis urbanos pela salvaguarda do parque nacional em questão.

Aqui, verificou-se os desafios e conquistas, ações atuais e projetos futuros para essa unidade de conservação. Também se utilizou de conversas informais com membros da população local, tanto na zona urbana, quanto não-urbana, local de instalação das populações tradicionais. Essas “prosas” irão incorporar os resultados aqui obtidos por considerar que esta abordagem é mais comum e menos invasiva no que tange o quesito de formalidade e estrutura quase rígida. Sensibilizou-se aqui que, a conversa informal, a “prosa”, poderia atingir melhor a expectativa das respostas a esta pesquisa.

Todo o conteúdo audiovisual e sensorial é utilizado como meio para obter informações sobre o fenômeno social que compõe a especificidade dessa gnosiologia Geobiocenótica experienciada, inspiração tida em Guimaraes Rosa com suas notas de campo.

Entendemos que esse arcabouço metodológico estratégico nos conduzirá a fim de salientar as potencialidades do território existencial essencial ao desenvolvimento de técnicas à sustentabilidade da região cerratense. Além de registrar o conhecimento geobiocenótico ali expresso, com o intuito de captar ou incentivar tecnologias que tenham potencial de auxiliar na proteção e conservação do Bioma Cerrado frente as fortes pressões e mutações antrópicas.

A partir do estudo preliminar das populações em questão, conduz-se a formulações de problemas e as respectivas análises críticas. Outra via de acesso a essas expressões múltiplas dos sujeitos ali territorializados dar-se-á por meio de figuras, cartografias, produções livres que sintetizem o conhecimento como forma de representação ou reconhecimento dessa realidade experienciada.

Simultaneamente, a travessia acadêmica se faz a partir das leituras embasadas principalmente na concepção de Espaço Geográfico, leitura de contexto brasileiro de Milton Santos. Apoiada na Teoria da Complexidade de Edgar Morin. Conduzida pela interpretação dos conceitos sobre ideologia e discursos competentes de Marilena Chauí e também pela ética da responsabilidade de Hans Jonas. O propósito é de encontrar pontes que possibilitem caminhos para descobertas próprias. Entendemos a literatura como uma forma representativa do real estudado, assim, João Guimarães Rosa e sua obra, Grande Sertão Veredas, tem um papel central nos estudos que nos debruçaremos, justamente por acreditar ter um conteúdo que reflete a essência simbólica do objeto dessa pesquisa.

Essa caminhante se utiliza da Complexidade como aparato cognitivo em sua caminhada, ora sendo apoio estrutural para compreender a complexidade dos caminhos percorridos, ora aliviando o peso morto da racionalidade científica desenraizada na condução de um saber para além dela, uma consciência emancipatória que expressa-se a partir do território que os pés pisam, nessa perspectiva todo o corpo assimila a leitura dessa realidade particular que relaciona-se, constantemente e simultaneamente, com o conjunto em que está inserida.

A construção do texto segue sua base na dialética, como em Pedro Demo (2000), a fim de desafiar-nos, seja no simplificar e, simultaneamente, no complexificar para que possamos nos aproximar do fenômeno estudado, em sua dinâmica complexa, conceber o caos expresso na realidade de forma estruturada, afinal, deve existir alguma ordem na realidade caótica. Assim,

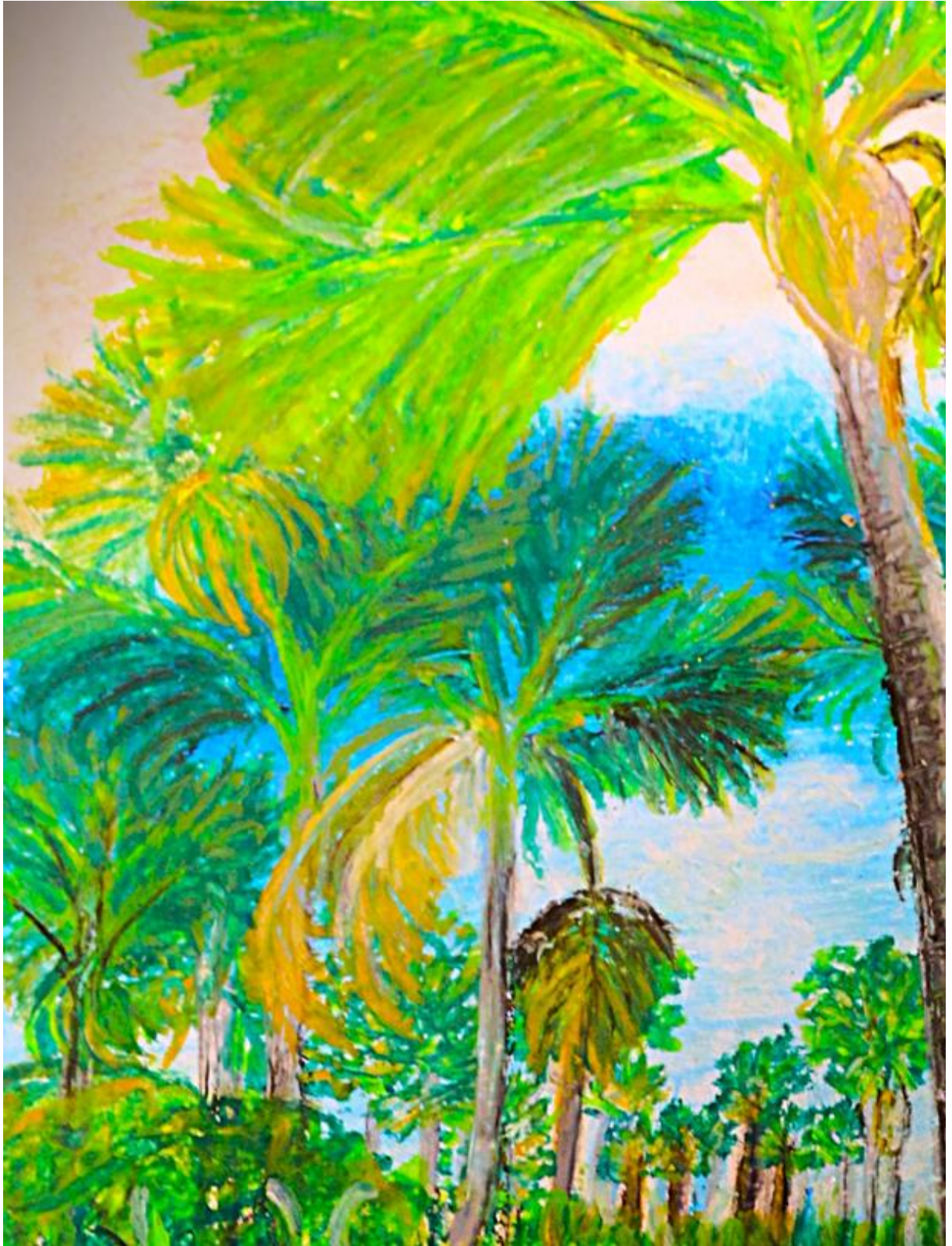
Todo o fluxo flui de certa maneira. Sua flexibilidade é relativa ao que nele é inflexível. Entretanto, a dialética acentua a unidade de contrários: se a flexibilidade é apenas manifestação secundária, passageira, não passa de aparência. Como acreditamos que a realidade é intrinsecamente flexível, só é de veras flexível o que consegue transgredir a inflexibilidade, assim como só é autenticamente dinâmico o que é, a rigor, não totalmente previsível. (Demo, 2000, p.17).

Desta forma, faz-se necessário estruturar, mesmo que minimamente, o caos aparente da região circundante ao Parna Grande Sertão Veredas através de conceitos geográficos em ressonância com conceitos externos a essa mesma ciência, seus signos e suas expressões essenciais do e no território que se faz dinâmico.

Logo, percorreremos três momentos de captura do presente histórico: tese, antítese e síntese - Ser, Nada, Devir. Assim, entendemos que

[...] a Dialética, por trabalhar com opostos não construídos *a priori*, contém sempre um momento que é *a posteriori* e contingente. (...) Dialética é um conhecimento que capta, sim, e representa os nexos necessários e atemporais que às vezes – nem sempre – existem entre as coisas, mas mesmo estes são pensados sempre como a eternidade que se realiza no curso do tempo, como o necessário que se efetiva no processo contingente da evolução. (CIRNE-LIMA, 1997, p. 153-154).

Por ser esse projeto de sistema aberto, acreditamos que está na dialética a força motriz inicial para gerar o movimento necessário entre a pesquisa dos momentos históricos do passado, a leitura do presente e a projeção ao futuro, molduras móveis que sejam compatíveis com o proceder no espaço-tempo a que se pertence, ao entender que a dialética, tal qual em Cirne- (1997, p. 154), abre-se ao incompleto e inacabado da complexidade. Enfim, cabe-nos apenas “pensar o passado contingente, atribuindo-lhe os valores devidos, e projetar o futuro que está em aberto, decidindo sobre o presente”, na busca incessante pela compreensão do contexto atual. É nesse contexto que intencionamos formatar a Geobiocenose em compatibilidade com a cidadania responsável, sem jamais desviar da via dialética e da complexidade que instaura uma dupla influência entre teoria e empiria.



SEÇÃO 1

DA ORDEM À DESORDEM DO TERRITÓRIO DO GRANDE SERTÃO MINEIRO E SUAS VEREDAS

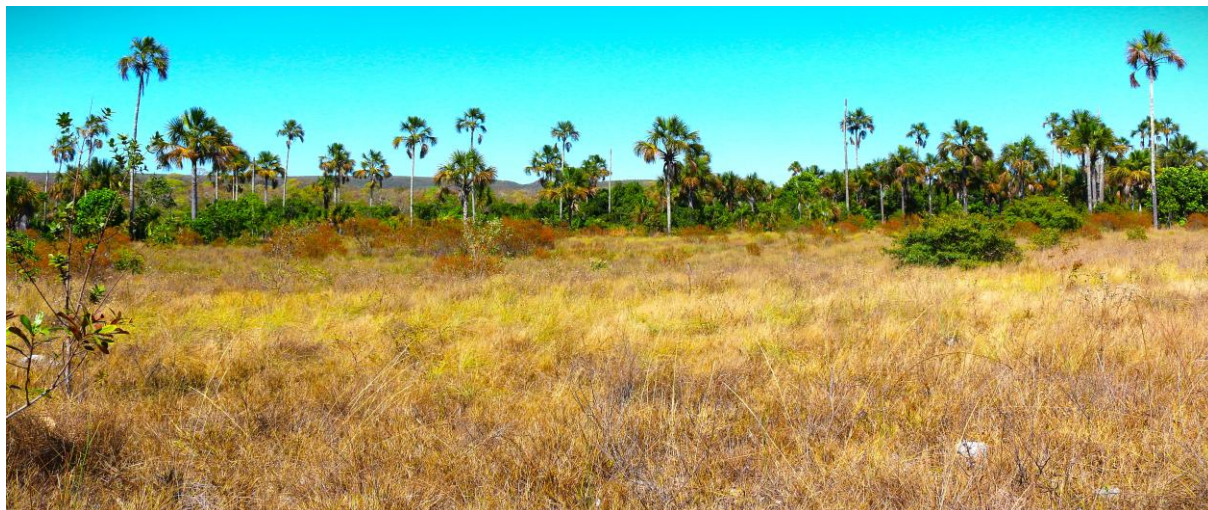


Foto 1: Formação de Vereda na trilha Dois Irmãos no PNGSV.

Fonte: Acervo pessoal (setembro, 2022).

Aqui é Minas; lá já é a Bahia? Estive nessas vilas, velhas, altas cidades... Sertão é o sozinho. Compadre meu Quelemém diz: que eu sou muito do sertão? Sertão: é dentro da gente. (Rosa, 2019, p. 266).

Não se trata de inventar de novo a roda, mas de dizer como a fazemos funcionar em nosso canto do mundo; reconhecê-lo será um enriquecimento para o mundo da roda e um passo a mais no conhecimento de nós mesmos. [...] pensá-la a partir do que somos. (SANTOS, 2002, p.52).

É na esfera supereducada da *intelligentsia* que, neste século mesmo, o Mito tomou forma da Razão, a ideologia camuflou-se de ciência, a Salvação tomou forma de política garantindo-se certificada pelas Leis da História. (MORIN, 2015, p. 16).

1.1 O ESPAÇO GEOGRÁFICO COMPLEXO: MULTIDIMENSIONAL E INSEPARÁVEL

Globo terrestre, o velho continente europeu, a América e África, enfim, o Brasil. Essa parece uma abordagem de aproximação em “zoom” que pode ser silenciosa e tranquila, quase que inerte. Se o fizer em uma aproximação, via satélite, tem-se uma observação estéril, simplista. Porém, ao inserir nesse contexto os sujeitos que ali habitam, experienciam, cada uma dessas dimensões espaciais, percebe-se o ruído constante dessa realidade situada caótica, incessante, pulsante.

Elementos que dão sentido a sequência de atos, ações, transformações, conflitos, inovações. A pluralidade em meio ao caos de múltiplas constituições sociais com implicações diretas no território, seja ele em escala global, continental ou local. Esse é um dos muitos recortes que podem ser feitos para compreender a realidade, ou a situação-momento em que estamos expostos. Não uma única sociedade brasileira, mas um mosaico de sociedades e suas culturas coexistindo simultaneamente, por vezes em isolamento não-urbana - como é o caso de poucas etnias indígenas -, por vezes em emaranhamentos que anseiam serem urbanizados, compositores das regiões metropolitanas. E, claro, entre as bordas existem uma diversificada variação da constituição socioespacial brasileira.

Nesse contexto, como projetar e reverberar a perspectiva local na composição teórica que muitas vezes é centrada em grandes metrópoles corporativas fragmentárias e fragmentadoras?

Milton Santos (2019) ao analisar o caso particular de São Paulo, estado brasileiro fortemente representativo na produção científica nacional, situa a condição do urbano ali presente:

A verdade, porém, é que a situação atual é desastrosa para a maioria da população. As disparidades de renda, a convivência na *urbs* entre capitais dos tipos os mais diversos, o grande fluxo migratório que avoluma a população urbana e exige, cada ano, mais terra equipada, a acessibilidade diferencial aos serviços e aos lugares são causadas de uma valorização também diferencial dos terrenos, justificando uma disputa acirrada entre os agentes sociais e econômicos pelo uso e a propriedade de terra, o que conduz a uma especulação fundiária desenfreada. (Santos, 2019, p. 39).

Logo, surge a dúvida: como uma interpretação de realidade como essa, urbana, pode descrever e representar as singularidades contextuais distintas e múltiplas não-urbanas? Uma vez que, para falar de Brasil, é necessário evocar memórias, tragédias e trajetórias que constitui o diverso brasileiro, não como um sujeito único, mas sim como sujeitos que trazem em sua composição uma tecitura sociocultural de reminiscência espaço-temporal, minimamente, complexa.

Para dar conta dessas múltiplas “Geo-grafias”, (Carlos Walter Porto Gonçalves, 2002), nesse pequeno e limitado espaço de tese, faz-se necessário evocar autores brasileiros, latino-americanos, africanos e europeus, movimento tal qual realizado no “zoom” anterior, porém invertendo-se as escalas, agora do micro ao macro que se converte em uma espécie de vórtice epistemológico espacializado. Este, por vezes, salta da teoria para empiria a fim de oxigenar e territorializar o constructo ontológico aqui exposto.

Nesse contexto, insere-se o que Milton Santos convencionou por dois eixos da dimensão histórico-temporal para a noção da totalidade em Geografia, composta pelo “eixo das sucessões” e o “eixo das coexistências”, formando a “ordem temporal”:

Em um lugar, em uma área, o tempo das diversas ações e dos diversos agentes, a maneira como utilizam o tempo não é a mesma. Os respectivos fenômenos não são apenas sucessivos, mas concomitantes, no viver de cada hora. Para os diversos agentes sociais, as temporalidades variam, mas se dão de modo simultâneo. No espaço, para sermos críveis, temos de considerar a simultaneidade das temporalidades diversas. (Santos, 2008, p. 82).

O tempo interpretado como sucessão de acontecimentos, ou seja, o tempo histórico, cabendo as múltiplas impressões registradas no espaço, a reunir facetas, marcas, de diferentes temporalidades, sendo a ordem espacial reflexo direto da ordem temporal, a fim de coordenar e regular ordens, assinaturas, que se dão de forma exclusiva da situação espaço-temporal particular na região circundante ao PNGSV.

Dessa forma, abordar-se um agrupamento de municípios, situado na porção norte e noroeste do estado mineiro, parte integrante do bioma Cerrado, quase na zona de transição entre esse bioma e o bioma Caatinga, presentes entre Minas Gerais e Bahia. Torna-se imperativo dialogar a parte micro com o todo, não se esquecendo das implicações, das interações e dos efeitos com o todo. A fim de compreender, tal qual em Morin (2003), essa realidade para além da perspectiva fragmentada, compartimentada. Outro desafio é não invisibilizar o conjunto complexo que ela representa, as interações e as retroações entre escalas distintas de análise, além das entidades dimensionais e os problemas ali incorporados.

Para tal, assim como em Lefebvre (1991, p. 78-79), necessitamos, profundamente, de “uma atividade unificadora, de um método de superação dos conhecimentos dispersos. Trata-se, para nós, de reunir racionalmente, lucidamente, a prática e a teoria, o objetivo e o sujeito, a realidade e o ‘valor’” do Ser, “o conteúdo e a forma do pensamento, a ciência e a filosofia, todos os elementos da cultura. Uma tal unificação – que não deve ser imposta de fora, mas provir dos próprios elementos de modo racional e, portanto, livre”. E ainda, perseguir “uma necessidade interna compreendida e dirigida – reclama métodos novos, uma lógica ao mesmo tempo rigorosa e flexível, que se mantenha ao nível do trabalho do pensamento científico”, sem, contudo, fundar-se na separação, na disjunção dos saberes.

Operando assim, ordem, desordem e organização, contemplam o pensamento complexo, logo, estrutura-se de forma para geografizar a complexidade do objeto. Aqui, apreciado via a utilização híbrida e simultânea de categorias essenciais a Geografia, onde a alternância pressupõe o caráter de complementariedade de sentido a partir de seu uso. Parte-se então da desordem contida na realidade caótica em busca da complexidade original de exposição dessa mesma realidade.

Assim, compreende-se que o conhecimento se forma a partir de tradução dos mais variados objetos, empreende-se aqui o esforço de conceber e apresentar os circuitos fundamentais, em sua devida retroação, tal qual em Morin (2016, p.456), das grandes categorias operatórias, concebe-se assim nosso Primeiro Circuito Epistemológico, cuja centralidade está no Sujeito que Conhece, a fim de inspirar a descrição do Espaço Geográfico em interação com a Literatura Rosiana.

Parte-se de duas dimensões teóricas complexas para analisar o objeto de pesquisa: o espaço geográfico e a literatura rosiana. Ambos os componentes se caracterizam por ser uma espécie de “duplo” do real, a primeira como categoria de análise e a segunda como a elemento evocativo ficcional.

No cerne dessas duas dimensões está o sujeito territorializado, ou seja, o sujeito detentor de um conjunto de informações que diante dos parâmetros científicos, ainda não podem ser caracterizados como conhecimento. Para tal, necessita-se da padronização, sistematização, dessas informações em enquadramento linguístico de determinada ciência, sendo esta reprodutora do real.

Figura 2: Primeiro Circuito Epistemológico do objeto de estudo



Fonte: Juzânia Brandão, Fernando Araújo Sobrinho e Marutschka Moesch (2023).

Logo, opera-se, (des)ordena-se, interage-se e organiza-se um composto de categorias e conceitos da ciência geográfica que em contato com o conteúdo ficcional rosiano, possibilita a abertura complexa do objeto: em um primeiro olhar, da relação dual entre Parna GSV e os sujeitos territorializados cerratenses (habitam as proximidades do Parque Estadual Serra das Araras), em uma percepção mais apurada, a relação desses com os sujeitos reterritorializados sulistas e sua reprodução da (des)ordem urbana.

A ordem, a desordem, a potencialidade organizadora, devem ser pensadas juntas em suas características antagônicas bem conhecidas e, ao mesmo tempo, em suas características complementares bem desconhecidas. Esses termos se remetem um ao outro e formam uma espécie de circuito em movimento. Para concebê-lo, é preciso muito mais do que uma revolução teórica. Trata-se de uma revolução de princípio e de método. (Morin, 2016, p.65).

Circuito em movimento que necessita desintegrar para organizar, de descrições que deem conta, simultaneamente, de dispersão e organização, de desordem e ordem. Está na gênese as determinações e as constrições à Ordem, esta que só é acessada através de interações de encontros aleatórios, de efeitos sobre os elementos determinados, em condições fixadas, elementares e fundantes à ordem.

Com a devida circunstância nos aproximamos de Milton Santos (2009) que, ao citar Ernesto Laclau (1990, p. 109), já advertia para a organização, para a ordem e as regras a fim de relacionar objetos e a respectiva realidade existencial da leitura do objeto geográfico:

[...] ler os objetos equivale a reincluí-los no conjunto das condições relacionais. Essas condições relacionais incluem o espaço e se dão por intermédio do espaço. Nesse sentido é o espaço considerado em seu conjunto que redefine os objetos que o formam. Por isso, o objeto geográfico está sempre mudando de significação. É o que Laclau denomina “instabilidade de objetos”. (Santos, 2009, p. 97).

Instabilidade que parte da multiplicidade disposta na realidade de conceitos, categorias e interpretação de autores, geógrafos e não geógrafos, fazendo-nos estabelecer nossas próprias formas de organização, de normas que deem conta da experiência localizada e também do viés político aqui proposto. Guia-se em antecessores potentes, inicia-se pela conceituação central de espaço geográfico do professor Milton Santos (2009), autor de um conteúdo expressivo no que tange a Geografia brasileira e latino-americana. Ele traça a evolução conceitual sobre o espaço geográfico que em uma primeira hipótese é proposta como:

[...] a geografia poderia ser construída a partir da consideração do espaço como um conjunto de fixos e fluxos (Santos, 1978). Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permite ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e seu valor, ao mesmo tempo em que também, se modificam (Santos, 1982, p. 53; Santos, 1988, pp. 75-85). (Santos, 2009, p.61).

Em sua segunda hipótese, apresenta um âmbito holístico:

[...] outra possibilidade é a de trabalhar com outro par de categorias: de um lado, a configuração territorial e, de outro, as relações sociais (Santos, 1988). A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. [...] A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais. (Santos, 2009, p. 62).

Em sua última e atual hipótese, o Santos alvitra:

[...] Nossa proposta atual de definição da geografia considera que essa disciplina cabe estudar o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação que formam o espaço. [...] Para os geógrafos, os objetos são tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. [...] A ação é o próprio homem. Só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade. A natureza não tem ação porque ela é cega. (Santos, 1990, pp. 62; 72-73; 82).

Faz-se rotina, em autores que se debruçam sobre os estudos em Geografia Urbana, terem uma perspectiva antropocêntrica, utilitária e civilizadora. Onde o ser humano se encontra separado dos elementos constituídos e constituintes da Natureza. Isso, talvez, deem-lhes a sensação de propriedade para explorar o tema de forma fragmentária e, assim, objetivamente funcionalista.

Como se essa separação fosse um verdadeiro triunfo da humanidade sobre a natureza, de genialidade e poder humano sobre o mundo natural, caótico. A espera do humano para lhe configurar algum valor, instância máxima do “Homo Faber” (Hans Jonas, 2006), dotado de saberes e técnicas.

O pensamento dominante e hierárquico que se (re)produz no urbano tenta, forçosamente, simplificar e homogeneizar o próprio urbano e o não-urbano. Cabe ainda ressaltar que esse mesmo “urbano” também é uma estratificação conceito-racional para expressar o fato geográfico. Conceito esse originado pela sua exclusão do que não é urbano, ou seja, do que, por sua complexidade, convencionou-se por não-urbano. Porém, esse não-urbano não é uma massa homogênea, ele se faz na pluralidade e diversidade de um constructo entre os componentes físicos, biológicos e sociais que o integram.

A interpretação das diferentes composições socioespaciais, urbanos e não-urbanos, e suas interações que necessitam ser expostas a partir da fluidez e complexidade dela decorrentes. Assim, Manuel Castells (1983, p.39) vai trazer duas características estritamente do urbano: “concentração espacial de uma população, a partir de certos limites ou dimensão e densidade” e a difusão “do sistema de valores, atitudes e comportamentos denominado ‘cultura urbana’”.

É neste contexto que se criam e recriam dicotomias (rural/urbano; agrícola/industrial; desenvolvido/subdesenvolvido; rico/pobre, entre outras), como se pudéssemos extirpar toda a heterogeneidade e singularidades que compõem a diversidade sociocultural existente. De forma mais expansiva, o urbano terá como dicotomia a multiplicidade do não-urbano, tudo aquilo que não se caracteriza como o seu contraditório e complementar, ou seja, o urbano.

Aqui, iremos trabalhar, principalmente, sob o que Castells denominou por “cultura urbana”, ou seja, esse sistema produtor de dispositivos de uma cultura própria, consequência direta da sobreposição sociocultural de sociedades do norte global e capitalistas sobre as demais formas socioculturais existentes. Desta forma,

“É evidente que em tal momento, a problemática da cultura urbana não é mais pertinente. Todavia, esperando uma tal pesquisa, podemos dizer, intuitivamente: que existem determinantes tecnológicos semelhante, que podem resultar em semelhanças de comportamentos; que isto é reforçado pela presença viva de elementos estruturais capitalistas; que as analogias formais dos comportamentos só têm sentido quando referenciadas à estrutura social a qual pertencem.” (Castells, 1983, 135).

Logo, fica evidenciada a necessidade de compreender a historicidade da dimensão e da diferenciação de um determinado grupo social, sendo esse o resultado e expressão de sua própria estrutura social e de suas referentes leis de transformação. Assim, Castells afirma:

[...] *nosso problema*, é saber quais são o lugar e as leis de articulação deste ‘quadro’, quer dizer, das forma espaciais, no conjunto da estrutura social. Mas, para poder tratar desta questão, é necessário primeiro romper a globalidade desta sociedade urbana compreendida como uma verdadeira resultante da história da modernidade. Ora, se é verdade que, para identifica-los, denominamos os novos fenômenos de acordo com seus lugares de origem, temos que a ‘cultura urbana’, tal como a apresentamos, não é nem conceito nem uma teoria. *Ela é, propriamente dito, um mito, já que o narra, ideologicamente, a história da espécie humana.* Consequentemente, os temas sobre a ‘sociedade urbana’, que se fundamentam diretamente neste mito, constituem as palavras-chave de uma ideologia da modernidade, assimilada, de modo etnocêntrico, às formas sociais do capitalismo liberal. (Castells, 1983, 136).

É tal a ideologia que tentaremos minimizar para tratar desse não-urbano, sendo possível, somente a partir da consciência do mito já instalado e profundamente enraizado em nossa concepção acadêmica. Isso ao ponto que consideramos os ritos e instrumentos ideológicos naturais, comuns. Portanto, entende-se como é difícil a menção de formas outras que possibilitam e acessam o quadro socioespacial que constituem os lugares e suas leis, fenômenos que fogem a restrição composta e teorizada a partir da narrativa da cultura urbana.

A invenção do urbano não passa de uma nova forma de hierarquização, de espaços de poder e disputa entre sociedades. Palco de representação de poder constantemente fortalecidos por índices e indicadores dos dispositivos contemporâneos. Reforçando o entendimento sobre os dispositivos de Agambén.

Generalizando posteriormente a já bastante ampla classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o Panóptico, as escolas, a confissão, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder é num certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – por que não – a própria linguagem. (Agambén, 2009, p. 40-41).

Logo, a construção do urbano também se caracteriza como um dispositivo agambeniano que tenta, mas não consegue atingir a tecitura complexa do não-urbano, sendo incapaz de descrevê-lo ou representá-lo devido as suas singularidades e múltiplos contextos representativos.

Situação que amplia a magnitude e dimensão das causas do agir humano. Impactando diretamente, não só o ponto cartográfico de execução dessa mesma técnica, mas operando e reverberando de forma escalonada. Possibilita impactos em diferentes níveis, produzindo o que Hans Jonas (2006) estabelece por “novo problema ético”, nossa insuficiência em reconhecer a ignorância dos mesmos danos quando lhe é conveniente.

Aqui, o reconhecimento dessa ignorância torna-se “o outro” lado da obrigação do saber, cabendo a uma “nova” ética instruir o autocontrole. Partindo da consideração e da condição global da vida humana e do futuro diante das ações antrópicas empregadas. Sendo então necessário recriar uma nova concepção de deveres e direitos, para além da perspectiva religiosa, científica e antropocêntrica da Natureza.

[...] Se a esfera do produzir invadiu o espaço do agir essencial, então a moralidade deve invadir a esfera do produzir, da qual ela se mantinha afastada anteriormente, e deve fazê-la de forma política pública. Nunca antes a política pública teve de lidar com questões de tal abrangência e que demandassem projeções temporais tão longas. De fato, a natureza modificada do agir humano altera a natureza fundamental da política. (Jonas, 2006, p. 44).

O ato, antes isolado geograficamente, reverbera ações e efeitos que podem pôr em jogo a continuidade das diversas formas de vida terrestre. As ações coletivas que assumem características que carecem de uma real medida correspondente quanto a sua eficácia. Estendendo-se na concretude futura, cabendo a implicação e imposição de responsabilidades.

Diante do exposto, questiono-me: a rotação dos planetas e respectivas referências em relação ao sistema solar, objeto de interações geográficas, não é ação da Natureza? Seja lá o que a Natureza for, interpretações e efeitos que cabem análise no âmbito geográfico? Não seria um terremoto uma outra ação? E um furacão?

Talvez não compreendamos sua intencionalidade, a essas ações da Natureza sejamos ignorantes, mas isso não as impossibilita de existirem. Ampliar a análise dos objetos geográficos também sobre as ações da Natureza poderia ser um acréscimo considerável a compreender a realidade complexa. Afinal, já existem países, inclusive na América Latina e Oceania, que discutem e definem a Natureza como sujeito de direitos, exatamente por reconhecer nela um poderoso e vital sistema de ações. O que Morin (2015a) vai conceituar por eco-organização.

[...] a qualidade eco-organizadora mais notável não é manter sem cessar, em condições iguais, por meio de nascimentos e de mortes, o estado estacionário do clímax; é ser também capaz de produzir ou inventar novas reorganizações a partir de transformações irreversíveis que sobrevêm no biótopo ou na biocenose. Assim, aparece-nos a virtude suprema da eco-organização: não é a estabilidade, mas a aptidão para construir novas estabilidades; não é o retorno ao equilíbrio, mas a aptidão de reorganização a reorganizar a si mesmo de novas maneiras, sob o efeito de novas desorganizações. Em outras palavras, a eco-organização é capaz de evoluir sob a irrupção perturbadora do novo, e essa aptidão evolutiva é o que permite a vida não somente sobreviver, mas desenvolver-se ou, antes, desenvolver-se para sobreviver. (Morin, 2015a, p. 51).

Diante do exposto, compreende-se que Santos muito acrescentou, e acrescenta, para a Geografia brasileira e mundial, a partir de sua observação geográfica correspondendo uma escrita potente única, em um determinado espaço-tempo próprio. De forma complementar, aqui há a extensão do espaço geográfico para além de sistemas de objeto e sistemas de ações exclusivamente antrópicas, complementando com as resultantes de outras interações, a fim de compor um método geográfico basilar: entre humanos e humanos; e humanos e extra-humanos.

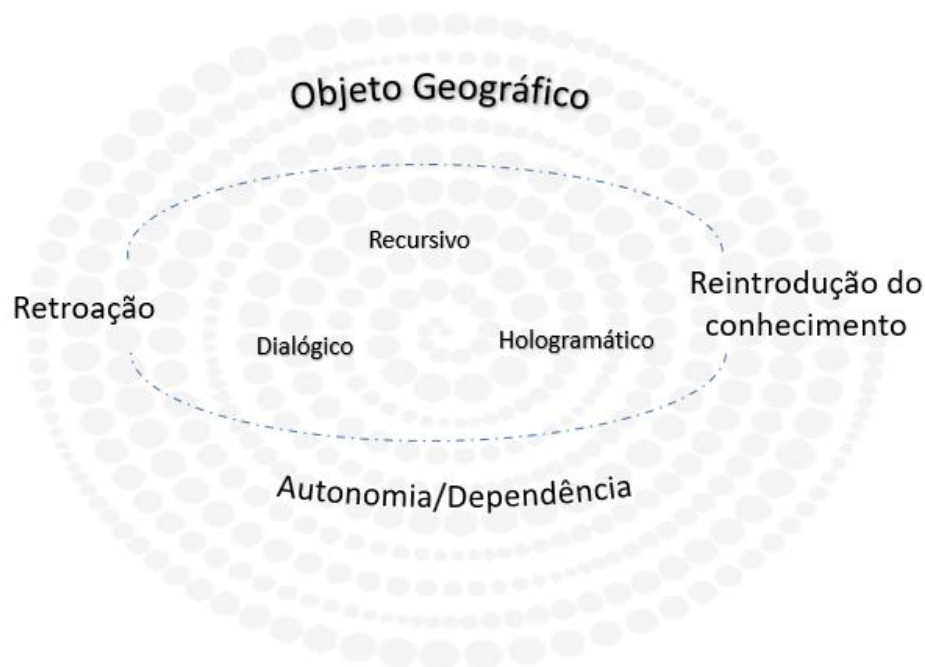
Para evoluir a Geografia e seus objetos, carecemos repensar a Natureza não mais pela interpretação utilitarista que está à disposição da humanidade para ser incorporada a seu bel-prazer. Necessitamos repensá-la para reintroduzir uma interpretação ampliada, dialógica, interdisciplinar, abrangente, a superar as clausuras da ciência pensada para o século XX, ou a este anterior, fazer referência sim, contenção e estagnação não.

Abrangência essa que inclui riscos e incertezas, vazios e lacunas na construção do conhecimento são elementos estimulantes essenciais na fundamentação de estratégias cognitivas, tal qual em Morin (2015a, p. 81), “modos de conhecer através do incerto, da imprecisão do risco. São justamente a incerteza e a ambiguidade, não a certeza e a univocidade, que favorecem o desenvolvimento da inteligência”.

A interpretação ampliada humana de múltiplas e complexas interações, para incorporar e ascender a Geografia a seu próximo nível, o desenvolvimento da versão complexa dessa ciência. Para isso, faz-se necessário correlacionar ordem, desordem e organização, estando o objeto geográfico no *core* desse sistema complexo de interações, incorporando potência ao espaço geográfico milton-moriniano como método.

Para tal, carece-se romper com a hierarquia entre o que se convencionou por razão, afetividade e pulsão, ou até mesmo manter um certo grau de “hierarquia instável” (Morin, 2015b, 105), ou seja, um estado hierárquico, em constante permutação que se faz rotativa entre essas mesmas instâncias. Levando em consideração a relação de complementaridade, de concorrência e de antagonismos. Assim, produzindo efeitos instantâneos de sobreposição ou inibição, em determinado momento, do estado de hierarquia.

Figura 3: Sistema Geo-eco-organizador



Fonte: Elaboração própria a partir de Morin (2016, 2015b, 2003).

O Sistema Geo-eco-organizador possibilita ao objeto geográfico associações complexas e em contexto. Conjunto de elementos para a existência, funcionamento e desenvolvimento da instância geográfica representada que, ao mesmo tempo, também se faz fenômeno organizado. Logo, uma dialógica geral que interrelacione ordem/desordem/organização, análise/síntese, digital/analógico, real/imaginário, causa/efeito, entre outras.

Sistema esse que se utiliza da constante interação e retroação, processos cujos “‘efeitos’ retroagem sobre as suas ‘causas’” (Morin, 2015b, p. 112), desta forma, o circuito recursivo permite conceber autoprodução e auto-organização. Os efeitos ou produtos, simultaneamente, são os causadores e os produtores no e do próprio processo, ou seja, do dinamismo retroativo de produção e de reprodução onde os estados finais são necessários à geração de estados iniciais.

Tudo isso em prol de uma ordem inteiramente nova. A criação que implica em transformação. Neste contexto, “o que existe é marcado pela ecodependência, ou seja, pela autonomia dependente” (Morin, 2016, p. 258). Essa mesma autonomia/dependência instala-se na relação parte/todo, logo, hologramática. Aqui, o todo geográfico complexo inscreve-se em cada singularidade das suas partes, destacando as seguintes características das organizações hologramáticas:

- a) as partes podem ser singulares ou originais, embora dispondo de aspectos gerais e genéricos da organização do todo;
- b) as partes podem ser dotadas de autonomia relativa;
- c) podem estabelecer comunicação entre elas e realizar trocas organizadoras;
- d) podem ser eventualmente capazes de regenerar o todo. (Morin, 2015b, p. 114).

Assim, situar o problema geográfico desde o nível mais micro ao nível macro-organizacional, do patamar sistêmico e analítico até a abertura e a operação para as interretroações organizadoras de onde emergem os fenômenos e fatos geográficos, logo, a complexidade geográfica.

A leitura geográfica que relaciona e interage o biótipo e a biocenose, em um primeiro momento caótico, desordem, que a partir da percepção atenta do observador, em contato com um método, conduzido na transcrição entre teoria e empiria. Faz-se, em um outro momento, ordem. Por fim, em busca de uma organização, concilia-se o objeto geográfico de análise em sua visão complexa, teia de interações do real, ora organiza-se, ora desorganiza-se por meio da exposição dos fenômenos geográficos que condensam teoria e empiria em um determinado contexto temporal.

1.2 DA INTERAÇÃO ORGANIZACIONAL E CONCEITUAL AO OBJETO GEOGRÁFICO

A Geografia como ciência humana produziu conceitos-chave e categorias para representar a complexidade de expressões, interações existentes no espaço geográfico. Entre esses conceitos e categorias, utilizaremos principalmente território, região, lugar e paisagem. Esses, foram selecionados por exprimir e representar com mais fidelidade os efeitos e prolongamentos da ação humana no recorte espacial estudado.

1.2.1 Por uma outra concepção de território

Entrementes, a representação conceitual que se fará mais presente, sem dúvida, será a de Território e suas respectivas flexões: (des/re)territorialidade, (des/re)territorialização. Inicia-se pela concepção do professor Carlos Walter Porto-Gonçalves (2001) em que Território é considerado espaço apropriado, feito coisa própria, sendo constituído por sujeitos, ou melhor, grupos sociais que afirmam sua existência e continuidade por meio dele. Desta forma, sempre é possível a constatação mútua entre território e territorialidade, logo, há também, os processos sociais de territorialização e, quando sua ausência, desterritorialização. Nesta perspectiva, em um mesmo território pode ser constatado, múltiplas territorialidades.

O Rogério Haesbaert se debruçou sobre esse conceito geográfico, muitas vezes replicado, porém, pouco aprofundado no que tange suas particularidades. Para esse autor, o Território pode alcançar significados distintos a partir de concepções e usos diferentes, também menciona que pode estar ligado a questões referentes a fragilidades fronteiriças.

Cabendo também a interpretação desse conceito como território político, mas, caso esteja vinculado a hibridização cultural, cabe a interpretação como território simbólico, “espaço de referência para a construção de identidades” (Haesbaert, 2007, p. 35). Aqui, abre-se também para um diálogo interdisciplinar sobre a definição de Território, para assim, compreender e sinalizar as dimensões e extensões das designações derivadas: Territorialização, Des-territorialidade, Re-territorialidade, Multi-territorialidade.

Haesbert enfatiza a necessidade de refletir a respeito de questões básicas sobre o discurso e prática que normalmente utilizam-se da sua derivação, desterritorialização, mas que nem por isso definem Território. Subconceito esse que parece ter se convertido em uma nova espécie de frenesi a ser utilizado em múltiplas disciplinas:

1. Geralmente não há uma definição clara de território nos debates que focalizam a desterritorialização; o território ora aparece como algo “dado”, um conceito implícito ou *a priori* referido a um espaço absoluto, ora ele é definido de forma negativa, isto é, a partir daquilo que ele não é.
2. Desterritorialização é focalizada quase sempre como um processo genérico (e uniforme), numa relação dicotômica e não intrinsecamente vinculada à sua contraparte, a (re)territorialização; este dualismo mais geral encontra-se ligado a vários outros, como as dissociações entre espaço e tempo, espaço e sociedade, material e imaterial, fixação e mobilidade.
3. Desterritorialização significando “fim dos territórios” aparece associada, sobretudo, com a predominância de redes, completamente dissociadas de e/ou opostas a territórios, e como se crescente globalização e mobilidade fossem sempre sinônimos de desterritorialização. (Haesbaert, 2007, p. 31).

Haesbaert toma por ponto de partida diferentes concepções, centrado, principalmente, no pensamento geográfico e no pensamento sociológico, retomando, por vezes, interpretações que vêm da Filosofia. Aqui podemos destacar a teoria de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Logo, aquele autor sintetiza três vertentes que chamará de “básicas”, referentes as noções de território já utilizadas em campos diferentes do conhecimento:

- política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.
- cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

- econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo. (Haesbaert, 2007, p. 41).

Depois de uma longa incursão nas diferentes interpretações conceituais nas teorias que desenvolveram estudos sobre o Território, situados nos mais diferentes campos de análise, Haesbert (2007b, p.20) aponta que a origem desse conceito geográfico faz-se na dupla conotação entre o material e o simbólico, entre “terra-territorium” e “terreo-territor”, trazendo em si a dominação (jurídico-política) da terra e com inspiração do terror e do medo. Em especial, para aqueles que detêm unicamente sua dominação, “ficam alijados da terra, ou no ‘territorium’”, sendo esses impedidos de entrar, de viver a completude da territorialidade. Simultaneamente, em lado oposto, “para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva ‘apropriação’”.

Assim, Território detém um duplo poder, seja vinculado sentido de dominação (explícito), associado a funcionalidade, seja no sentido simbólico, de apropriação (implícito), a fim de carregar marcas, assinaturas do que é vivido, tal qual aparece em Lefebvre (1986), sobre o uso do território:

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta a apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo do diverso e complexo. (Lefebvre, 1986, pp. 441-442 apud Haesbert, 2007b, p.21).

Desta forma, a representação conceitual de Território assimila aspectos diferenciados quanto a adequação a ser distinguidos a partir dos sujeitos ou instituições que o concebem. Podendo apresentar desde um elemento expressivo de determinada cultura ou seu suporte, ou simplesmente, um recurso superficial à espreita da ação antrópica utilitarista.

Certamente, a perspectiva antropocêntrica (apesar de ser muito frequente e que mais pressiona a formação e transformação do Território) a deixaremos aos estudiosos que corroboram com a mesma. Aqui, debruçar-nos-emos sobre a concepção que designa o território como um suporte à Sociobiodiversidade. Justamente por entender que, em um primeiro momento, esse Território é autônomo, independente da ação humana, completo por si só com seus elementos e interações. Porém, é a interpretação humana que, em especial através da Geografia, o recria como ele o é – limites, dimensões, componentes, interações, entre outros.

Assim sendo, o Território permeia e extrapola a disciplinaridade, fazendo dele objeto de estudo em diferentes campos do conhecimento. A fim de superar a abordagem hierárquica de controle político-administrativo, material-funcional, centrado em toda uma construção ideológica fragmentária que busca esterilizar esse conceito, muitas vezes interpretado de maneira simplista. Logo, rompe-se com esse estratagema infértil conceitualmente e aproximamo-nos da interpretação antrópica Biocêntrica. Vertente por muito tempo silenciada, mas que se fundamenta na compreensão basilar em que o Território se constitui das relações e interações simbólico-afetivas que sugerem. Sendo um suporte que incorpora a trajetória ancestral dos agentes que extraem do território signos, significados e de significantes à continuidade da vida.

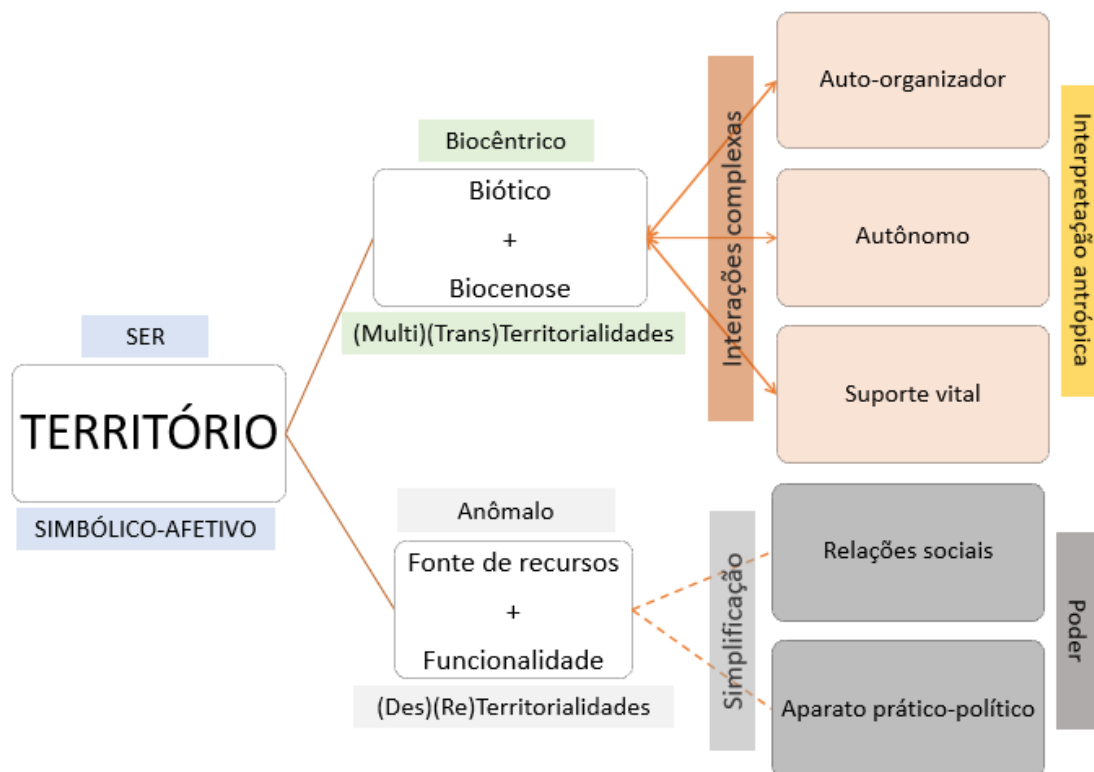
Diante disso tudo me questiono: o que faz pássaros, ursos, tartarugas, baleias, peixes, elefantes, dentre inúmeros outras espécies, retornarem ao seu território de nascimento para apresentar a vida aos seus filhotes? Isso não se faz diferente na espécie humana que, por mais que não retornemos ao território físico onde nascemos, temos a necessidade de um território simbólico-afetivo nesse momento tão particular de iniciação e continuação biótica.

A territorialidade carrega em si essa potência e não somente a simplicidade estéril incorporada ao ser Território e sua funcionalidade utilitarista. Afinal, ele detém inúmeras interações interconectadas a múltiplas outras expressões de vida, extrapolando a restrição anômala antropocêntrica que o restringe, que o institui e o constitui como um vazio simbólico-afetivo.

O Território aqui é suporte vital que também se faz autônomo e auto-organizador. Aquele que permite interações complexas diante da cosmovisão interpretativa antropológica. Fundamentado na perspectiva integrada biocêntrica que possibilita a (re)existência de multi-trans-territorialidades.

É nesse cenário que produzimos a interpretação complexa do Território necessária à compreensão dessa tese:

Figura 4: Concepção complexa de Território



Fonte: Brandão e Araújo Sobrinho (2024).

Território este que se contrapõe a concepção artificial anômala. Elege-se não a interpretação desse suporte vital como fonte de recursos e engessado em uma possível funcionalidade. Aparato prático-político subsidiado, fragmentador, simplificador das relações sociais constituidoras de discursos competentes. Situação essa que, por vezes, des-re-territorializa a fim de impor hierarquias e diferenciar condutas no âmbito de produzir e reproduzir dominação, logo, poder.

Para dialogar com a concepção de território aqui utilizada, precisamos compreender as linhas porosas que o margeiam, suas dimensões e sua fronteira com o diverso, com a multiplicidade de territórios outros. Tal multiplicidade carrega um sentido próprio em Deleuze e Guattari (1997):

Uma multiplicidade não se define por seus elementos, nem por um centro de unificação ou de compreensão. Ela se define pelo número de suas dimensões; ela não se divide, não perde nem ganha dimensão alguma *sem mudar de natureza. Como as variações de suas dimensões lhe são imanentes, dá no mesmo dizer que cada multiplicidade já é composta de termos heterogêneos em simbiose, ou que ela não pára de se transformar em outras multiplicidades de enfiada, segundo seus limiares e suas portas.* (Deleuze e Guattari, 1997, pp. 27-28).

A multiplicidade está presente em todas as bordas também do território, para esses autores, “cada multiplicidade é definida por uma borda funcionando como Anômalo” porém, há fiada de bordas, linha contínua de bordas, denominada pelos autores por “fibra”, sendo que esta é responsável pela mudança na multiplicidade. Assim, uma fibra de fiada das bordas “constitui linha de fuga ou de desterritorialização”. Logo,

Vê-se que o Anômalo, o Outsider, tem muitas funções: ele não só bordeja cada multiplicidade cuja estabilidade temporária ou local ele determina, com a dimensão máxima provisória; ele não só é a condição da aliança necessária ao devir; como conduz as transformações de devir ou as passagens de multiplicidades cada vez mais longe na linha de fuga. (Deleuze e Guattari, 1997, p. 28).

Assim, a desterritorialização neste contexto ganha um caráter de desorientação, de ausência da percepção de coisas, pensamentos, desejos. Onde desejo, pensamento, coisa invadem toda percepção, sendo o imperceptível, enfim, percebido. “Nada mais que o mundo das velocidades e das lentidões sem forma, sem sujeito, sem rosto” (Deleuze e Guattari, 1997, p.67). Momento de confusão entre percepção e desejo. Em oposição a desterritorialização, encontra-se a reterritorialização, onde a lembrança, devir à memória, sempre tem sua função ativa.

Ampara-se assim nesses autores, antes estudados por Heasbeart, para utilizar do conceito de ritornelo como uma expressão territorial, em que seu conteúdo musical, ou seja, o bloco de conteúdo próprio da música que se faz aparato interpretativo no espaço. Deleuze e Guattari convidam a reflexão a partir do imaginário de uma criança no escuro, que atravessada pelo componente simbólico musical, cantarola (uma linguagem inconsciente), a fim de tranquilizá-la. A frequência conduzida pelos movimentos repetitivos, fazem do ecoar, cantarolar, partes centrais de músicas de suas lembranças, dos sons aleatórios que trazem uma ressonância conduzindo os centros estáveis, calma, estabilidade no seio do caos. Este que se designa por suas forças exteriores, atuam sobre o espaço interior que protege as forças germinativas, ou seja, o estar em casa, o ocupar o abrigo do território. Sendo essa casa, o ponto frágil no centro do buraco negro, visto como ponto cinza, torna-se morada.

Deleuze e Guattari reforçam que “o motivo do ritornelo pode ser a angústia, o medo, a alegria, o amor, o trabalho, a marcha, o território” (Deleuze e Guattari, 1997, p. 88). Assim, a música submete o ritornelo de forma diagonal e transversal, “ela o arranca de sua territorialidade ‘primeira’”. Aqui, o papel do ritornelo é territorial, “ele sempre leva terra consigo, ele tem como concomitante uma terra, mesmo que espiritual, ele está em relação essencial com um Natal, um Nativo” (*Ibid.*, p. 102). Uma espécie de “nomo” musical que se propõe ao reconhecimento, inseparável de um espaço, faz-se “ethos”, morada.

Ainda segundo esses autores, o caos é constituído por meios e ritmos, caos esse que é meio de todos os meios. É nesse caos frágil, criador que se faz espaço a aberturas, desmembramentos de território. Os meios estão abertos no caos e se constituem bloco de espaço-tempo - repetição periódica -, codificado e em estado perpétuo de transcodificação ou transdução. Presente, comum aos meios e aos ritmos, tem-se o “entre-deux” (Deleuze e Guattari, 1997, p. 103) - dia/noite, inorgânico/orgânico, planta/animal, dentre outros. Já os ritmos constituem passagem transcodificada, comunicação de meios, coordenação de espaços-tempos heterogêneos.

Tudo isso faz do território “ato” que “afeta meios e ritmos” (Op. cit., pp. 105-107), produto de uma territorialização dos meios e dos ritmos, zona interior de domicílio e abrigo, zona exterior de domínio, essencialmente marcado por índices que faz da ação a marca territorial, logo, assinatura. Esta que Deleuze e Guattari denominam de territorializante, ou seja, fator T. Logo, o território “seria o efeito da arte” uma vez que a propriedade é primeiro artística, marca consistente de um domínio, de uma morada, assinatura no território, estilo. O território também pode se expressar como distância crítica de seres da mesma espécie através do maneirismo, em que “o *ethos* é ao mesmo tempo morada e maneira, pátria e estilo”.

Diante da perspectiva de Deleuze e Guattari (1997, p. 112), o território apresenta dois aspectos simultâneos, “assegura e regula a coexistência” entre membros da mesma espécie (personagens rítmicos), separando-os, enquanto “torna possível a coexistência de um máximo de espécies diferentes” (paisagens melódicas) num mesmo meio, especializando-os. Têm-se aqui o primado da criação. Sendo a arte advento da expressão para além e prévia a humanidade, a “arte não espera o homem para começar”. Como exemplo tem-se as parlendas ou as cantorias de roda, no caso cerratense, a Catira.

Os ritornelos territoriais cantarolados de formas distintas de um lugar para o outro, distribuem papéis e funções de jogo, tende a autonomia, podendo ser também ritornelos que colhem ou juntam forças, afrontamento ou partida, engajam a desterritorialização. Assim, o território é lugar de passagem, qualidades expressivas, estéticas, qualidade próprias, apropriativas, passagens que vão do meio ao território.

Foto 2: Festejo de São Sebastião na comunidade Morro do Fogo



Fonte: Acervo pessoal. (2025).

Outro aspecto relevante é a territorialização das funções, condição de surgimento como trabalhos e ofícios, efeitos de territorialização. Tem-se como exemplo os ritos ou religiões. Neste sentido os autores pautam que só “no mais profundo de cada território que se faz a atribuição de todas as forças difusas à terra como receptáculo ou base” (Deleuze e Guattari, 1997, p.118), absorvendo o meio ambiente vivido como Unidade, “forças da terra”. Sendo a terra o “corpo-a-corpo de energias”, já os ritos e religiões a força do caos. Onde o “essencial está na defasagem que se constata entre o código e o território”. Assim, “cada meio tem seu código, incessante transcodificação entre os meios. O território se forma no nível de certa descodificação”, logo essa codificação aparece como o “negativo” do território, aquilo que necessita de interpretação do conjunto.

A consolidação é criadora. A consistência é consolidação, ato que produz o consolidado. Ato esse que se faz sucessão, co-existência com intercalações, intervalos, superposições-articulações. A fim de elaborar um material cada vez mais rico, consistente,

Podemos considerar então a territorialização como a existência que se faz permanente em um determinado estado espaço-tempo. Efetivando-se, mutuamente, a rememoração, o retorno ritualístico, o reconhecimento no território pelo sujeito territorializado. Cabendo a interpretação de desterritorialização como sendo a saída, o afastamento do território, ou seja, a desterritorialização em seu caráter absoluto.

O território é esse fragmento de espaço-tempo simbólico-afetivo, acoplamento de marcas físicas, psicológicas, gnosiológicas. Tendo por referência a seu uso afetivo. Faz-se de integração material e imaterial, consistência pela sucessão de existências coletivas que produzem assinaturas, placas a estabelecer e originar um estilo próprio. Composto por um conjunto de relações, interações, causas e efeitos de signos correspondentes.

1.2.2 Aproximações conceituais geográficas necessárias: território usado, região e paisagem

Para expressar tal complexidade do objeto geográfico e tecer diálogos teórico-geográficos, aproximamo-nos da categoria miltoniana de Território Usado (Santos e Silveira, 2001, pp. 247-248), território vivo, vivido que revela ações do passado e do presente. Ações do presente refletem a ação da vida cotidiana que é determinada ou definida por uma conjunção de fatores ou sentido preexistente.

A configuração territorial pode ser entendida como o conjunto de sistemas naturais, biótico e biocenose, em coexistência com um determinado grupo social e dos objetos representativos de técnicas além das culturas ali estabelecidas, promovendo signos, significados e significantes ao espaço-tempo atual.

O Território Usado, por vezes, pode estar em condições de uso da solidariedade orgânica ou da solidariedade organizacional, em outros casos, apresentando a simultaneidade desses dois elementos da racionalidade do espaço, gerando uma série de conflitos por usos de recursos ali existentes.

A exemplo, cita-se os usos dos recursos hídricos, da produção ou do extrativismo vegetal, entre outros, impactando diretamente em outras esferas no território, vê-se seus efeitos por meio da política, da economia, da educação, da saúde, da segurança e daí por diante.

Nesse mesmo sentido, Santos e Silveira definem solidariedade orgânica:

A solidariedade orgânica resulta de uma interdependência entre ações e atores que emana de sua existência no lugar. Na realidade, ela é fruto do próprio dinamismo de atividades cuja definição se deve ao próprio lugar enquanto território usado. É em função dessa solidariedade orgânica que as situações conhecem uma evolução e reconstrução locais relativamente autônomas e apontando para um destino comum. (Santos e Silveira, 2001, pp. 306-307).

Em uma abordagem contrária tem-se a solidariedade organizacional que reduz o território a “pseudo vocações”, características que corroboram com a implementação de meios técnico-científico-informacional. Tal qual a expansão do agrocultivo no Cerrado devida sua “vocação” por sua formação de relevo em chapadões, o que facilita o uso de maquinários em todas as etapas de produção, acrescida a disponibilidade de recursos hídricos, em superfície ou em lençóis freáticos ali existentes.

Instalam-se, neste contexto geoespacial, discursos competentes a fim de explorar e colonizar territórios que, em um primeiro momento, possa ser percebido como ausentes de uso, “espaços vazios” de produtividade a ser revertido em recurso econômico. Porém, a preservação vegetal de chapadões, em especial os que estão próximos a bacias hídricas, são extremamente importantes ao país. Essenciais às múltiplas formas de vida existentes e dependentes desse Território Usado para o bem-comum, para a produção natural de água e, por consequência, para a manutenção da sociobiodiversidade local cada vez mais sufocada pela ação antrópica, em especial, pela (in)racionalidade das grandes empresas privadas.

Relaciona-se ainda o meio técnico-científico-informacional ao espaço da racionalidade e da globalização que se encontra

[...] A serviço de grandes empresas privadas, o território nacional conhece, em certos lugares, uma adequação técnica e política que permite a tais empresas uma produtividade e um lucro maiores. Em última análise, trata-se de uma racionalidade privada obtida com recursos públicos. Em outras palavras, tal racionalidade representa uma drenagem de recursos sociais para a esfera do setor privado. (Santos e Silveira, 2001, p. 306).

Aqui, apresenta-se o ponto auge do que os autores condicionam por “solidariedade organizacional” de interesses mercantis e em função dos entes envolvidos. Os supostos “organizadores” prosperam às custas da solidariedade interna e também da solidariedade no sentido dos valores morais pré-existentes, onde, muitas vezes, a racionalidade hostil das organizações externalizar ao território, urbanas, invisibilizando as populações que ali estão estabelecidas.

Outro conceito geográfico que merece destaque é o de região, aplicado não somente às linhas restritas que definem o PNGSV, mas na interação de seus múltiplos usos, para além da leitura como Unidade de Conservação ambiental. Tal conceito pode assimilar características por suas referências, escalas, área circundante, relações de influência ou de similaridade. Em contexto ampliado, cabe ao conceito de região uma interpretação sobre as especificidades e amplitude dos sistemas de interações que nela operam. Nessa tese, região também se faz categoria geográfica potente

Para esse conceito geográfico, seguimos o enfatizado por Mateus Servilha (2015, p. 22): “Cabe-nos analisar uma região, uma parte do espaço geográfico, que, ao se diferenciar e/ou ser diferenciada, se revelou resultado da ação de atores socioespaciais determinados, assim como de arranjos e contextos socioculturais e políticos específicos”. É imprescindível destacar que esse recorte é flexível e poroso, não rígido, por vezes simultâneo e dialógico com o todo que o compõe.

Servilha, ao analisar a temática para sua produção acadêmica, sugere que muito é explorado sobre o conceito de região, em especial, vinculado a outras interpretações na produção do saber geográfico científico. Cita como exemplos de exploração as áreas: Geografia Tradicional, análises descritivas-paisagísticas-regionais; Geografia Crítica, Geografia Teorético-Quantitativa. Nesse conjunto interpretativo, a regionalização do espaço é visto como “produto direto das relações de produção capitalistas (em especial, a partir do processo de ‘divisão territorial do trabalho’)” (Servilha, 2015, p. 25).

Esse autor também aponta para a multiplicidade no uso da definição de região, atém-se ao caráter relacional que, tal qual em Haesbaert (2010, p.3), traz:

A TEMÁTICA REGIONAL, DENTRO E FORA DA GEOGRAFIA, pode estar referida a uma série muito ampla de questões, como as que envolvem as relações entre parte e todo, particular e geral, singular e universal, idiográfico e nomotético ou, em outros termos, num enfoque mais concreto, centro e periferia, moderno-cosmopolita e tradicional-provinciano, global e local... São muitas as relações passíveis de serem trabalhadas dentro do que comumente denominamos questão ou abordagem “regional”.

Ao explorar outra definição, recorremos a Santos (2009), que se aproxima de uma revisão a ser aplicada aos tempos contemporâneos é afirmar que, tal conceito, continue a ser utilizado com força na atualidade, porém, agora como em “um nível de complexidade jamais visto pelo homem”, onde,

As condições atuais fazem com que as regiões se transformem continuamente, legando, portanto, uma menor duração ao edifício regional. Mas isso não suprime a região, apenas ela muda de conteúdo. A espessura do acontecer é aumentada, diante do maior volume de eventos por unidade de espaço e por unidade de tempo. (Santos, 2009, p. 165).

Assim, concebe-se região em seu caráter a subdividir uma determinada área, delimitando-a, para relacioná-la aos processos internos, marginais e externos de produção: interação e organização desse espaço pré-definido. Ao mesmo tempo, essa concepção ainda leva em consideração o contexto em que se insere, além de suas estruturas internas, também pode ser relacionado com as externas. A região é resultado dos processos interrelacionais, ou seja, é um espaço de análise que ora se retrai a si mesma a fim de uma autoanálise, ora se expande com o propósito de interagir com o todo relacional.

Para tal, como categoria geográfica, a região, tal qual em Santos (1996, p. 92), recebe a seguinte designação:

É dessa forma que na superfície da terra, na crosta de um país, no domínio de uma região, nos limites de um lugar – seja ele a cidade – reorganiza-se o espaço, recriam-se as regiões, redefinem-se as diferenciações regionais. É dessa maneira que se estabelecem novas dinâmicas regionais, criando, sobretudo nos países onde as desigualdades sociais são grandes, aquelas áreas que são apenas regiões do fazer, do fazer sem o reger. O fundamento etimológico da palavra *região* é perdido, na medida em que há regiões que são apenas regiões do fazer, sem nenhuma capacidade de comando. [...] O que temos hoje são solidariedades organizacionais. As regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de coesão organizacional baseados em racionalidades de origem distantes, mas que se tornam o fundamento da existência e da definição desses subespaços.

Em acordo e na mesma linha segue a interpretação e uso da REGIC (Região de Influência das Cidades) 2018 - ramificação de banco de dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Essa adota uma cadência de categorias desde 1967, perpassando pelo que designou por “espaços homogêneos e espaços polarizados”, seguindo para noção categórica de “regiões funcionais urbanas” em 1972. Entretanto, foi em 1987 que inicia a utilização da categoria que se utiliza até os dias atuais, Regiões de Influência das Cidades. Para tanto, esse banco de dados se vale da rede urbana nacional para indicar que cidades subordinam e quais são subordinadas, por meio do “deslocamento dos habitantes no território em busca dos centros urbanos ofertantes de bens e serviços, com os dados secundários levantados sobre a hierarquia dos centros e as ligações imateriais entre as Cidades” (REGIC, 2018, introdução). Seu foco é voltado especificamente para o contexto urbano brasileiro.

Ainda de acordo com essa mesma fonte, tal rede desenvolve os seguintes temas no âmbito urbano: "Gestão do território; Comércio e serviços; Instituições financeiras; Ensino superior; Saúde; Informação; Cultura e esporte; Transporte; Atividades agropecuárias; e Ligações internacionais". Uma perspectiva urbana hierárquica sobre o conjunto de municípios ou Arranjos Populacionais¹², dividida nas seguintes categorias: Metrópole; Capital Regional; Centro Sub-Regional; Centro de Zona; e Centro Local.

Contudo, essa pesquisa se atém as categorias adjacentes utilizadas pela REGIC e não a sua conceituação de região, ou seja, a relação contextual e representativa se fará de forma diferenciada, uma vez que, em vez de dispor o foco de tal influência na urbanização, dispomos com o foco no não-urbano. Assim, ao utilizar “região de influência” nos referimos a região em que o objeto de estudo desta pesquisa recebe ou fornece influência, diferentemente de uma disposição hierárquica disposta por aquela rede em questão. A análise aqui se dará de forma interrelacional, buscando fatos que influenciam o real estudado em um recorte regional.

Para isso, faz-se essencial o uso interrelacional das múltiplas escalas. Nesse sentido, Santos (2008, p. 85) adverte sobre as interferências dos subprocessos de produção que intersecciona e se dá no espaço, assim,

¹² Milton Santos (2009) aborda a questão de arranjo, designando a partir da lógica espacial. Definirá esse conceito em união com outras categorias geográficas, instituindo: arranjo espacial, organizacional, local, de objetos, territorial. Conteúdos que aqui se segue por seu cunho e embasamento científico e não somente prático.

Graças a tais interferências, as diversas frações de espaço são, em cada momento, dotadas de virtudes do ponto de vista de cada qual desses subprocessos que, de fato mesmo de sua interdependência, constituem também virtudes do ponto de vista dos processos produtivos como um todo, virtudes cuja dinâmica é grande: elas estão sempre mudando de valor, e essa relativização é responsável também pela mudança de *valor* dos lugares.

Logo, para instauração das regiões “se impõem arranjos organizacionais, criadores de uma coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam um dos fundamentos da sua existência e definição” (Santos, 2009, p. 285). Diante do exposto, a fim de recuperar o fenômeno regional, dota-se de autonomia intelectual a ressignificar a excelência desta unidade geográfica a representar o *locus* do objeto de estudo em um determinado contexto espaço-temporal, uma parte ou um subespaço inserido na totalidade do espaço nacional e do global.

Talvez seja pelo caráter situacional de imprimir uma valorização categórica própria a partir de uma realidade que a pesquisadora precise redimensionar o uso semântico do referente teórico. Sua característica amórfica de uma complexidade momentânea evoca no pesquisador que a utiliza um senso de praticidade alinhado a uma construção epistemológica que conceba e formata as similaridades e diferenciações que comporão as dimensões específicas da região analisada.

Essa não é uma tarefa fácil, quanto mais liberdade e autonomia que o científico possibilita, mais se carece de objetividade e compreensão ora universal, ora particular do objeto. E ainda, insere-se do real a reprodução do movimento que se apresenta no objeto de pesquisa. Uma vez que a natureza da categoria geográfica de região pode ser facilmente esvaída caso não se construa relevantes elementos interrelacionados que expressem e que interajam com seus distintos arranjos.

Muitos são os contextos, as identidades, as desigualdades capazes de compor a energia e força necessária para justificar os nódulos de ligação para o recorte regional. Podendo ser os mais variados, desde simples dados prévios a complexos recortes político-administrativo, cultural, ambiental, entre outros. O que, em algum momento, compartilharam um processo geográfico e histórico interacional.

Entende-se que utilizar a categoria de região é um processo de criação e recriação, leitura e releitura, das correlações do objeto analisado. Assim, utilizamo-nos dessa abordagem categórica para representar essa pesquisa de abrangência, ora em escala local, ora em escala regional, a área do objeto de estudo e suas proximidades. Delimitação necessária por dialogar diretamente com realidade do objeto de estudo. Para tal, utilizou-se como referência central a triangulação de pontos importantes para a leitura e interpretação de tal conjunto expresso como:

- *Região circundante*: inclui a localização desde a delimitação do PNGSV, passando pela zona urbana de Chapada Gaúcha, alcançando até a delimitação sul do município;
- *Região de influência*: inclui os municípios de Arinos, Formoso - ambos em Minas Gerais - e Cocos – BA (integrantes do território que compõe o PNGSV); Cordisburgo - MG (local de nascimento e representação direta da obra rosiana) e Brasília (transferência da capital que interferiu diretamente na alteração e povoamento do interior do país); e
- *Região cerratense*: contexto relativo ao bioma Cerrado, em especial, no que concerne a povos e populações tradicionais e originárias e o meio em que habitam esse bioma, biocêntrico, biocultural.

Assim, ao alternar e ressignificar conceitos importantes anteriormente mencionados, situa-se também seu sentido no contexto interpretativo neste corpo textual. A exemplo, quando cito a categoria região alvitro uma situação de contexto relacional do objeto geográfico. Assim, ao falar “a região de influência”, quero inferir o contexto geográfico ampliado que incorpora o PNGSV, a zona urbana do município de Chapada Gaúcha, a zona rural deste mesmo município – abrigo das populações tradicionais, por vezes também incorporando as zonas limítrofes dos municípios vizinhos que detém parte de seu território dentro das linhas do PNGSV: Arinos, vila de Sagarana, rio Urucúia e Formoso, todos em Minas Gerais; Cocos na Bahia; e Brasília.

Já quando cito a região cerratense, estarei me referindo ao todo em contexto biocêntrico do bioma Cerrado e para determinados grupos sociais que ali habitam, como é o caso do território quilombola e do povoado de Serra das Arara. Esses sujeitos que carregam em si uma relação de proximidade, aquilo que irei mais tarde definir como relação Geobiocenótica. Esta, precisa incorporar também o conceito geográfico de lugar, essência da existência situada.

A categoria de Paisagem, inicialmente interpretada através da perspectiva de Ab'Sáber (2003), evoca o amplo sentido que aqui adotaremos:

Todos que se iniciam no conhecimento das ciências da natureza – mais cedo ou mais tarde, por um caminho ou por outro – atingem a idéia de que a paisagem é sempre uma herança. Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades. (Ab'Sáber, 2003, p. 9).

Esse conceito será utilizado, principalmente, pela evocação da literatura rosiana. Esta conclama constantemente os elementos da paisagem em seu enredo, ressaltando a Sociobiodiversidade, observando a realidade, aplicada na ficção. Todo esse arcabouço de categorias geográficas assenta no objeto de estudo aqui geografizado em contexto latino-americano, brasileiro e multicultural, também do bioma Cerrado já nas bordas do bioma Caatinga. Complexa tecitura sociobiodiversa, cada vez mais sendo compactada a homogeneizada por ações vinculadas a, como em Mbembe (2016, p.14), homens sem laços:

O homem doente era o homem sem família, sem amor, sem relações humanas e sem comunhão com uma comunidade. Estava privado da possibilidade de um encontro autêntico com os outros homens, com os quais ele não partilhava, *a priori*, laços de descendência ou de origem. [...] Este *mundo de homens sem laços* (ou de homens que inspiram não estar perto dos outros) é ainda o nosso, ainda que sempre sob novas configurações.

A existência de homens sem laços, detentores de poder oriundo do “dinheiro em estado puro” (Santos, 2006, p. 38), configurando uma nova realidade emergente que também se faz perversa à multiplicidade de territórios e expressões de vida localizadas, atacadas por violências urbanas, alicerces de sistemas ideológicos que tentam justificar as ações que aspiram ser hegemônicas e levam ao império das fabulações, das percepções fragmentadas e do discurso único de mundo, lamentavelmente, base de neototalitarismos.

Vivendo em período cada vez mais extremo em que a homogeneização, via globalização, a esterilização dos ecossistemas planetários, via processos produtivos à mercê de sistemas financeiro, reproduz capital em detrimento da Sociobiodiversidade, tudo isso parece futuro certo. Assim, sistemas coletivos ainda tem um caminho árduo a percorrer rumo a busca por seus direitos de (re)existência. Talvez, a chave para isso é pensar e iniciar a execução de um plano estratégico pós-capitalista que tenha abertura ao diverso, ao outro, tarefa de difícil execução nos dias atuais.

Contudo, cabe buscar respostas naquilo que faz sentido, do que que inspira a construir um futuro. Isso, a partir da realidade que está diante de nossos olhos, nos territórios de existências múltiplas que ainda abrigam fontes de vida, bióticos e abióticos que habitamos. Mirar para além da manutenção da vida humana, mas para toda a proteção da variedade, suporte de todo o sistema vital planetário. A tarefa aqui, inicia-se de forma tímida, por onde os pés tocam o chão, pela observação e análise de uma pequena parte do território brasileiro. Esse abrigo que comporta a heterogeneização sociobiodiversa, ambiente que cria condições múltiplas ao conhecimento vivo.

1.3 DA NATUREZA ONTOLÓGICA DO TERRITÓRIO À PRODUÇÃO DO PARNA GRANDE SERTÃO VEREDAS

Infelizmente é no ato que a intenção corre o risco de fracassar. Daí a insuficiência de uma moral que ignora o problema dos efeitos e consequências dos seus atos. (Morin, 2017, p. 41).

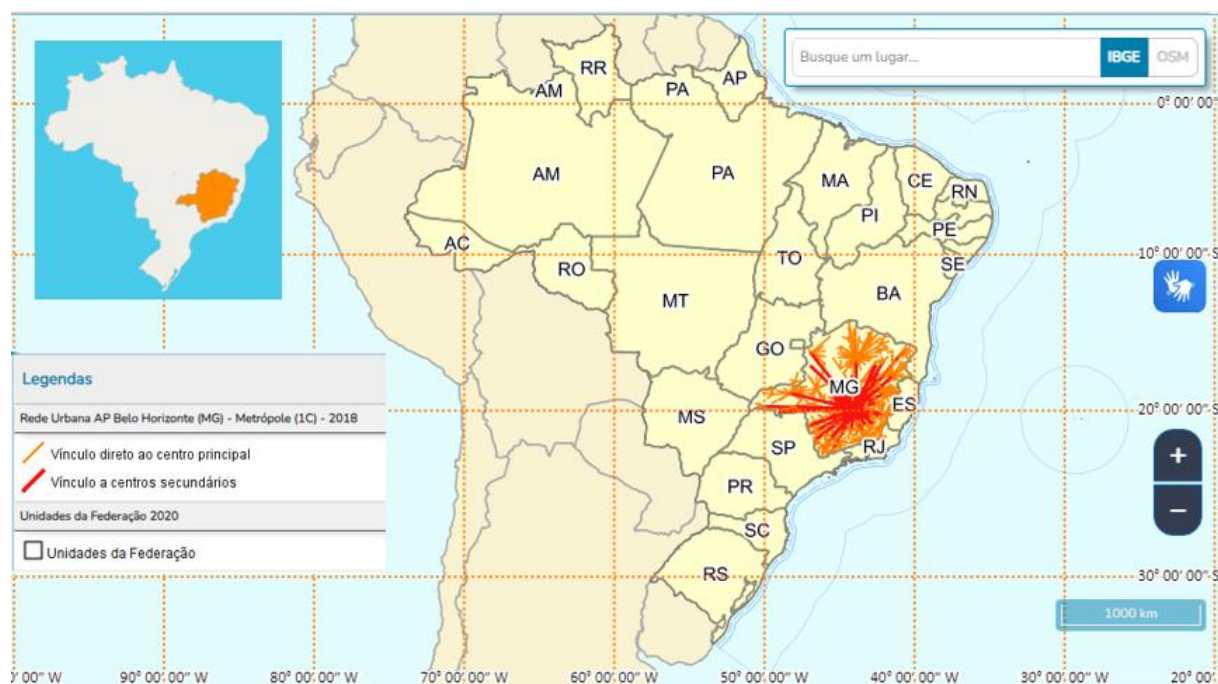
Naquilo que carrega de mais elementar, “dessemelhança” aponta para um Todo cujas partes não se encaixam, de modo que o Todo surge como um composto artificial, com sua unidade orgânica perdida para sempre. (Zizek, 2016, p. 5).

Estudar o território parte integrante do estado mineiro, faz-se sempre um desafio, uma vez que esse grande estado carrega similaridades socioespaciais bem similares ao território brasileiro, sobreposições e justaposições de múltiplas realidades quase como se fosse uma amostra das particularidades complexas retratadas no Brasil.

Não é à toa que, de forma paralela e resguardada as proporções de cada caso, o estado mineiro pode, por vezes, refletir o cenário sociopolítico nacional nas seguintes características: grandeza de sua extensão: diversidade de sua população e estruturas geomorfológicas bem variadas. Tudo isso engendra uma notória complexidade na sua população, nos biomas que abriga, no contexto de produção e extração de insumos, na oferta de serviços e bens de consumo.

Para compreender, como em Milton Santos (1986), o conjunto das relações, as funções e as formas, os processos e os campos de forças atuantes no espaço geográfico desse estado, sugestiona-se iniciar com a leitura de características-chave: localização geográfica; Produto Interno Bruto (PIB); representatividade política nacional frente ao poder legislativo; extensão territorial e a ampla rede de municípios; e, enfim, focar nas mesorregiões que são origem do objeto de estudo.

Figura 5: Minas Gerais - Divisão política brasileira com destaque a influência da rede urbana estadual da capital Belo Horizonte



Fonte: IBGE – REGIC (2024) (com adaptações).

Minas Gerais é marcada por contradições históricas referentes aos interesses do período colonial. Tem como origem dessa valia, o que pode ser considerado o primeiro ciclo de colonização em direção ao sertão do Brasil. Sua extensão foi mobilizada pela influência imperial portuguesa que explorou e utilizou parte de seu território como fonte inesgotável de recursos minerais. Assim, “desbrava-se” (retirar a bravura de amansar), no decorrer do século XVI (IBGE Cidades, 2024), esse território e criam narrativas bandeirantes. Estes, precursores na busca por pedras preciosas e ouro, a criar em 1709 duas capitanias, de São Paulo e Minas de Ouro, esta última, vem a formar o que atualmente compõe o estado de Minas Gerais.

A partir da análise do Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil (Cruls, 1995), o médico Antônio Pimentel deixa um registro singular sobre as condições do planalto central e ações de bandeirantes nessa região.

Infelizmente, porém, a escravisão dos índios e a extracção do ouro, mais por brutal ganancia do que pelo trabalho moralizado e bem orientado, marcaram desde o principio do povoamento do Estado a senha do infortúnio para quasi todos os exploradores, e da ruina que até hoje perdura.

Nos primeiros annos do século passado o trafico dos índios escravizados tanto avultou que em São Paulo chegou a haver uma casa de commissões que possuía mais de 600 desses desgraçados.

Manoel Correia e Bartholomeu Bueno da Silva foram os primeiros a escravisar nossos indígenas [...]. Bueno, de espirito summamente ardiloso, tendo visto colares de folhetas de ouro [...] serviu-se dos mais manhosos estratagemas para escravisa-los e tomar-lhes todas as riquezas. (Cruls, 1995, p. 247) (conforme transcrição do original).

Esse mesmo médico ainda trata de tópicos outros como: “Orographia e Hydrographia do Planalto Central do Brazil”; “Geologia do Planalto Central do Brasil”; Riqueza mineral do Planalto; Riqueza florestal e botânica do Planalto; Aguas medicinais do Planalto, dentre outras características observadas naquela expedição.

Já a reconfiguração e a construção identitária, uma espécie de simulacro, ficou a cargo dos “bandeirantes”. Nomeclatura tão frequente em múltiplos usos – monumentos, estátuas, ruas, avenidas - em especial no estado de São Paulo. Esse grupo foi responsável por adentrar e relatar a composição territorial do interior do país, a serviço do elitismo que regia a colônia, inscrevendo na história nacional, sua própria narrativa e objetos de interesse. Sujeitos com interpretações ambíguas, tidos como “bárbaros” ou “desbravadores”, ou seja, responsável por retirar, expulsar, matar os bravios – indígenas e quilombolas - situados no sertão, indivíduos dispensáveis a elite branca que se via como representante do regime monárquico português.

Dando um salto para a atualidade, faz-se importante compreender Minas Gerais em seu contexto nacional, estando situado na região sudeste brasileira, fazendo fronteira com sete unidades da federação, sendo elas: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia. Ainda abriga em seu território os biomas Cerrado, Mata Atlântica e uma pequena parcela da Caatinga. Também é necessário ressaltar que esse estado abriga quatro importantes bacias hidrográficas federais: Atlântico Leste, Atlântico Sudeste, Paraná e São Francisco.

Em diálogo com isso, acentua-se uma outra redistribuição macrorregional brasileira, tal qual em Ralfo Matos (2005), para melhor interpretar a configuração que subdivide o Brasil. Essa redistribuição regional faz-se a partir do critério de redes de localidades centrais e populacionais, fatores extremamente relevantes para compreender a complexidade do espaço geográfico nacional através de três pré-condições.

A primeira baseia-se no uso da variável população como síntese de relações socioculturais e *próxis* de tamanho econômico das localidades. A segunda define as localidades geográficas formadoras de rede: espaços urbanos dotados de alta centralidade, nucleados em cidades e representadas cartograficamente como pontos ou nódulos. A terceira define o tipo de articulação permanente entre tais localidades: articulações viárias, tais como rodovias, ferrovias e hidrovias. O fundamento aqui reside na capacidade de transportabilidade dessas vias e na presença recorrente em clássicos da literatura sobre localização e regionalização. (Matos, 2005, pp. 41-42).

Assim, esse autor apresenta como resultado a representação regional, com somente três grandes regiões:

- *Centro-Sul* –, abriga grande parcela da região Centro-Oeste; quase a totalidade da região Sudeste e a integralidade da região Sul;
- *Nordeste* – mantém quase toda sua integralidade; e
- *Norte* - Para além da região Norte, absorve parte da região Centro-Oeste e uma pequena parcela do nordeste.

Nesta nova configuração, o estado de Minas Gerais compõe a região Centro-Sul, a qual detém similaridades socioculturais com as unidades federativas de Goiás e Distrito Federal, mas também com uma realidade socioeconômica similar ao Paraná e do Rio Grande do Sul. Além de sua correlação direta com Rio de Janeiro e São Paulo.

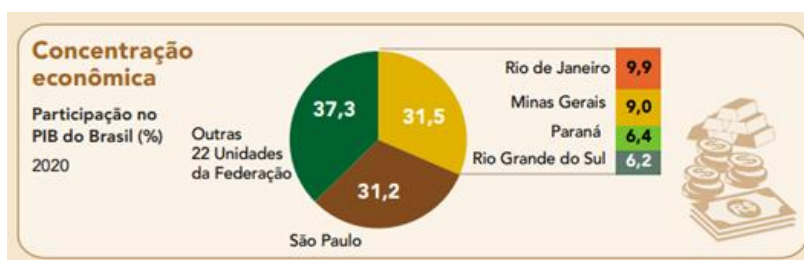
Figura 6: Redefinição das Macrorregiões do Brasil



Fonte: Matos (2005, p. 44).

Em uma breve análise de concentração econômica e participação no PIB brasileiro (figura 7), o estado aparece como uma das cinco economias mais fortes. Posiciona-se como o terceiro maior contribuinte nacional, atrás somente de São Paulo e Rio de Janeiro.

Figura 7: Participação dos maiores contribuintes ao PIB nacional



Fonte: IBGE/Sistema de Contas Regionais (2020)

Enquanto o estado de São Paulo é, em disparada, o maior colaborador responsável por 31,2% do PIB nacional. Quase se iguala a soma do PIB produzida pelas outras 22 Unidades Federativas. Têm-se o estado do Rio de Janeiro, com 9,9%, seguido por Minas Gerais, com 9%.

Representatividade essa que também se reflete no cenário político nacional (quadro 1), porém, neste quesito, Minas Gerais se sobrepõe ao Rio de Janeiro, constatando-se que esses mesmos estados se encontram no topo quanto ao número de representantes na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional, sendo esta a base do poder legislativo brasileiro.

Quadro 1: Número de deputados por estado na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional (2022).

ESTADO	Nº de deputados	ESTADO	Nº de deputados
São Paulo	70	Piauí	10
Minas Gerais	53	Alagoas	9
Rio de Janeiro	46	Acre	8
Bahia	39	Amazonas	8
Rio Grande do Sul	31	Amapá	8
Paraná	30	Distrito Federal	8
Pernambuco	25	Mato Grosso do Sul	8
Ceará	22	Mato Grosso	8
Maranhão	18	Rio Grande do Norte	8
Goiás	17	Rondônia	8
Pará	17	Roraima	8
Santa Catarina	16	Sergipe	8
Paraíba	12	Tocantins	8
Espírito Santos	10		

Fonte: Adaptado a partir de Câmara dos Deputados (2022).

Ao expor o corpo ao real, identifica-se que o estado mineiro se impõe como desafiador. Percebe-se ações que envolvem diferentes entes, públicos ou privados, cabíveis em uma mesorregião estadual, não necessariamente aplica-se a outra imediata ou não, fronteira ou não. Tendo em vista que o estado carrega particularidades embrionárias em cada lugar. Uma mesma mesorregião, como é o caso do Vale do Rio Doce, abriga microrregiões distintas e, por vezes, conflituantes - a exemplo da siderurgia em Ipatinga e, simultaneamente, da produção do grão de café em Caratinga ou Piedade de Caratinga.

Se essas duas atividades irão exercer forte pressão sobre a produção do espaço local (político, econômico, social, ambiental, entre outros), imagine ao inserir a pluralidades de atividades outras que ali se instalam.

Foto 3: A multiplicidade das paisagens mineiras



Plantio de café em Piedade de Caratinga – MG



Usiminas em Ipatinga – MG

Fonte: Acervo pessoal. (janeiro de 2023).

Todas essas interações geram reflexos nítidos no modo de viver e usufruir de cada um desses territórios. Aquela breve representação da realidade desses três municípios supracitados, por si só, já gerariam uma longa discussão, o que não será material aqui analisado, somente exposto a fim de evidenciar a complexidade estadual mineira.

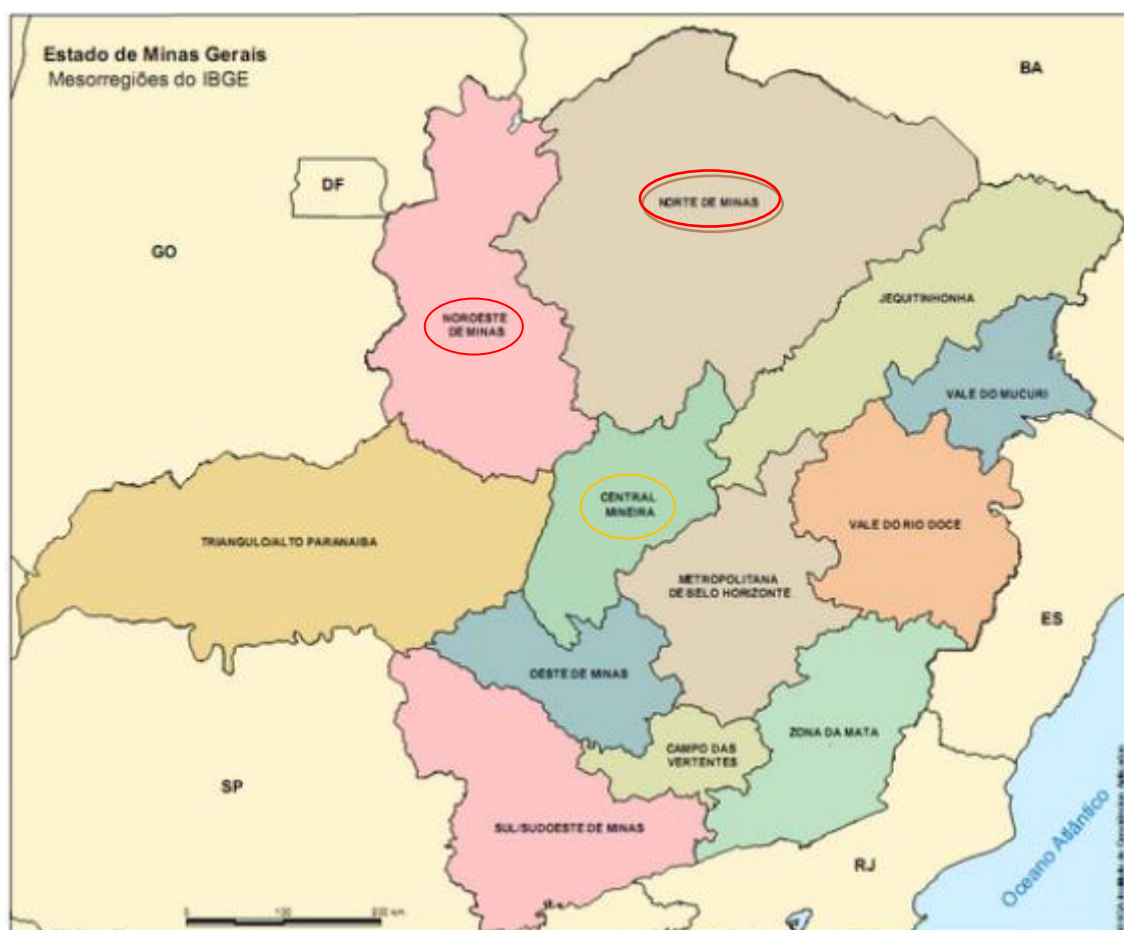
Ressalta-se ainda as sobreposições socioculturais e os efeitos da diversidade ali existente. Diversidade que, conforme Morin (2015a, p. 454) define:

[...] a diversidade tem valor seletivo maior, pelas qualidades que traz para uma população, que uma solução que homogeneizaria esta população com base no mais atuante. Recordamos que a diversidade, que causa horror a todas as racionalizações homogeneizantes, é fonte de evolução, de desenvolvimento e de complexidade

Trama infinita de situações contraditórias, por vezes conflituosas, por vezes complementares, exercendo pressões que recaem sobre os municípios. Estruturas estatais que contêm populações urbanas e territorialidades de múltiplas origens e formações que se veem passíveis de processos e ações imediatistas, sejam de origem estatais, sejam de origem privadas. Isso sem considerar a amplitude das consequências e responsabilidades futuras frente as rugosidades ali vigentes.

Outra propriedade específica desse estado é a quantidade particularmente expressiva no referente ao número de subdivisões em mesorregiões do estado. Um total de doze mesorregiões (figura 8), reflexo direto de sua extensão político-territorial. Essas mesorregiões desdobram-se em sessenta e seis (66) microrregiões (quadro 2) que abrange, segundo a divisão territorial brasileira do IBGE (2021), um total de 853 municípios.

Figura 8: Mesorregiões mineiras



Fonte: Adaptado a partir de IBGE - Estimativas populacionais (2019).

Há quatro mesorregiões de maior significância para essa pesquisa: Metropolitana de Belo Horizonte, a Central Mineira, a Noroeste de Minas e a Norte de Minas. O motivo é que a mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte é composta pela microrregião de Sete Lagoas, esta que abriga o município de Cordisburgo, cidade natal de João Guimarães Rosa.

Já a mesorregião Central Mineira acolhe as microrregiões de Curvelo e de Três Marias, municípios percorridos por Rosa ao acompanhar um grupo que conduziu um rebanho bovino. Trajeto esse intitulado por esse mesmo romancista como “Caminho da boiada de 1952”. Como consequência direta dessa imersão resultou em um conjunto de notas basilares para produção literária posterior de suas principais obras. Essa vivência proporcionou a Rosa uma rica fonte de inspiração e documentação sobre o Cerrado e os povos cerratenses. A partir da partilha e observação vivida em conjunto com esse grupo particular de sujeitos conhecedores desse bioma.

Quadro 2: Minas Gerais – Subdivisões em mesorregiões

	MESORREGIÕES	CONTEÚDO
1	Central Mineira	Três microrregiões
2	Metropolitana de Belo Horizonte	Oito microrregiões
3	Zona da Mata	Sete microrregiões
4	Sul/Sudoeste de Minas)	Dez microrregiões
5	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Sete microrregiões
6	Oeste de Minas	Cinco microrregiões
7	Noroeste de Minas	Duas microrregiões
8	Norte de Minas	Sete microrregiões
9	Jequitinhonha	Cinco microrregiões
10	Vale do Mucuri	Duas microrregiões
11	Vale do Rio Doce	Sete microrregiões
12	Campo das Vertentes	Três microrregiões

Fonte: Adaptado a partir de IBGE - Estimativas populacionais (2019).

Para, enfim, aterrissar nas mesorregiões Norte e Noroeste, contexto em que está localizado o objeto fim dessa tese: o PNGSV; o PESA; o urbano com atuação local e global; e as comunidades sertanejas cerratenses territorializadas.

A partir do critério interpretativo econômico, observa-se que as mesorregiões focais contribuem de forma ainda muito tímida com o montante arrecadado pelo estado, tendo pouca diversificação em produtos e serviços oferecidos como constatado nas figuras seguintes.

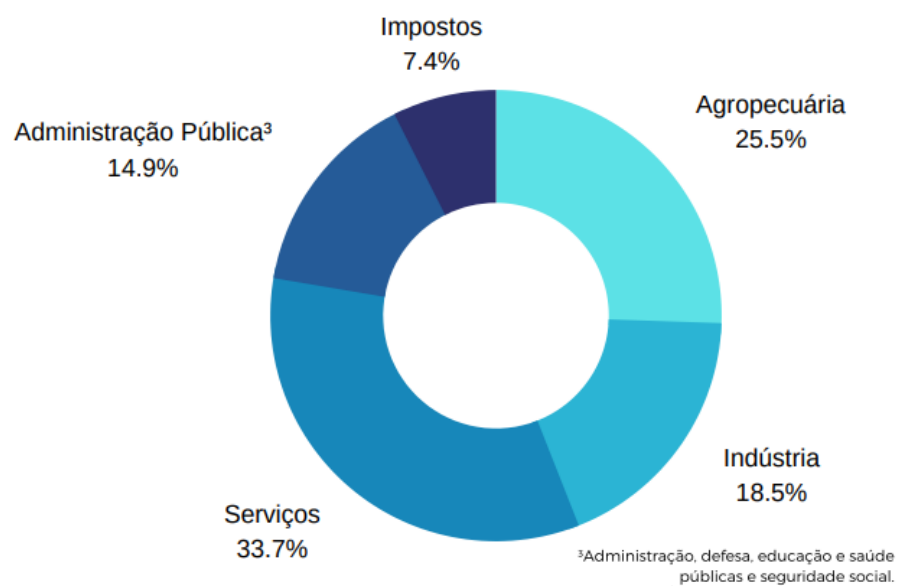
Figura 9: Participação no PIB (2017) estadual por mesorregião

Participação relativa das mesorregiões no PIB do estado	
Metropolitana de Belo Horizonte	40,12%
Triâng. Mineiro e Alto Paranaíba	16,35%
Sul e Sudoeste de Minas	12,88%
Zona da Mata	8,14%
Vale do Rio Doce	5,82%
Oeste de Minas	4,42%
Norte de Minas	4,23%
Campo das Vertentes	2,06%
Noroeste de Minas	2,04%
Central Mineira	1,78%
Jequitinhonha	1,28%
Vale do Mucuri	0,87%

Fonte: IBGE/Sistema de Contas Regionais (2017).

Figura 10: Norte de Minas – Composição do PIB

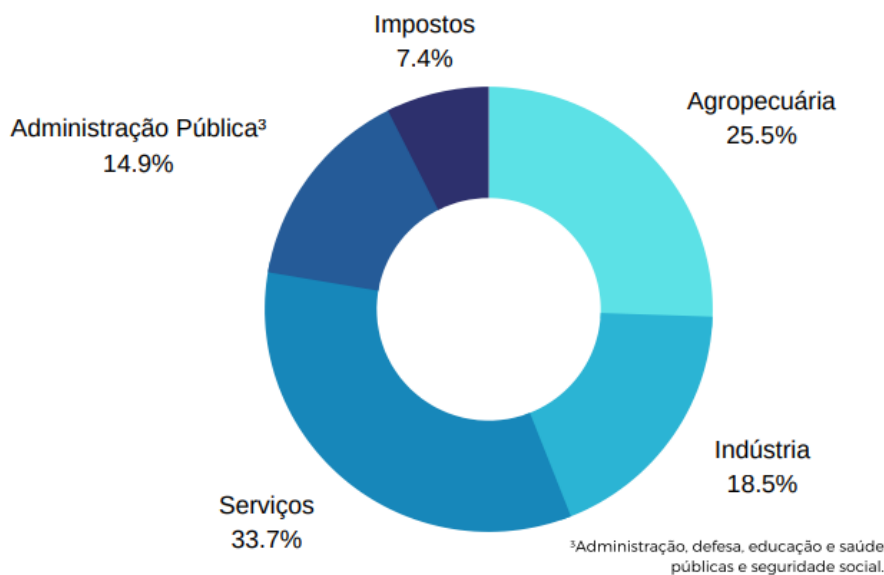
Composição do PIB da mesorregião por setor econômico - 2017



Fonte: IBGE – Estimativa populacionais (2019).

Figura 11: Noroeste de Minas – Composição do PIB

Composição do PIB da mesorregião por setor econômico - 2017

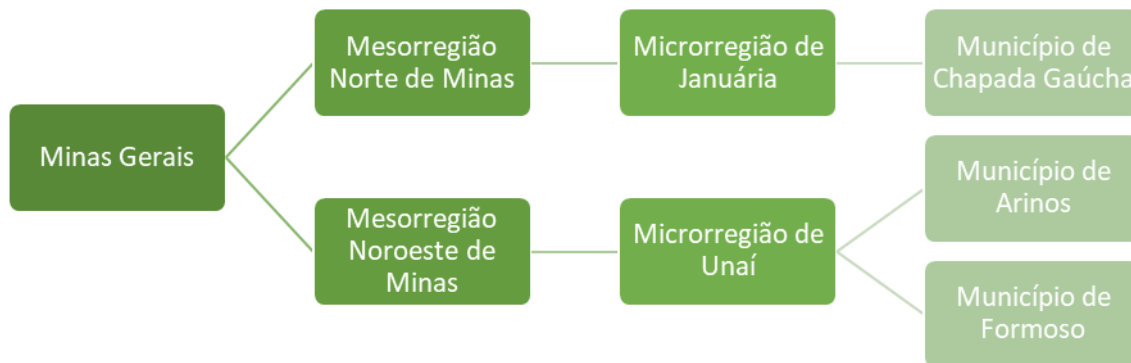


Fonte: IBGE – Estimativa populacionais (2019).

O interessante perceber na leitura destes dados que, mesmo sendo mesorregiões distintas, os dados se repetem de forma igualitária, coincidência que pode até representar uma sobreposição de informações quanto a representatividade e distinções que se fazem no real. Reverbera-se assim a retórica do urbano sobre os municípios que não são polos onde a produção e reprodução capitalista se destacam e, por consequência, contribuem com as receitas da respectiva mesorregião. Na Norte, os municípios que se destacam são: Montes Claros, Janaúba e Januária. Enquanto no Noroeste, destacam-se: Unaí, Paracatu e João Pinheiro. Nenhum desses estarão nas análises desse estudo.

Assim, centra-se no seguinte contexto geográfico focal:

Figura 12: Mesorregiões mineiras focais



Fonte: Elaboração própria (2023).

Essas mesorregiões abrigam o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, nome dado em virtude da interpretação de grupos organizados da sociedade, conhecedores da literatura rosiana, que, a fim de preservar o bioma e as características do lugar retratado por Rosa em suas obras.

Cabe aqui ressaltar outro aspecto que é utilizado em discursos competentes economicistas. Discursos esses que corroboram e utilizam de dados sobre a contribuição no PIB para distorcer e invalidar a continuidade de realidades múltiplas do estado mineiro, em especial, das mesorregiões Norte e Noroeste, foco central deste estudo.

Tais discursos criam a narrativa de “regiões pobres” ou fadadas ao esquecimento - ou como vimos anteriormente no caso dos bandeirantes, espaços a serem desbravados – para impor aos mesmos uma lógica da produtividade e reprodução de capital – que também já vimos em Milton Santos sobre o resultado como reprodução do dinheiro em estado puro.

Mesmo depois desse arsenal de dados e informações quantitativas, tão bem aceitas nos dias atuais como forma de representação fidedigna da realidade, não se pode afirmar que, somente a partir dessa disjunção estratificada e embasada na vertente econômica, sustente e dê conta de expressar a realidade vivida e experienciada nesses lugares, prova-se aqui exatamente o oposto e as contradições.

Assim, faz-se necessário romper com a perspectiva rasa capitalística e dialogar com o conceito crítico de pobreza que não recairá nas armadilhas perniciosas e perversas, atribuídas a construção economicista direcionada unicamente a reprodução do capital. Este estudo irá se ater ao conceito crítico de pobreza constituído a partir do professor Hélio Alexandre Silva. Este explora a constituição conceitual a partir do campo da Filosofia Social. Supera-se aqui as teorias que conceituam e descrevem a pobreza como ausência ou ínfima obtenção de recursos econômicos, abrindo-se a perspectiva de viver sistematicamente em privação. Neste contexto, também se extrapola a orientação teórica e social que aceita e promove, sedimenta tal conceituação a partir da profunda “afinidade entre pobreza e o mínimo” (Silva, 2021, p. 139 – tradução livre).

Nesse entendimento, concebe-se a ideia simplista de que se pode alterar a situação da pobreza ao fornecer esse mínimo que lhe é faltoso. Porém, para Silva (2021), a pobreza deveria ser estipulada, tendo como base, o “nível de negação de acesso ao que foi produzido socialmente”. Aqui, a pobreza é interpretada como um fenômeno social e multidimensional. Este caráter coexistente multidimensional aparece, muitas vezes, apagado, negado, estancado e cristalizado a partir de teorias que assimilam pobreza e o mínimo. Sendo reflexo unilateral e dimensional da obtenção consumista de produtos e recursos estabelecidos por métricas economicistas.

Assim, a renda *per capita* não reproduz a fiel dimensão dos acessos e dos usos de recursos econômicos, ou até mesmo das ausências deles. A situação de endividamento segmentada em classes sociais, em nível nacional e internacional, é uma evidência disso, sendo mais um fator de indução que se traduz em disparidades e desigualdades socioeconômicas que apresentam respostas efetivas de ações que invertam as negações recorrentes do não acesso.

O capital e seus mais diversos dispositivos enebriam e manipulam sociedades inteiras. Impossibilitando a sua compreensão de autonomia que leve a tomadas de decisão sobre as particularidades e necessidades de acessos, seja individual, seja coletivo. Tudo isso só evidencia a vulnerabilidade do conceito de pobreza como obtenção mínima de recurso financeiro.

Ainda segundo Silva (2021) a tal cristalização teórica sobre a pobreza amalgamou a possibilidade de uma reconstrução crítica e real de movimentos que possibilitem sua alteração. Diante disso, esse autor apresenta seu argumento sobre a pobreza, onde essa deveria ser compreendida por seu aspecto mais elementar, a negação de acessos. Aqui, toma a Filosofia Social com base em Marx Horkheimer (1993, p. 9). Sendo dever dessa filosofia impulsionar estudos particulares e, simultaneamente, “permanecer aberta o suficiente para se deixar influenciar e mudar por esses estudos concretos”. Assim,

[...] pensar a pobreza como algo que orbita em torno do mínimo faz parte de uma tendência no campo teórico que trata desse fenômeno social. Entretanto, uma das consequências dessa simbiose, embora às vezes bem intencionada, é que ela tende a encobrir um movimento de legitimação indireta da desigualdade e, conseqüentemente, da pobreza. A falta de acesso a qualquer um dos bens socialmente produzidos (casa, comida, saúde, educação etc.) expõe diferentes dimensões da pobreza, mas sua posse não significa necessariamente que a pobreza tenha sido superada. [...] Na maioria dos casos, o movimento simbolizado pelo esforço explícito de garantir o mínimo para muitos, muitas vezes funciona como uma justificativa implícita que legitima a posse do máximo para poucos. [...] Sob o argumento de voltar-se para a compreensão das dinâmicas incluídas na experiência de privação mais profunda, ou seja, de pensar a pobreza sob a perspectiva do mínimo, corre-se o risco de construir análises que reduzam seu elemento normativo às expectativas de superação da barbárie em vez de encontrar potenciais emancipatórios mais promissores. (Silva, 2021, p. 158 - tradução livre).

Neste contexto, é comum que escutemos retóricas com base a confundir pobreza com desigualdade, constituindo-se uma verdadeira armadilha. Esse autor nos mostra a prova necessidade de construção de uma “capacidade crítica” ao que tange o conceito de pobreza, elencando critérios como “humanidade, dignidade e satisfação” de necessidades elementares como potentes no verdadeiro combate à pobreza.

Por fim, esse autor aborda:

Quando as teorias tradicionais sobre a pobreza pensaram nesse fenômeno social, principalmente com base na métrica do mínimo, elas tenderam a produzir alguns déficits críticos ou, citando Horkheimer, deixaram de ser “uma força interna para estimular a mudança”. Esses déficits podem ser ilustrados pelo resultado, em termos práticos (como políticas públicas), dos esforços concentrados exclusivamente naqueles que vivem perto da privação absoluta. Se a pobreza for entendida como algo que gira em torno da falta de acesso ao mínimo, então só podemos esperar que as políticas derivadas desse conceito se limitem a combater a barbárie (fome e desnutrição, por exemplo). [...] Portanto, como sugerido por Horkheimer, a exposição das contradições sociais também deve ser um fator de estímulo às transformações sociais e políticas. Contemplar a pobreza a partir da crítica de uma tendência de assimilação teórica associada ao mínimo, sem desconsiderá-la como um fenômeno social multidimensional, certamente pode ser um passo nessa direção. (Silva, 2021, p. 160 - tradução livre).

Essa, sem dúvida, é uma interpretação essencial para compreendermos tal contexto geoespacial. Além de uma posição interpretativa, também a adotamos como posição política, onde, a partir desta mesma proposição, busca-se respostas orientadas pelo mesmo conceito.

Outro aspecto que merece destaque é extrair da leitura do território efeitos outros que não somente centrada na superficialidade do aroma economicista que entorpece e contamina possibilidades outras do existir no lugar. Uma vez que essa leitura confere pouca ou nenhuma ressonância aos aspectos culturais e da biodiversidade desses espaços, aspecto que, a depender da perspectiva, constroem verdadeiros não lugares¹³.

Foto 4: Vereda às margens do Rio Pardo - território quilombola de Buraquinhos



Fonte: Acervo pessoal. (setembro de 2022).

Diferentemente, conduzimo-nos em direção de lugares, tal destaque é articulado e representado no romance rosiano Grande Sertão: Veredas. Aqui o Grande Sertão é um lugar, as veredas são lugares. No teor dessa obra literária é possível conviver, mesmo que por via da ficção, com a linguagem particular do sertanejo em sua íntima relação com o Cerrado: rios, fauna, flora, características socioculturais presentes nas vilas e no povoados.

Diante desses aspectos e em concordância com Milton Santos (2002), destaca-se aqui a superação na estrutura do saber que separa, segrega e desarticula a complexidade de Espaço Geográfico brasileiro, sobrepondo uma névoa sobre a significação das relações e do território, da exposição do sujeito ao território e os desdobramentos possíveis dessas interpretações. Generaliza-se assim o uso do território, captura-se fragmentos e utiliza-se deles como se fossem uma realidade posta, duradoura, em suma, a verdade. Desconsidera-se particularidades por recair na simplicidade interpretativa do território.

¹³ Ver Marc Auge em seu livro Los <no lugares> espacios del anonimato: Uma antropologia de al sobremodernidad. Barcelona: Gedisa editorial, 2000.

Cita-se como contraponto a singularidade do município de Cordisburgo que, a partir de sua essência rural, inspirou João Guimarães Rosa a produzir obras literárias amplamente significativas à sociedade brasileira e com repercussão internacional.

Foto 5: Portão de entrada de Cordisburgo – MG



Fonte: Acervo pessoal (janeiro de 2023).

Em se tratando da mitologia rosiana presente na obra, Grande Sertão: Veredas, seu enredo desdobra-se nas fronteiras geopolíticas entre os estados mineiro e baiano. Paisagem predominantemente sertaneja e cerratense que, por poucas vezes, realça a divisa com o estado de Goiás. Não há menção ainda sobre a forte influência que o Distrito Federal iria exercer sobre essa região, lembrando que o projeto da construção da nova capital iniciou no ano de 1956, mesmo ano da primeira publicação daquela obra rosiana.

Foto 6: Rua do Museu Casa Guimarães Rosa



Fonte: Acervo pessoal (janeiro de 2023).

Esse autor mineiro conseguiu, como ninguém, expressar o espaço geográfico fictício que inspira a realidade de sua época através de sua obra, sendo até os dias atuais uma referência e inspiração aos que o leem, representando, por vezes, abrigo a fim de preservar a memória da cultura e do meio ambiente que sua obra abarcou, física e simbolicamente, criando uma espécie de “cartografia rosiana”.

1.3.1 Veredas Mortas: o impacto no uso do território dos sistemas tecno-científicos

A composição da região estudada envolve a área do Parna GSV e as populações cerratenses territorializadas, frente a insurgência da prática do agronegócio. Esta última conta com empresas fornecedoras de serviços e produtos vinculadas ao setor agropecuário que demandam baixa complexidade de execução. Porém, para aqueles serviços e produtos que carecem de alto investimento - científico, tecnológico e/ou econômico - utilizam-se do emprego de agentes externos em sua maioria das regiões com tradição naquele setor, principais utilizadores do hotel às margens da BR 479, na entrada da zona urbana de Chapada Gaúcha.

Situação de contraste com o perfil de habitantes do município, onde a única interação agente-externo *versus* habitante local é estabelecida na relação hierárquica da prestação de serviços do segundo para com o primeiro. De forma silenciosa, constata-se, mais uma vez, a intencionalidade da criação de um território político, seja nas relações interpessoais, seja na criação do município, para representar interesses de agentes exógenos e dormentes às necessidades dos que, realmente, habitam o lugar.

Foto 7: Uma representação da homogeneidade do agronegócio



Fonte: Acervo pessoal. Paisagem no percurso de Chapada Gaúcha para Brasília (janeiro, 2025).

Identifica-se também a implementação de uma atmosfera de artificialidade na produção do urbano, em especial na zona urbana de Chapada Gaúcha. Elementos urbanísticos esses que contrastam e destoam da maioria das cidades mineiras do centro-sul do estado, diagnosticando um novo perfil de urbano que se expande. Aqui, a reprodução de contrastes políticos, religiosos, econômicos, encontram-se impregnados no tecido social da “modernidade colonial” e seus grandes deslocamentos éticos, decorrentes da noção moderna de sociedade que exalta a competitividade, a individualidade, as rivalidades e os antagonismos.

A região de influência ao Parna GSV sofreu e sofre inúmeras transformações decorrentes da neocolonização sulista nas últimas décadas. Devido, principalmente, a forte ação antrópica, em especial, pela produção, reprodução e extração de vegetais exógenos ao bioma cuja finalidade é obtenção de recursos financeiros a partir da venda de matéria-prima para exportação, conhecido mundialmente por *commodities*. Tal tipo de monocultivo, autoriza a deter o uso do território, expondo e esterilizando as Veredas (foto 8). Paisagem recorrente na região, contendo buritis e troncos de buritis secos, no horizonte ainda é possível identificar um extenso pivô-central usado para irrigação de lavoura.

Esse não é um extrativismo que se beneficia e depende da vegetação nativa cerratense, pelo contrário, é um extrativismo, de água, de minerais e de todo o sistema bioquímico existente nesses ambientes que são, forçosamente, pressionados para produzir e reproduzir milhares de hectares de grãos, expondo o solo, a fauna, a flora, os sistemas hídricos e os grupos sociais cerratenses ao convívio com as intempéries e efeitos decorrentes da aposta de poucos agentes transformadores desses espaços que não demonstram nenhuma ética com o futuro dos territórios e dos agentes passivos, sendo sociais e ambientais cerratenses.

Foto 8: Vereda quase morta



Fonte: Acervo pessoal. Vereda cercada pelo agrocultivo, ao fundo vê-se um pivô central (setembro de 2022).

Não é novidade o fato de que o bioma Cerrado, e com ele toda sua sociobiodiversidade, é o ecossistema nacional que mais transformações, alterações antrópicas, sofrida nas últimas décadas. Isso acende o alerta. Seu desmatamento desenfreado impacta toda sua biocenose que, acionando ações de causa-efeito em cadeia, refletem diretamente nas principais nascentes que abastecem oito macrorregiões hidrográficas brasileiras e percorrem grande parte do território nacional. Sendo elas: Amazônica, Tocantins/Araguaia, Paraguai, Parnaíba, Atlântico Nordeste Ocidental, São Francisco, Atlântico Leste e Paraná. Para ter dimensão do potencial hídrico que se origina no Cerrado (figura 13), faz-se necessário relacionar outros corpos hídricos nacionais e fronteiriços, além de percorrer outros países da América do Sul.

Figura 13: Cerrado e as Regiões Hidrográficas brasileiras



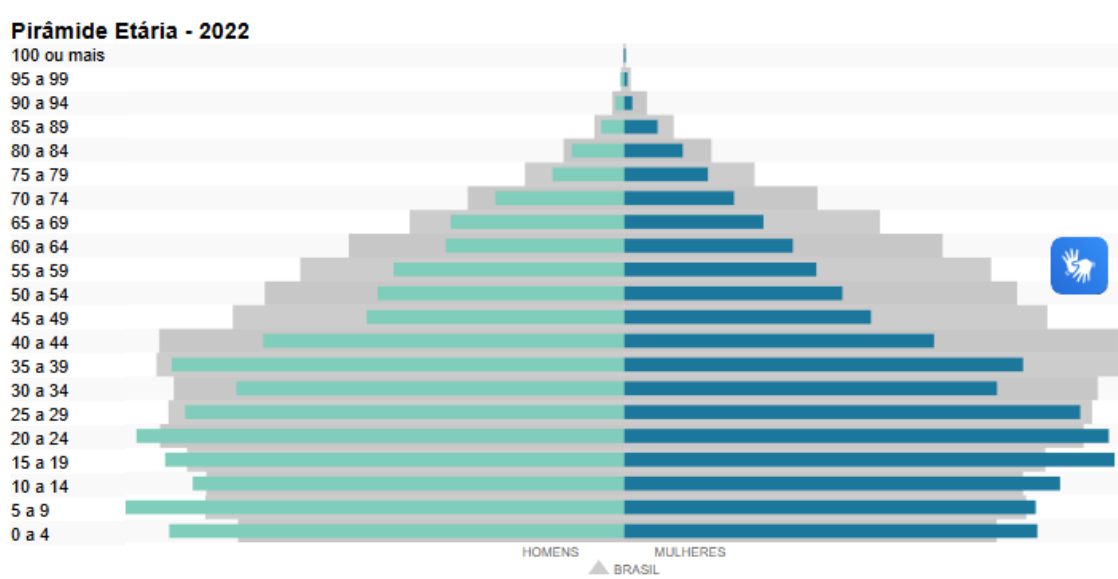
Fonte: Portal G1 (2023).

A macrorregião hidrográfica estudada nesta pesquisa incorpora a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, mais precisamente, as sub-bacias do Rio Urucuia e Rio Caririnha na região fisiográfica do Alto São Francisco. Aqui, buscamos compreender a dinâmica estabelecida no espaço circundante ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas - PNGSV, com o intento de ressaltar o espaço geográfico que, segundo Milton Santos (1986, p. 122), caracteriza-se como

[...] um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. (Santos, 1986, p. 122)

A partir dessa categoria geográfica, que também se faz método geográfico, interpreta-se e analisa-se as políticas e os discursos competentes desenvolvimentistas atuais que repercutem e se instalam nesse espaço como acionadoras de desenvolvimento na região do PNGSV. O principal município que compõe e oferece acesso direto, com infraestrutura para tal, ao PNGSV é Chapada Gaúcha. Sua população, segundo dados do censo do IBGE (2022), é composta por 12.355 habitantes.

Figura 14: Chapada Gaúcha – pirâmide etária



Fonte: IBGE Cidades (2022).

Desses, 6.355 são definidos como sendo do sexo masculino e 6.000 do feminino. Uma característica que chama atenção na pirâmide etária é que o maior número de mulheres se encontra na faixa dos 15 aos 19 anos (584 mulheres), a partir daí inicia um decréscimo no número total feminino nas demais faixas. Já o auge no que se refere ao número de homens por faixa etária, encontra-se entre 5 e 9 anos (593 homens), diminuindo esse número nas faixas seguintes.

Há sete faixas em que se detectam o número de mulheres superior, timidamente, ao número de homens: 10 a 14 anos, 15 a 19 anos, 25 a 29 anos, 75 a 79 anos, 80 a 84 anos, 85 a 89 anos e mais de 100 anos. Logo, soma-se o total de 12 faixas etárias em que a quantidade de homens supera a somatória de mulheres. Por fim, verifica-se um empate quantitativo nas duas faixas que compõem a idade entre 90 e 99 anos.

Esse mesmo município dispõe das seguintes instalações do público-privado em sua zona urbana. Levantamento realizado em especial na avenida central municipal, destacando instalações comerciais e públicas conforme segue na tabela 1.

Tabela 1: Impressões comerciais dos serviços urbanos em Chapada Gaúcha – MG
Chapada Gaúcha – MG: Instalações privadas e públicas presentes na avenida principal

Empresas com estrutura física local (Total)	66
♦ Supermercado	3
♦ Padaria	2
♦ Açougue	1
♦ Hotel	2
♦ Vestuário	13
♦ Cosméticos	2
♦ Barbearia	1
♦ Farmácia	4
♦ Cópia e impressão	1
♦ Peças para celular e informática	2
♦ Serviço de internet	1
♦ Ótica	2
♦ Autopeças veicular	1
♦ Manutenção de motos	2
♦ Utilidades para o lar	5
♦ Instituição financeira ¹⁴	3
♦ Representante de fertilizantes e consultoria ambiental	1
♦ Dentista	1
♦ Oftalmologista	1
♦ Perícia jurídica e consultoria ambiental	1
♦ Bares	3
♦ Distribuidora de bebidas	2
♦ Distribuidora de gás	1
♦ Posto de combustível ¹⁵	2
♦ Cooperativa ¹⁶	2
♦ Restaurante	2

¹⁴ Sicoob, Lotérica (Caixa Econômica Federal) Mais BB (correspondente do Banco do Brasil).

¹⁵ Shell e Ipiranga. Ainda existe uma outra unidade de abastecimento as margens da via de acesso rodoviário ao município, este da bandeira Petrobrás.

¹⁶ Cooapi e Coopasa.

♦ Materiais de construção e agropecuária	4
♦ Funerária	1
Empresa pública estadual de assistência técnica e extensão rural¹⁷ (Total)	1
Instituição militar (Total)	1
• Polícia Militar	1
• Praças públicas (Total)	2
Outras instalações privadas e públicas presentes no município	
Espaço de entretenimento e lazer¹⁸ (Total)	1
Igreja Cristã (Total)	15
▪ Protestante	14
▪ Católica	1
Instalações municipais (Total)	9
➤ Cemitério	1
➤ Prefeitura municipal – sede administrativa	1
➤ Rodoviária	1
➤ Câmara	1
➤ Unidade Mista de Saúde	1
➤ Escolas	2
i. Ensino Infantil	11
ii. Ensino Fundamental	15
iii. Ensino Médio	3
➤ Estádio	1

Fonte: Elaboração própria (2024).

Ressalta-se ainda que, quanto ao ensino superior ou técnico, há somente a menção de um polo universitário a distância em Chapada Gaúcha, nenhuma outra instituição de ensino técnico ou superior faz-se presente nesse município.

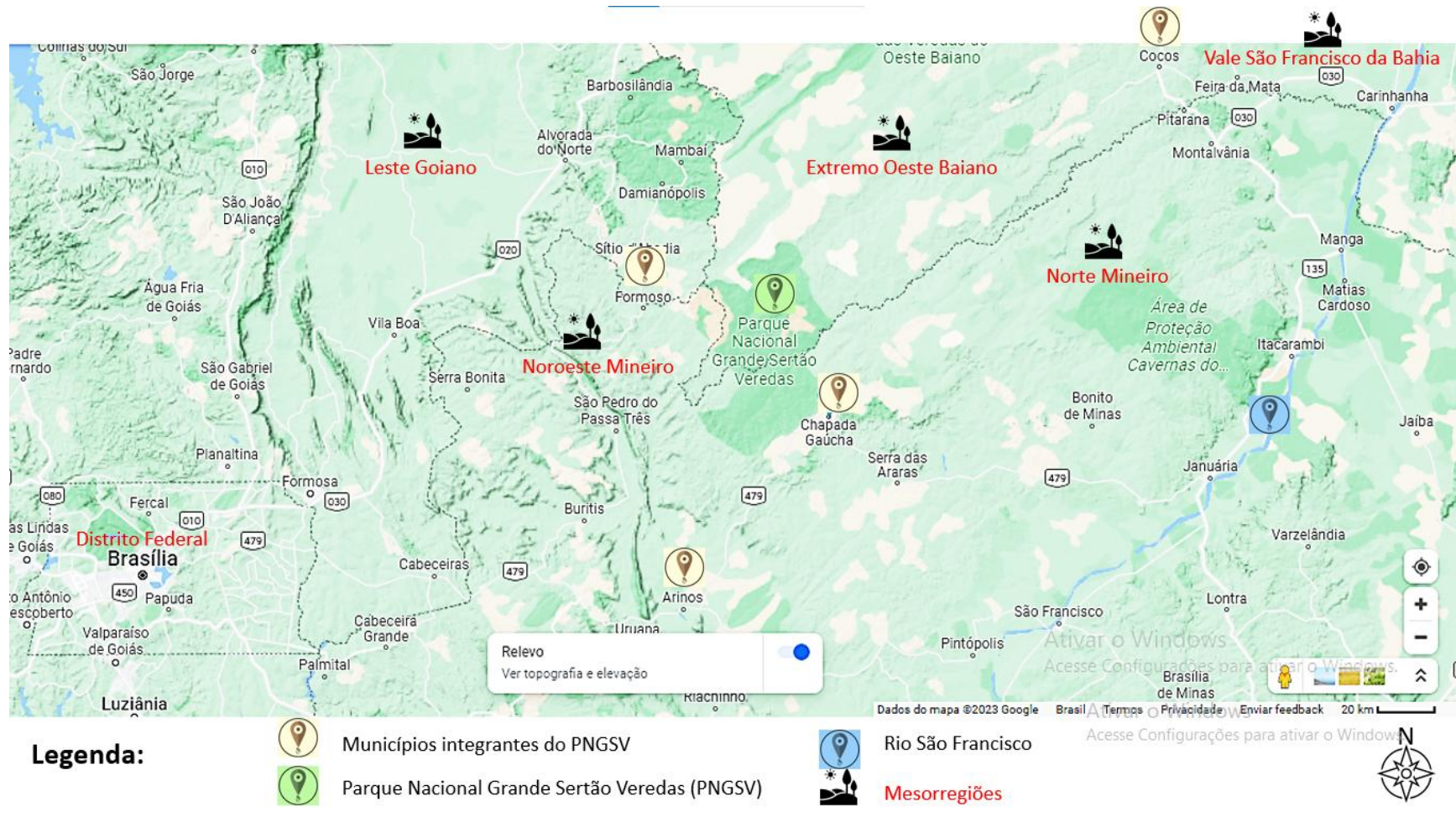
¹⁷ Emater-MG.

¹⁸ Centro de Tradições Gaúchas – CTG.

Outro fato geográfico importante que carece de registro e análise é o emaranhamento fronteiriço existente na região imediata ao PNGSV. Abaixo, (figura 15), ressalta-se as fronteiras entre os estados de Minas Gerais, Goiás e Bahia. Além dessa correlação, destaca-se que esses estados estão localizados em três das cinco grandes regiões nacionais: Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. Caso utilizássemos a redefinição das macrorregiões do Brasil (figura 6), a região estudada estaria cravada no ponto de encontro divisor das três macrorregiões: Norte, Nordeste e Centro-Sul. Logo seria o ponto cartográfico mais emblemático devido ao seu efeito interacional.

Sendo assim, elenca-se também mais uma forma de divisibilidade territorial, o estabelecimento das mesorregiões: Norte e Noroeste mineiro; Leste Goiano e Extremo Oeste Baiano. Ainda vale destacar a proximidade dessa região com o centro político, jurídico e administrativo nacional que é o Distrito Federal.

Figura 15: Sobrevoio sobre o objeto Parque Nacional Grande Sertão Veredas - PNGSV



Fonte: Elaboração própria a partir do Google Maps (2023).

É nesse complexo fronteiro de interações e adensamentos espaço-temporais que abriga uma variedade de sujeitos e, simultaneamente, os efeitos de suas ações e transformações que produzem assinaturas, registros espaciais dos múltiplos usos e suportes territoriais. Nessas últimas condições, encontram-se as populações tradicionais cerratenses, parte integrante da constituição cultural brasileira que, constantemente sofre com os efeitos das mudanças e sobreposições do uso do território ao longo do tempo.

Essa é uma região onde os conflitos decorrentes de oposições e sobreposições se impõem constantemente no uso do território onde está presente: áreas de proteção ambiental, (federal e estadual); área essa de produção de matéria prima para exportação (soja, milho e capim); áreas urbanas onde se instalam os detentores de ação sobre os respectivos municípios e, por consequência; áreas não-urbanas de territórios outros, abrigo de remanescentes de quilombo, povos tradicionais cerratenses, assentamentos¹⁹ de relocação de produtores da agricultura familiar e/ou extrativistas.

Toda essa complexa interação sociobiodiversa tende a se agravar com as sobreposições socioculturais. Os povos cerratenses e tradicionais do sertão mineiro com seus rituais e procissões, convivem com as expressões culturais sulistas, intitulado por “gaúchos” que impõem sua presença e símbolos de sua conquista. Situação similar ao que ocorria no período colonial, quando se construíam templos jesuítas nos territórios conquistados a fim de demarcar território e hierarquia. É importante ressaltar que não há aversão a essa última expressão cultural, uma vez que se entende que ela também é uma composição de reterritorialização na região.

Entende-se que as pessoas se deslocam por motivos múltiplos e encontram em outros territórios possibilidades de manterem suas manifestações culturais. O que se expõe aqui é a falácia de cultura única como fundadora para, por meio dela, produzir uma narrativa a fim de apropriação e detecção do poder político e administrativo institucional local, perspectiva fragmentária que reproduz, diretamente, o que se concebeu como território anômalo.

¹⁹ Cf. Gualdani (2019).

Outra incompatibilidade identificada é a que se apresenta no contexto do uso dos sistemas hídricos, a serem acessados pelos sujeitos da ação decorrentes da anomalia do território ou pelos sujeitos que tem, com o território, uma relação simbólica-afetiva. A ação dos primeiros causa impactos severos no corpo hídrico regional. Fato esse visível, seja nos períodos de estiagem, seja na estação das chuvas. Durante a estiagem, o uso da água doce disponível é disputado pelo consumo humano e produção industrial e agrícola. Já na estação chuvosa, é recorrente a inundação de bairros e vilas que margeiam os corpos hídricos. Aqui, o assoreamento do leito dos rios e ausência de planejamento político municipal, promovem as ações antrópicas locais, causando severos danos e impactos sobre os aquíferos ali presentes, comprometendo a manutenção para o uso futuro desses mesmos recursos.

Como par dialógico, conseguir capturar a intimidade expressa no território do Grande Sertão Veredas, seus povos e as respectivas tradições, é um desafio que muitos pesquisadores buscam cumprir, quase como uma “travessia”, expressa pelo próprio Rosa quando realizou a viagem ao sertão mineiro em 1952. Porém, tenta-se aqui a árdua missão de ressaltar um outro ângulo. Percebe-se que há uma urgência em conhecer e preservar a gnosiologia dos sujeitos do lugar a fim de auxiliar no fortalecimento da identidade cultural regional (real) - captar as coexistências entre o diferente, porém complementar (duplo) - e também ressaltar perspectivas outras capazes de gerar novas possibilidades de desenvolvimento integralizado, centrado no potencial sociobiodiverso e na ativação da cidadania responsável dos sujeitos territorializados.

Percebemos que os aspectos éticos tradicionais gerados através da vivência do sujeito em seu território, constituindo elementos culturais intrínsecos dos povos dessa região, está em processo de definhamento. Tudo isso por causa da crescente desterritorialização dos sujeitos cerratenses pelos agentes externos ao território. Elementos que acarretam perda de conhecimento popular cultural brasileiro em favorecimento da abertura exacerbada e irresponsável das ações do Estado em estreita relação com o setor privado. Destaca-se, especialmente, a breve e desastrosa gestão do poder executivo federal entre os anos de 2018 e 2022. Esse contexto político nacional, em conjunto com o setor privado de *commodities* agrícolas, intensificou os impactos negativos sobre a sociobiodiversidade cerratenses local.

Os dispositivos capitalísticos do agrocultivo exportador caracterizam-se como circuitos espaciais de produção agrícola. Prática essa que se estende e se propaga de forma desastrosa sobre o bioma Cerrado, além de produzir profundas cicatrizes nas populações tradicionais cerratenses que ali ainda resistem.

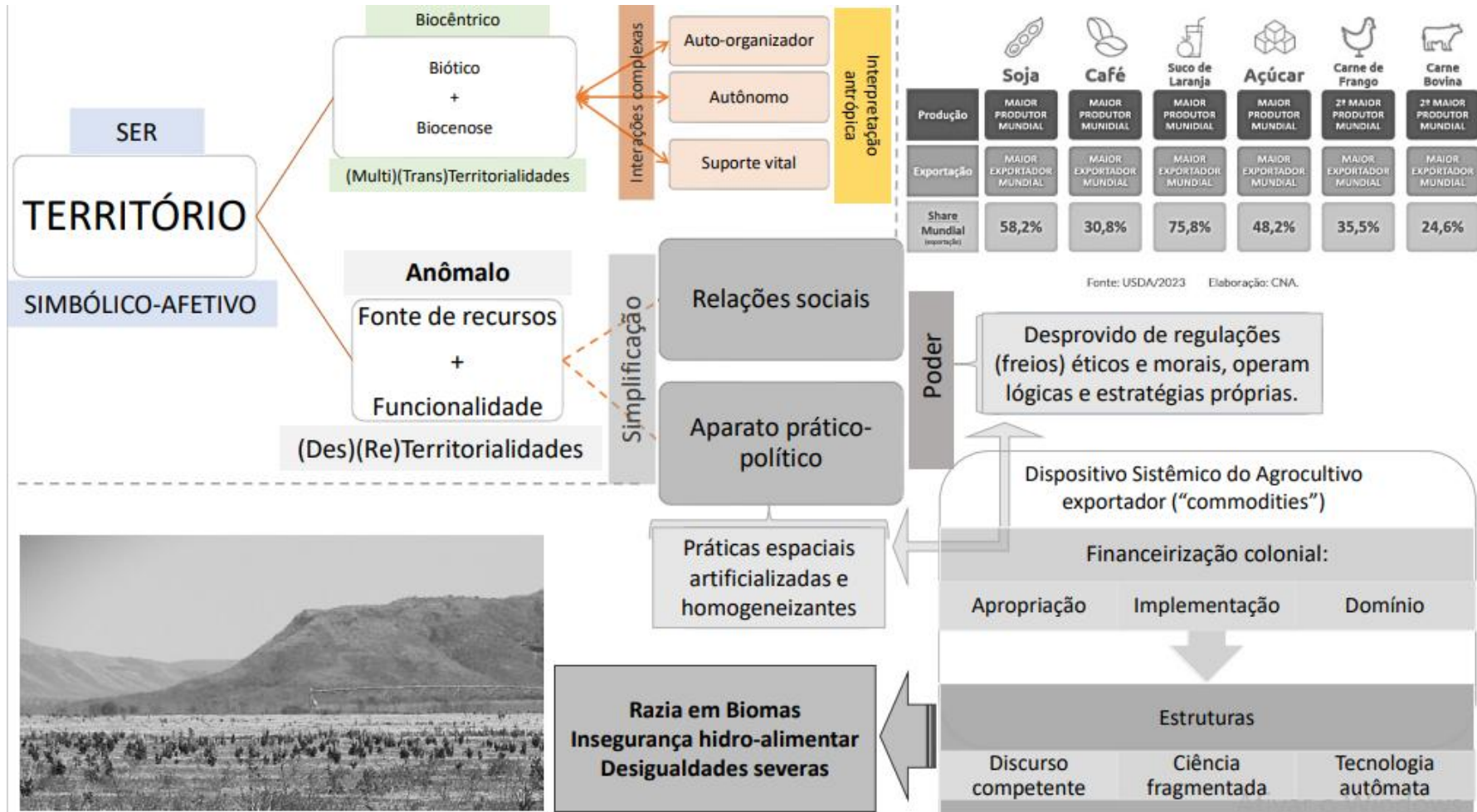
Neste contexto, cabe uma outra interpretação sobre o território como sendo um ser simbólico-afetivo, biocêntrico que estabelece interações complexas envolvendo os sujeitos territorializados. Território esse que é auto-organizador, autônomo e também suporte vital. Tal interpretação afasta-se da concepção anômala do conceito que o interpreta como sendo mera fonte de recursos, passivo e disponível a ações que visam sua funcionalidade em relação aos projetos e planejamentos da ação antrópica urbana.

As relações de poder, consequência direta da interpretação anômala do Território, necessita de regulações ético-morais para, ao menos, desacelerar os impactos negativos decorrentes do dispositivo sistêmico do agrocultivo²⁰ exportador. Tal dispositivo capitalístico estabelece-se em três fases, pela via da financeirização, em uma prática que remete ao período colonial: a) apropriação do território; b) implementação de técnicas e equipamentos; e, por fim, c) domina toda as relações sociopolíticas produtoras das práticas espaciais locais. Espaço esse que também é tempo empiricizado (Santos, 2009). Na fase de apropriação, insere-se silenciosamente, estabelecendo vínculos discretos com produtores ou detentores de propriedades não-urbanas, convencendo-os a ceder propriedade, seja por via da troca de bens materiais ou pela compra imediata.

Nesse sentido, rascunha-se uma concepção que se aproxima mais do objeto interpretativo desta tese, produzindo-se o esquema que se segue.

²⁰ Há uma escolha consciente do uso do termo “agrocultivo” ao invés do uso de “agricultura”, isso por compreender que o conceito de “cultura”, por si só, representa o diverso, o complexo, situação essa completamente distinta e ausente no agrário que reproduz monocultivares.

Figura 16: Território – Da anomalia do dispositivo Sistêmico Capitalístico ao simbólico-afetivo.



Fonte: Elaboração própria (Brandão e Araújo Sobrinho) a partir de Brandão e Araújo Sobrinho (2025); Haesbaert (2007, 2020), Santos e Silveira (2001), Deleuze e Guattari (1997), Morin (2003, 2016, 2015a, 2016); Sposito e Sposito (2022) e Sistema Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, (2024).

Normalmente, tudo isso acontece em um momento posterior a toda uma construção discursiva embasada em dados estatísticos e financeiros que determinam que tal região é improdutiva, ou pior, que carece, urgentemente, de empresas e empreendimentos privados para levar progresso e desenvolvimento socioeconômico em múltiplas escalas, primeiro do local, seguido do nacional, alcançando por fim o global. Os danos de tal projeto desenvolvimentista não são mencionados naquela construção discursiva competente, produzindo o que Santos (2009, p. 256) convencionou por tecnosfera²¹ e psicosfera²².

Ambas, compõem os “pilares” ao meio “científico-técnico”, responsável por introduzir racionalidade, irracionalidade e contra-razionalidade, “no próprio conteúdo do território”. Ainda segundo esse mesmo autor, esses pilares “são locais, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. Sua inspiração e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas”. Essa é a estrutura que sustenta o sistema capitalístico agroexportador. Fundamentado em discursos ultracompetentes, elaborados por um subsistema interno tecnocientífico que elabora recortes específicos, fragmentos, aos interesses daquele sistema que também se faz agente da transformação do território. Tudo isso com o aparato de instrumentos modernos, de tecnologia autômata, em especial de cunho digital.

A robustez instrumental, técnica e científica, em momento algum, opera em função do todo, da complexidade, da diversidade e da heterogeneidade que compõe o território. Ela impõe um verdadeiro estado de zebra nos biomas em que o sistema agroexportador se estabelece. Como prova disso, têm-se as alterações e destruições da Mata Atlântica (agrocultivo de cana-de-açúcar, café, minérios, entre outras), situação se repete de forma desastrosa na Floresta Amazônica brasileira e no Cerrado.

²¹ A “tecnosfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio”, onde “frequentemente, traduz interesses distantes. Instala-se “substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, constitui um dado local, aderindo ao lugar como uma prótese” (Santos, 2009, p. 256).

²² A psicosfera seria o “reino das ideias, das crenças paixões e lugar da produção de um sentido”. Ela “também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário” (*ibidem*).

Mas esses não são efeitos isolados à sociobiodiversidade, para além, tem-se a ampliação da concentração de capital em determinados indivíduos que mantêm a irreversibilidade da situação, gerando severas desigualdades de acessos aos meios que proporcionem a dignidade humana e manutenção da diversidade da vida. Um dos pontos que se faz recorrente, é a insegurança hidro-alimentar, uma vez que o agrocultivo exportado é produzido por meio da absorção de nutrientes e água, parte integrante do território. Componentes esses que também são utilizados para consumo e manutenção da sociobiodiversidade local.

Enfim, os sistemas tecno-científicos, em especial o dispositivo do agrocultivo para atender o capital, privilegia o dinheiro em estado puro, drena a diversidade vital das veredas, além de esgotar as solidariedades orgânicas do lugar. Nesse percurso muitas formas de vida são drasticamente impactadas, se não ceifadas.

1.3.2 Jogo das interações: a necessidade de superação ideológica para aproximação do objeto PNGSV e PESA

Há um esforço de transcender a racionalidade fechada cartesiana que transmuta e limita a complexidade que existente nas ciências humanas. Para isso, faz-se necessário compreender realidades acessíveis somente às percepções mais íntimas, de dimensão local, para, a partir daí, acessá-la.

Necessita-se falar ou criar uma comunicação que tenha a força da representatividade dessas identidades tão plurais no Brasil. Assim, traduzir e transmitir a composição da tecitura socioespacial presente na região circundante ao PNGSV. Aqui, não se pode deixar de destacar os fenômenos sociais representativos decorrentes de sujeitos em suas origens territorializado e a forte ausência de sujeitos que operam a transformação do território. Para esse diálogo podemos acrescentar as palavras de Grada Kilomba (2020)²³: “desobedecer à ausência e [...] viver na existência”. Palavras que bem se aplicam nessa pesquisa em que a identidade é representada pela força simbólica da memória coletiva e suas tramas, imbricações, dependências recíprocas, tensões, complexidades a produzir a categoria de Território. Neste contexto,

²³ Psicóloga, psicanalista, escritora e artista interdisciplinar. Escreve o Prefácio da obra de Franz Fanon na versão digital de *Pele negra, máscaras brancas* (Fanon, 2020).

[...] O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência. [...] O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (Santos *et al.*, 2007, p.13-14).

Os aspectos dos elementos soltos no caos do Território, sua natureza, são repletos de signos que, aos olhos atentos do observador consciente, tem o potencial de realizar a leitura da composição e manutenção da paisagem ali estabelecida. Não fixa, em constante mutação, uma vez que as forças e as ações que atuam sobre esse Território são detritos de uma suposta ordem de interesse daqueles que, continuamente, esforçam-se para manter tal representação.

Um exemplo disso é a ideologia estabelecida e, forçosamente, mantida de propriedade no sistema capitalista, como se fosse uma espécie de coágulo que interrompe o movimento, retira todo o direito dialético de existência, de fluidez orgânica, de historicidade.

A fim de uma aproximação maior com o contexto, faz-se essencial tratar sobre o conceito de ideologia, aqui inicialmente centrado em dois autores: Marilena Chauí e Slavoj Žižek.

Chauí se debruça sobre a influência da ideologia e na cultura e na democracia, a estabelecer discursos competentes e outras formas de produção de falas, atribuindo a aptidão de elaborar ou de proferir discursos a poucos, os chamados “agentes sociais”. Assim, essa autora discorre:

[...] A ideologia, forma específica do imaginário social moderno, é a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmos o *aparecer* social, econômico e político, de tal sorte que essa aparência (que não devemos simplesmente tomar como sinônimo de ilusão ou falsidade), por se o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico, é o ocultamento ou a dissimulação do real. Fundamentalmente, a ideologia é um corpo sistemático de representações e de normas que nos ‘ensinam’ a conhecer e a agir. (Chauí, 1980, p. 3).

Ainda para essa autora a coerência ideológica é sistematizada em determinações muito precisas, ou seja, no que ela designa por “discurso ideológico”. Cabendo a este, “coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser e, destarte, engendrar uma lógica” que unifique o pensamento, a linguagem, a realidade a fim de produzir uma “Figura particular universalizada”, enfim, reproduzindo o discurso ideológico da classe dominante.

Tal discurso é “lacunar” onde os termos ausentes criam uma “suposta veracidade”, assim, as ideias estão sempre deslocadas no processo histórico. Deslocamento esse que também se remete ao social e ao político. Cabendo assim diferenciar ideologia e saber, em que o saber resulta em ideias que são produto de um trabalho, já na ideologia as ideias são instituídas, ou seja, assumem forma de conhecimentos.

De forma complementar, Žizek lida particularmente com crítica a ideologia capitalista de matriz europeia instalada nas sociedades. Uma forma específica reguladora da relação visível-invisível, imaginável-inimaginável, assim como nas mudanças estabelecidas nessas relações. Esse mesmo autor vai se referir a ideologia como um processo de “(des)apreensão inversa”, um “espectro do Leviatã” em que a natureza humana antipolítica interage em conjunto com a necessidade do estabelecimento de poder, soberania por meio de um suposto contrato social. Isso tudo sendo responsável por paralisar “o *Lebenswelt* [mundo da vida] da sociedade”. Assim, para Žizek,

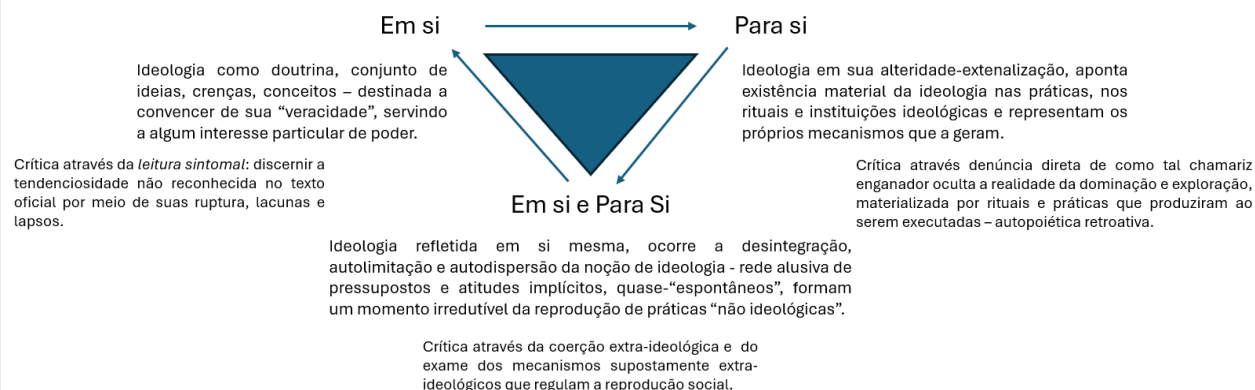
“Ideologia” pode designar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação à realidade social, até um conjunto de crenças voltado para a ação; desde o meio essencial em que os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social até as ideias falsas que legitimam um poder político dominante. Ela parece surgir exatamente quando tentamos erri-la e deixa de aparecer onde claramente se esperaria que existisse. (Žizek, 1996, p. 9).

Ainda segundo esse autor, a mistificação ideológica consistiria assim em uma espécie de evocação de emaranhamentos inerentes a determinada situação a serviço da ausência da responsabilidade quanto ao ato de agir. Esteja ela vinculada a um “sintomático ato falho verbal”, ou a um “mero lapso” insignificante. Essa mesma ideologia pode também ser compreendida como “oposto diametral” interno de “contingência externa”, cabendo a perspectiva e análise crítica o discernimento da necessidade oculta, ou seja, do que se “manifesta como mera contingência”. Tudo isso a fim de produzir um tipo de observador distante e livre de qualquer responsabilidade diante da situação metamorfoseada.

Žizek aponta também uma outra inversão homóloga centralizada na problematização “desconstrutivista”, na culpa e responsabilidade pessoal do sujeito, do sujeito que seria plenamente “responsável” por seus atos. Afinal, o sistema só poderia funcionar na situação em que a causa da culpa reside na disfunção do sujeito responsável em termos morais e criminais.

Em suma para esse contexto, o autor anterior contribuirá com a seguinte delimitação do conceito complexo de ideologia.

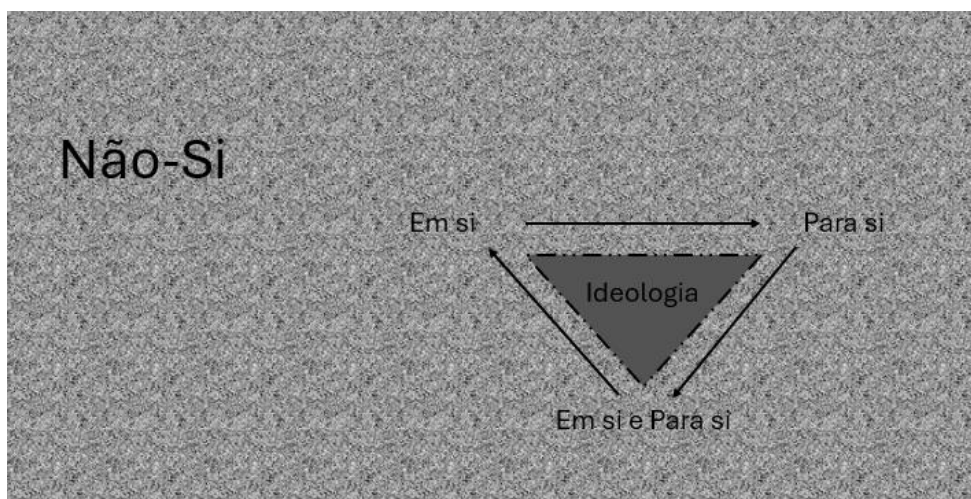
Figura 17: Si ideológico



Fonte: Elaboração própria a partir de Zizek (1996).

Com o fim de analisar o objeto nesta pesquisa não pararemos em tal interpretação de forma isolada, iremos além, seguiremos o que Morin (2015a, p. 178-182) abordará como o “ser ego(auto)cêntrico” no tangente à afirmação de “si”. É importante ressaltar que esse autor não tratará, no tópico mencionado, sobre ideologia. O mesmo será bem mais genérico, porém, identificando tal semelhança, faremos uma analogia para contextualizar a abordagem ideológica.

Figura 18: O não-Si ideológico



Fonte: Elaboração própria a partir de Zizek (1996) e Morin (2015a).

Dessa forma, chegamos a seguinte interpretação, em que a membrana fronteira da ideologia nada mais é que um segmento isolado interpretativo da realidade, ou seja, um espectro que é condicionada e direcionada conforme perspectivas dos agentes sociais dominantes. Estes que elaboram dispositivos e comportamentos com o intuito de proteger, de defender, de fuga, de ataque e de alimentação em benefício próprio.

É na distinção, na disjunção e na rejeição daquilo que se faz ameaça, que os dispositivos e comportamentos ideológicos comportam e afirmam seu aspecto identitário, logo, o si ideológico.

Assim, para compreender e inverter tal ideologia seria necessário a pronta utilização do pensamento crítico dialético, presença ressaltada em Lefebvre (1991, p. 23):

[...] o pensamento dialético transforma-se em linguagem dialética, que cobre e oculta não apenas os conflitos e contradições no ‘real’, mas a própria contradição entre ele e o real. O pensamento dialético se transforma em seu contrário: numa ideologia, porém aperfeiçoada, capaz de dissimular seu caráter ideológico.

Para que a ideologia se mantenha faz-se imperativo o frequente uso de ferramentas e dispositivos, mecanismos que criem e recriem a necessidade constante como meio de doutrinar os fios soltos que compõem o ideário de posse como algo necessário e essencial. Um fragmento de ordem que, conforme exposto ao universo caótico da realidade, substância elementos de poder para sua própria sustentação.

Uma espécie de “dança louca das borboletas”²⁴, giro infinito em espiral de domínio e titularidades, tal qual em Frédéric Gros (2018) quando se define o processo contemporâneo capitalístico de criação incessante de riquezas:

O que chamamos “capitalismo” é difuso, complexo, proteiforme. O fato é que, entre a sistematização da participação acionária dos operários, a importância da especulação financeira, o princípio generalizado do endividamento e as acelerações propiciadas pelas novas tecnologias, foi um novo capitalismo que se impôs há várias décadas: um modo de criação das riquezas pela dívida e pela especulação que desqualifica o trabalho (o salário é bom para os pobres), extenua as forças e o tempo. Não é exatamente que nos precipitemos rumo ao abismo – e ainda menos a um muro –; o próprio abismo é essa precipitação. O enriquecimento se faz em detrimento da humanidade futura. (Gros, 2018, p. 8).

Faces do todo multifacetado. Sua natureza já é como um pressuposto ultrapassado, inválido, o que requer novos conteúdos para sua manutenção e continuidade. Nesse ambiente a constituição da economia surge como, quase, um elemento orgânico. Natural. Um Ser que parece incorporar vida para se fazer presente, quase que como se necessitasse de constantes cuidados, alimentação e retroalimentação para alcançar o índices cada vez maiores de crescimento e se tornar independente das regras e normas que regem a sociedade. Uma espécie de aposta em que a valia de troca são as múltiplas formas de vida.

²⁴ Referência a música composta por José Ramalho Neto e Alceu Paiva Valença (1976).

Outro elemento-chave para a leitura do Território é analisar os agentes sociais: sujeitos políticos, jurídicos, sistemas financeiros e suas respectivas ações. Saber detalhes como sua origem, vinculação ou apadrinhamento, conhecer a trajetória, ajuda a compor um diagnóstico do cenário ideológico expresso no Território e como o mesmo afeta e é afetado por tais sujeitos.

O que Von Foerster (1960) nomeia de princípio “*order from noise*” e que Morin designa como “princípio da organização pela desordem” (2016, p. 72-76). Organizar a partir da aparente ordem e da agitação, do fluxo dos contrários que geram a desordem. A fim de estabelecer e interações que compõem inter-relações organizacionais, a engendrar uma nova ordem no infinito “jogo das interações e desordem” cuja sua força de resistência confrontará, continuamente, as interações a ela fugitivas, destrutivas.

Foto 9: Circuito do Jogo das Interações ao se transformar e se desenvolver

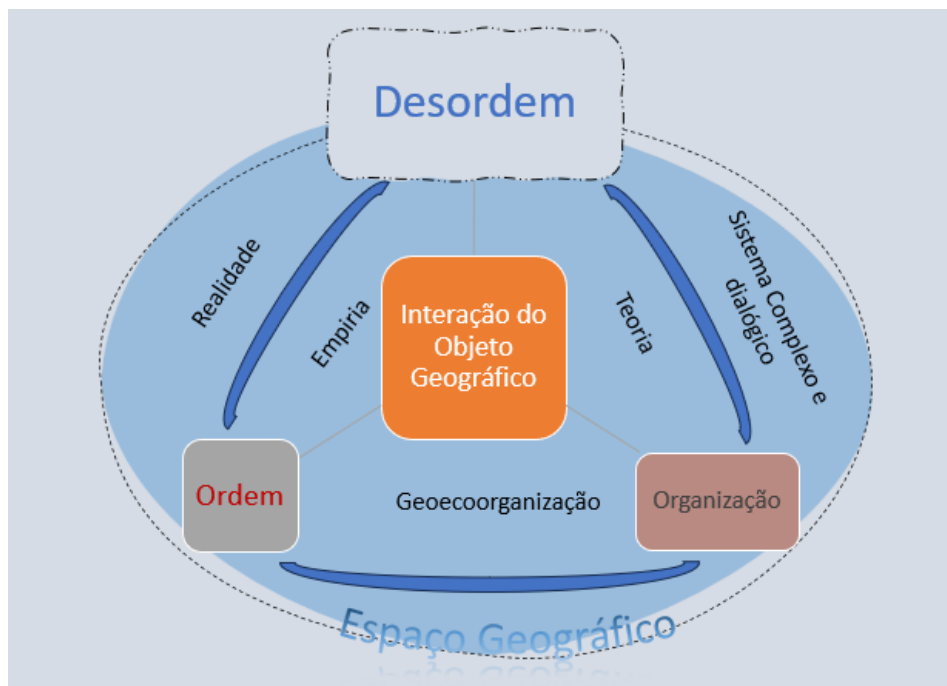


Fonte: Manuscrito a partir de Morin (2016, p. 77).

A aparente ordem do Território, em um segundo momento, desvela a desordem ali transfigurada, em plena movimentação somente substanciadas na singela e atenta análise das interações que se manifestam no real. Espaço esse passível de organização parcial, conforme a percepção e escolha dos agentes relacionais. Uma análise mais detalhada de determinadas partes e da contextualização ante a totalidade.

Assim, forma-se o que Morin (2016) designa como o Circuito do Jogo da Interações, aptidão para transformação e desenvolvimento. Parte-se da desordem, nesta situação específica do território pesquisado, para interpretação das interações ali dispostas de modo a ordená-las, a fim de uma primeira organização que leva novamente a desordem, mantendo-se o circuito até atingir o grau desejável de respostas e interpretações. Neste contexto, a natureza interpretativa desse território segue seu próprio Jogo das Interações a partir da geografização para a compreensão do objeto.

Figura 19: Jogo das Interações no Espaço Geográfico



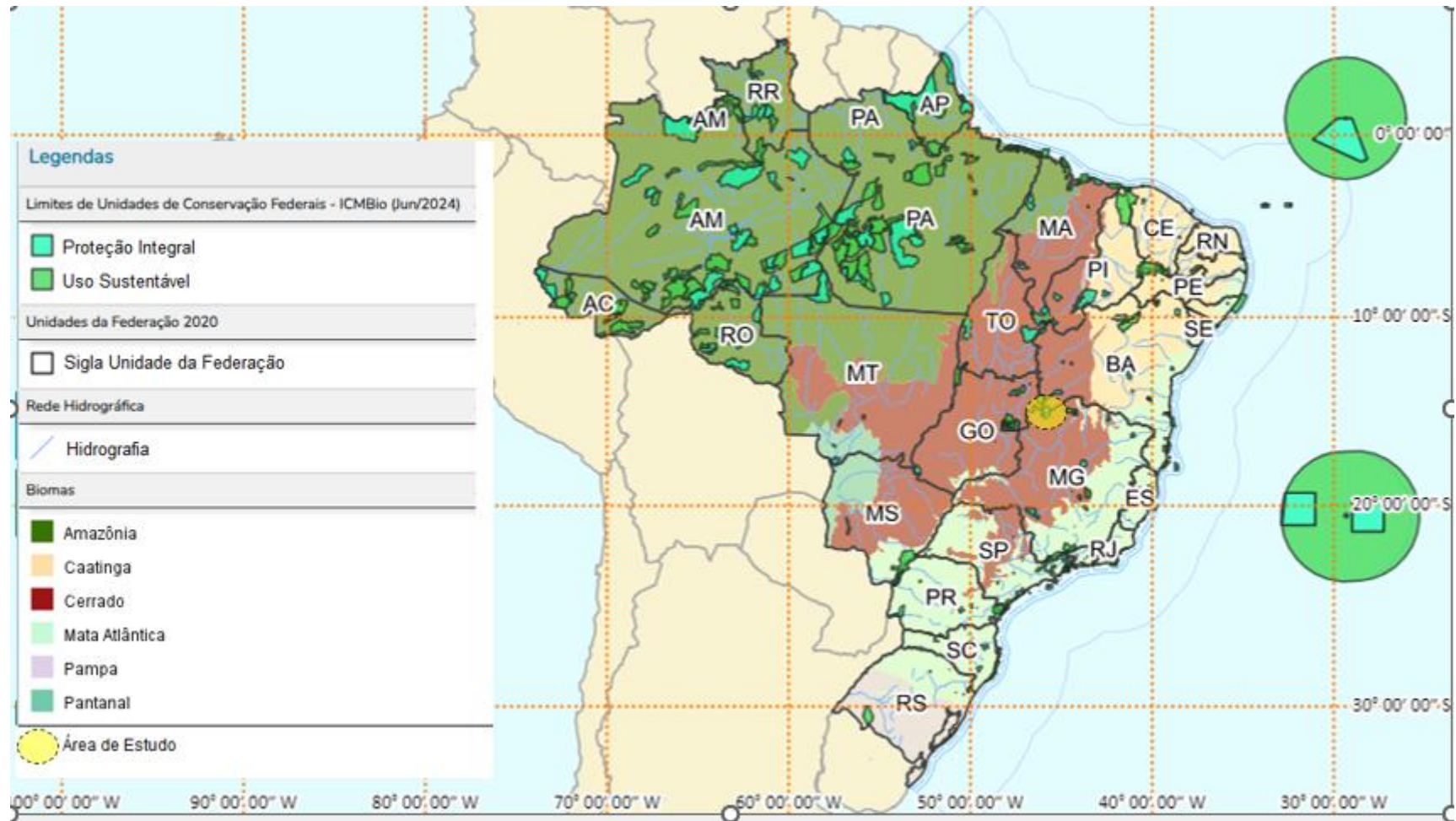
Fonte: Autoria própria a partir de Morin (2016) e Santos (1986).

Ressalta-se que o Circuito dos Jogos das Interações não é um circuito fechado e sim, um circuito em espiral. Pois tal qual um ritornelo, mesmo no momento de retorno ao ponto primeiro do circuito, a base de informações, dados, interpretações, respostas, alteram já a análise do sujeito pesquisador, toda essa base transforma sua segunda passagem pelo ponto regresso, passando a ser um re-conhecimento das demais interações sob novas perspectivas.

1.4 A FORMA-CONTEÚDO DA REGIÃO DO GRANDE SERTÃO MINEIRO E SUAS VEREDAS

O recorte espacial desta pesquisa assenta-se a partir da região circundante ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas (Parna GSV ou PNGSV), situado no extremo oeste baiano e no norte e noroeste mineiro. A área do parque é composta por porções dos municípios mineiros de Formoso, Arinos e Chapada Gaúcha. Também possui uma área considerável dentro do município baiano de Cocos. O recorte, como em um movimento de travessia, desloca-se também a fim de dialogar com, ora distrito, ora parque estadual, ora vilarejo de Serra das Araras. Região abrigo de inúmeros povoados sertanejos cerratenses.

Figura 20: Localização do contexto regional do Parque Nacional Grande Sertão Veredas – Minas Gerais e Bahia



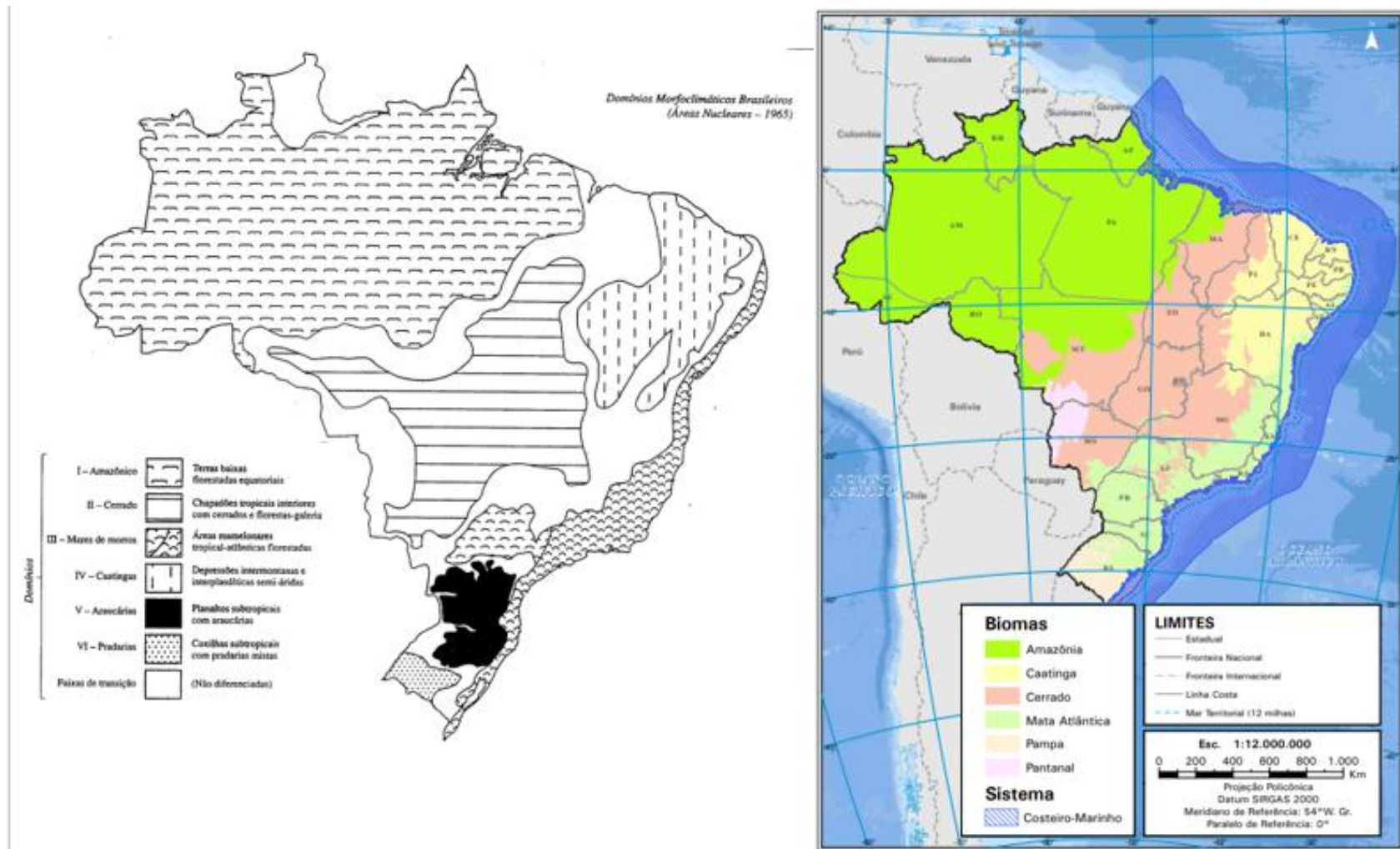
Fonte: Adaptado a partir IBGE – REGIC (2024).

O PNGSV insere-se na divisa entre as Unidades da Federação: Minas e Bahia. Situa-se nos limites fronteiriços com o estado goiano. Entender as singularidades sociais, ambientais, políticas destas unidades federativas é extremamente importante a plena compreensão desse contexto regional em si, salientando a necessidade de fazer também, constantemente, a leitura desta região no cenário nacional e global.

A figura a seguir, faz-se evidência ao projetar a zona do bioma Cerrado na área *core* do Brasil. Detentor de um ecossistema próprio que é composto por um mosaico de outros biomas em suas bordas, contendo aspectos exclusivos dessas zonas de transição. Aqui pode-se citar espécies da fauna e da flora que são endêmicas, que habitam, produzem e se reproduzem nesses ambientes peculiares.

Outra contextualização interessante se faz ao contrastar o realce entre biomas, em destaque ao Cerrado, arranjos populacionais e a localização do município de Chapada Gaúcha. Nesse recorte é possível identificar o tecido fragmentado de tais arranjos, sendo o mais sobressalente o que inclui Brasília. O que demonstra a realidade da urbanização interiorana do país, ínfima se comparado ao não-urbano. Sob tal perspectiva, os recortes municipais, em sua maioria, possuem pequenas zonas urbanas distantes umas das outras. Isso também é fato na região analisada, especialmente em Chapada Gaúcha.

Figura 21: Biomas brasileiros em redefinição e suas bordas

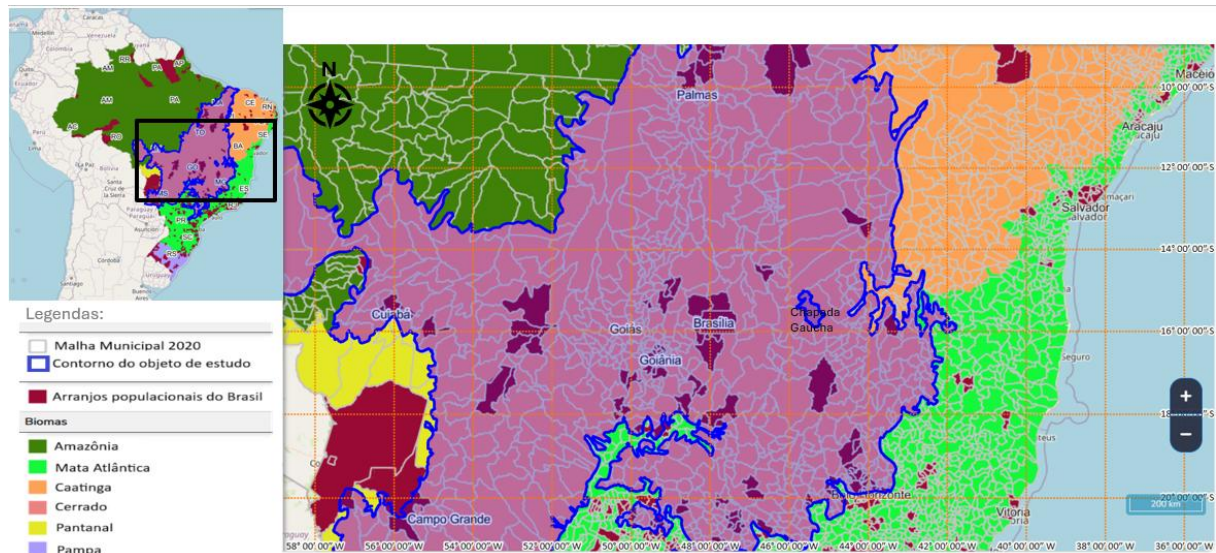


Fonte: Ab'Sáber (2003, p. 18) (adaptado).

Fonte: IBGE -Biomas e Sistema Costeiro-Marinho do Brasil 1:250 000 (2019) (adaptado).

O não-urbano se torna suporte aos planejamentos desenvolvimentistas dos agentes econômicos urbanos e, para atingir interesses individuais. Identifica-se uma estreita relação e solidariedade entre os agentes políticos e os agentes do agrocultivo exportador nas mais variadas esferas.

Figura 22: Arranjos populacionais e biomas



Fonte: IBGE – REGIC (2025) (com adaptações).

A região de imediata em que se insere o PNGSV situa-se entre fatos socioespaciais complexos. Um deles é possuir cursos hídricos que abastecem a Bacia do Rio São Francisco. As principais subbacias da região estudada são as formadas pelos rios Urucuia, Grande Verde e Corrente.

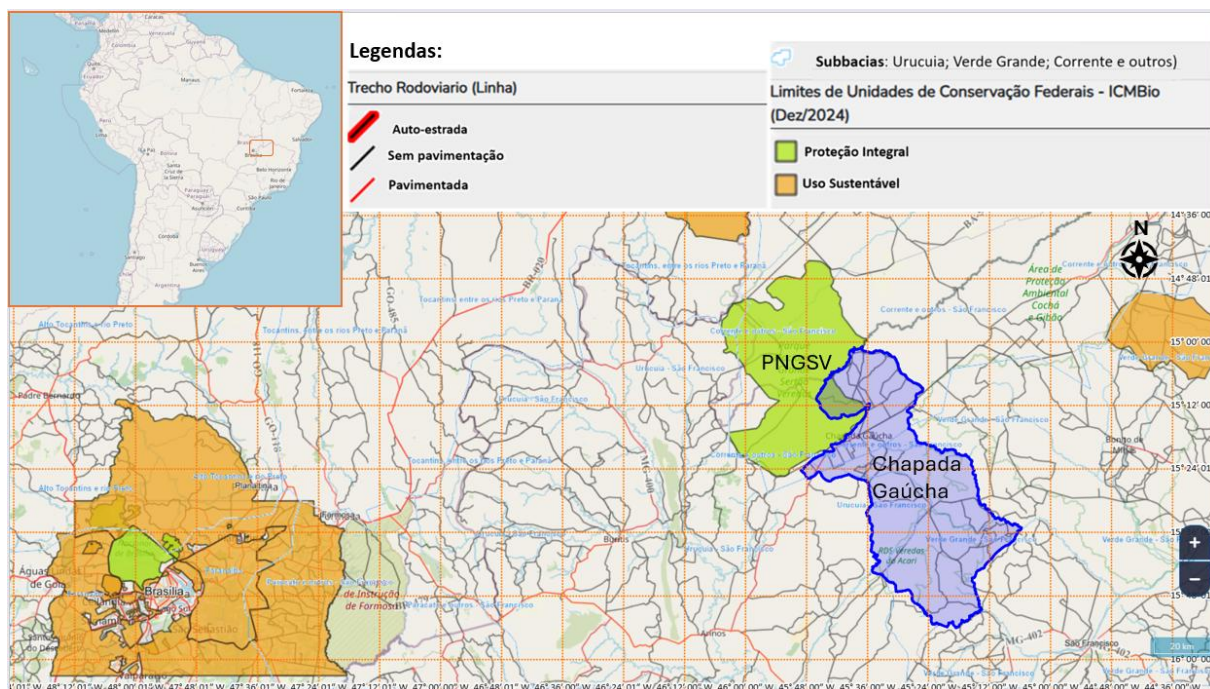
Foto 10: Rio Urucuia



Fonte: Acervo pessoal. Município Urucuia em Minas Gerais (agosto de 2023).

A posição geográfica ainda pode ser recortada em contexto do mosaico das mesorregiões: norte e noroeste de Minas; extremo oeste baiano e leste goiano, tendo forte influência da capital nacional, Brasília que impõe sobre tal forma-conteúdo ações antrópicas próprias nesse contexto geoespacial.

Figura 23 : Contexto geoespacial da região de estudo



Fonte: IBGE – REGIC (2025) (com adaptações).

Daí uma das necessidades de, constantemente, interrelacionar o local e o global, uma vez que esse território abriga populações tradicionais remanescentes indígenas e quilombolas, sujeitos desterritorializados desde o que se configura como “início da globalização”, ou em termos complexos, no que tange aos reflexos das inúmeras sequelas na nossa estrutura social. As fissuras da formação espacial de origem no processo neocolonial, resultante em um acumulado de ações intensificadas ao longo de séculos de invisibilidade da totalidade social, local, atuações de pequenas partes exógenas *por e para* elas mesmas.

Por vezes dá-se a impressão de que o PNGSV, meticulosamente desenhada por seus idealizadores, foi selecionada por motivos alheios a literatura rosiana, predominando aspectos facilitadores de implementação. Tais como o baixo adensamento populacional, a baixa resistência de desapropriação por parte dos habitantes que ali viviam. Tal argumento se baseia no fato de que o local de demarcação do Parna GSV, analisando-se a partir do espaço simbólico da narrativa de Rosa, situa-se em uma espécie de “isolamento” físico-territorial, uma vez que o literato em questão jamais esteve, fisicamente, nessa região. Mesmo assim, a força dessa literatura teve um papel imprescindível para a demarcação do PNGSV, elemento que aqui também se relaciona com a (re)existência da sociobiodiversidade local.

É por meio da literatura rosiana que se retomam os aspectos socioculturais dos povos cerratenses e, também, mantém preservada o fascínio pela paisagem dos elementos constituintes do bioma Cerrado: Serras, Vãos, Veredas entre outros.

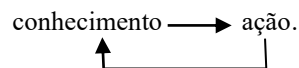
Foto 11: Vereda Catarina em Serra das Araras



Fonte: Acervo próprio. Vereda da Catarina, próximo a vila Serra das Araras (janeiro de 2025).

Cada um dos elementos paisagísticos tecem uma complexa gama de interação biodiversa e em constante movimentação, transformação. Ação contínua entre reguladores e desreguladores. Tudo isso proporciona ao sujeito territorializado uma infinita teia de conhecimento sobre o ecossistema. Sendo sua origem vegetal ou animal. Nesse sentido, Morin (2015a, p. 248-249) subdivide o conhecimento em dois tipos: o celular e o cerebral do animal. O primeiro é inerente a auto-organização e indistinto dela. Já o segundo é relativamente autônomo e estritamente ligado à ação. Esse autor destaca:

Outra diferença capital: o conhecimento celular volta-se sobretudo para o funcionamento interior; é míope para o meio ambiente (incapaz de fazer uma representação dele, pode apenas detectar as modificações físico-químicas que lhe são favoráveis ou desfavoráveis). Os aparelhos neurocerebrais desenvolvem o seu conhecimento no mundo exterior, os desenvolvimentos de um e de outro são interdependentes; todo progresso da ação favorece o conhecimento, todo o progresso do conhecimento favorece a ação:



É em virtude disso que a existência animal é inteiramente dependente do ambiente e do conhecimento produzido sobre esse mesmo ambiente: ação, avaliação, percepção, transformação e etc. Em especial, fazendo-se existência frente ao recorte regional inserido. Aqui também associo tal co-dependência ao estado de territorialização.

Todo conhecimento que almeja comportar a diversidade e a multiplicidade de seu objeto, necessita compreender: “a) uma competência (aptidão para produzir conhecimentos); b) uma tendência cognitiva (cognição), realizando-se em função da competência; c) um saber (resultante dessas atividades)” (MORIN, 2015, p. 18). Assim, faz-se imperativo que o conhecimento se anteceda a ação e transformação dos territórios, questionando-se e estabelecendo os limites das interferências a fim de desenvolver uma consciência consciente de si mesmo. Dessa forma, compreender as origens, as relações ali estabelecidas, os recursos e suas potências internas situadas nas condições presentes na cultura, no grupo social e em sua historicidade que, para Morin (2015, p. 260), pode fundamentar-se em três questões inerentes a qualquer tentativa de conhecimento:

1. A autonomia do pensamento, caso seja possível, só pode ser dependente de certas condições culturais e sociais. Pode-se determinar as condições, mesmo marginais ou aleatórias, de tal autonomia?
2. Podemos realmente tomar consciência das condições históricas, sociais, culturais nas quais se determinam as nossas possibilidades atuais de conhecimento, logo inevitavelmente nossa tentativa de conhecimento do conhecimento?
3. As condições culturais, sociológicas e históricas de uma antropologia do conhecimento e de uma sociologia do conhecimento estão hoje reunidas?

O esforço para responder essas questões pode apontar a um conhecimento libertário, uma vez que nos encontramos diante dos problemas que a realidade complexa nos concede, do atraso em reagrupar, em reconhecer, em transpor as barreiras da “complexidade inconsciente” para a “complexidade consciente”, abrindo-se a possibilidade de projeção do futuro baseado nos indivíduos, nas relações intersubjetivas, nas sociedades e, de forma geral, na humanidade.

O Brasil, quase que como seguindo um padrão que se repete em vários países da América Latina, carrega em seu histórico distintos fracassos no estabelecimento de ênfases e formas de seu desenvolvimento. Até aí tudo bem, entende-se que o desenvolvimento precisa surgir, brotar das características e necessidades intrínsecas e singulares do lugar. O que se questiona é a inteira dependência do poder concedido a perspectivas e interferências no âmbito político e econômico.

Como consequência disso é subjugar que as regiões de vegetação nativa não passam de empecilhos ao fator de crescimento econômico, pensado e projetado por sujeitos da ação política, empresarial, financeira, movidos por perspectivas que se contradizem ao próprio desenvolvimento do lugar, utilizando-se do território brasileiro como meros produtores e receptáculos, fontes de recursos de capital imediato ou de curto prazo, ignorando ou excluindo toda e qualquer forma de vida existente ali, incapaz de compreender outros benefícios advindos de se pensar, planejar e executar de forma integral o potencial já existente no mesmo território nacional.

Não se necessita enfeitar um pavão, a não ser que queira arrancar suas penas e servi-lo como peru. Uma incapacidade que se estrutura e corrói a diversidade desde os tempos de dominação, apropriação expressa na relação autodenominada colonizador-colonizado, dos que se anunciam superiores, que não passam de personagens inescrupulosos que, possuindo uma mescla entre colonialismo e regimes autoritários extremistas, utilizam-se dos mais diferentes crimes e ações duvidosas, ambos em um contexto antiético, para se perpetuar em um pedestal posto ali por seus pares.

Entende-se que somente os que vivenciam, intimamente, realidades como essas, possuem a capacidade inata de compreensão e superação dessas problemáticas territoriais, a fim de produzir a devida crítica e encontrar soluções apropriadas. Desta forma, as Teorias do Sul, estudiosos e pesquisadores, que há muito se debruçam sobre as expressões e extensões que marcam mais de meio milênio os territórios têm o potencial de encontrar respostas e soluções mais precisas as problemáticas expostas ao convívio do sul global.

A seguir uma recordação do vivido no tempo-espaço atual sob a perspectiva dos “neocolonizadores” na política brasileira.

Figura 24: Sombra cega da razão



Fonte: Portal de Notícias Metrôpoles (08 de novembro de 2022)

Entende-se que somente os que vivenciam, intimamente, realidades como essas, possuem a capacidade inata de compreensão e superação dessas problemáticas territoriais, a fim de produzir a devida crítica e encontrar soluções apropriadas. Desta forma, as Teorias do Sul, estudiosos e pesquisadores, que há muito se debruçam sobre as expressões e extensões que marcam mais de meio milênio os territórios têm o potencial de encontrar respostas e soluções mais precisas as problemáticas expostas ao convívio do sul global.

Esse constructo intelectual localizado labora e gera reflexões sobre uma consciência capaz de contribuir, diagnosticar, descrever a relação colonizado-colonizador para construir com respostas que reflitam a integralidade de e para todos os territórios e seus povos e sociedades. Esses, vítimas das políticas da inimizade constituídas nesse processo de interação hierárquica social.

Em tal contexto teórico, torna-se imperativo trazer a interpretação de Joseph-Achille Mbembe (2017) sobre os quatro traços característicos do tempo que nos atravessa. Segundo ele, nosso tempo expressa-se devido:

- i. O estreitamento do mundo e o repovoamento da Terra, desenraizamento geográfico e cultural, territórios antes habitados unicamente por povos autóctones sofrendo uma drástica transposição espaço-temporal devido a colonização e tráfico de escravos;
- ii. A redefinição do humano no quadro de uma ecologia geral e de uma geografia agora alargada, esférica e irreversivelmente planetária;

iii. A introdução generalizada de ferramentas e de máquinas de cálculos ou computacionais em todas as facetas da vida social; e

iv. A articulação entre o poder do capital e a capacidade de alterar voluntariamente a espécie humana.

Assim, a paz e fartura foram usurpadas pelas civilizações europeias, fazendo-se as custas da violência à distância em terras devastadas – América, África, Ásia. Instituído um regime de desigualdades em escalas planetárias, motor central da implementação de poder através da estratificação das sociedades e seus territórios. Isso através da hierarquização, em que os europeus estariam no ápice dessa hierarquia, relegando ao todo não-europeu a inferioridade e, em casos mais extremos, seu completo apagamento como seres humanos.

Todo esse processo reflete diretamente nas relações e interações dos territórios invadidos entre distintas formações socioculturais e políticas, em especial, nos mais distintos instrumentos de domínio e poder operados na contemporaneidade. Individualidades que oprimem as coletividades. Aqui, uma boa expressão da leitura geopolítica nacional, elaborada no final da década de 1970, período da ditadura militar mais opressiva segue atual.

Música 1: Apesar de você

Hoje você é quem manda/ Falou, tá falado/ Não tem discussão, não/ A minha gente hoje anda/ Falando de lado/ E olhando pro chão, viu/ Você que inventou esse estado/ E inventou de inventar/ Toda a escuridão/ Você que inventou o pecado/ Esqueceu-se de inventar/ O perdão.

Apesar de você/ Amanhã há de ser/ Outro dia/ Eu pergunto a você/ Onde vai se esconder/ Da enorme euforia/ Como vai proibir/ Quando o galo insistir/ Em cantar/ Água nova brotando/ E a gente se amando/ Sem parar.

Quando chegar o momento/ Esse meu sofrimento/ Vou cobrar com juros, juro/ Todo esse amor reprimido/ Esse grito contido/ Este samba no escuro/ Você que inventou a tristeza/ Ora, tenha a fineza/ De desinventar/ Você vai pagar e é dobrado/ Cada lágrima rolada/ Nesse meu penar.

Apesar de você/ Amanhã há de ser/ Outro dia/ Inda pago pra ver/ O jardim florescer/ Qual você não queria/ Você vai se amargar/ Vendo o dia raiar/ Sem lhe pedir licença/ E eu vou morrer de rir/ Que esse dia há de vir/ Antes do que você pensa.

Apesar de você/ Amanhã há de ser/ Outro dia/ Você vai ter que ver/ A manhã renascer/ E esbanjar poesia/ Como vai se explicar/ Vendo o céu clarear/ De repente, impunemente/ Como vai abafar/ Nosso coro a cantar/ Na sua frente.

Apesar de você/ Amanhã há de ser/ Outro dia/ Você vai se dar mal/ Etc. e tal.
(Holanda, 1978).

Fonte: Álbum Chico Buarque (1978). Canção e composição de Francisco Buarque De Hollanda.

Assim como em Chico Buarque, as mais diferentes formas artísticas brasileiras dispõem de uma leitura situacional variada e representativa das variações sociais que compõem o corpo sociocultural nacional. Um outro músico que descreve de forma sublime o sertão mineiro e suas múltiplas expressões socioculturais, tal qual pretende essa pesquisa, está em Milton Nascimento. Como exemplo podemos destacar a letra da música Morro Velho (1967):

Música 2: Morro Velho

No sertão da minha terra/ Fazenda é o camarada que ao chão se deu/ Fez a obrigação com força/ Parece até que tudo aquilo ali é seu.

Só poder sentar no morro/ E ver tudo verdinho, lindo a crescer/ Orgulhoso camarada/ De viola em vez de enxada.

Filho de branco e do preto/ Correndo pela estrada atrás de passarinho/ Pela plantação adentro/ Crescendo os dois meninos, sempre pequeninos.

Peixe bom dá no riacho/ De água tão limpinha, dá pro fundo ver/ Orgulhoso camarada/ Conta histórias pra moçada.

Filho do senhor vai embora/ Tempo de estudos na cidade grande/ Parte, tem os olhos tristes/ Deixando o companheiro na estação distante.

Não esqueça, amigo, eu vou voltar/ Some longe o trenzinho ao Deus-dará/ Quando volta já é outro/ Trouxe até sinhá mocinha para apresentar.

Linda como a luz da lua/ Que em lugar nenhum rebrilha como lá/ Já tem nome de doutor/ E agora na fazenda é quem vai mandar/ E seu velho camarada/ Já não brinca mais, trabalha. (Milton Nascimento, álbum Travessia, 1967).

Em ambos os casos, as músicas desses dois compositores denunciam situações específicas brasileiras, ora em escala nacional, ora em escala regional. Logo, percebe-se que a pluriteorização do viver e registrar o sul global. Representações por via da oralidade de fatos que constituem a identidade nacional, não sendo diferente no referente a região analisada.

Outra força que exerce forte pressão no território analisado é o que se assimilou como Capital. Os detentores desse regem, mandam e desmandam nas relações políticas, tornando-se quase que um denso deformador moral, em especial em países como o Brasil, onde há uma alta concentração de capital. Aqui, não há como separar interesses políticos, econômicos, institucionais, sociais, ambientais, seja qual for o conceito que se insira, o capital se insere pelas vias da ganância intensificada pela inexpressiva ação ou consciência cidadã.

A situação de acumulação faz-se repetição desde antes mesmo das análises marxistas, em um tempo-espaço próprio. Mantem-se até os dias contemporâneos, sendo necessário a compreensão dos fenômenos e os efeitos dela decorrentes para tentar minimamente freá-la, a fim de causar menos danos aos não-acumuladores, sendo estes a grande maioria. Em suma,

O capitalista que produz o mais-valor, isto é, que suga trabalho não pago diretamente dos trabalhadores e o fixa em mercadorias, é, decerto, o primeiro apropriador, porém de modo algum o último proprietário desse mais-valor. Ele tem ainda de dividi-lo com capitalistas que desempenham outras funções na totalidade da produção social, com o proprietário fundiário etc. O mais-valor se divide, assim, em diversas partes. Seus fragmentos cabem a diferentes categorias de pessoas e recebem formas distintas, independentes entre si, como o lucro, o juro, o ganho comercial a renda fundiária etc. (...) Por outro lado, o fracionamento do mais-valor e o movimento mediador da circulação obscurecem a forma básica simples do processo de acumulação. Sua análise pura, por conseguinte, requer que abstraíamos provisoriamente de todos os fenômenos que ocultam o jogo interno de seu mecanismo. (MARX, 2011, p.777-779).

Apropriação, acumulação e efeitos são formas variadas na percepção do uso do território, ainda mais diante de discrepâncias tão acentuadas na distribuição e legalização dos territórios, representando o privilégio de uns e exclusão da maioria. Logo, restam as cicatrizes referentes a (re)produção capitalista no território, nos grupos sociais territorializados e no meio ambiente.

O problema surge quando há uma imposição de sobreposições desenvolvimentistas dos grandes centros urbanos sobre o não-grandes-centros-urbanos. Mentorias e mandatos daqueles sobre esses, replicando seu pseudodesenvolvimento aos lugares distintos e com potenciais outros divergentes de todo um discurso competente, produzido por minorias centrais urbanas, que nos dias atuais pode-se até dizer, grupos mistos de capital estrangeiro. Esse sem fisionomia e sem nenhum comprometimento moral ou ético com os mais inúmeros e ímpares territórios sociobiodiversos.

Não é novidade que o capital financeiro tem se expandido rapidamente pelos territórios não-urbanos nacionais. Tal qual apresentado em palestra do Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), em novembro de 2023 no Rio de Janeiro, a financeirização destroem os espaços de solidariedades orgânicas, uma vez que toda produção, atualização e acionamento de instrumentos normativos de lei iniciam e se fazem no meio urbano.

Isso faz com que os povos e comunidades não-urbanas precisem aprender tais instrumentos para acioná-los, contraditoriamente, nos próprios centros urbanos. Há a negação prévia de acesso aos direitos constituídos legalmente que só são identificados quando já existe a necessidade de reparação do dano, ou, em muitos casos, a reparação não tem a possibilidade de acontecer por não haver entrada nos devidos processos judiciais.

O sistema de financeirização domina e corrói as principais estruturas democráticas, os poderes executivo, legislativo e judiciário. Os dois primeiros financiando interesses individuais de representantes políticos que deveriam intervir em favor da população e não de grupos específicos. Já o terceiro, encontra-se asfixiado pelas demandas irresponsáveis e, por vezes, ilegais dos dois primeiros. E no centro disso tudo, encontram-se as múltiplas formas de vida resistentes, neste caso particular, a sociobiodiversidade cerratenses.

Foto 12: O impacto das finanças nos territórios – CBA (2023)



Fonte: Acervo próprio (2023)²⁵.

²⁵ Criação de imagens a partir da apresentação no Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA, 2023) que acontecia no Barracão Sistemas Agroalimentares e Economia Solidária. A palestra intitulava-se “Como as finanças se apropriam e destroem nossos territórios?”, a organização era da ActionAid, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais (CAA-NM), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), GEMAP. A proposta era construir reflexões sobre os impactos da financeirização de terras e da agricultura nos territórios, além de abordar a agroecologia e a sociobiodiversidade, a fim de consolidar caminhos para ação coletiva dos grupos integrantes.

Os que mais sofrem pressão e respectivas consequências alarmantes são os que intencionam ou realizam algum tipo de resistência pela própria sobrevivência. Situação conflituoso contra sistemas predatórios de imposição, muitas vezes, alheias ao desenvolvimento da integralidade dos espaços constituídos, complexos e interrelacionais.

Como resultado das alterações no uso do território, expande-se a utilização dos meios tecno-científicos que beneficiam diretamente o *modus* do urbano, forçando uma reprodução na organização social local que privilegia o conhecimento adquirido a partir do urbano. A exemplo cita-se os mecanismos legislativos e jurídicos a fim de desacelerar o avanço das práticas financeiristas no território, visando preservar determinadas áreas ou regiões. Este é o caso das áreas demarcadas como Unidades de Conservação - federal, estadual e/ou municipal - a cargo e guarda de suas instâncias institucionais: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio; Secretarias do Meio Ambiente estadual e municipal, entre outras. Mecanismos que conferem autonomia as diferentes esferas normativas e reguladoras nacionais. Assim, atualmente, a Unidade de Conservação do PNGSV está, principalmente, sob as seguintes normas legais:

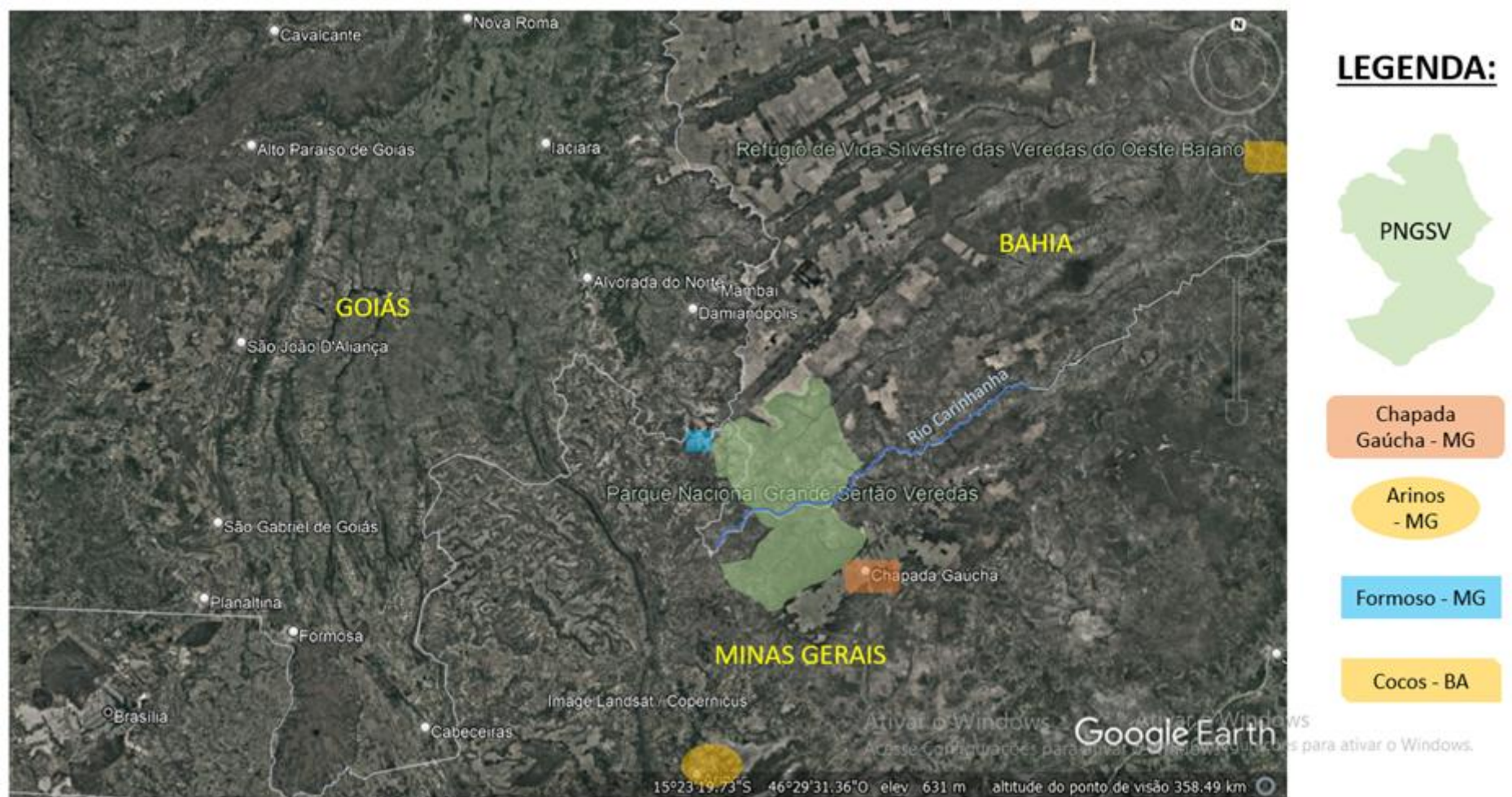
Quadro 3: PNGSV – Principais normativas legais

Legislação	Conteúdo
Constituição Federal de 1988	Título VIII – Da Ordem Social, Capítulo VI – Do Meio Ambiente, Artigo 225, Parágrafo 4º Congresso Nacional, objetivos gerais de Unidades de Conservação;
Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).	Lei 9.985 de 18 de julho de 2000;
Registro do Patrimônio Imaterial	Decreto Lei nº 3.551, de 4 de agosto de 2000
Plano de manejo (MMA, IBAMA, FUNATURA: 2003)	Decreto Lei nº 97.658 – Decreto 12 de abril de 1989;
Lei Florestal do Estado de Minas Gerais	Lei N o 10.561/92.

Fonte: Elaboração própria (2022).

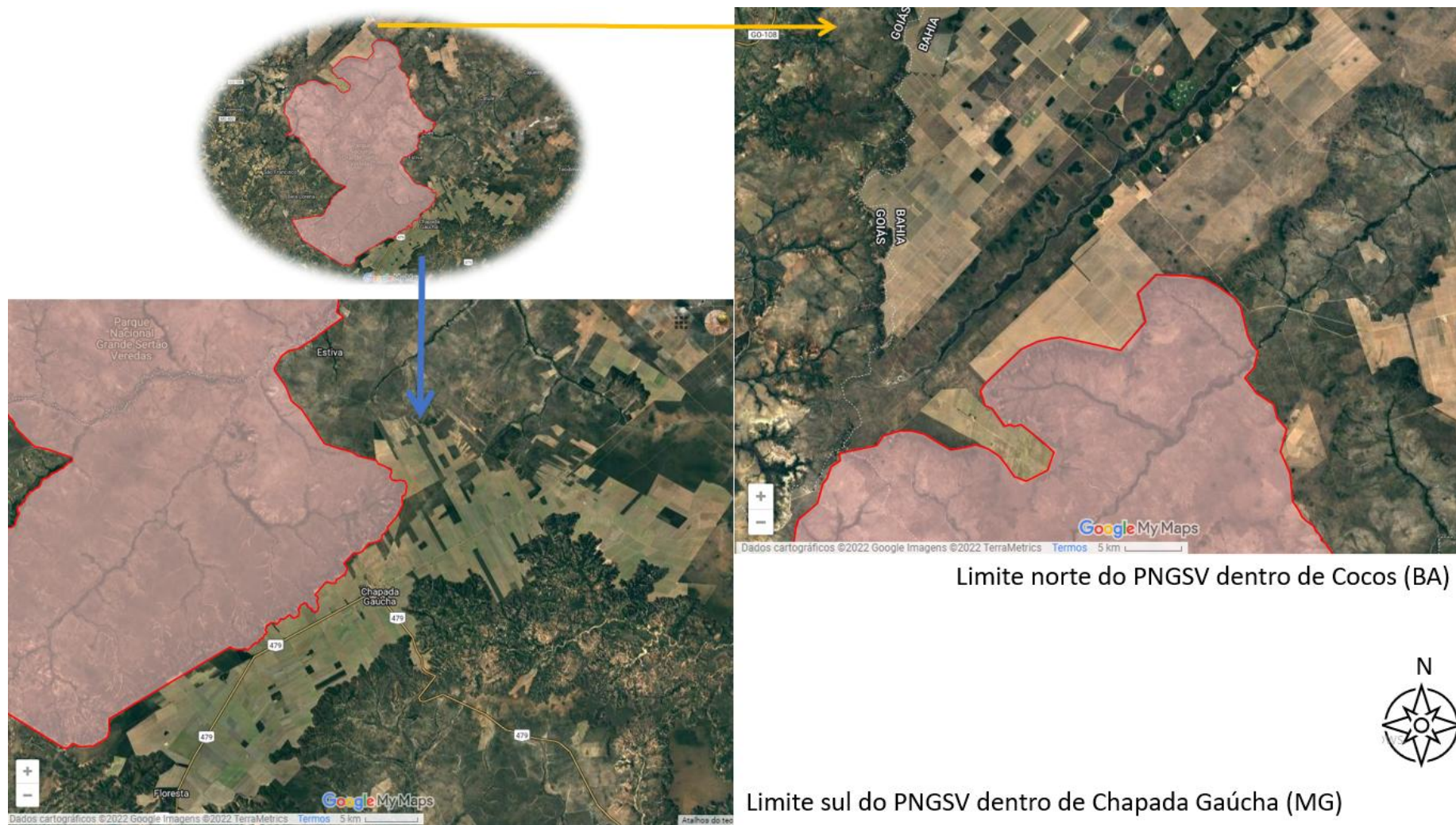
Cada uma dessas normativas contém em seu teor fragmentos que visam manter a continuidade dessa unidade de conservação ambiental, uma vez que o excesso de privatizações de terras na região, consomem o território em uma rapidez quase equiparada a velocidade do fogo nas fitofisionomias de formações savânicas e campestres do Cerrado. Com uma sutil diferença, ao fogo há reversão e regeneração da biótica.

Figura 25: As marcas da financeirização no uso do território circundante ao PNGSV



Fonte: Adaptado partir de Google Earth Pro (2021).

Figura 26: Uma aproximação nas fronteiras limítrofes do PNGSV



Fonte: Adaptado a partir de Google My Maps (2022).

Figura 27: Da zona urbana de Chapada Gaúcha ao PNGSV – percurso para a trilha Morro Três Irmãos



Fonte: Acervo pessoal (setembro de 2022) a partir de aplicativo *Relive*.

Em se tratando de queimadas, durante o período de seca, de abril a setembro, a vegetação adquire características específicas que somada com as ações criminosas, resultando em uma série de incêndios, iniciado muitas vezes por ações antrópicas. Fato esse constatado em setembro de 2022 (foto 13), quando um incêndio de grandes proporções atingiu o PNGSV, sendo possível visualizar o claro das chamas a partir da zona urbana de Chapada Gaúcha.

Foto 13: Claridade provocada por incêndio no PNGSV



Fonte: Acervo pessoal. Vista da zona urbana de Chapada Gaúcha (setembro, 2022).

Acredita-se que as demarcações exclusivamente de salvaguarda ambiental, onde povos e comunidades tradicionais são expulsos de seus territórios de vivência, agrava e opera de modo a desproteger tais áreas de proteção ambiental, situação similar ao ocorrido no PNGSV. Já nas proximidades do PESA, observa-se a interrelação entre sujeitos territorializados e seu meio ambiente. A problemática nessa Unidade de Conservação é a forte pressão resultante de interesses e do uso do território por entes públicos, privados que cerceiam, limitam, por meio de regulação, os grupos sociais ali territorializados.

1.5 O ESPAÇO E O TEMPO QUE ATRAVESSAM A REGIÃO DO PARNA GSV EM TRAVESSIA PARA SERRA DAS ARARAS

(...) através da chegada de um novo item, numa determinada data, a um determinado lugar, era como se apenas o ‘tempo’ fosse atravessando o ‘espaço’, mediante objetos e ações, passando mas não se misturando ao lugar. (SANTOS, 2009, p. 52).

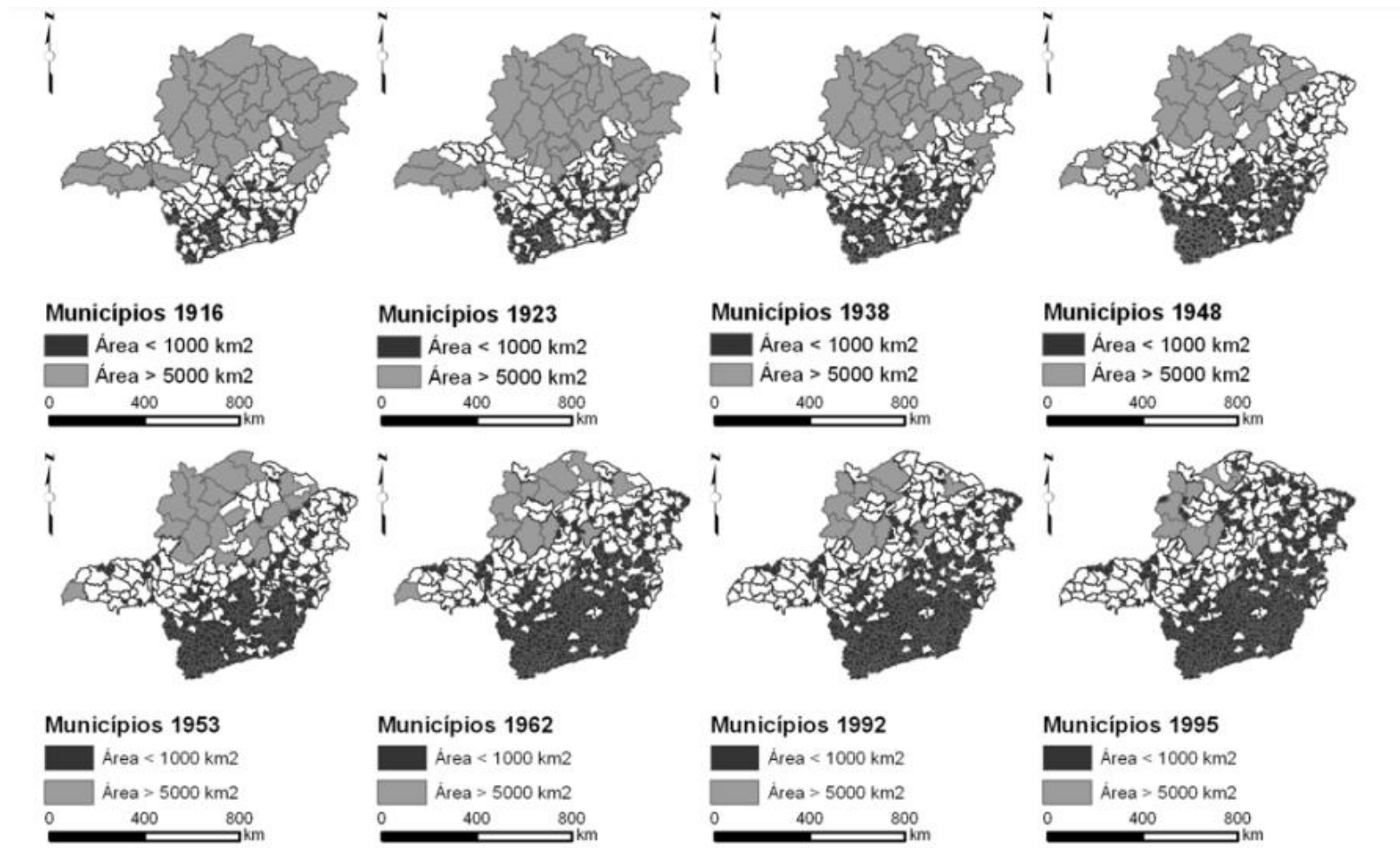
Vai, viemos, viemos. Esses dias em ondas. Sei só as encostas que subi, a festo. O Chapadão: céu de ferro. E era a lua-nova. Aquelas pedras brancas, que de noite tanto esfriam. As caraíbas estavam dando flôr. Por ponto de meu corpo, medi o enrolar dos longes ventos. Aí se viu, em seus couros, um vaqueiro pessoalmente. A esse, perfiz: — “Amigo ô amigo, aqui é aqui?” Ao que ele confirmou: — “Aqui, o senhor, meu senhor, os senhores estão nos andares do rio Urucúia...” Aos campos. Sentei que estava. Estrela gosta de brilhar é por cima do Chapadão. Tanta doideira fiz? A prazo. Como aquela vista reta vai longe, longe, nunca esbarra. Assim eu entrei dentro da minha liberdade. Ôi, grita, arara, araraúna, para a tua voz desenrouquecer! O Chapadão é uma estada, estando. Somente eu sabia respirar. Sumo bebi de mim, e do que eu não me tonteava. Só estive em meus dias. E ainda hoje, o suceder deste meu coração copia é o eco daquele tempo; e qualquer fio de meu cabelo branco que o senhor arranque, declara o real daquilo, daquilo — sem traslado... Ali eu diante de portas abertas, por livre ir, às larguras de claridade... Acho que foi assim. (Rosa, 2019, p. 397).

O recorte temporal dessa pesquisa tem sua base na virada do século XIX para o século XX, momento em que o estado mineiro sofre inúmeras transformações na constituição de seu território e na formação, repetidas vezes, especialmente no traçado dos seus municípios. Entender essa dinâmica é compreender a historicidade, carregada de simultaneidades que compõem a presente constituição político-administrativa e também socioambiental do estado de Minas Gerais.

Outro aspecto importante nesse contexto socioespacial é interpretar as sobreposições ficcionais da narrativa de Guimarães Rosa, na obra *Grande Sertão: Veredas*. Esse autor descreve, em parte, características semelhantes às dos povoados que até hoje habitam o sertão cerratenses mineiro. Texto vivo tem como pano de fundo os aspectos geográficos do cerrado, daí o motivo para nomear o parque de Grande Sertão Veredas. Inserido toda a carga político-ideológica na produção desse território de cunho preservacionista ambiental que, traz fortemente o sujeito sertanejo cerratenses como personagem central. Tendo sua primeira publicação em 1956, esse romance descreve os relatos de Riobaldo, jagunço cerratenses, em uma verdadeira odisseia pelo sertão de mineiro da época, dando a esse personagem o poder da narrativa.

Para compreender melhor tal contexto espaço-temporal, retornemos ao século XVI, período do Brasil colonial. Marcado pela descoberta de ouro no território mineiro. Nesse momento, especificamente em 1711, Minas Gerais tinha apenas três Vilas da Capitania (FURTADO, 2006), sendo elas: Vila Rica de Albuquerque (atual Ouro Preto); Vila do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo (atual Mariana) e; Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará (atual Sabará). Descendem dessas, outras vilas que com a Constituição Republicana 1891 emancipa como distritos e municípios. Situação que se estabelece e tem seu auge de expansão no decorrer do século XX. A seguir, demonstramos tal voracidade dessa expansão.

Figura 28: Cronologia da criação de municípios mineiros



Fonte: Furtado (2003, p. 211).

Entender essa cronologia é imprescindível para dotar de sentido e historicidade e constituição sociocultural dos grupos que habitam o lugar. Contradizendo as ocupações recentes do território que se instalam e se apropriam como se essa região não tivesse sua carga histórico-cultural. Concebendo e recriando um discurso unilateral advindo das suas raízes secundárias, onde a historicidade inicia com a saída desses grupos em direção a territórios antes “vazios”. O que faz com que se abra uma lacuna espaço-temporal na formação sociocultural local, tendo seu registro escrito por pequenos grupos exógenos ao lugar, que por mera conformidade receberam apoio financeiro e político do estado mineiro. Mobilização associativa de interesses restrito a pequenos grupos políticos externos que ignoraram os sujeitos que habitavam anteriormente esse território.

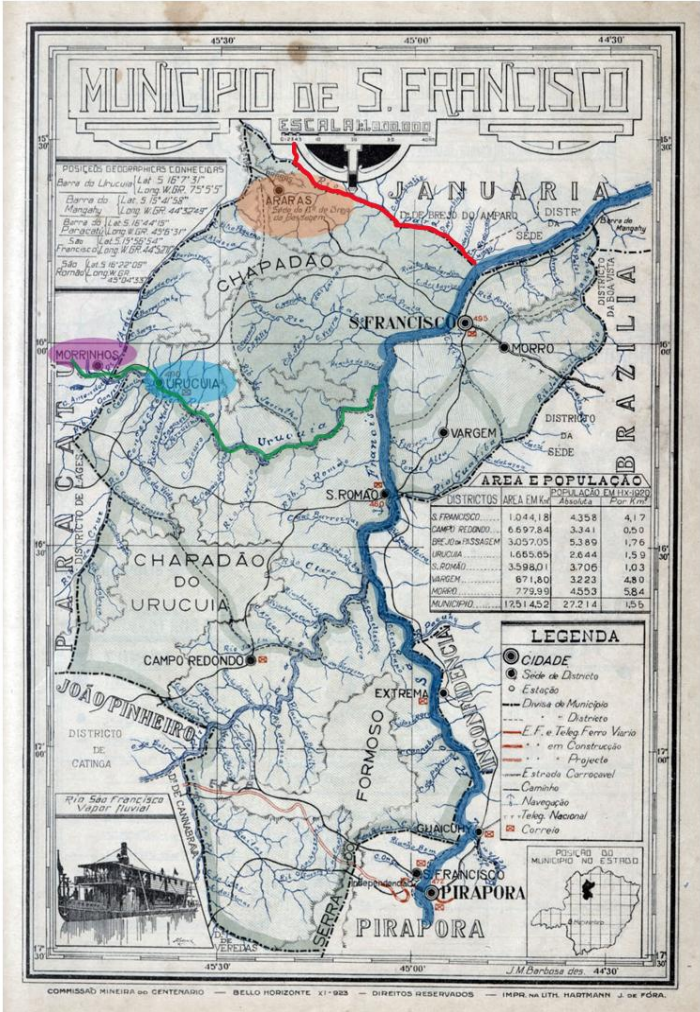
Prova disso pode ser observada nas figuras seguintes (Álbum Chorographico, 1927). Nelas é possível identificar núcleos sociais que já habitavam a região, sendo eles incorporados ao município recém-formado de Chapada Gaúcha. Inicialmente havia os municípios de: Januária, São Francisco e Paracatu. Ocorrendo os desmembramentos, forma-se os municípios, a partir de 1995: Januária, São Francisco, Arinos e Formoso. Logo, em 1927 já é possível identificar a existência do distrito consolidado, institucional e politicamente, de Serra das Araras, anteriormente nomeado de Brejo da Passagem.

Figura 30: Região Norte e Noroeste de Minas – Destaque ao município de Januária (1927)



Fonte: Álbum Chorográfico (2022) (adaptado).

Figura 31: Município de São Francisco (1927)



Legenda:

Serra das Araras
Distrito do Brejo da Passagem

Distrito de Urucua

Distrito de Morrinhos*
Município de Paracatu



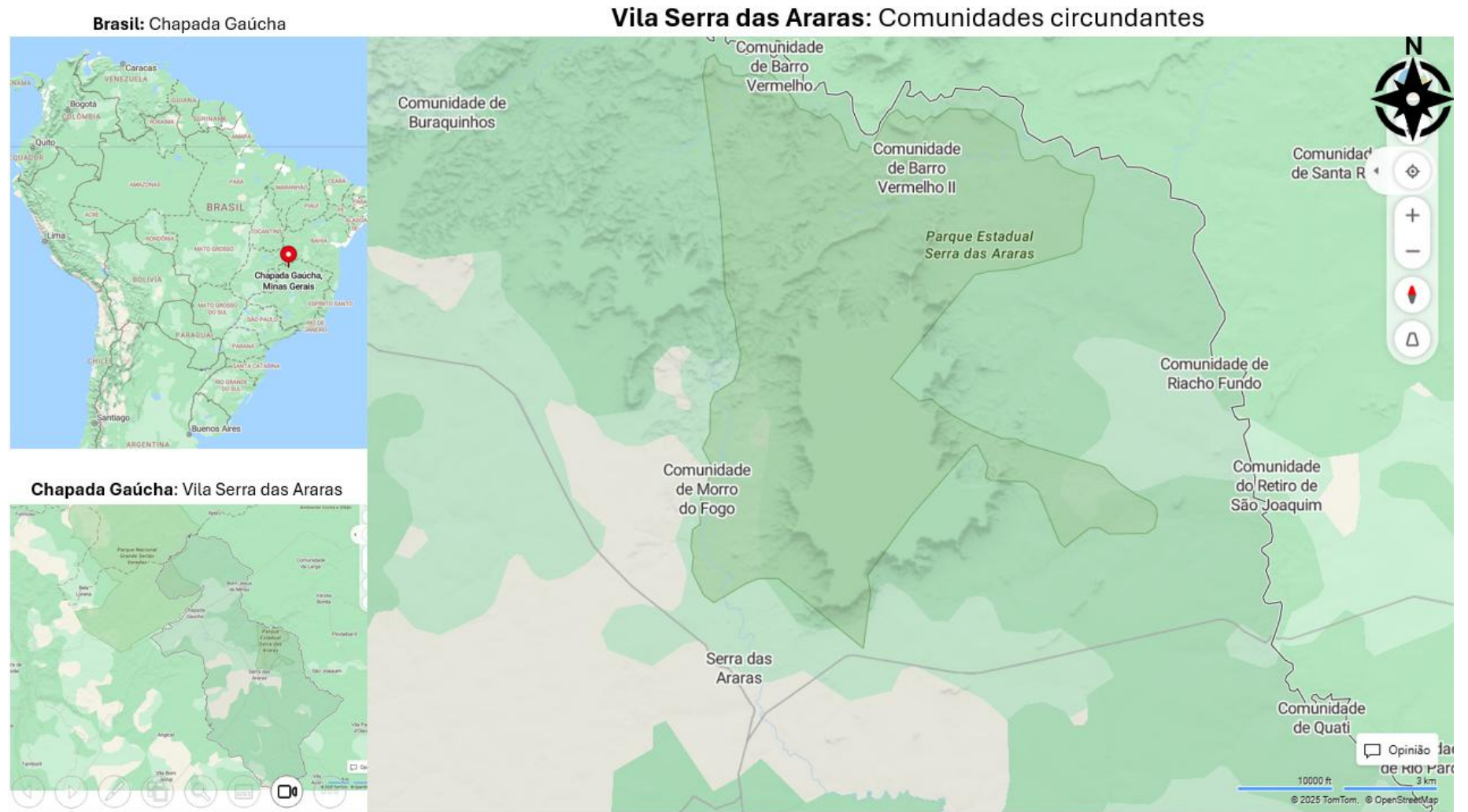
*Morrinhos era a sede do município, atualmente, a sede foi transferida para a zona urbana de Arinos. Lembrando que o acesso para essa região, anteriormente, era realizado por meio dos rios. Era em Morrinhos onde chegavam os mantimentos, produtos e itens outros que vinham através do Rio São Francisco e do Rio Urucua.

Fonte: Álbum Chorographico (2025) (adaptado).

Os povoados, comunidades e vilas há muito tempo habitavam a região, porém, por meio de uma convivência que não privilegiava a hierárquica, a organização político-institucional, não recorrendo aparelhamento da demarcação de município e de propriedades privadas, em vez disso, privilegiavam a convivência ética em seus territórios, promovendo a interação sociocultural nos muitos eventos, entre eles, festas familiares e religiosas. Estas, consolidando-se na rotina do calendário anual, eventos que possibilita a interação e convívio entre as multiplicidades de populações cerratenses ali territorializadas. Tradição que se repete há décadas, séculos. E, mesmo distantes fisicamente, muitos se conhecem. É, a partir dessa tecitura social que os emaranhamentos socioculturais são fortalecidos e perpassam gerações.

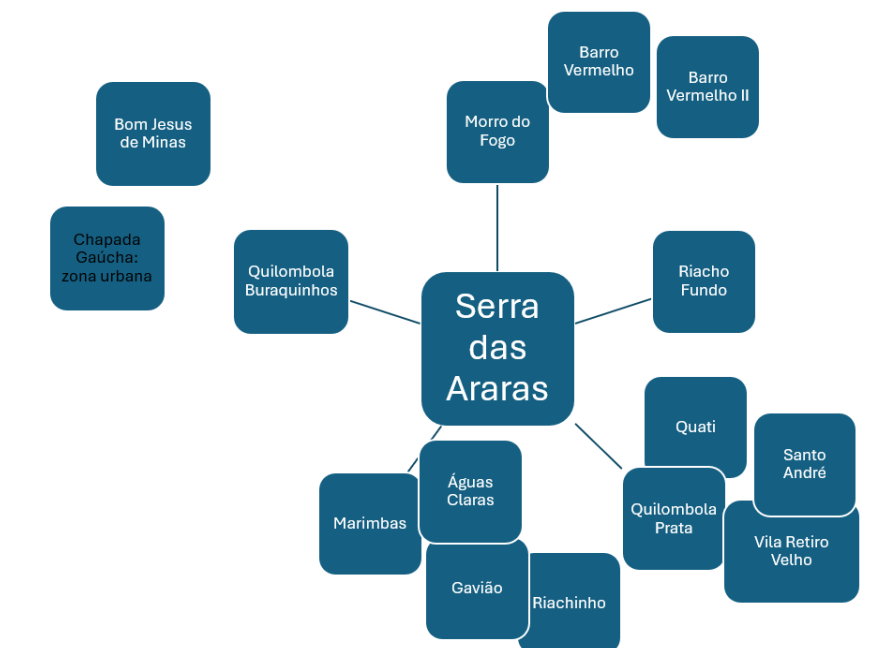
Em nossa breve pesquisa foi possível constatar um total de quatorze comunidades cerratenses que se encontram situadas no espaço circundante a Vila da Serra das Araras. A seguir, é possível visualizar essa distribuição socioespacial. Também é possível entender o nome anterior desta localidade, Brejo da Passagem, ou seja, encontra-se estrategicamente localizada entre a serra que recebe o mesmo nome da vila, abrigo do PESA (norte) e o chapadão situado na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Acari(sul).

Figura 32: Serra das Araras e comunidades circundantes



Fonte: Autoria própria a partir de Google Maps (2025).

Figura 33: Infográfico das comunidades radiais à Vila de Serra das Araras



Fonte: Autoria própria (2025).

Em via oposta, podemos situar os detentores da doutrina colonizadora, diferenciando-se e atuando rapidamente para demarcar o município atual de Chapada Gaúcha. Segundo o IBGE Cidades (2022), esse conjunto de agentes externos dão origem a Vila dos Gaúchos, povoamento configurado a partir do Projeto Assentamento Dirigido a Serra das Araras em 1976, com a chegada de imigrantes do estado do Rio Grande do Sul na região que antes integravam os municípios já existentes de: Formoso (antigo distrito de Paracatu com 3311 habitantes), Arinos (antigo distrito de Morrinhos com 3075 habitantes e pertencente ao município de Paracatu), Januária (14308 habitantes) e São Francisco (4358 habitantes). Estatísticas essas baseadas nas figuras 29, 30 e 31. O que possibilita-nos afirmar que até o início do século XX não havia interferência neocolonizadora nas regiões norte e noroeste mineiras, estando tais intervenções situadas no centro-sul do estado.

1.5.1 Os (aquitórios) territórios hídricos cerratenses

É na região analisada que nascem os rios que abastecem a bacia fluvial que, segundo Moreira (2024), caracteriza-se como “a artéria do corpo territorial” do Rio São Francisco. Cita-se como principais o rio Urucuia, o Pardo, o Caririnha e o Pandeiros. Destaca-se também a existência de inúmeros outros rios situados ao sul do estado mineiro, não descritos aqui por não pertencerem ao contexto do objeto estudado.

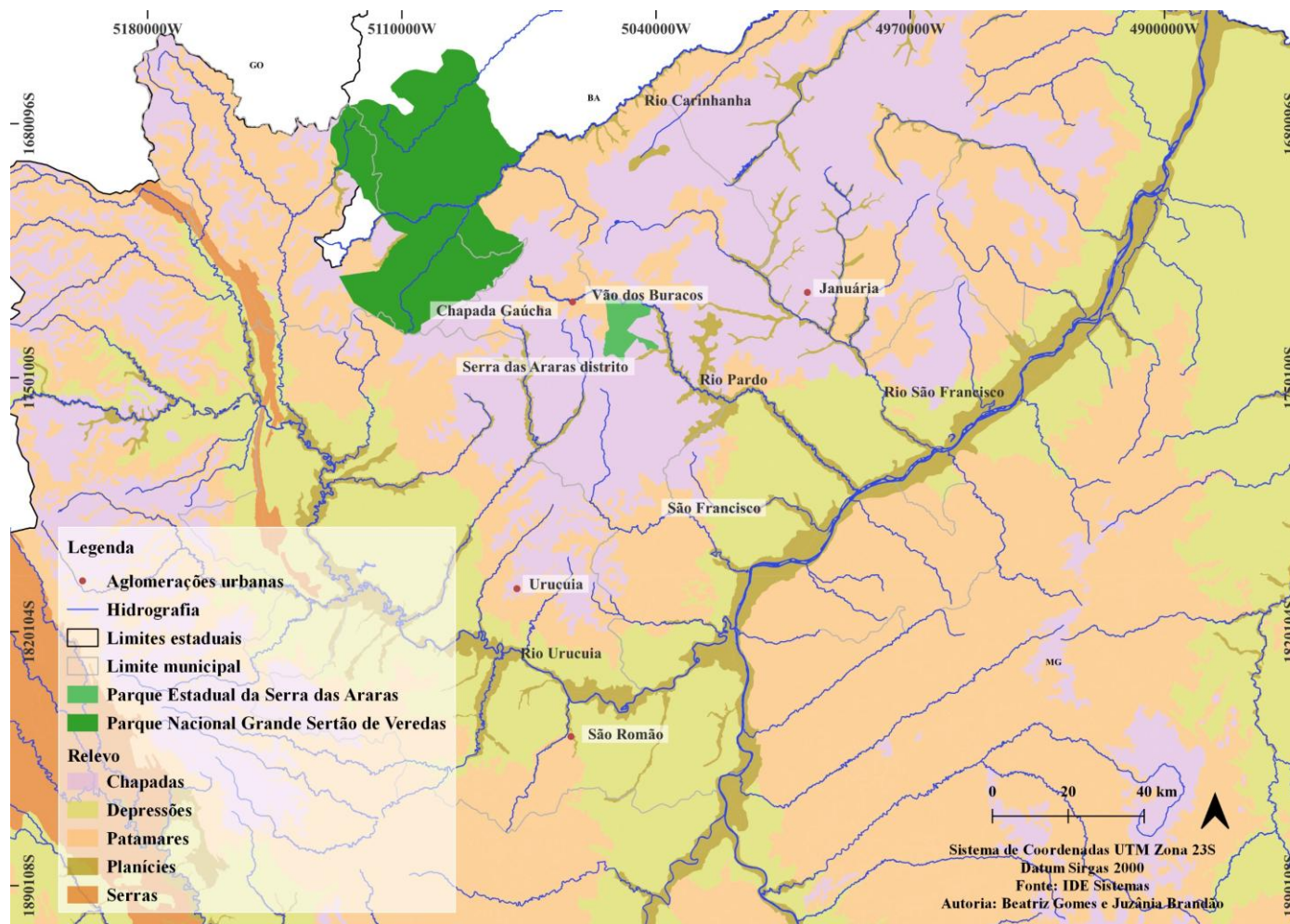
Presencia-se em tal contexto geoespacial não somente a disputa por terras e territorialidades, mas também disputas pelo uso da água, por aquilo que nominaremos aqui de *aquitórios*. É mister destacar que a ecobiossociodiversidade local necessita de terra e dos mais variados recursos ecossistêmicos nela disponíveis. Em tal complexidade faz-se impossível a separação, a fragmentação das distintas formas de vida e seu suporte vital, logo, a territorialidade implica em aquitorialidade, acesso e uso dos recursos hídricos ecossistêmicos de seus respectivos territórios.

Entende-se assim a máxima relevância em realizar uma leitura geográfica a partir da hidrografia da região, interpretação extremamente essencial para identificar a historicidade, permanência e mutação dos aspectos socioambientais dessa região. Uma vez que são aqueles dados que, apesar de fluidos, mantêm-se permanência nessa complexa configuração espacial: rios, lagoas, córregos. Analisar tal conteúdo auxilia diretamente na reconstituição da geoespacialidade de momentos anteriores a contemporaneidade. Neste contexto, a localização dos rios Caririnha, Pardo, Urucuia e São Francisco são essenciais para compreender a distribuição dos grupos sociais ali estabelecidos em períodos remotos. No que tange o Parna GSV, ele foi implementado na divisa Minas Gerais e Bahia, tendo, quase como linha central, o Rio Caririnha, divisão natural entre esses dois estados.

Das nascentes surgem as veredas, rio que corre manso e de água fria, um dos elementos centrais na narrativa rosiana.

A da-Raizama, onde até os pássaros calculam o giro da lua — se diz — e cangussú mostra pisa em volta. Lua de com ela se cunhar dinheiro. Quando o senhor sonhar, sonhe com aquilo. Cheiro de campos com flores, forte, em abril: a ciganinha, roxa, e a nhíica e a escova, amarelinhas... Isto — no Saririnhém. Cigarras dão bando. Debaixo de um tamarindo sombroso... Eh, frio! Lá gêia até em costas de boi, até nos telhados das casas. Ou no Meãoemeão — depois dali tem uma terra quase azul. Que não que o céu: esse é céu-azul vivo, igual um ovo de macuco. Ventos de não deixar se formar orvalho... Um punhado quente de vento, passante entre duas palmas de palmeira... (ROSA, 2019, posições 305-310).

Mapa 2: Diversidade hídrica da região circundante ao PNGSV e ao PESA.



Fonte: Elaboração própria (2025)

Realidade essa cada vez mais escassa na região dos Gerais. É nesse contexto geográfico que Guimarães Rosa abriga todos os seus jagunços, é aqui uma espécie de casa. Casa sem paredes, sem portas, sem cercas intransponíveis. É sob as árvores que seus corpos cansados de dias de cavalgada descansam. Do Cerrado eles retiram seus alimentos, encontram inspiração para continuar seguindo e, principalmente, escondem-se de todos os perigos dos povoados.

Foto 14: A complexidade do Parque Nacional Grande Sertão Veredas



			
Região de nascentes	Biodiversidade para múltiplos usos		

Fonte: Acervo pessoal. Trilha ao Morro Três Irmãos (2022).

Compreender esse contexto é extremamente relevante para estabelecer políticas ou ações na região, além de construir diálogos fiéis entre esses entes federativos, passíveis cada qual com interesses e entendimentos distintos sobre o uso de seus respectivos territórios políticos, administrativos e existenciais.

Até o início do século XX os rios desempenhavam um papel crucial no transporte de mantimentos e de pessoas que se deslocavam em direção ao sertão brasileiro. Foi após a instalação de rodovias, no final desse mesmo século, que as profundas transformações geoespaciais tiveram uma aceleração considerável produzindo fluxos e capilaridades outras.

O Parna GSV é abundante em nascentes de rios, dispõe de fluxos hídricos sobre a superfície, o que, para alguns, pode diminuir o impacto visual de sua potência hídrica. Esse parque é atravessado pelo Rio Caririnha, divisão natural entre os estados da Bahia e Minas Gerais.

Outro rio importante na região é o Urucuia que, quando na época da navegação do São Francisco, era um motor central de mobilidade, constituindo-se povoados importantes em seu curso, um deles é, atualmente, o povoado de Morrinhos, antigo distrito de Paracatu que, conforme dados da Censo de 1920, abrigava 3075 habitantes. Já o Distrito de Formoso, também no município de Paracatu, contabilizava 3311 habitantes. Essas informações são essenciais para compreender a dinâmica espacial existente na região, marcas que assinam o território dos Geraes mineiro.

Foto 15: Paisagens de sistemas biodiversos cerratenses – PNGSV (esquerda) e PESA (direita)



Fonte: Acervo pessoal. (2022 e 2025).

Um dos povoados mais antigos da região é o de Serra das Araras, antes conhecido por Brejo da Passagem. Cabendo ressaltar que o nome Serra das Araras tem, nesse contexto espacial, triplo uso: uma vila, uma UC e um distrito. O Parque Estadual Serra das Araras (PESA) foi criado a partir do decreto número 39.400 do estado de Minas Gerais, de 21 de janeiro de 1998. No interior dessa UC convivem um número diverso de populações e comunidades cerratenses.

Já os grupos sociais abrigados na região do PESA são responsáveis por festejos religiosos, em sua maioria de origem católica, como forma de penitência e agradecimento às entidades santificadas que, por vezes, devido ao sincronismo religioso, também representam entidades religiosas de matriz africana.

E no entremeio entre o Parna GSV e o PESA que encontra-se o que deveria, legalmente, ser um corredor ecológico, este abriga a Comunidade de remanescentes Quilombola de Buraquinhos. Entretanto, quase todo o corredor ecológico foi tomado por propriedades privadas de reprodução de monocultivo.

A (re)existência da presença fixa de grupos sociais cerratenses diversos compondo povoados, vilas, distritos e municípios no norte e noroeste mineiro, corrobora com o argumento da ocupação que antecede a neocolonização sulista, situação que derruba os discursos competentes de “vazios” populacionais nesse sertão. Toda essa sociodiversidade constrói um mosaico próprio cultural em contato íntimo e direto com o ambiente circundante, tem-se assim a composição dos Geraes do sertanejo cerratenses.

Neste contexto particular, o distrito do Brejo da Passagem, atual Distrito Serra das Araras, desempenha um papel imprescindível para a região, sendo que em seu entorno, nas proximidades de córregos, brejos e rios, que esses sertanejos se fixam, fazem suas roças e criam animais.

Outro grupo social que compõe a diversidade sertaneja cerratenses é a comunidade de Buraquinhos. Esta, atualmente, sofre com o assédio dos fazendeiros reprodutores de monocultivo, justamente por estar situada em uma localização que, cada vez mais, é tomada por estabelecimentos privados neocolonizadores. Diante disso, essa comunidade segue sendo resistência, buscando seu direito à terra, busca também seu merecido reconhecimento junto as autoridades governamentais que têm o dever de executar a formalização de seu território. Porém, a demora burocrática esgota e descolore, vagarosamente, a vívida ecobiossociodiversidade cerratenses, tornando o poder público um agente co-responsável pela situação atual, aqui, pela via da inércia.

O acesso a comunidade Buraquinhos é possível através de uma estrada de chão aberta no meio do Cerrado, quanto mais próximo do território quilombola, mais preservado é esse bioma brasileiro. Na figura que segue fica fácil entender as áreas de preferência do monocultivos, estando a comunidade de Buraquinhos ainda em zona preservada por causa de seu difícil acesso, além de possuir território irregular ao seu redor, topografia que acolhe e protege o Rio Pardo.

A paisagem na região circundante a Comunidade Buraquinhos é tomada por de áreas de fronteira entre o sistema de plantio de monoculturas, esta “não é só a cultura de um só produto, mas também a cultura para um só lado” (Porto-Gonçalves, 2006, p. 40), seguido pelo território quilombola e os cursos hídricos que ali surgem. Essa mesma paisagem, repete-se nas proximidades do Parna Grande Sertão Veredas e também nos limites do Parque Estadual Serra das Araras.

Figura 34: Percurso à Comunidade Buraquinhos a partir da zona urbana



Fonte: Acervo pessoal (setembro de 2022) adaptado a partir do aplicativo *Relive*.

Estende-se assim o assédio pelo uso do território e do aquitório da região, decorrente de tal “cultura para um só”, logo, monocultura. Monocultura que se faz duplamente, seja na reprodução agrícola de um só produto, seja na reprodução do discurso competente da aculturação do agrocultivo como forma desenvolvimentista.

Foto 16: Paisagens no trajeto entre a zona urbana de Chapada Gaúcha e Comunidade Buraquinhos.



Fonte: Acervo pessoal (setembro de 2022).

O Rio Pardo, afluente do São Francisco, tem suas nascentes e biodiversidade preservadas dentro do território quilombola de Buraquinhos. Aqui, é possível perceber que o relevo inibe o avanço da reprodução de monocultivos que necessitam de terrenos planos para o uso de maquinário, desde o plantio até a colheita.

Foto 17: Vão dos Buracos – Buraquinhos



Fonte: Acervo pessoal (janeiro, 2025)

Na Comunidade de remanescentes Quilombola Buraquinhos, ou Vão dos Buracos, ainda está presente atividades e tarefas voltadas para o conhecimento de técnicas dos sujeitos territorializados, como a plantação de insumos para consumo e a venda do excedente, a criação de gado, caprinos, galináceos em pequena quantidade para sustento dessas famílias.

Donde a perto dele umas poucas cinco léguas: o desmenso, o *raso* enorme — por detrás dos môrros. E a gente dava a banda da mão esquerda ao Vão-do-Ôco e ao Vão-do-Cúio: esses buracões precipícios — grotão onde cabe o mar, e com tantos enormes degraus de florestas, o rio passa lá no mais meio, oculto no fundo do fundo, só sob o bolo de árvores pretas de tão velhas, que formam mato muito matagal. Isto é um *vão*. E num vão desses o senhor fuja de descer e ir ver, aindas que não faltem as boas trilhas de descida, no barranco matoso escalavrado, entre as moitarias de xaxim. Ao certo que lá em baixo dá onças — que elas vão parir e amamentar filhos nas sorocas; e anta velhusca moradora, livre de arma de caçador. (Rosa, 2019, p. 431).

Descrição literária que pode ser traduzida na paisagem que abriga o território de Buraquinhos, complexo sistema biocenótico possibilitado pelas veredas e nascentes que darão forma e robustez ao Rio Pardo. O que Rosa intitula veredas, Ab’Sáber (2003) denomina por

[...] cabeceiras de drenagem em *dales*, ou seja, ligeiros anfiteatros pantanosos, pontilhados por buritis. [...] Drenagens perenes para os cursos d’água das vertentes e dos interflúvios por ocasião do período seco do meio do ano. [...] Calhas aluviais, de tipo particularizado, comportando fluxos lentos no inverno seco e cheias amortecidas no verão chuvoso. (Ab’Sáber, 2003, p. 18).

Por meio de uma observação mais próxima, em uma caminhada, é possível perceber a riqueza e diversidade presente na região circundante. Um misto de santuário ecológico que ainda se encontra protegido das ameaças externas devido o relevo do lugar. Aqui, identificou-se a implementação de tecnologias sociais como a utilização da agroecologia pelos habitantes locais, com o mínimo de degradação ambiental. Além de técnicas de transformação de alguns alimentos e extração de matéria vegetal de forma artesanal.

Foto 18: Técnicas e saberes no Quilombo Buraquinho



Fonte: Acervo pessoal (setembro de 2022).

As técnicas e utensílios são de amplo uso em todo o território, produzindo-se também artesanatos para uma renda extra: bordado na Casa de Cultura em Serra das Araras e da Cooperativa Sertão Veredas em Chapada Gaúcha; cerâmica em Arinos; e feitura de peças da palha do buriti em Buraquinhos.

Foto 19: Técnicas artesanais na região do PNGSV

Bordado em capa de almofada –
Bordadeiras de Chapada Gaúcha



Vaso de cerâmica –
Artesão de Arinos



Fonte: Acervo pessoal (setembro de 2022).

Essa é uma paisagem frequente nas proximidades das comunidades e populações tradicionais que vivem nas e das cabeceiras de vales. Isso implica em um comportamento típico dos povos cerratenses dessa região, utilizando esses espaços para atividades desde lazer a vias de acessos, podendo ser a pé, a cavalo, de moto, de carro ou até mesmo de carro de boi.

Foto 20: Vereda (Cabeceira de drenagem em vales) próxima a comunidade Morro do Fogo.



Fonte: Acervo pessoal (janeiro de 2025).

A região carrega ainda em seu cerne toda a cultura e tradições dos cerratenses dos Gerais mineiros, mistura de conhecimentos relacionados ao território (ciclos climáticos, plantas, animais, rotas), acrescido da religiosidade e, mais recentemente, a literatura rosiana que é inserida como forma de retomada da cultura desses povos do lugar.



SEÇÃO 2

REORGANIZAÇÃO COMPLEXA DO TERRITÓRIO: A TERRITORIALIDADE DO SERTANEJO CERRATENSE (ROSIANO) E O USO DO TERRITÓRIO



Foto 21: Vereda próxima a comunidade Morro do Fogo, caminho para Serra das Araras.

Fonte: Acervo pessoal (2025).

A complexidade não é apenas o caráter fundamental da lógica organizacional da vida. Só ela permite conceber o viver. O viver não pode ser reduzido à utilidade, à economia, à homeostasia e à adaptação, embora comporte todas essas dimensões. O viver não faz explodir a racionalidade, mas toda a concepção fechada da racionalidade. (Morin, 2015a, p. 457).

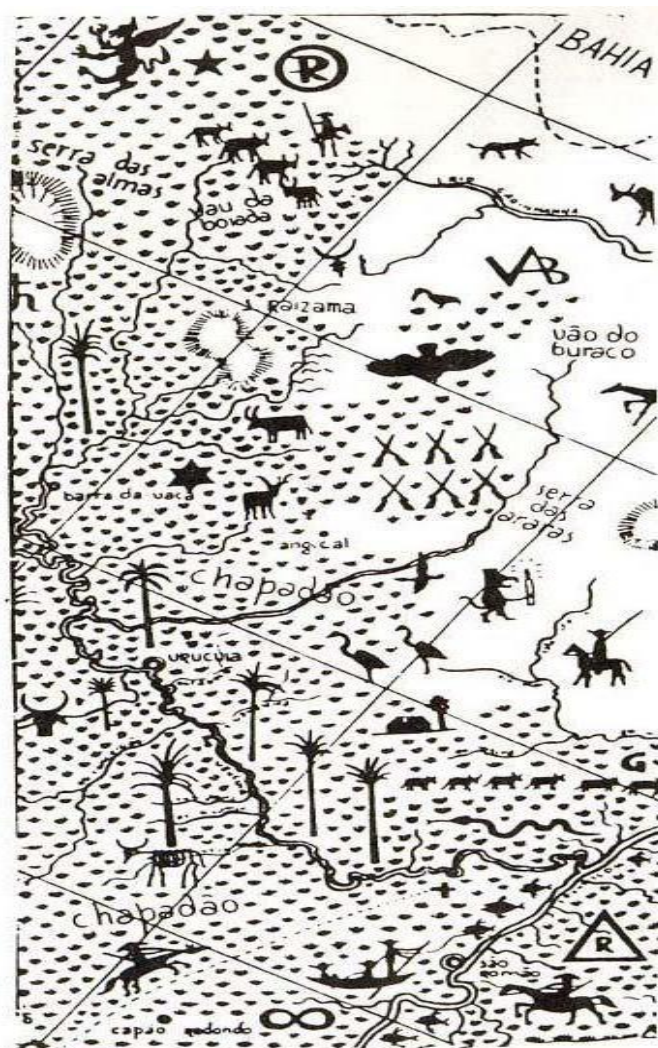
Eu queria decifrar as coisas que são importantes. E estou contando não é uma vida de sertanejo, seja se for jagunço, mas a matéria vertente. Queria entender do medo e da coragem, e da gã que empurra a gente para fazer tantos atos, dar corpo ao suceder. O que induz a gente para más ações estranhas, é que a gente está pertinho do que é nosso, por direito, e não sabe, não sabe, não sabe! (Rosa, 2019, p.88-89).

O conceito de territorialidade foi anteriormente redesenhado em conformidade com a interpretação dada ao objeto de estudo aqui analisado. Para dar continuidade, expressaremos tal conceito a partir do que ele representa na leitura e observação dos pesquisadores. Não tratamos somente da representação do território físico, mas, principalmente, das múltiplas expressões que a territorialidade pode simbolizar.

Assim, os conteúdos nesta sessão, sendo eles lexicais – conjunto geolinguístico – ou visuais, aparecerão, propositadamente, por vezes, sem uma interpretação ativa da autora. Isso porque há nesses conteúdos um convite a interpretação independente do leitor, enquanto composição semiótica ali presente, sendo solicitado a considerar o fato em contexto, social e culturalmente, além de o relacionar com o texto prévio e posterior.

É mister considerar que a representação do sertanejo cerratense se abre como espelhamento dos coletivos que habitam o bioma Cerrado, não estando restrito somente as populações humanas, mas também a abrangência que o termo população sugere, sendo aqui sinônimo de biocenose cerratense.

Figura 35: Mapa desenhado por Poty, impressos na orelha da 2ª edição de Grande Sertão: Veredas



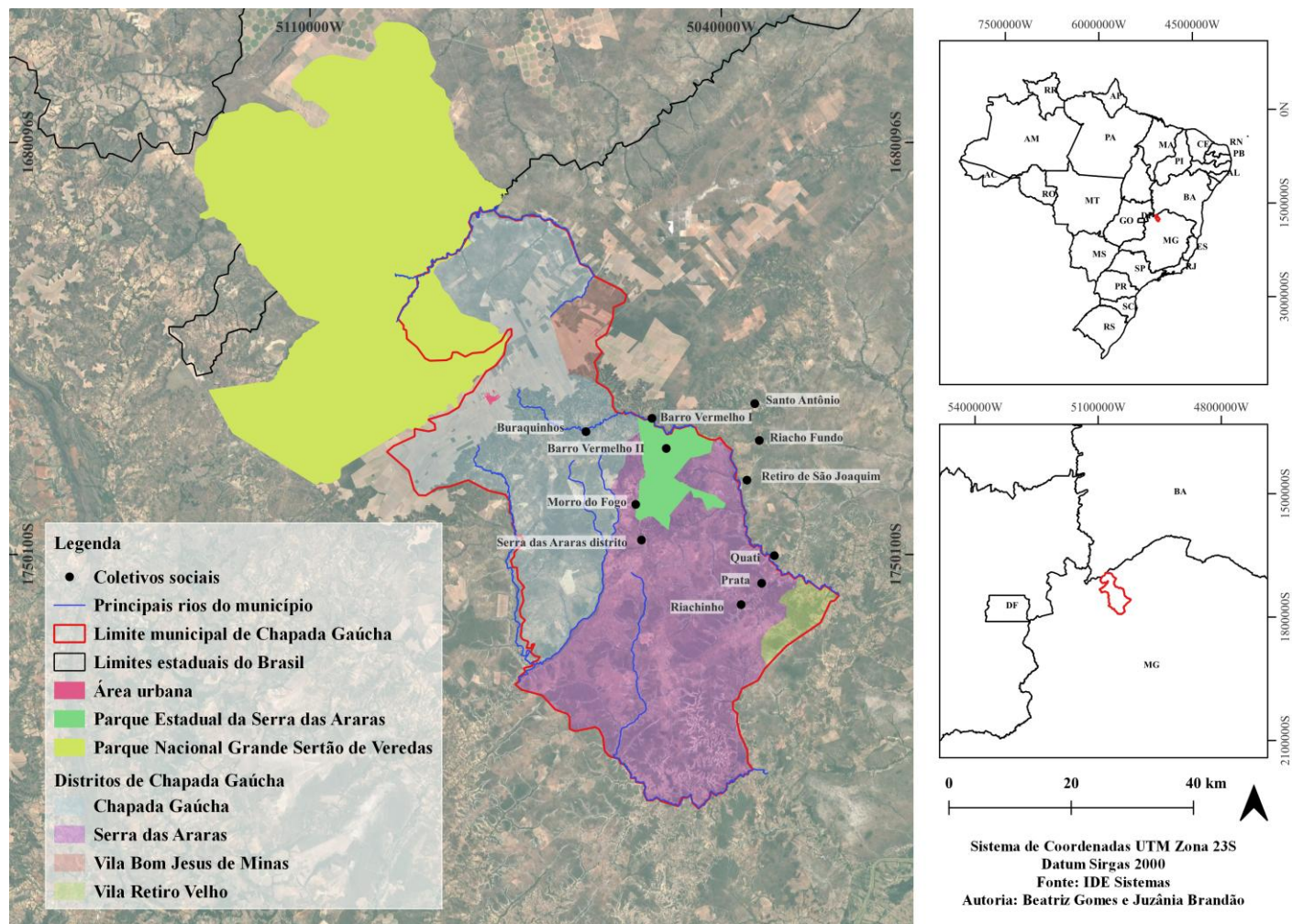
Fonte: Livraria José Olympio Editora, 1958.

Expandindo a condição relacional e interacional referente a diversidade de coexistências em um mesmo biótico, ou seja, em uma mesma comunidade biológica presente no Cerrado. Afinal, as populações humanas não estão isoladas por si só nesse bioma, elas fazem parte e co-habitam, territorializam, um complexo ecossistema que também é comum a populações outras. Em tom de exemplificação, pode-se recorrer à ilustração da segunda edição da obra do Grande Sertão: Veredas, de autoria de Napoleon Potyguara Lazzarotto, ou como era conhecido, Poty, artista que também ilustrou obras de outros literatos brasileiros.

Há aqui a ilustração de ícones expressos na obra rosiana, elementos em contexto: religião, cultura, política, hidrografia, fauna e flora. De forma similar, será composto uma sinalização de percepção sensível da autora no que tange o macro, o tecido junto que envolve e incorpora as populações humanas. Não sendo, toda a abrangência extra-humana, o foco dessa escrita.

Para melhor compreender esse contexto, elabora-se o mapa a seguir. Nele consegue-se identificar certos contornos e localizações imprescindíveis para essa pesquisa: PNGSV, zona urbana de Chapada Gaúcha, distrito de Serra das Araras e a presença de algumas das populações cerratenses territorializadas.

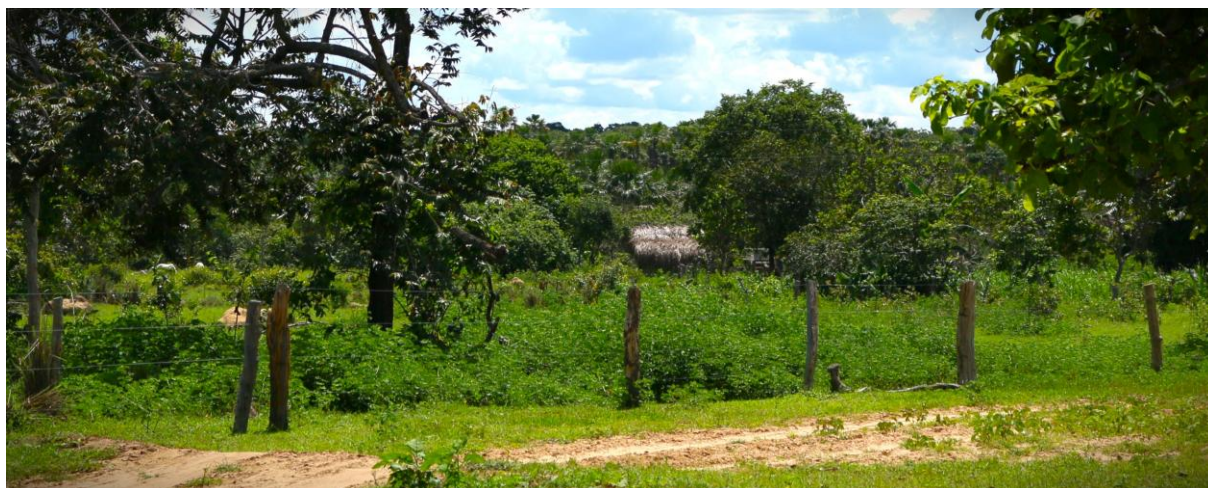
Mapa 3: Complexidade Sociobiodiversa dos coletivos próximos à Serra das Araras



Fonte: Elaboração própria (abril, 2025).

A partir do mapa acima é possível perceber uma outra centralidade no referente à instalação de povoados e coletivos cerratenses que se estendem a partir de Serra das Araras, seja enquanto distrito, seja enquanto Brejo da Passagem, antiga designação para o povoado em questão. Assim, esse sertão cerratense já era habitado antes da imposição institucional política atual do município. Povos e comunidades tradicionais locais desde a muito tempo vivem uma relação simbiótica, humano e extra-humano, sujeitos integrados a Natureza.

Foto 22: Moradia entre a Comunidade Morro do Fogo e a distrito Serra das Araras



Fonte: Acervo pessoal (janeiro de 2025).

Grupos sociais esses muito próximos da descrição rosiana, assim, torna-se necessário ressaltar que, enquanto a UC federal que carrega, em seu nome, a referência da obra rosiana, com interesse unicamente de preservação ambiental, a UC PESA detém, enquanto fato geo-social, as verdadeiras expressões simbólicas contidas nos personagens da obra de Guimarães Rosa, em especial no narrador regionalista que, em formato de monólogo, relata uma cultura em vias de desaparecimento, não só a jagunçagem, mas toda a competência cultural do sertanejo que adquire conhecimento a partir da experiência *in situ* (o que iremos detalhar na seção 3 como Geobiocenose).

Mas, o senhor sério tenciona devassar a raso este mar de territórios, para sortimento de conferir o que existe? Tem seus motivos. Agora — digo por mim — o senhor vem, veio tarde. Tempos foram, os costumes demudaram. Quase que, de legítimo leal, pouco sobra, nem não sobra mais nada. Os bandos bons de valentões repartiram seu fim; muito que foi jagunço, por aí pena, pede esmola. Mesmo que os vaqueiros duvidam de vir no comércio vestidos de roupa inteira de couro, acham que traje de gibão é feio e capiau. (Rosa, 2019, p. 23).

Sertanejo esse que, contrariando expectativas, faz-se dono do discurso, fixa o hóspede ouvinte no abrigo da varanda, referente daquilo que é externo, ou na penumbra mais íntima do salão, o interno. Narrativa contendo o saudosismo de tempos passados, na ânsia de retomar os dias de juventude, desejoso em guiar o visitante em sua viagem, não mais se encontra em possibilidade de fazê-la fisicamente, assim, faz tal retorno, regressão, narrando suas lembranças.

Francis Utéza (2016, p. 27), escreveu a respeito da metafísica do romance rosiano, reforça, sobre o quadro narrativo, que o “protagonista desdobra-se tanto no tempo quanto na identidade: diferenciando-se daquele que fora durante a sua vida nômade de jagunço, o terratenente sedentário tenta saber como o outro, ou melhor, os outros que deixou de ser levaram-no ao que agora ele é”. Assim, o narrador conduz sua narrativa em dupla direção: inclinação a tristeza, saudosismo ao interrogar momento específicos e marcantes do passado que somente a memória retomaria e; a denúncia de tempos já distantes, talvez tão distante quanto a própria concepção do conceito de sertão.

2.1 SERTÃO: UM CONCEITO GEOGRÁFICO

Aqui não se tem convívio que instruir. Sertão. Sabe o senhor: sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar. Viver é muito perigoso... (Rosa, 2019, p. 26).

A realidade imposta na região onde estão localizados o Parna GSV, Serra das Araras e os coletivos cerratenses, permeada por interações, ora conflitantes, ora complementares. Em um primeiro plano podemos trazer a situação dos sujeitos que compõem a tecitura sociocultural habitada pelo que se convencionou por “sertanejos cerratenses”, grupos sociais que escolheram o isolamento do Cerrado como lugares para sua (re)existência. Assim, tal conceito convocará ora o real e os elementos dele representativos, ora o seu duplo, a literatura rosiana.

Neste contexto, o conceito Sertão é fortemente reproduzido na literatura nacional, o que contribui para uma interpretação para além da origem portuguesa desse conceito. Aqui, em território nacional, o termo recebeu significados singulares, bem “à moda” brasileira.

Como marcadores literários que adotam tal conceito, podemos citar, para além de João Guimarães Rosa com o Grande Sertão Veredas, o Ariano Suassuna em suas múltiplas interpretações do nordeste sertanejo; o Graciliano Ramos com o icônico Vidas Secas; a obra Monções, terceiro livro de Sérgio Buarque de Holanda, trazendo uma interpretação própria dos sertões:

É inevitável que, nesse processo de adaptação, o indígena se torne seu principal iniciador e guia. Ao contato dele, os colonos, atraídos para um sertão cheio de promessas, abandonam, ao cabo, todas as comodidades da vida civilizada. O simples recurso às rudes vias de comunicação, abertas pelos naturais do país, já exige uma penosa aprendizagem, que servirá, por si só, para reagir sobre os hábitos do europeu e de seus descendentes mais próximos. A capacidade de resistir longamente à fome, à sede, ao cansaço; o senso topográfico levado a extremos; a familiaridade quase instintiva com a natureza agreste, sobretudo com seus produtos medicinais ou comestíveis, são algumas das imposições feitas aos caminheiros, nessas veredas estreitas e rudimentares. Delas aprende o sertanista a abandonar o uso de calçados, a caminhar em “fila índia”, a só contar com as próprias forças, durante o trajeto. (HOLANDA, 1976. P. 21.)

Destarte, o sertão traz como característica central o não-civilizado, de difícil acesso, pouco ou não habitado, aquilo que se encontra distante, isolado. Para Janaína Amado (1995) o conceito de sertão extrapola a simplicidade deste ambiente inóspito, sendo elevado a uma categoria espacial que agrega senso comum, pensamento social e imaginário a designar uma ou mais regiões, extrapolando para um senso de nação.

Inicialmente, o conceito recebeu um sentido negativo no período colonial, a designar “áreas extensas afastadas do litoral, de natureza ainda indomada, habitada por índios ‘selvagens’ e animais bravios, sobre as quais as autoridades portuguesas, leigas ou religiosas, detinham pouca informação e controle insuficiente” (Amado, 1995, p. 148). Em terras brasileiras “sertões”, tanto no plural quanto no singular, incorporou um significado próprio, original, “específica, estritamente vinculada ao ponto de observação, para a localização onde se encontrava o anunciante, ao emitir o conceito”. Uma construção conceitual oposta e complementar estilo de vida do litoral, espaço de religião, de cultura e de civilização herdadas do colonizador português.

Ambas foram categorias complementares porque, como em um jogo de espelhos, uma. Foi sendo construída em função da outra, refletindo a outra de forma invertida, a tal ponto que, sem seu principal referente (litoral, costa), “sertão” esvaziava-se de sentido, tomando-se ininteligível, e vice-versa. [...] Para o colonizador, “sertão” constituiu o espaço do outro, o espaço por excelência da alteridade. Que outro, porém, se não O próprio eu invertido, deformado, estilhaçado? A partir da construção de alteridades, durante os processos de colonização, os europeus erigiram e refinaram as próprias identidades (Amado, 1995, p.149).

O Sertão traria assim um contexto de oposição ao civilizado, um sinônimo quase de Natureza²⁶ que precisava ser dominada, uma determinada inconsistência imprevisível, instintiva. Conceito esse que aqui ressurge como categoria geográfica, a partir da tensão dialética que se apresenta como ao “Outro geográfico”. Assim,

[...] ‘sertão’, necessariamente, foi apropriado por alguns habitantes do Brasil colonial de modo diametralmente oposto. Para alguns degradados, para os homiziados, para os muitos perseguidos pela justiça real e pela Inquisição, para os escravos foragidos, para os índios perseguidos, para os vários miseráveis, leprosos, para, enfim, os expulsos da sociedade colonial, ‘sertão’ representava liberdade e esperança, liberdade em relação a uma sociedade que os oprimia, esperança de outra vida, melhor, mais feliz. (Amado, 1995, p.149-1150).

Logo, Rosa mergulha nessa fenda do “Outro geográfico” para utilizar o conceito de “sertão” seja como expressão do externo, características do ambiente cerratenses, seja como expressão do interno, do psicológico dos sujeitos cerratenses. Uma verdadeira composição de sertões que pode representar desde o sertão mineiro aos sertões outros na pluralidade do subjetivo do desconhecido, do desejado, daquilo que representa fuga e refúgio.

O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucúia. Toleima. Para os de Corinto e do Curvelo, então, o aqui não é dito sertão? Ah, que tem maior! Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade. O Urucúia vem dos montões oeste. Mas, hoje, que na beira dele, tudo dá — fazendões de fazendas, almargem de vargens de bom render, as vazantes; culturas que vão de mata em mata, madeiras de grossura, até ainda virgens dessas lá há. Os gerais corre em volta. Esses gerais são sem tamanho. Enfim, cada um o que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniões... O sertão está em toda a parte. (Rosa, 2019, p.11).

²⁶ Conceito a partir de Acosta (2016).

Como conceito geográfico ganhou forte potência, em especial no que tange ao desconhecido e talvez por isso, aquilo que lá resiste. Um conceito que dita, ao seu modo, a noção de espaço. Entretanto, cai em declínio o uso no contemporâneo, fazendo-se comum na bagagem linguística do jargão do colonizador.

Ainda no primeiro momento da constituição da cartografia representativa do território brasileiro, tal conceito descreve uma imensa parcela do Brasil, ainda não adentrada pelo colonizador, mas muito conhecida pelos grupos sociais originários. O conceito de Sertão era tão comum que o obtemos inúmeras vezes na obra da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. Em um de seus relatórios, “Exploração do Rio Grande e seus afluentes” (1913, p. III), aparece a seguinte citação:

Exmo. Snr. Dr, Secretário da Agricultura, Commercio e Obras Publicas
Concluidos os trabalhos de exploração do extremo sertão do Estado, na região dos rios Tieté, Paraná, [...]: do litoral, na dos rios Ribeira de Iguape e seus territóri, [...] e o levantamento da fronteira de Minas, obtivemos uma grande somma de material para a confecção da carta geral do Estado, mas ainda nos restava enorme zona do norte do Estado, fronteira ao triangulo mineiro, tendo como divisa o caudaloso Rio Grande.

Para além dos registros e documentos geo-históricos, a literatura nacional contribui ainda mais para a composição de um conceito potente para geografizar a complexidade contida no território brasileiro. Esse pode ser o exemplo de “Os Sertões”, de Euclides da Cunha (1902), que irá descrever a formação, a motivação, o conflito e a queda do movimento popular fundada pelo nome de arraial do Belo Monte, ou mais conhecida por Canudos. Obra baseada na trajetória de um homem real, Antônio Vicente Mendes Maciel, que na ficção recebe o nome de Antônio Conselheiro. Conflui em uma das mais expressivas mobilizações sociais de resistência que reuniu, em seu auge, de acordo com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (2023), aproximadamente 25 mil habitantes.

A rememorar que na época o Brasil, ainda colônia portuguesa, tinha no litoral os principais centros urbanizados, cabendo a toda porção a oeste da estreita linha litorânea habitada, tudo ser Sertão, incluindo a porção que abriga os biomas Cerrado, Caatinga, Amazônia e Pantanal.

Para a autora Albertina Vicentini (2016, p. 19) o conceito de sertão, por vezes, camuflou-se com o conceito de cerrado: “nomeia-se hoje de cerrado parte daquilo que, anteriormente, se chamara-se de sertão. Dizemos parte daquilo que se chamava sertão, porque a noção de cerrado, numa primeira comparação, é mais ampla e delineada do que a noção de sertão”. Então, como usar um conceito que antes era utilizado para designar o desconhecido? Porções territoriais longínquas que a sociedade urbana, portanto civilizada, não havia explorado? Justamente neste momento atual em que cada centímetro da face terrestre já foi percorrido por diversos satélites. Ainda caberia o uso da expressão Sertão?

Jayme Paviani (2009) quando trata de conceitos e categorias, enfatiza que:

O conceito resulta de uma concepção mental, às vezes, pode ser expresso numa simples noção (geral e vaga) ou objetivado numa determinada modalidade de definição. O conceito, como unidade ou síntese significativa predicável, nunca é absolutamente delimitada por uma definição. [...] O conceito pode ser visto como processo em constante recriação.

[...] entende-se por categoria um atributo que serve para indicar classe, qualidade, ordem. [...] As categorias tendem a eliminar o real, o concreto em nome do universal, do abstrato. Por isso, toda definição de categorial ou operacional, embora necessária, é provisória. (Paviani, 2009, pp.50-51).

Desta forma, diante do exposto por Paviani, conclui-se que Sertão, enquanto categoria geográfica, pode ter caído em desuso e, por seu caráter provisório, delimitado a um espaço-tempo próprio ao uso dessa categoria, já tenha sido esgotada, esvaiu-se. Entretanto, Sertão, como conceito, ainda tem muito que contribuir com a ciência geográfica, em especial no que tange o conteúdo histórico-cultural brasileiro.

A categoria “sertão” está profundamente arraigada na cultura brasileira, seja no senso comum, seja no pensamento social ou ainda no imaginário do povo. Referência espacial e mítica, o sertão tem se constituído em categoria essencial para se pensar a nação brasileira. (Alencar apud Servilha, 2015, p.37).

Outro autor que se debruça sobre o conceito de Sertão é Antonio Carlos Robert Moraes (2003), para ele esse conceito representa um “outro” geográfico. Diante disso,

O sertão não se inscreve como uma empiria, nos moldes dos enfoques indutivos tradicionais da geografia. Nesse sentido, sua discussão força um rompimento na relação direta entre conceito e realidade empírica, que domina as abordagens desse campo disciplinar, onde as conceituações referem-se a recortes tidos como efetivamente existentes na superfície da Terra. A idéia de sertão possui, portanto, um status teórico distinto das noções mais usuais de “habitat”, “ambiente”, “região” ou “território”, não se confundindo com elas. Enquanto estas teriam por referência limites e extensões materialmente aferíveis no campo, aquela recobriria situações telúricas díspares e variadas, não fornecendo fundamento para divisões objetivas do espaço terrestre. Assim, do ponto de vista clássico da geografia, pode-se considerar consistente a afirmação errônea de que “o sertão está em toda parte” (Moraes, 2003, p. 2).

Ainda segundo esse autor, o Sertão insere-se em uma condição atribuída a múltiplos lugares diferenciados, uma realidade simbólica, enfim, uma ideologia geográfica. Definir determinada localidade como sertão, nada mais é que atribuir interesses de domínio e expansão territorial sobre determinados espaços enfocados, intencionando-se introduzir novo surto de domínio político no espaço delimitado.

Logo,

[...] o sertão para ser identificado demanda o levantamento do seu oposto: o não-sertão, visto como o lugar que possui as características de positividade ali inexistentes. Vale salientar que é sempre a partir dessa posição oposta que o sertão é qualificado enquanto tal. Isto é, o lugar a partir do qual se qualifica uma localidade como um sertão está sempre localizado no campo contraposto. Nesse sentido, trata-se de uma Figura construída por um olhar externo, a partir de uma sensibilidade estrangeira e de interesses exógenos, que atribuem àquele espaço juízos e valores que legitimam ações para transformá-lo. (Moraes, 2003, p. 3).

Assim, Sertão passa de um conceito permeado de exclusão referente a ausência de conhecimento do colonizador para ser conceito ressignificado como essência e símbolo de resistência, o não-conhecido, o “outro” geográfico, expressão cultural de sujeitos territorializado no interior ou em pontos longínquos dos centros urbanos do país, ou melhor, o sertanejo.

Esse Sertão que é formado por uma complexidade heterogênea de conjuntos sociobiodiversos e toda a tecitura de conhecimento possibilitada por meio da interação entre tais conjuntos. A partir da utilização de materiais locais e técnicas próprias, o sertanejo produz e reproduz a materialidade necessária para manutenção das atividades representativas desse ser territorializado.

Foto 23: Caminho para a comunidade Morro do Fogo – Próximo a Serra das Araras



Fonte: Acervo pessoal (janeiro de 2025).

Desta forma, o Sertão transcende o espaço geográfico tal qual a literatura extrapola a realidade. Aqui, ambos, operando como sistemas semióticos próprios rompem com a matriz geradora para se reestabelecer, incorporando pertença e características inerentes a lugares ainda periféricos, reserva orgânica de biodiversidade associada a materialidade cultural de populações tradicionais. Estas, pelo fato de também estar revestida do “outro” urbanizado, também se situe nas externalidades sertanejas, não com a força no interesse do domínio territorial, mas sim com a força vital de amparo, abrigo da nossa Sociobiodiversidade planetária.

2.2 A LITERATURA SERTANEJA COMO FORÇA DO LUGAR: A TRAVESSIA E O DESVENDAR DE EXISTÊNCIAS OUTRAS

— “Adianta querer saber muita coisa? O senhor sabia, lá para cima — me disseram. Mas, de repente, chegou neste sertão, viu tudo diverso diferente, o que nunca tinha visto. Sabeça aprendida não adiantou para nada... Serviu algum?”. (Rosa, 2019, p. 224).

O tratamento dialético dessa questão [literatura política], e com isso entro em meu tema, não pode de maneira alguma operar com essa coisa rígida e isolada: obra, romance, livro. Ele deve situar esse objeto nos contextos sociais vivos. (BENJAMIN, 1987, p. 122).

No século XIX, enquanto o individual, o singular, o concreto e o histórico eram ignorados pela ciência, a literatura e, particularmente, o romance – de Balzac a Dostoievski e a Proust – restituíram e revelaram a complexidade humana. As ciências realizavam o que acreditavam ser sua missão: dissolver a complexidade das aparências para revelar a simplicidade oculta da realidade; de fato, a literatura assumia por missão revelar a complexidade humana que se esconde sob as aparências de simplicidade. Revelava os indivíduos, sujeitos de desejos, paixões, sonhos, delírios; envolvidos em relacionamentos de amor, de rivalidade, de ódio; inseridos em seu meio social ou profissional; submetidos a acontecimentos e acasos, vivendo seu destino incerto. (Morin, 2003, p. 91).

O que a Geografia ainda não contemplou, em seu conteúdo como ciência, a Literatura aborda em sua multiplicidade, extensão do real no ficcional, e isso se aplica de forma intensa na literatura rosiana. Aqui, Rosa incorpora trocadilhos, neologismos, metáforas, relatos típicos do sujeito cerratense territorializado aos que acessam sua narrativa. Correlacionando o interno ao externo, objetivo e subjetivo, e vice-versa. Ora incorporando características do sujeito ao ambiente externo, ora adotando atributos do ambiente externo ao sujeito. O ícone mais elementar da obra que nomeia essa unidade de conservação é a semiótica que permeia o conceito de Sertão, os Gerais, por vezes a expressar o geofísico, por vezes o estado psicológico dos personagens.

Fato é que a obra de Guimarães Rosa já foi objeto de estudos e análise em diversos campos disciplinares, em especial, na própria Literatura. Porém, aqui, não se deseja esmiuçar essa densa obra, seja em seu volume físico, seja por seu conteúdo representativo simbólico. Pretende-se sim gerar um diálogo com o espaço geográfico e com o real, da região circundante ao parque nacional que recebe o nome desta obra, Grande Sertão Veredas e os grupos sociais territorializado próximos ao PESA. Aqui é possível identificar passagens ficcionais, sínteses que expressam a singularidade dos sujeitos e características do sertão cerratense, contexto geográfico, que exprime por vezes proximidade e por vezes distanciamento do narrador central na obra rosiana.

O Parna GSV se insere em um contexto geográfico-literário rosiana, sendo essa obra impulsionadora de uma espécie de exercício pedagógico a fim de ensinar conscientização social, a fim de produzir uma ética cidadã situada, sobre a biodiversidade cerratenses e sertaneja. Equivalência de experiência vivida e ficcional. Guimarães Rosa dá na retórica de sua ficção o equivalente simbólico da linguagem do místico projetado nos sujeitos

geobiocenóticos, grupos sociais em situação de unidade geográfica em movimento, seja na representação do grupo de jagunços, seja nos lugares que eles percorrem – vilas, vilarejos, pequenas cidades do interior mineiro, baiano ou goiano, coração do Brasil que conflui, socioculturalmente, três grandes regiões nacionais: Centro-oeste, Nordeste e Sudeste. Composição de sociedades particulares, expressões culturais diversas.

Foto 24: O Sertão mineiro também retratado por Rosa como “Gerais”



Fonte: Autora (2022).

Tal qual na literatura, as múltiplas expressões de vida carecem da “leitura” do outro, do leitor, para pulsar a existência dos personagens. E isso não é diferente na composição da sociobiodiversidade presente no objeto analisado. Aqui, a percepção do outro é ampliada e recebe uma atenção especial, pois acredita-se na potência vital não como critério de seleção natural, mas como diferenciações de conhecimentos que, mesmo sendo antagônicos, são complementares frente a totalidade que os mesmos fazem parte.

É na imersão do corpo em um ambiente diferente que os sentidos, em alerta, atentam-se aos mais diferentes estímulos recebidos. Os espaços antes desconhecidos e invisibilizados permitem uma experiência única aos corpos que se propõem a imersão, sendo também uma forma de interagir e apreender.

Diante disso, estratégias são formuladas, permitindo a interferência de fatos externos que possibilitem também a abertura ao acaso. Situação essa não por irresponsabilidade, mas por compreensão da dinamicidade presente no absoluto, por vezes imprevisível, incerto. Trazemos então um pouco de inspiração na obra de Paola Jacques (2012) ao abordar a experiência, a errância, as derivas.

Elas [narrativas errantes] constituem outro tipo de historiografia, ou de escrita da história, uma história errante, não linear, que não respeita a cronologia tradicional, uma história do que está na margem, nas brechas, nos desvios e, sobretudo, do que é ambulante, não está fixo, mas sim em movimento constante. Conectivos esses necessários para expor um pouco da compreensão do lugar pesquisado, da experiência que só se desvela a partir e por meio da travessia, do movimento. (Jacques, 2012, p. 24).

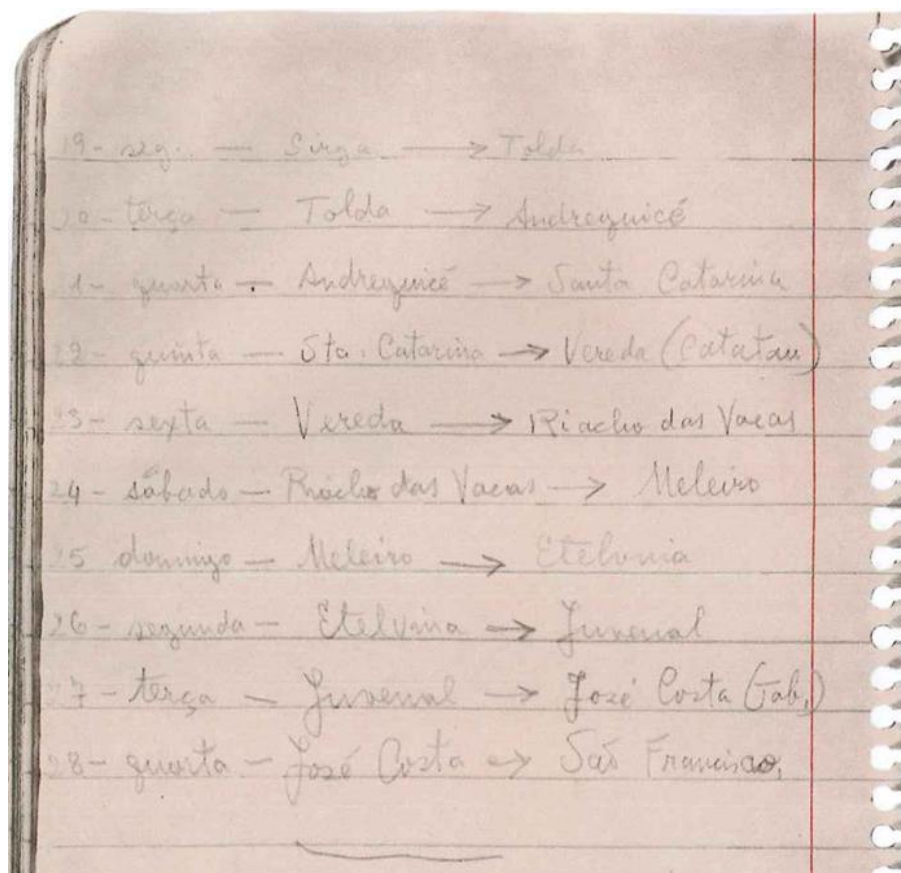
Tendo as narrativas errantes dos sujeitos do lugar como inspiração para experienciar a deriva em prol do objeto geográfico aqui analisado, faremos uma analogia entre a literatura e a vida, entre o leitor e a percepção consciente do conteúdo lido, entre o escritor e o moderador que expõe tal conteúdo. Assim, a partir desse início, podemos nos utilizar das palavras de Sartre (2004), quando relaciona os elementos da analogia anteriormente proposta:

Uma vez que a criação só pode encontrar sua realização final na leitura, uma vez que o artista deve confiar a outrem a tarefa de completar aquilo que iniciou, uma vez que é só através da consciência do leitor que ele pode perceber-se como essencial à sua obra, toda obra literária é um apelo. Escrever é apelar ao leitor para que este faça passar à existência objetiva o desvendamento que empreendi por meio da linguagem. (Sartre, 2004, p. 39).

Linguagem essa que acreditamos estar presente também na obra de João Guimarães Rosa. Talvez este autor jamais tenha imaginado a magnitude que teria a decisão de realizar o trajeto percorrido e intitulado o “Caminho da boiada de 1952”. Em seus registros a exploração do cerrado mineiro têm reverberação até nos dias atuais. Mais de meio século depois. Sendo retomado frequentemente em eventos, leituras e encenações, contos e novelas rosianas, ressoam em municípios percorridos nesse trajeto.

Até os dias atuais esse percurso é, de forma adaptada, percorrido por caminhantes, ciclistas, seja por interesse esportivo-literário, seja por interesse de vivenciar o trajeto realizado por Rosa, submergir no cenário vivo da obra.

Figura 36: Fragmento de manuscrito de Guimarães Rosa sobre roteiro da boiada



Fonte: Rosa (2011, p. 20).

Ainda é comum participar de eventos, leituras e encenações dos contos e novelas rosianas nos municípios de Cordisburgo, Morro da Garça e Três Marias, em especial no distrito de Andrequicé, todos em Minas Gerais.

O “Caminho da Boiada de 1952”, percurso imersivo no sertão mineiro, marca a literatura do romancista que fez anotações utilizadas para compor as obras: *Corpo de Baile* e *Grande Sertão: Veredas*. Nos seus registros continham fragmentos de sua observação sobre o cenário cerratense – paisagens, animais, plantas – e dos sujeitos - personalidades e falas –, além das características específicas dos lugares que aguçaram seu imaginário.

Caminhos esses que estarão presentes, em detalhes, nos lugares fictícios percorridos pelos jagunços de sua obra e também nos marcos literários delineados que vão muito além da ficção, possibilitando aos entusiastas e leitores, vivenciar os lugares citados em seus contos ou romances.

Por esses longes todos eu passei, com pessoa minha no meu lado, a gente se querendo bem. O senhor sabe? Já tenteou sofrido o ar que é saudade? Diz-se que tem saudade de ideia e saudade de coração... Ah. Diz-se que o Governo está mandando abrir boa estrada rodageira, de Pirapora a Paracatú, por aí...

Na Serra do Cafundó — ouvir trovão de lá, e retrovão, o senhor tapa os ouvidos, pode ser até que chore, de medo mau em ilusão, como quando foi menino. O senhor vê vaca parindo na tempestade... De em de, sempre, Urucúia acima, o Urucúia — tão a brabas vai... Tanta serra, esconde a lua. A serra ali corre torta. A serra faz ponta. Em um lugar, na encosta, brota do chão um vapor de enxofre, com estúrdio barulhão, o gado foge de lá, por pavor. Semelha com as serras do Estrondo e do Roncador — donde dão retumbos, vez em quando. Hem? O senhor? Olhe: o rio Carinhanha é preto, o Paracatú moreno; meu, em belo, é o Urucúia — paz das águas... É vida!... Passado o Porto das Onças, tem um fazendol. Ficamos lá umas semanas, se descansou. Carecia. Porque a gente vinha no caminhar a pé, para não acabar os cavalos, mazelados. Medeiro Vaz, em lugares assim, fora de guerra, prazer dele era dormir com camisolão e barrete; antes de se deitar, ajoelhava e rezava o terço. Aqueles foram meus dias. Se caçava, cada um esquecia o que queria, de de-comer não faltava, pescar peixe nas veredas... O senhor vá lá, verá. Os lugares sempre estão aí em si, para confirmar. (ROSA, 2019, p. 24-25).

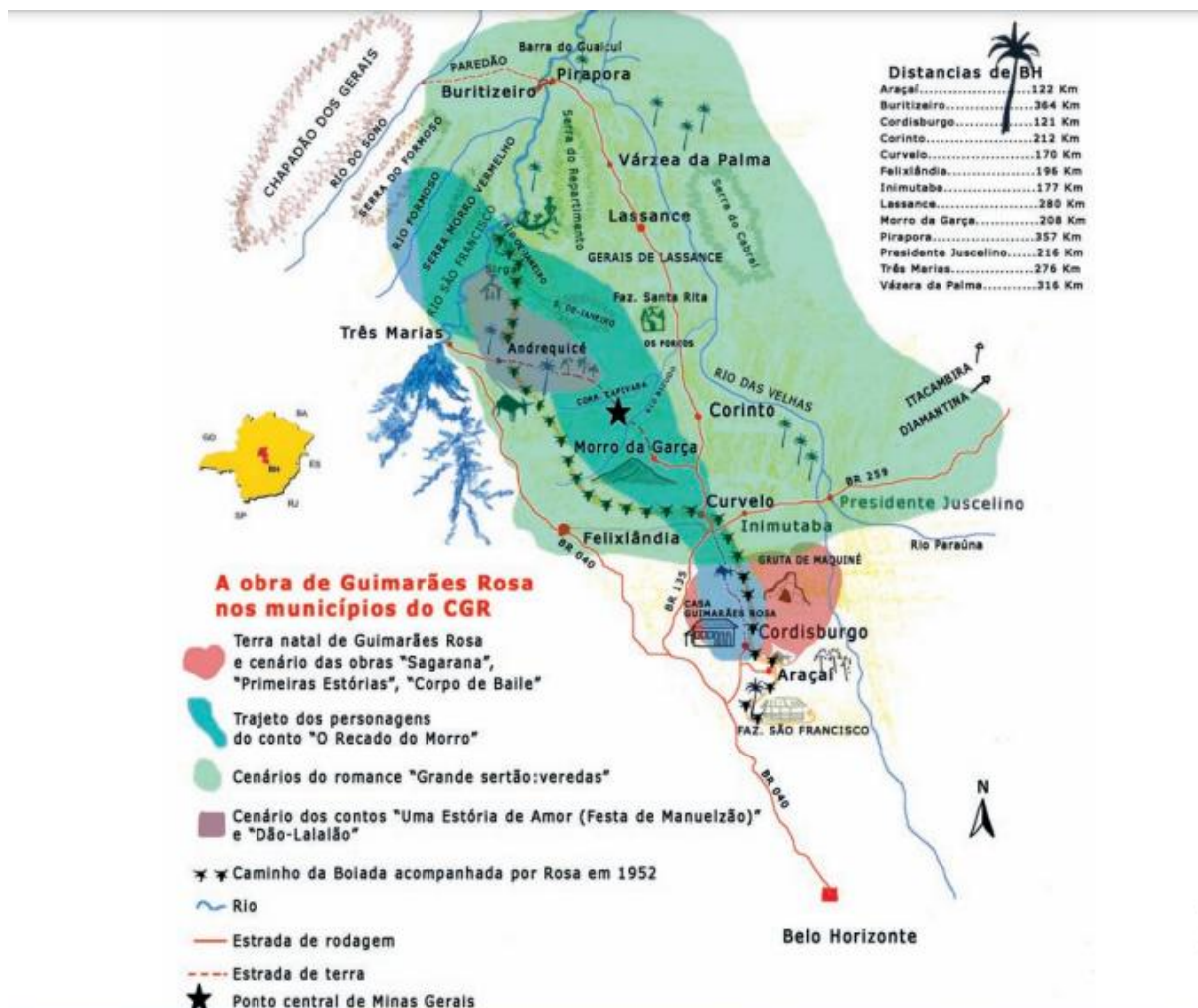
Foto 25: Guimarães Rosa em prosa com os companheiros de travessia



Fonte: Acervo do Museu CGR – Fotografia de Eugênio Silva (1952).

Ultrapassando as fronteiras físicas descritas na obra de Rosa, sua literatura inspira projetos educacionais, infanto-juvenis, nos recantos místicos circundantes ao município que esse autor viveu, Cordisburgo em Minas Gerais. Seu repertório que exerce influência em uma diversidade de segmentos socioculturais impulsionados pelas obras como o Grande Sertão: Veredas e o Corpo de Baile.

Figura 37: Percurso do Caminho da boiada de 1952



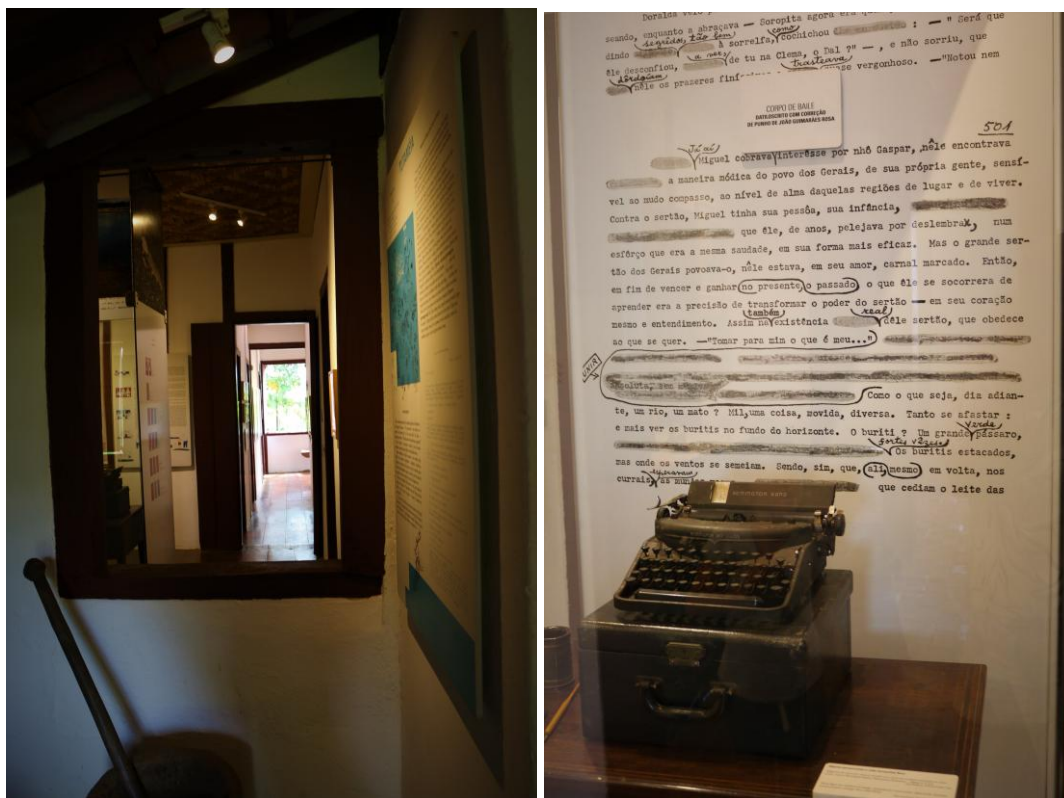
Fonte: Fragmento de Dossiê Guimarães Rosa (2006).

Este último, uma coletânea que se divide em três volumes. O primeiro é Manuelzão e Miguilim, subdividido em duas novelas, Campo Geral e Uma Estória de Amor. O segundo livro é o No Urubuquaquá, No Pinhém, subdividido na novela O Recado do Morro, contos Cara-de-Bronze e A História de Lélío e Lina. Já no último tomo, o Noites do Sertão subdivide-se em duas novelas, Dão-Lalalão e Buriti.

É na casa onde viveu Rosa que hoje abriga o Museu Casa Guimarães Rosa (CGR), espaço dedicado a obra e a memória dos acontecimentos vividos pelo autor. Encontra-se ali desde detalhes sobre a infância com a família até posse na Academia Brasileira de Letras, em 16 de novembro de 1967, três dias antes de seu precoce falecimento.

As manifestações socioculturais referentes a produção literária rosiana são frequentes em especial no distrito de Andrequicé – vila onde viveu Manuelzão, vaqueiro que acompanhou e compartilhou seus conhecimentos de vivência no sertão cerratenses. Esse sertanejo foi imortalizado na ficção rosiana e tema de documentários e filmes.

Foto 26: Vistas do Museu Casa Guimarães Rosa

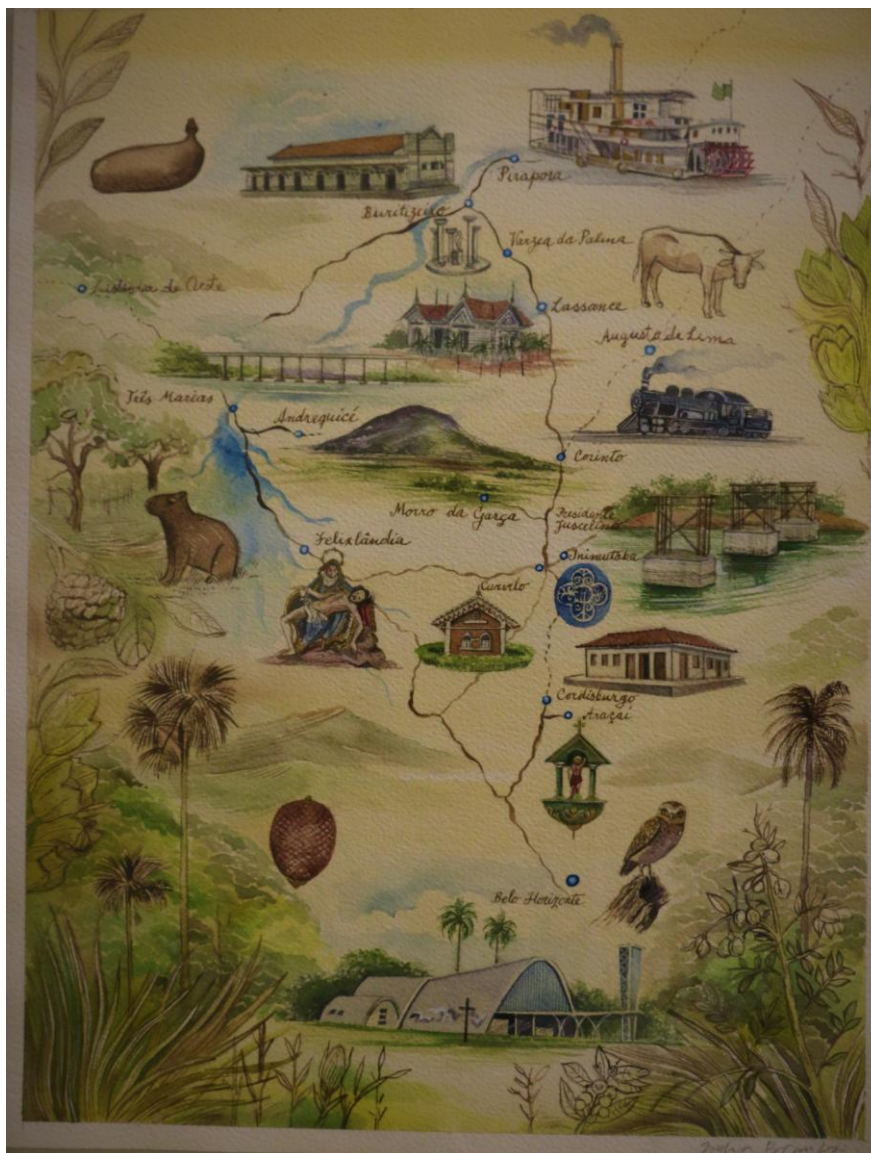


Fonte: Acervo pessoal (janeiro de 2023).

Para se ter uma noção da dimensão geoespacial da influência imediata de Rosa, a artista Júlia Bianchi (2012) produziu o que nomeou de Cartografia Rosiana, uma pintura que representa os lugares percorridos por Guimarães Rosa no Caminho da Boiada de 1952, trazendo como referência geográfica, àqueles que desconhecem a região, a capital Belo Horizonte. Essa é uma das peças no acervo do Museu Casa Guimarães Rosa.

A pesquisa aqui presente, não explorará a totalidade dos escritos rosianos, limita-se assim a obra Grande Sertão: Veredas. Isso por acreditar ser essa a inspiração de sujeitos que inovaram em tirar a literatura da ficção e transfigurá-la, ou ao menos tentaram, em território.

Figura 38: “Cartografia Rosiana”



Fonte: Acervo do Museu CGR – Pintura em aquarela de autoria de Júlia Bianchi (2012).

Conceito geográfico esse que, inicialmente, é delimitado pelas linhas que criam o Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Ele nasce do simbólico subjetivo presente nos idealizadores e produtores desse espaço: uma unidade de conservação ambiental federal, localizada nas mesorregiões norte e noroeste mineiro. A fim de assinar no tempo e no espaço, não só a literatura de Rosa, mas também as características fisionômicas e ecobiossociodiversas do Cerrado.

2.3 DA LITERATURA À TERRITORIALIDADE DO SERTANEJO CERRATENSE

E ele era sertanejo? Sobre minha surpresa, que era. Serras que se vão saindo, para destapar outras serras. Tem de todas as coisas. Vivendo, se aprende; mas o que se aprende, mais, é só a fazer outras maiores perguntas. (Rosa, 2019, p. 354).

Para além da obra rosiana, é extremamente importante saber quem são os sujeitos outros que habitam e vivem o sertão mineiro. Sociedades locais essas que desenvolvem uma forma única de se relacionar com grupos sociais outros e o território. Aqui a coletividade é, por vezes, a força para a sobrevivência.

Foto 27: Almoço coletivo para festejo religioso – Comunidade Morro do Fogo



Fonte: Acervo pessoal (janeiro de 2025).

Tal força é apreciada em momentos singulares, principalmente quando há a necessidade de agrupamentos em prol da produção ou transformação de alimentos na agricultura. Organização coletiva se dá em atividades rotineiras, seja na construção de equipamento comum, seja para realização de eventos festivos.

Às vezes eu penso: seria o caso de pessoas de fé e posição se reunirem, em algum apropriado lugar, no meio dos gerais, para se viver só em altas rezas, fortíssimas, louvando a Deus e pedindo glória do perdão do mundo. Todos vinham comparecendo, lá se levantava enorme igreja, não havia mais crimes, nem ambição, e todo sofrimento se espalhava em Deus, dado logo, até à hora de cada uma morte cantar. Raciocinei isso com compadre meu Quelemém, e ele duvidou com a cabeça: — “Riobaldo, a colheita é comum, mas o capinar é sozinho...” — ciente me respondeu. (Rosa, 2019, p. 53).

Assim como sintetizado por “Quelemém”, no sertão há tempos de comunhão, mas também há tempos de solidão. Existem as tarefas coletivas, mas existem também aquelas que carecem de ser realizadas na individualidade. Desta forma, quando se aprecia a vista aérea de grupos sociais não-urbanos pode haver uma percepção errônea ao que diz respeito a distância física entre os vilarejos, povoados e até mesmo as residências. O distanciamento físico não condiz com o afastamento de solidariedades.

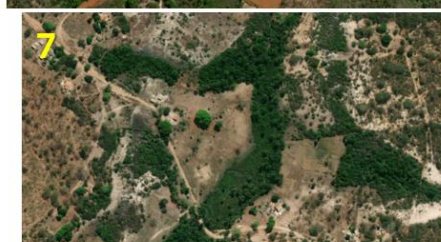
Figura 39 : Configurações múltiplas socioespacial cerratenses não-urbanas



Legendas:

Comunidades, povoados ou vilas:

- 1: Buraquinhos;
- 2: Morro do Fogo;
- 3: Barro Vermelho;
- 4: Barro Vermelho 2;
- 5: Santo Antônio;
- 6: Santa Rita;
- 7: Vereda;
- 8: São Joaquim;
- 9: Rio Pardo;
- 10: Serra das Araras.



Fonte: Autoria própria a partir de Google Maps (2025).

Diferentemente do que ocorre no urbano, onde famílias diversas podem dividir o mesmo espaço físico, e nem se conhecerem. Ou ainda, evitam o contato uns com os outros por receio de aproximação e interação. Resultando em um coletivo de individualidades que exercem a com-vivência entre egos distintos. O ego a preceder o coletivo, o externo.

Na figura 39, percebe-se alguns aspectos comuns quanto a diversidade na formação socioespacial cerratense. Iniciando pelas diferenciações em que todas elas têm formato, amplitude, densidade demográfica, expressões culturais e experiências com o território bem própria de cada grupo social que ali se instalou. Já no referente aos aspectos comuns, elas se situam instaladas próximas ou às margens de corpos hídricos têm, em sua maioria, representatividade religiosa embasada no cristianismo de origem católica.

Nas comunidades ou populações de reminiscência afrobrasileira, foi observado o sincronismo entre entidades religiosas católicas e de entidades de religiões de matriz africana. Fato esse que ressoa até os dias atuais nas festividades e celebrações locais. A exemplo disso, podemos citar os festejos de origem religiosa que são rotina no calendário anual desses grupos sociais. Motivo para reunir os povos não-urbanos da região.

Foto 28: Festejo de São Sebastião na comunidade Morro do Fogo



Fonte: Acervo pessoal (janeiro de 2025).

Encontros como esse são organizados pelas lideranças comunitárias e operacionalizados pelos integrantes dessas mesmas comunidades. Isso por meio de doações de mantimentos ou serviços em prol da realização do festejo. Tais doações são realizadas de forma equitativa em relação a disponibilidade de recurso econômico ou recursos humanos, envolvendo os moradores da comunidade local e de comunidades vizinhas.

A espiritualidade rege toda essa gente sertaneja cerratense. Acreditar em uma força maior, em um ser superior que auxilie e lhes dê coragem para enfrentar as adversidades, encarar os momentos difíceis, superar situações em que o conhecimento se esvai ou as sensações são tomadas pela dor, seja pela perda de entes queridos, seja pela necessidade de seguir a vida. A crença em entidades e divindades se faz, principalmente, na entoada uníssona do coletivo.

Aí este mundo de sertão tinha se perdido — eu mesmo me disse. Como que íamos atravessar o Sucruiú, lá se chegava. O qual eram as cafuas em suas construções, no entremeio da fumaça. Essas choupanas. Gente? Não se divulgava. E certo que não se tinha medo maior. Antes todos queriam avistar de perto, de passagem, o que aquilo de verdade fosse. Só que se tinha confiança nos bentinhos e verônicas. E de repente correu aviso que Jõe Bexiguento e o Pacamã-de-Prêsas sabiam reza para São Sebastião e São Camilo de Lélis, que livram de todo mal vago. Como se ter? Como se aprender, também? Tempo não dava. Mas — o que vieram dizendo, de um em um, se virando para trás nos cavalos: que não se carecia. Assim aqueles dois iam praticar resumida a oração, e cada um, da gente, consigo reproduzisse, constantemente, as fortes ave-marias e padre-nossos, que isso bastava. Assim foi que fizemos. Avante eu rezei. (Rosa, 2019, p. 336).

Nessas ocasiões se estabelece a relação entre o sagrado e o profano, contendo tempo para rezas, orações, preces e momentos dedicados às festividades, à dança, à música e às brincadeiras. O contexto original do festejo de São Sebastião²⁷ tem origem em uma promessa de mãe de família para livrar todos seus entes queridos de uma doença que acometia as pessoas da região no início do século XX.

Tendo a graça alcançada, iniciou-se um movimento de romeiros da região que vinham agradecer as graças concedidas. Nas primeiras décadas, a acolhida dos romeiros era realizada na casa da família, porém, com o aumento exponencial de romeiros, ano a ano, houve a necessidade da construção de uma igreja em homenagem ao santo, além de espaço social para abrigar os peregrinos. Somente no último dia, data comemorativa do dia de São Sebastião, 20 de janeiro, é realizada a celebração do festejo.

²⁷ Santo católico tendo seu reconhecimento como protetor contra pestes, fome e guerra.

Foto 29: Altar na igreja São Sebastião em celebração ao santo em Morro do Fogo



Fonte: Acervo pessoal (janeiro de 2025).

Nesse sentido, a ficção rosiana é atravessada pela espiritualidade e crenças presentes nos sertanejos cerratenses. Nela, são poucos os relatos dos festejos, mas é constante a menção de figuras e preces religiosas. Em determinados momentos, é percebida uma certa religiosidade também no que se refere aos elementos que compõem a paisagem cerratense.

Razão dita, de boa-cara se aceitou, quando conforme Medeiro Vaz com as poucas palavras: que íamos cruzar o Liso do Sussuarão, e cutucar de guerrear nos fundões da Bahia! Até, o tanto, houve, prezando, um rebuliço de festejo. O que ninguém ainda não tinha feito, a gente se sentia no poder fazer. Como fomos: dali do Vespê, tocamos, descendo esbarrancados e escorregador. Depois subimos. A parte de mais árvores, dos cerrados, cresce no se caminhar para as cabeceiras. Boi brabeza pode surgir do caatingal, trefuriado com o que de gente nunca soube — vem feio pior que onça. Se viam bandos tão compridos de araras, no ar, que pareciam um pano azul ou vermelho, desenrolado, esfiapado nos lombos do vento quente. Daí, se desceu mais, e, de repente, chegamos numa baixada toda avistada, felizinha de aprazível, com uma lagoa muito correta, rodeada de buritizal dos maisaltos: burití — verde que afina e esveste, belimbeleza. E tinha os restos de uma casa, que o tempo viera destruindo; e um bambual, por antigos plantado; e um ranchinho. Ali se chamava o Bambual do Boi. Lá a gente seria de pernoitar e arrumar os finais preparos. (Rosa, 2019, p. 42-43).

Tais elementos perpassam o fixo na paisagem às interpretações subjetivas referentes aos componentes que se movimentam e, ao mesmo tempo, movimenta a percepção do narrador. Fato esse que se realiza também no referente aos rios da região. Estes que, frequentemente, sobrepõem-se à aspectos outros geoespaciais, como se precisassem projetar sua cartografia própria, pois serão os rios que orientarão os sertanejos cerratenses.

Análise que está presente nos estudos de Willi Bolle (2004) que lerá o texto rosiano a partir da perspectiva que a obra investiga e realiza uma releitura histórica do retrato do Brasil. Texto esse que, não atoa, tem como principal personagem, o narrador, nomeado de Rio-baldo. Aquele autor, discorrerá sobre a etimologia do nome do personagem e narrador:

[...] a minha leitura se faz por uma via diferente. A partir do verbo alemão *baldowern* (explorar) podemos remontar ao substantivo hebraico *ba'al-davar*, que designa ‘o dono das palavras e das coisas’ [...] sendo o *Baldowerer* “aquele que sonda o lugar e as oportunidades para um crime”. [...] Postado à margem do Rio São Francisco, que é o “grande rio da civilização brasileira”, o narrador Riobaldo exerce o papel de um investigador dos discursos que falam da história do país, sobretudo daquilo que ela tem de oculto, demoníaco e dissimulado. (Bolle, 2004, p. 8).

Para Bolle, Rosa organiza a narrativa de tal forma que é possível extrair de sua obra um “mapa alegórico” brasileiro em que, em tese, discute-se a ausência de entendimento entre as diferentes classes, dominante e popular. Indo além, entre os que se denominam urbanos e os não-urbanos, entre as mais diferentes formas institucionais e orgânicas. Dentro deste contexto, é possível extrair uma variedade de analogias, porém, centrado em um narrador controverso, aquele que nem sempre é lido ou escutado. Esse, faz-se ter voz ativa, ser ouvido por uma personalidade que passa da condição de voz ativa à passiva. Um “doutor” que reflete o suprasumo da sociedade hierárquica urbana.

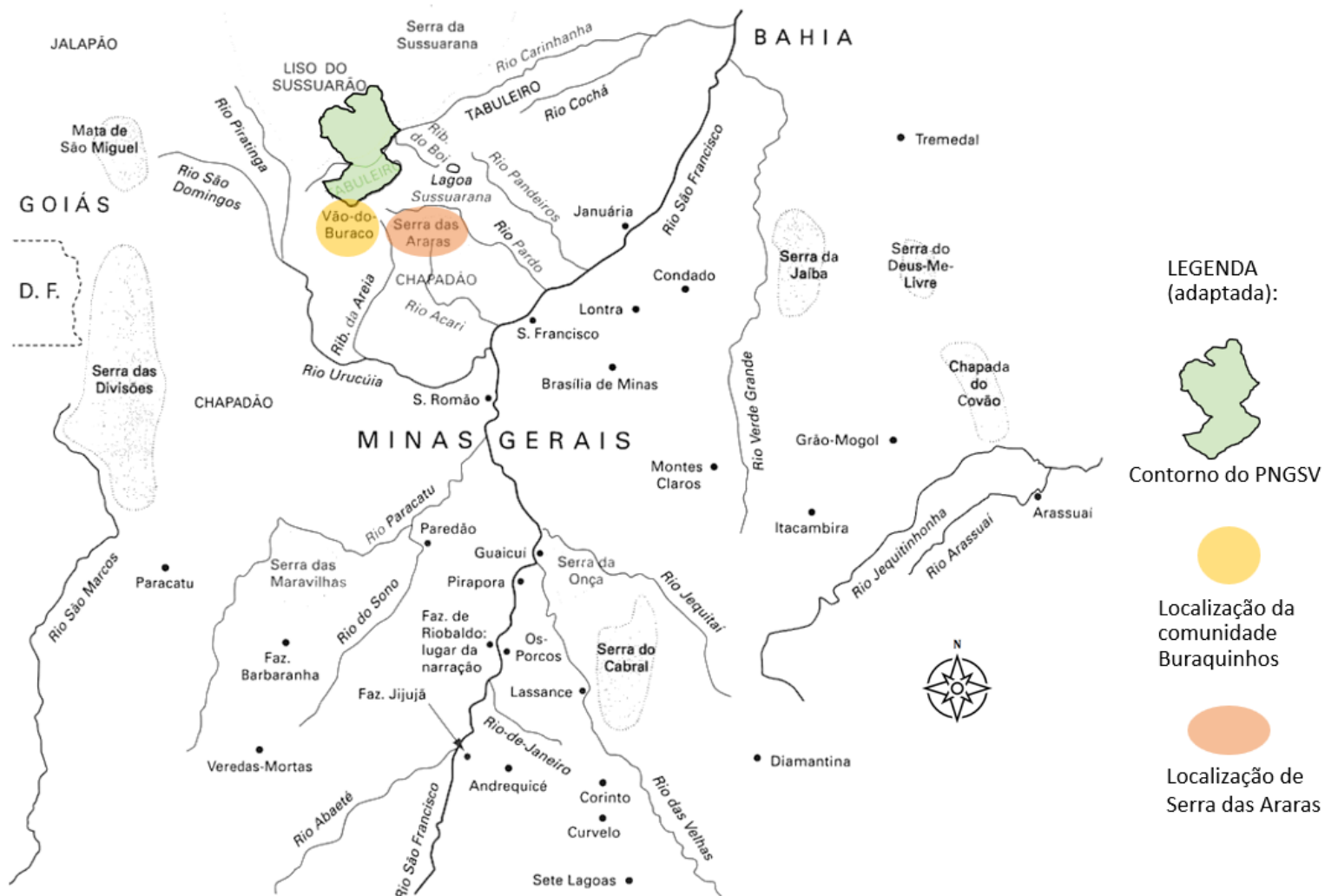
Romper com tal hierarquia também se faz na cartografia de Bolle, quando ele prestigia as linhas tortas dos cursos hidrográficos ao invés das marcações sociopolíticas. De forma revolucionária, coloca a hidrografia em um lugar de destaque e, em um segundo plano, a localização sutil dos grupos sociais que ali habitam. Esse mesmo autor acredita que a obra rosiana é um romance que tratará da formação do Brasil, ou seja, comparará o romance com ensaios de formação sociológicos e historiográficos que representam a condição brasileira. Tudo isso tendo como intuito o despertar para o sentimento de paixão pela complexa formação do país.

O aspecto geopolítico se esvai, o fato geográfico se apresenta com uma nova roupagem que possibilite o fluxo, o atravessamento. A localização é feita através do conhecimento prévio daquele que se expõe a travessia do território.

A gente vive repetido, o repetido, e, escorregável, num mim minuto, já está empurrado noutro galho. Acertasse eu com o que depois sabendo fiquei, para de lá de tantos assombros... Um está sempre no escuro, só no último derradeiro é que clareiam a sala. Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia. (Rosa, 2019, p. 58).

Assim, também é possível realizar a leitura do romance rosiano através da tríade geográfica: a hidrografia, os grupos sociais e os conflitos. Desta forma, retoma-se a composição de Bolle sobre o que se configuraria o território literário dos elementos presentes na obra rosiana.

Figura 40: O território literário rosiano



Fonte: Adaptado a partir de Bolle (2004, p. 69)

Como uma forma de atualizar a figura desse autor, insere-se o recorte do PNGSV por entender a importância da representação figurativa desse recorte para situar a localização dessa pesquisa que compõe tal território.

É nesse “território hídrico”, ou como nos referimos anteriormente, aquítorio, que a narrativa, a fluidez, a oralidade se fazem orgânicos potentes. O dito se sobrepõe ao escrito, ou melhor, o escrito aparece em um segundo momento somente em forma de registro do discurso fluido e oral. Aqui, é constante a presença do movimento, daquilo que se faz corrente, dinâmico.

É uníssono a importância dos biomas para equilíbrio e manutenção das múltiplas formas de vida no planeta. Porém, com a evocação contemporânea de produção e reprodução do capital e suas diversas especificidades, a destacar a observação atenta de Porto-Gonçalves (2012), dá-se a impressão de que os sistemas orgânicos coletivos foram pulverizados e substituídos por anomalias que enaltecem a individualidade, resultados facilmente identificados em nossa sociedade, em especial, no que tange ao comportamento humano dos sujeitos urbanizados, sintéticos.

A afirmação de Marx de que ‘o capital não tem pátria’ parece se realizar de um modo ainda mais perverso, posto que não sendo o capital simplesmente dinheiro mas, sim, uma relação social, sua desterritorialização generalizada implica desterritorializar homens e mulheres que têm casas, famílias, parentes e, embora possam (e devam) se deslocar, não o fazem necessariamente com as mesmas motivações que movem a burguesia. O território torna-se uma questão central, vê-se. (Porto-Gonçalves, 2012, pp. 36-37)

Territorializar é uma manifestação de pertencimento ativo e contínuo. Poucos são os grupos sociais que ainda mantem essa perspectiva e reconhecem a importância desses sistemas de vida, ou seja ecossistemas, no que se refere a sua própria existência, mas que ganham uma escala planetária por serem ainda resistência, mantendo e preservando todo o suporte da vida que lhes são abrigo.

Esses grupos sociais, reconhecidos aqui por sertanejos cerratenses, povos e populações tradicionais ou originárias, integrarão sistemas sociobiodiversos, ou seja, grupos sociais, em sua maioria não-urbanos, que resguardam o que a Convenção sobre Diversidade Biológica (Brasil, 2000, p. 9) definiu por diversidade biológica: “variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte” se expandindo ainda à diversidade de espécies e de ecossistemas.

Assume-se aqui as expressões como sinônimas, populações e comunidades tradicionais, mesmo sabendo das distinções no campo da sociologia e da antropologia. Inserindo-se nessa envergadura conceitual os povos originários, sujeitos que estão na centralidade desses entendimentos. Para tal conceituação, parte-se da descrição contida no Decreto nº 6.040/2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, a compreender que o reconhecimento e institucionalização do direito, na esfera política federal nacional, impõe uma outra visibilidade a esses grupos sociais cerratenses.

Desta forma, o artigo terceiro institui:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas[...] e

III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras. (Brasil, 2007).

A partir disso, a sociobiodiversidade se estabelece como uma co-relação que envolve grupos sociais em interação de (auto)preservação com o meio em que estão inseridos. Esse meio que também é morada, que territorializa, *duo* entre o sujeito e seu *oikos*.

A ciência, limitando-se a racionalidade do norte global, fundamentada em pesquisas e em teorias que sustentassem o objeto de análise com interesse que se firmam na ordem do urbano, ignora aqueles que não conhecem os códigos científicos, conhecedores de um saber adquirido na empiria, o saber-fazer, não são agraciados com a glória e poder, como ressalta Porto-Gonçalves (2014, p. 161):

(...) todo grupo social, quando produz o seu alimento, está se valendo, quando não gerando conhecimento, um conhecimento que está no fazer. O pescador pode não saber dissertar sobre a pesca, mas ele sabe pescar. Então, o fazer pesca implica em saber pescar. O saber está no fazer. Por vezes, essas experiências se confundem entre nós. Pode-se escrever sobre a pesca – por exemplo, produzir-se uma tese sobre a pesca - e não se saber pescar. Não há um problema intrínseco nisso, mas o que ocorre é que normalmente se desqualifica aquele que sabe fazer, como se esse fosse um saber menor. Por que? Porque há na base dessa questão uma relação de poder. A desqualificação é uma forma de fundamentar a colonização sobre mentes e corpos.

É imprescindível que a academia acolha esses grupos sociais tradicionais para, em parceria, recebam sua contribuição intelectual biocêntrica. Assim, o diálogo entre diversos campos científicos, a formatar e dar validade a pesquisas junto a populações tradicionais, podem ampliar a voz dos sujeitos com conhecimentos ancestrais que detêm saberes sobre o território que os abrigam, fonte da gnosiologia social territorializada.

Nesse contexto, em se tratando do Cerrado, podemos citar a relevância de manutenção e preservação das línguas nativas e dos demais ecossistemas. Tendo em vista que o aumento exponencial de desmatamentos e inserção de sistemas produtivos exóticos afetam, significativamente, a cultura dos grupos tradicionais, logo, o esvair do saber territorializado.

Com a crescente perda de cobertura vegetal, associado ao aquecimento global e ideologias negacionistas sobre o impacto das ações antrópicas a biocenose do planeta, é perceptível a constante diminuição da ecobiossociodiversidade nos ecossistemas. E isso não é diferente no contexto brasileiro, principalmente com a chancela que se dá, pela via da inércia, das instituições governamentais nacionais, complexo emaranhado político que dispõe o setor público aos interesses do setor privado.

Fato se comprova pelo descaso de políticas e ações dirigidas a conservação do Cerrado, imperando o avanço do agronegócio, da mineração, da instalação de empresas – nacionais e estrangeiras – sem nenhum comprometimento com a sociobiodiversidade na região central do país. Assistimos passivos, a implicação de severas consequências que recaem sobre as sociedades globais, em especial, as que se encontram em situação mais fragilizada, povos e populações tradicionais e originárias, neste caso específico, as cerratenses: indígenas, quilombolas, geraizeiros, varzeiros, dentre outras denominações. Reexistências que detêm o conhecimento sobre plantas nativas do Cerrado e reconhecem o uso adequado de:

- a) dos frutos: período de maturação, grau de toxidade, estação do ano que floresce e frutifica, tipo de semente e dispersão, entre outras;
- b) das folhas: nova ou mais envelhecida, fresca ou seca, dentre outras;
- c) das cascas: o momento mais adequado para retirada, formas de conserva, dentre outras.
- d) das raízes: uso medicinal, modo de preparo e conservação, dentre outras.

As plantas nativas do Cerrado têm usos múltiplos na cultura do sujeito cerratense, em especial, de uso nutricional e medicinal. Uma árvore característica e representativa deste bioma é o Pequi, fruto e castanhas são muito apreciados em pratos tradicionais. Um outro vegetal bastante utilizado por suas propriedades medicinais é a Arnica de uso tópico com ação anti-inflamatória. Assim, ressaltar e reconhecer os saberes é, também, um reconhecimento mútuo desses povos diante toda a sociedade global. O diverso é percebido como dádiva, como possibilidades infinitas de respostas, a fim de alinhar conhecimentos, técnicas e tecnologias sociais múltiplas.

É importante frisar que o tipo de planta está associado, diretamente, a um tipo de solo, sob a influência de um determinado clima, logo, cada planta, inserida em um sistema biótico, necessita de um suporte próprio para sua produção, reprodução, desenvolvimento. Para conhecer seu ciclo e características específicas é necessário tempo, muita observação, uma relação próxima com esse ambiente, por vezes, períodos que se confundem com a própria existência do sujeito.

O conhecimento obtido pelos povos e comunidades sertanejas cerratenses, localizado, é inerente a vida humana e tem forte sincronismo com a relação social associado a uma dimensão territorial do sujeito observador e experiencial. Apesar da ciência tradicional, inicialmente, ter excluído ou ignorado o conhecimento gestado no senso comum, há de se conscientizar que aquele só existe a partir desse, situação que começa a ser estabelecida no âmago das academias.

Por mais que o senso comum não seja conduzido por metodologias científicas, ele está estruturado no ritual do cotidiano, em símbolos, signos, que geram múltiplos conhecimentos postos e expostos na empiria, no contato com os elementos que compõe o real. Informações que tecem registros na instância cognitiva, seja através de interesses próprios ou de necessidades coletivas. Só sendo possível acessá-los através da dimensão do local, sendo o global nada mais que a somatória simplista de experiências localizadas.

Aquilo que se discute, há anos, no contexto urbano sobre uso racional de recursos, sustentabilidade e outras práticas a preservação e continuidade da vida no planeta, já são realidades incorporadas na essência das comunidades sertanejas cerratenses. Diante disto, torna-se imperativo a compreensão geográfica atenta dessas gnosiologias sociais, próprias e singulares, multiplicidade de expressões existenciais originárias, disposto em um primeiro plano das brasileiras, a fim de se expandir as de alcance latino-americanas.

2.4 UM OUTRO TERRITÓRIO (NÃO)CERRATENSE

A região cerratense estudada é repleta de personalidades que carregam em si memórias e “causos” sobre o lugar. Aqui podemos citar a Geralda de Brito Oliveira, sertaneja, cerratense, viveu toda sua existência na região, entre São Romão, Extrema, Arinos, Unaí e Brasília. Segundo sua obra literária, a melhor e pior fase de sua vida acontece na Fazenda Menino, na zona não-urbana de Arinos, noroeste mineiro. Esta fazenda foi palco de conflitos políticos e agrários, tendo atualmente como responsável a própria Geralda Oliveira. Em seu livro “A porta aberta do sertão: histórias da Vó Geralda” (2024), ela conta sobre momentos vividos, principalmente, no período da ditadura militar. Em que um dos proprietários dessa fazenda, Max Hermann²⁸, pertencia ao Partido Comunista do Brasil. Isso fez com que houvesse uma série de perseguições políticas em tal regime militar.

Geralda Oliveira (2024) relata a presença de nomes conhecidos que haviam visitado a fazenda. Como exemplo, cita-se Carlos Marighella, político e escritor, nascido em Salvador (1911), tendo como fim de vida trágico seu homicídio em novembro de 1969, na capital São Paulo. Segundo o sítio “Memórias da ditadura”²⁹, conclui-se em investigação posterior que Marighella havia sido “executado” por agentes do próprio Estado militarizado brasileiro.

Para conhecer um pouco sobre esse escritor e político podemos visitar um texto seu, de dezembro de 1968, intitulado Chamamento ao Povo Brasileiro. Nele, Marighella conclama:

²⁸ Registro da história contada pela filha de Max Hermann ao jornal Estado de Minas em 01 de setembro de 2017, acesso em <https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/cidademarina/2017/09/01/cidade-marina,897066/saiba-quem-e-max-hermann-que-financiou-o-projeto-da-cidade-marina.shtml>.

²⁹ Para mais informações, acessar: <https://memoriasdadtadura.org.br/personagens/carlos-marighella/>.

[...] Entre algumas das medidas populares previstas [...] executaremos as seguintes: aboliremos os privilégios e a censura; estabeleceremos a liberdade de criação e a liberdade religiosa; [...] eliminaremos a polícia [...] e os demais órgãos da repressão policial; [...] expulsaremos os norte-americanos do país e confiscaremos suas propriedades, incluindo as empresas, bancos e terras; [...] tornaremos efetivo o monopólio estatal das finanças, comércio exterior, riquezas minerais, comunicações e serviços fundamentais; confiscaremos a propriedade latifundiária, terminando com o monopólio da terra, garantindo títulos de propriedade aos agricultores que trabalhem a terra, extinguindo as formas de exploração como a meia, a terça, os arrendamentos, o foro, o vale, o barracão (escravidão agrária), os despejos e a ação dos grileiros, e castigando todos os responsáveis por crimes contra camponeses; [...] reformaremos todo o sistema de educação, [...] para dar ao ensino brasileiro o sentido exigido pelas necessidades da libertação de nosso povo e seu desenvolvimento independente; [...] retiraremos o Brasil da condição de satélite da política exterior norte-americana para que sejamos independentes, seguindo uma linha de nítido apoio aos povos subdesenvolvidos e à luta contra o colonialismo. (Marighella, 2019, p. 261-262).

Chamamento esse que permanece atual na realidade brasileira. Quase meio século se passou e continuamos presos no perverso enredo do colonialismo estrangeiro. Fatos e personalidades como essas geram uma ativa pressão, escalando para a repressão.

Marighella insere-se nesse contexto da luta revolucionária, à favor do camponês. Passagem essa descrita no prefácio da obra de dona Geralda:

No período mais perverso da ditadura militar, o local passou a ser alvo de investigações [...], suspeitava tratar-se de um espaço de agitação comunista. Max era membro do Partido Comunista Brasileiro e monitorado pelos militares. Nos documentos compartilhados pela Comissão da Verdade em Minas Gerais, o relatório da operação aponta que materiais encontrados nos pertences de Marighella, após sua morte, traziam a possibilidade de a Fazenda Menino ser uma área tática de resistência comunista (Oliveira, 2024, p. 12).

A autora também menciona em sua obra dois fatos que chamam a atenção: como aconteceu o que se convencionou por “colonização” da região por migrantes sulistas e, em decorrência de tal colonização; a instalação de igrejas evangélicas tradicionais, pentecostais e neopentecostais no não-urbano local.

Constituído a partir do projeto para invadir, apropriar-se do “Brasil central”, na década de 1950, o empreendimento comercial intitulado “Colônia Agropecuária do Menino” que mais tarde, em 1955, recebe a nomeação de empresa Colonizadora Agrícola e Urbanizadora S/A (CAUSA), que conta com o projeto arquitetônico assinado por Oscar Niemeyer, também integrante do Partido Comunista do Brasil. Projeto esse que concebe a cidade Marina, uma homenagem a esposa falecida de Hermann.

Figura 41: Informe do Correio da Manhã, 02 de setembro de 1962



Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional (2025) (adaptado).

Projeto intitulado, conforme acervo digital da Biblioteca Nacional³⁰, como um visionário Condomínio de lote-agrícola próximo a centro urbano, integrado ao meio não-urbano, fazendo-se urbano no futuro. Ousando a planejar uma perspectiva utópica próximo a mais recente capital do país.

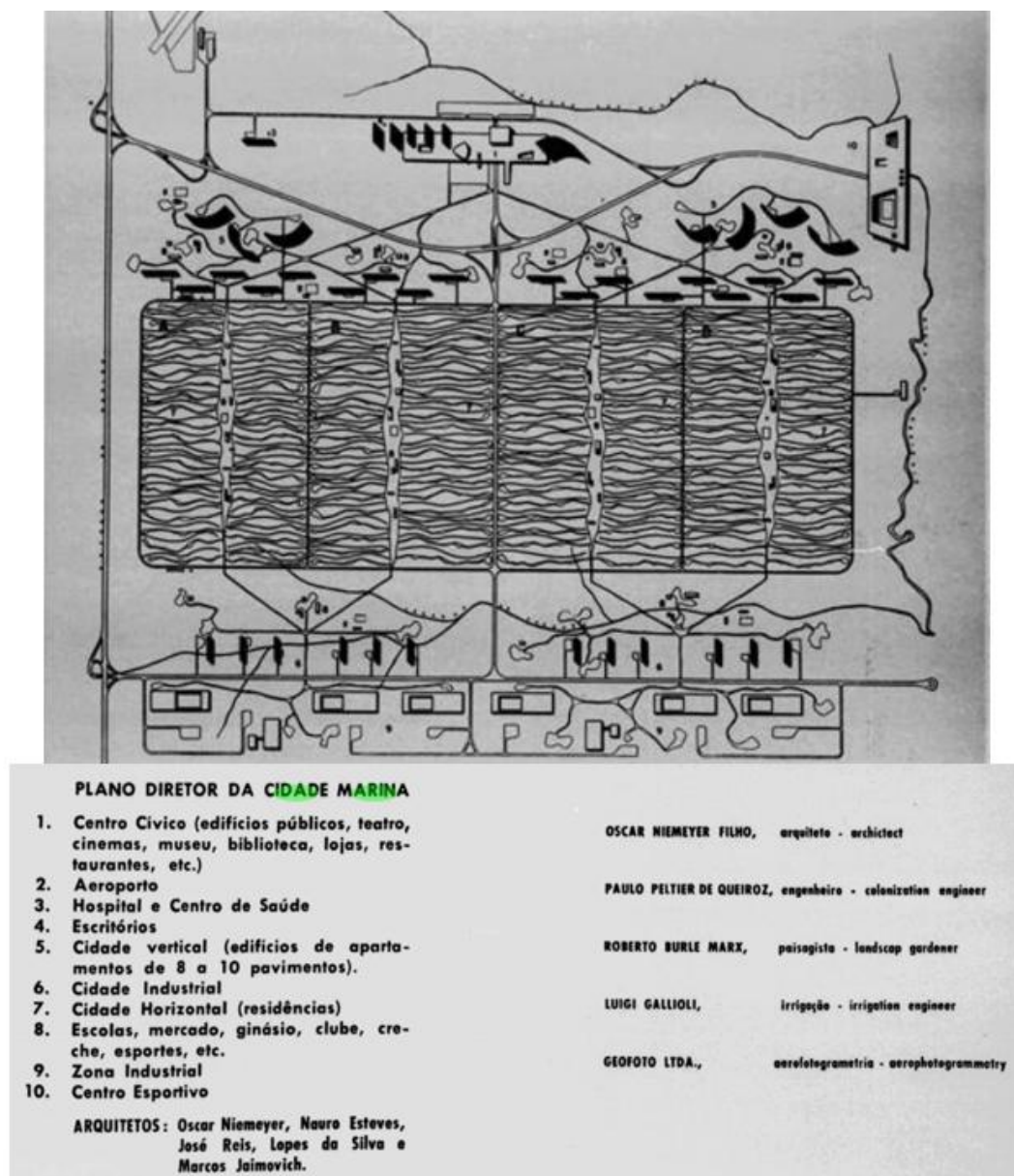
Projeto esse que jamais saiu do papel. Acredita-se que tenha sido esquecido diante do cenário político, econômico e de intervenção militar que acometia o país, em especial, devido a reputação dos envolvidos nesse planejamento.

³⁰ Informes publicitários no caderno Correio da Manhã, de 02 de setembro de 1962, constante no acervo digital da Biblioteca Nacional https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=%22Cidade%20Marina%22&pas=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=32294.

Afastar-se dessa utopia as modificações que foram efetivadas na região que atualmente impõe-se por Chapada Gaúcha. Uma outra informação relevante para esta pesquisa, aparece na fala de Oliveira (2024), quando comunica o conflito entre os locais e os migrantes sulistas pela posse das terras.

[...] Foi quando começou a guerra contra o comunismo que a situação de atormentar os posseiros veio. Os fazendeiro comprava uma terra de um posseiro, uma roça, uma casinha lá, um ranchinho. Só que aí eles queriam cercar 2 mil, 3 mil hectares de terra e atingir o outro posseiro – isso dava uma guerra... Os posseiros antigos precisavam ir atrás do sindicato, da polícia, porque dava até morte. Foi nessa situação que nós tivemos que mobilizar. (Oliveira, 2024, p. 168).

Figura 42: Revista Módulo Brasil Arquitetura (RJ) – 1955 a 1986



Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional (2025) (adaptado).

A autora revela da pressão exercida pelos compradores de terra que contavam com o apoio da entidade Fundação Rural Mineira – Colonização e Desenvolvimento Agrário – Ruralminas. Criada a partir da Lei do governo mineiro nº 4.278, de 21 de novembro de 1966 (Minas Gerais, 1966). Lei sancionada pelo então governador estadual Israel Pinheiro da Silva. Fundação sediada em Belo Horizonte e com escritórios regionais e locais, era vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Segundo essa mesma lei, tinha por finalidade “a colonização, o assentamento, o desenvolvimento rural e a regularização fundiária no Estado”. Vale ainda ressaltar que o presidente e os três diretores dessa fundação, cargos máximos hierárquicos, era de “livre nomeação e exoneração do Governador do Estado”. Assim, o patrimônio dessa fundação foi constituído por:

I – todas as áreas de terras devolutas do Estado de Minas Gerais, situadas nos municípios de Manga, Monte Azul, Janaúba, Varzelândia, Januária, Itacarambi, Montalvânia, São Francisco, Formoso, Arinos, Buritis, São Romão, Santa Fé de Minas, Bonfinópolis de Minas, Unaí, Paracatu, João Pinheiro, Brasília de Minas, Ubaí, Várzea da Palma, Pirapora, Buritizeiro, Presidente Olegário, Lagamar, Vazante e Guarda-Mór, que o Poder Executivo fica autorizado a doar à Fundação, excluídas as áreas já legitimadas por terceiros; (Minas Gerais, 1966).

A situação da fundação Ruralminas acirra ainda mais a tensão no sertão sertanejo mineiro, uma vez que os posseiros ou os pequenos agricultores que habitavam a região não disponham de propriedade registrada em órgãos ou entidades que lhes desse legitimidade. Mais uma vez, a propriedade privada é cedida pelo poder executivo aos detentores de capital, deixando a margem toda uma população sertaneja desprovida de qualquer auxilia daqueles que deveriam, por meio da situação democrática, reconhecer seus territórios.

A força de tal fundação era tanta que, mesmo atualmente extinta (Lei do Estado de Minas Gerais nº 22.293, de 20 de setembro de 2016 que extingue a Fundação Ruralminas), inscreve-se como forma espacial de um distrito no município de Unaí, Minas Gerais. Esse município mineiro é composto ainda por mais cinco distritos: Unaí, Garapuava, Pedras de Marilândia, Palmeirinha e Santo Antônio do Boqueirão.

Ficam então as antigas competências, daquela fundação incorporadas a: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda; e Departamento Estadual de Telecomunicações – Detel-MG.

Figura 43: Fundação Ruralminas expressa no território



Fonte: Elaboração própria a partir do Google Maps (2025).

Retornando a contribuição de Oliveira (2024), ainda é possível ressaltar outro aspecto que molda a configuração do território analisado, situação percebida na instalação de inúmeras igrejas. Tendo assim o seguinte relato:

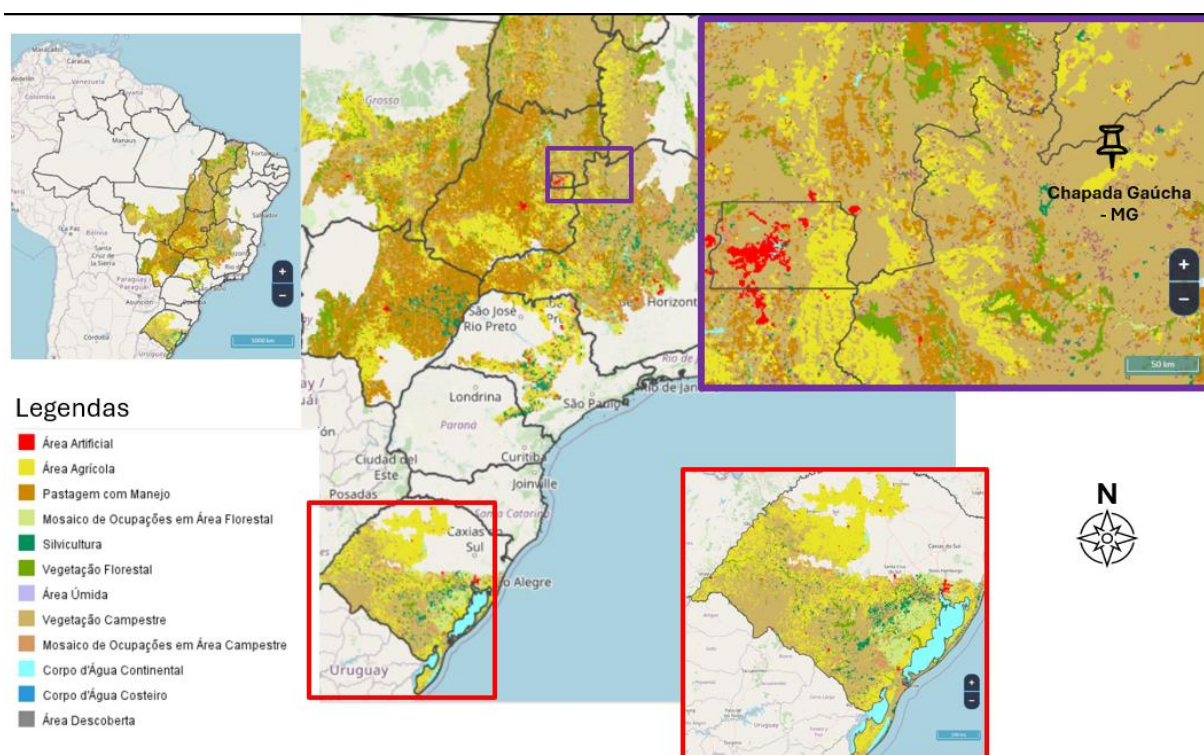
Já na Congregação Cristã fui muito bem acolhida e, mesmo depois de sair de Brasília, continuei indo – tô até hoje. [...] Na igreja da Congregação as mulheres sentam de um lado e os homens de outro. Não mistura lá [...]. Dizem os anciões que é porque sempre homem e mulher tiram a comunhão espiritual um do outro, então é melhor sentar separado para ouvir a palavra, comunhão com os hinos, comunhão com o testemunho cantadinho. (Oliveira, 2024, p. 162-163).

É, a partir da interpretação desse registro que compreendemos um pouco mais sobre a sobreposição espacial e sociocultural sobre os coletivos cerratenses. A pluralidade religiosa, por vezes, também se faz representatividade no campo político situacional. Isso é percebido desde o contexto mundial até o local. A crescente onda de conservadorismo político global captura e se faz presente também nos lugares remodelando-os, afinal, o global nada mais é que a somatória de lugares e não-lugares.

Tal remodelação pode ser constatada no próprio nome supostamente eleito para o município de Chapada Gaúcha, escolha essa que causa um estranhamento, tendo em vista o deslocamento histórico e cultural sulista para a espacialidade complexa dos chapadões que compõem a sociobiodiversidade do Planalto Central brasileiro.

Mas uma coisa precisamos reconhecer, se compararmos a região do bioma Cerrado e a do Pampa, pela perspectiva do grupo social de origem sulista conseguimos imprimir o mesmo nível e consequências socioambientais provocadas por seus empreendimentos agrícolas, marcas das impressões “gaúchas” no território sertanejo cerratense.

Figura 44: Impressões gaúchas no uso do Território



Fonte: Adaptado a partir de IBGE – REGIC (2025).

Percebe-se na institucionalização municipal uma ausência no fomento ao que se refere a produções e a expressões socioculturais originadas nas populações e grupos sociais tradicionais cerratenses. Enquanto há componentes facilitadores para a promulgação cultural dos grupos originados do sul do país, em especial do Rio Grande do Sul. A presença desses é marcante, seja na reprodução agrícola, seja nos símbolos espalhados pela zona urbana do município. Entre eles, podemos citar:

a. Foto 30: O Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Chama Crioula



Fonte: Acervo pessoal (setembro, 2022).

b. Figura 45: Réplica de chimarrão instalado no centro da praça principal – gestão municipal 2021-2024



Projeto da Praça Principal
Símbolos: cuia de chimarrão ao centro, envolto do mosaico de uma engrenagem no piso e viola gaúcha.

Praça principal
Obra inacabada entregue por empresa executora.

Fonte: Projeto divulgado no canal do Youtube da prefeitura local (junho, 2023); Imagem de satélite do Google Maps (abril, 2025); e Fotografia do acervo pessoal (janeiro, 2025).

Valendo ressaltar que tanto o CTG quanto o chimarrão são ícones da narrativa que caracteriza o imaginário “gaúcho”.

É neste contexto que reconhecemos sentido nas palavras de Orlando Fals Borba (2015) ao retratar memórias de infância relativas à cidade que vivia, traça uma linha entre a conduta política como um reflexo do lugar habitado. Assim ele cita a transição drasticamente vivida na ressaca latino-americana da revolução industrial:

Agora, à beira de uma revolução industrial, Boyacá está experimentando mutações na sua base social, talvez pela primeira vez nos últimos 400 anos. A sua tradição agrária e conservadora, a sua pauta de relações pessoais e diretas, a familiaridade e outras formas de comportamento estão sofrendo graves perturbações, à medida que a *Wesenwille*, ou vontade natural de grupo, cede lentamente lugar a *Kürwille*, ou vontade racional, e à medida que os modernos sistemas de comunicação e transporte, quebrando o isolamento físico e cultural, revitalizam completamente o processo de mudança social. (Fals Borba, 2015, p. 35)(tradução livre).

Tal sensação também impregna o território brasileiro, em especial devido a inserção e abertura de empresas de capital internacional que desestrutura o espaço e se apropria, a partir do mesmo discurso desenvolvimentista e extremamente destrutivo, da sociobiodiversidade. O global que sufoca o local, o dissimulado racional que se impõe e perturba as relações de familiaridade e solidariedade, ou aquilo que o autor elegeu como uma sociedade “coerente e heterogênea”. Infelizmente, esses não são atributos mensuráveis e de interesse do capital homogeneizante e, muito menos, de seus agentes que transformam o território.

Tudo isso só vem para substantiar a incompletude de métodos extremamente racionais ligados ao que se convencionou como neocolonização, em sua mais recente reconfiguração, que consolida os sistemas técnicos-científicos no Cerrado e em detrimento do vivido pelos povos cerratenses.

O que encerra o discurso de planos e programas governamentais, em parceria ou a favor de interesses privados. Isto nas mais diferentes esferas, de um suposto “desenvolvimento” que extingue a possibilidade democrática, que usurpe a dignidade de cidadãos que muitas vezes desconhecem seus amplos direitos. Expectativa ingênua de um crescimento econômico que force a desigualdade, sendo executada diretamente por representantes de interesses individuais ou associativos em benefício de poucos, restando a grande maioria a resignação e a desterritorialização, físico e psicológica.

Enfim, as estruturas de poder utilizadas para assinar o território chapadense perpassa por ações que se iniciam não no local, mas no capital mundializado representado pela homogeneização do território fixo no local, ou seja, através dos Dispositivos Sistêmicos do Agrocultivo exportador. Esse estilo próprio do capital desprovido de regulamentação adequada, matem em operação o arcabouço neocolonial com suas vestimentas e equipamentos modernos e mais letais. Assim, identifica-se uma série de discursos políticos e privados que, para manter o domínio e implementação de tal sistema, utiliza-se da mídia e de dados fragmentados, em especial, de ordem economicista e desenvolvimentista exógeno urbano que deseja reprimir, extinguir, a complexidade socioterritorial localizada.

2.5 TERRITORIALIDADES SOCIOBIODIVERSAS DO GRANDE SERTÃO CERRATENSE

Sertanejos, mire veja: o sertão é uma espera enorme. (Rosa, 2019, p. 491).

Precisamente porque a mudança é inevitável, devem ser exploradas formas de a canalizar construtivamente, poupando, na medida do possível, as qualidades que adornam a sociedade camponesa: o sentimento de hospitalidade e simpatia, a constância e a coragem no esforço, a objetividade nos aspectos práticos da vida, o sentimento de segurança e de honra que se encontra nas comunidades rurais, a solidariedade familiar, a honestidade, a fé no Todo-Poderoso. (Fals Borba, 2015, p. 36) (tradução livre).

O Sertão cerratense abriga múltiplas formas de territorialidades biocêntricas, territorialidades típicas do sertanejo cerratense. Entretanto, também passa por muitos processos de não-territorializações, ou seja, ocupações anacrônicas reflexo da industrialização tardia e do pretenso progresso que, ao invés de seguir em direção a autonomia e fortalecimento de identidades nacional, leva a um novo tipo de colonização, a do capital estrangeiro e da concentração de acesso a renda, de acesso a terras e de acesso a água.

Esse é um aspecto de crescente concentração presente no município de Chapada Gaúcha, onde agentes privados e em nome do estado (que não deixa de ser em benefício privado) se alinha para promover o que Milton Santos (2023, p. 31) chamou de “uso produtivo de um segmento de espaço”. Esse autor que associa a formação espacial a produtividade por intermédio de técnicas correspondentes. Porém, no uso produtivo nem sempre as técnicas precisam estar associadas a profundas transformações espaciais como as percebidas ao redor da zona urbana do município.

O modelo do uso produtivo aqui identificado se repete mundialmente, especialmente na categoria desenvolvimentista que se deseje utilizar, estarão lá, as profundas transformações no território. Assim, abre-se para uma questão: como deixar de reproduzir um modelo de produção mundialmente instalado? Existe a possibilidade de criar um modelo próprio tendo por base a sociobiodiversidade brasileira, em uma escala nacional, baseada na escala local?

2.5.1 A realidade que perpassa a territorialidade sertaneja cerratenses

Sabe-se que cada ecossistema tem suas especificidades, tendo atualmente disposição tantos meios tecnológicos, acredita-se sim que seria possível, ainda mais ao alinhar as características ímpares de cada ecossistema com os saberes contidos nos sujeitos territorializados. Neste contexto, o território que também é suporte vital, nesse caso em particular do Distrito de Serra das Araras e comunidades circundantes, percebe-se uma autêntica singularidade ecossistêmica local baseado e fortalecido pela ecobiossociodiversidade presente nessa região.

Esse é um ponto também presente na fala do Almir Paraca³¹ que identifica nos sujeitos locais o tipo “cultural propriamente rosianos”. Grupo social que o romancista mais tinha afeto, os cerratenses não-urbanos. Estes que tem sua vida e trajetória marcada pela experiência e essência ecossistêmica. Situação que reflete diretamente um saber-fazer próprio, uma existência orquestrada com o meio em que, simultaneamente, o produz e é produzido, que o transforma e é transformado. Tem-se sua sustentação baseada na manipulação do e com o território.

³¹ Entrevista informal concedida em Serra das Araras no dia 21 de janeiro de 2025. Almir Paraca foi, segundo seu histórico no sítio eletrônico da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (2025), vereador em Paracatu em 1992; deputado estadual em 1994, 2006 e 2010; prefeito de Paracatu em 1996. É graduado em História pela UFMG. Atualmente é aposentado do Banco do Brasil, neste chegou a ocupar o cargo de diretor executivo de Desenvolvimento Social da Fundação Banco do Brasil. Atuou em entidades ligadas às áreas

Nesse sentido Paraca ressalta uma questão extremamente importante e que ainda não tínhamos nos atentado, ao fato de que, devido a crescente urbanização que impacta e proporciona a desterritorialização no não-urbano, fuga do campo, grupos como esses, essenciais ao constructo sociocultural brasileiro, serão as últimas gerações que ainda mantêm intrínseca relação com seu território.

Fato geográfico ressaltado no Texto Para Discussão Nº 621 na pesquisa do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1999), subintitulada “Anos 80: no Centro-Oeste, Crescer e Expulsar”, que responsabiliza o processo migratório da década de 1980 pela fronteira agrícola, uma sedenta expansão do cultivo de grãos na região centro-oeste, ou seja, proliferação do monocultivo no Cerrado.

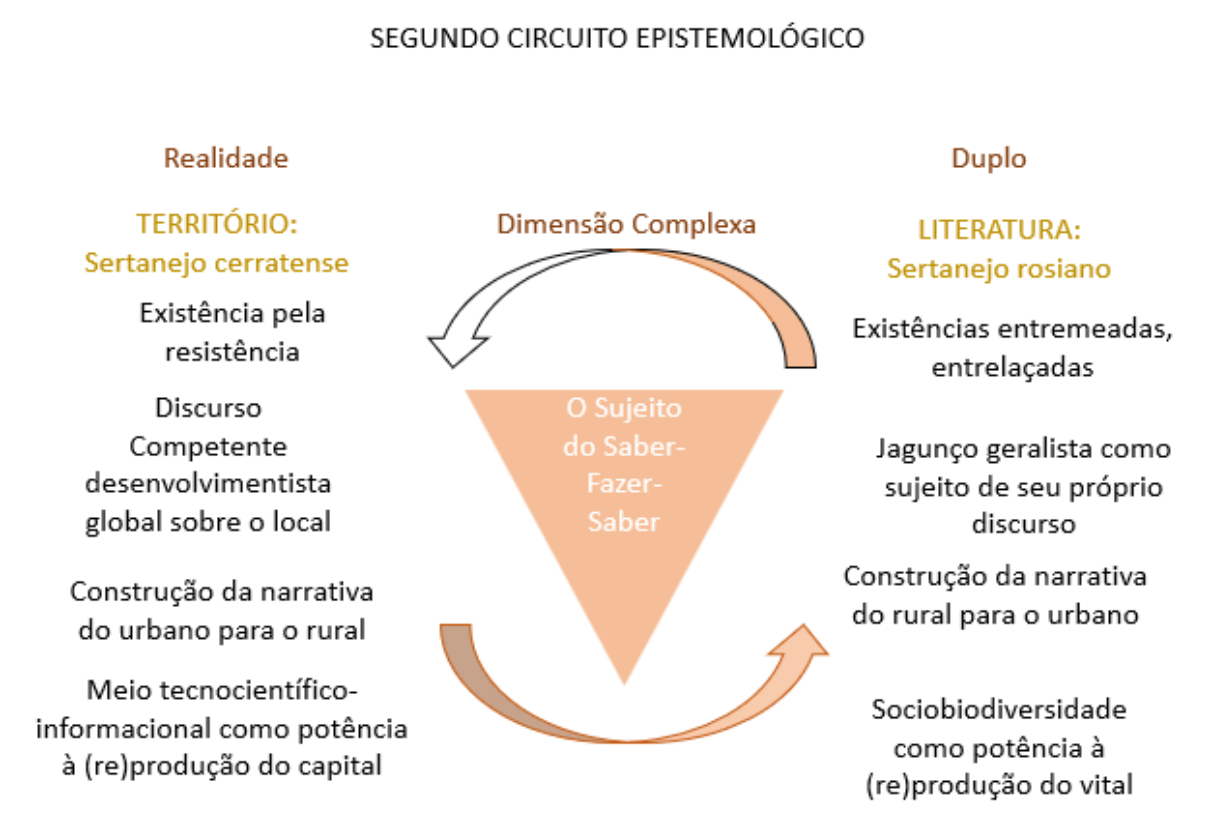
O padrão que imperou na expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro Oeste (e que determinou a importância da região na oferta nacional de grãos) responde em grande parte pelo seu nítido esvaziamento demográfico rural nos anos 80. A soja no cerrado (estimulada não só por um poderoso e eficiente aparato de pesquisa agrícola, mas pelo oferecimento de garantias de preços em que pesados subsídios públicos estavam embutidos) junta-se à tradição pecuária para construir um meio rural cujas atividades econômicas demandam pouca mão-de obra. Durante os anos 80, quase a metade (48,8%) da população rural do Centro-Oeste toma o caminho da migração. (IPEA, 1999, p. 11-12).

Impacto que acelera todo o processo de desterritorialização do Cerrado, tendo sérias consequências para a sociobiodiversidade local. Êxodo esse que continua sendo significativo nas próximas décadas. O que nos faz acreditar que talvez estejamos assistindo a presença das últimas gerações cerratenses que efetivamente nasceram e viveram territorialidade não-urbana. Uma vez que não está acontecendo uma sucessão de gerações territorializadas sertanejas cerratenses. Estas estão ou migrando ainda jovens ou já nascendo no meio urbano, permanência que se mantém devido a uma série de acessos que, sendo escassos no não-urbano, são precários nas zonas urbanas: educação, saúde, serviços, equipamentos entre outros.

educacional, ambiental, cultural, da infância e da adolescência e de promoção do desenvolvimento sustentável (Missão Criança, Fundação Conscienciarte, Cáritas Diocesana, Comitê da Bacia do Médio São Francisco, Agências de Desenvolvimento Sustentável e Integrado das Bacias dos Rios Urucuia e Paracatu, Movimento Cultural de Paracatu e Centro de Educação Transdisciplinar). Dedicar-se à preservação ambiental, ao Desenvolvimento Regional Sustentável e Solidário, à reaplicação das Tecnologias Sociais e à transformação social pela formação cidadã integral de jovens, crianças e adultos. A principal região de atuação política é nos municípios de Paracatu, Brasilândia de Minas, João Pinheiro, Buritis, Unai, Arinos, Lagoa Grande e Bonfinópolis de Minas.

Ainda segundo Almir Paraca, tais acessos, em especial ao se referir a meios de comunicações digitais, rompem com laços de solidariedade e “convivência comunitária, social, de parentesco e de famílias extensas”, ou seja, impacto definitivo nas tradições e traços culturais desses coletivos de pequenos agricultores, trabalhadores não-urbanos de subsistência: veredeiros, vazanteiros, quilombolas, das comunidades tradicionais cerratenses da região como um todo. Esses que seriam os tipos socioculturais rosianos que em decorrência do esvaziamento de seus territórios, perdem a possibilidade de continuidade por meio da permanência dos jovens nesses espaços, devido a atratividade do urbano e dos acessos que o mesmo viabilizaria. Para melhor compreender tal cenário, desenvolve-se o Segundo Circuito Epistemológico, centrado no sujeito sertanejo cerratense do saber-fazer-saber, circularidade contínua expressa na territorialização. Tudo isso relacionando-se intimamente com a literatura rosiana.

Figura 46: Segundo Circuito Epistemológico



Fonte: Elaboração própria (2024).

Assim, têm-se a dimensão complexa que compõe o Sujeito do Saber-fazer-saber cerratense, ora sendo existência e resistência imposta pelos desafios atuais frente a forma de territorialização, a qual esse sujeito apreendeu com o Cerrado, ora tendo seu modo de vida como enredo rosiano. Teia essa que entrelaça toda uma consciência do corpo que também se faz território, em especial, tendo como fonte de vida e de fluidez, a transitoriedade e inconstância do fluxo, componentes que asseguram a continuidade da biocenose ali presentes. Rosa apresenta tais entrelaçamentos em inúmeras passagens de diálogo entre espécies³² narrado por seu protagonista:

[...] Pergunto coisas ao burití; e o que ele responde é: a coragem minha. Burití quer todo azul, e não se aparta de sua água — carece de espelho. Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende. Por que é que todos não se reúnem, para sofrer e vencer juntos, de uma vez? Eu queria formar uma cidade da religião. Lá, nos confins do Chapadão, nas pontas do Urucúia. O meu Urucúia vem, claro, entre escuros. Vem cair no São Francisco, rio capital. O São Francisco partiu minha vida em duas partes. (Rosa, 2019, p. 266).

Ausentando-se do duplo literário, pode-se repartir a perspectiva do real, tendo como suporte a redefinição fragmentada e a desconexão da narrativa abusiva do mundo globalizado, “sem fronteiras”. Que, segundo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2012, p. 2), estaria à mercê da “aliança de classe da burguesia capitalista em nível mundial”, ou melhor, da incessante produção e reprodução “intelectual e ideológica do capital monopolista mundializado”. Construído por meio de “discurso ideológico que visava” a autolegitimação em que a mídia pauta a ciência a fim de obter validação científica para validação da dupla intrusão: territorialização dos monopólios e monopolização dos territórios. Ideologia essa facilmente identificada nos inúmeros conteúdos propagados de autolegitimação.

Tudo isso como meio para obter controle da propriedade privada, do processo produtivo e, também, do processamento industrial da produção. A partir de tais ações, obter domínio através de “mecanismos de subordinação”, impondo as demais territorialidades opressoras em distintas escalas hierárquicas.

³² Para mais, ver Donna Haraway, Quando as espécies se encontram. São Paulo: Editora Ubu, 2022.

Foto 31: Alguns exemplos de mídias registradas



Fonte: Acervo pessoal (setembro de 2022).

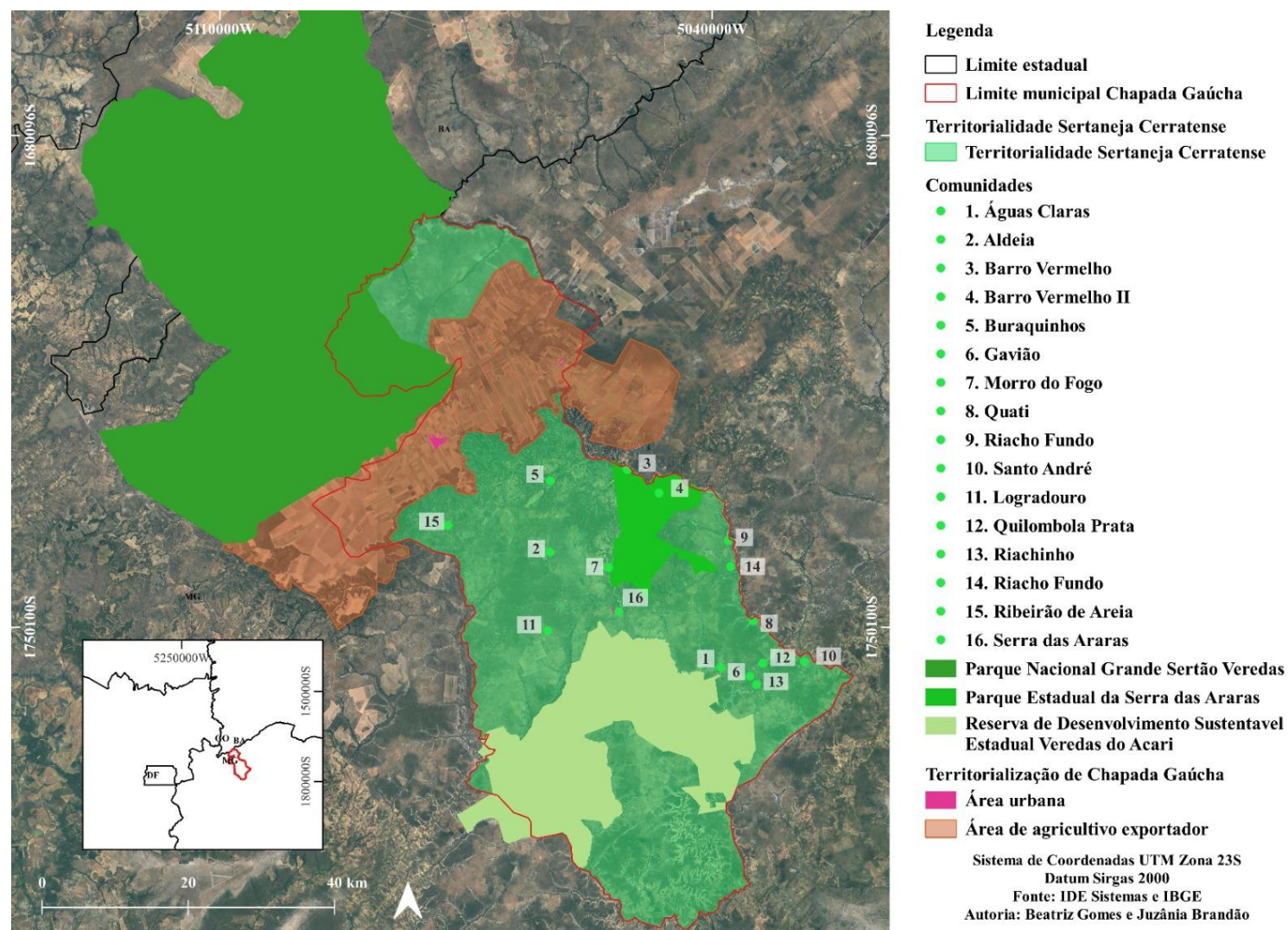
Um tipo de *hieros arkhei* que se arrasta desde os primórdios religiosos até os dias atuais, tendo como finalidade o privilégio dos poucos que se colocam no topo de tal subjetividade doentia da diferenciação e ostentação, do prazer em se destacar e se sobressair, não pela dignidade ou atributos éticos e morais, mas pela tirania imposta pela estratificação e limites de acessos. Aqui não há um culto do sagrado pela diferença e sim pelo individualismo, pela exploração do outro em favor do ego narcisista.

Mais do que nunca, precisamos praticar a desobediência humanizadora, tal qual proposta por Frédéric Grós (2018, p. 17), em defesa de uma fé verdadeiramente livre. Assim, faz-se necessário a reflexão sobre o conceito de “banalidade do mal” e de “inversão das monstruosidades”, em que se é possível perceber a intrusão da obediência incondicional, voluntária ou absoluta, drasticamente já vivenciadas:

A experiência totalitária do século XX evidenciou uma monstruosidade inédita: a do funcionário zeloso, do executor impecável. Monstros de obediência. Refiro-me aqui à “segunda modernidade” porque a razão que regula sua conduta não é mais a dos direitos e dos valores, do universal e do sentido. É a razão técnica, eficaz, produtora, útil. A razão da indústria e das massas, da administração e dos escritórios. A razão gestora, a racionalidade fria, anônima, glacial, impessoal do cálculo e da ordem. Não se trata mais da antiga utopia: escutar e seguir a voz da razão universal em vez de permanecer na servidão dos instintos primitivos. Não; trata-se aí de se *fazer autômato*. (Grós, 2018, p. 17).

Situação que pode descrever desde as monstruosidades da Segunda Guerra Mundial até o predomínio da inversão das monstruosidades atuais, reflexo direto do domínio e expansão de alianças entre Estado e empresas mundiais. Alianças que utilizam o território, como a propriedade privada, como unidade basilar da reprodução do capital mundializado. A territorialidade deveria acontecer, em um primeiro momento, através da obediência, fruto da instrução e da disciplina diante de uma série de monstruosidades com os sistemas locais, poderia se converter em desobediência, posta a oposição frente ao homem máquina, a fim de sugerir traços de humanização localizada.

Mapa 4: Entre territorialização e territorialidades



Fonte: Elaboração própria (2025).

É nessa representação complexa que se registrou as territorialidades cerratenses tradicionais, existentes dentro e fora das frágeis linhas municipais de Chapada Gaúcha. Essa região foi e é habitada muito antes da demarcação limítrofe das linhas que definem tal município, sendo este mais uma sobreposição político-institucional a representar interesses de grupos que se autodenominam “colonos”. Portanto, para além desses, a região é composta por uma variedade socioterritorial de comunidades sertanejas cerratenses distintas.

Foto 32: Formações socioterritoriais cerratenses que antecedem a demarcação municipal de Chapada Gaúcha – MG



Comunidade Buraquinhos



Comunidade Morro do Fogo



Distrito Serra das Araras



Comunidade do Prata



Vila Retiro Velho



Comunidade Gavião

Fonte: Acervo pessoal (2022 e 2025).

Essa é apenas uma pequena amostra da variedade da formação socioterritorial das múltiplas existências cerratenses na região. Faz-se necessário ressaltar a intencionalidade no uso da categoria geográfica de região para descrever a relação de tais existências territorializadas, uma vez que o traço fino e sutil que define o município chapadense não leva em consideração a interação sociocultural e histórica presente nessa região, indo desde o parental ao místico-religioso, fatores esses comuns à cultura territorializadas cerratense.

Enfim, é urgente a necessidade de romper com a construção ideológica do “outro” como mercadoria, esteja ele no viés interpretativo social ou na perspectiva ecológica. Fato é que, por opção cega, desconhecemos e, cada vez mais, optamos por desconhecer a complexidade ecobiossociodiversa³³ presente no território brasileiro, em especial, em ecossistemas como o Cerrado e a Caatinga, sertões que prescindem do exercício ético ao reconhecer a Natureza localizada e os sujeitos territorializados, o uno e o múltiplo Ser-tão pulsante, vivo, cada vez mais desprovidos de suas profundas raízes, geográficas e ontológicas.

³³ Alteração da ordem conceitual de forma propositada por, a partir daqui, entender que o social insere-se na interioridade da Natureza, retomando seu lugar original.



SEÇÃO 3

**DA GEOBIOCENOSE À CIDADANIA RESPONSÁVEL COMO
DIREITO AO TERRITÓRIO**



Foto 33: Canga de carro-de-boi na comunidade Buraquinhos.

Fonte: Acervo pessoal. (setembro, 2022).

Nós não somos alguém que age de fora. Nós somos corpos que estão dentro dessa biosfera do Planeta Terra. É maravilhoso, porque, ao mesmo tempo em que somos dentro desse organismo, nós podemos pensar junto com ele, ouvir dele, aprender com ele. Então é uma troca mesmo, de verdade. Não é você incidir sobre o corpo da Terra, mas é você estar equalizado com o corpo da Terra, viver, com inteligência, nesse organismo que também é inteligente, fazendo essa dança, que já me referi a ela como uma dança cósmica. Nossa vida intelectual e decididamente mal construída. (Ailton Krenak, 2020, p. 13).

Nossa vida intelectual é decididamente mal construída. A epistemologia, as ciências sociais, as ciências do texto, todas tem uma reputação, contanto que permaneçam distintas. Caso os seres que você esteja seguindo atravessem as três, ninguém mais compreende o que você diz. Ofereça as disciplinas estabelecidas uma bela rede sociotécnica, algumas belas traduções, e as primeiras extrairão os conceitos, arrancando deles todas as raízes que poderiam ligá-los ao social ou à retórica; as segundas irão amputar a dimensão social e política, purificando-a de qualquer objeto; as terceiras, enfim, conservarão o discurso, mas irão amputar de qualquer aderência indevida a realidade – *horresco referens* – e aos jogos de poder. (Bruno Latour, 1994, p. 11).

Evoca-se aqui, mesmo que brevemente, a memória de Antígona de Sófocles (441 a.C) que em seu gesto afetivo e coerente, mesmo representado para alguns um ato de desobediência política, reproduz um senso ético recebido de seus ancestrais. Convicta de sua decisão, acaba sendo personagem central nos desdobramentos de uma série de fatalidades. Coloca-se em confronto com as leis estabelecidas por seu tio Creonte, novo rei que tem sua ascensão depois de uma disputa mortal entre os irmãos de Antígona, Etéocles e Polínices.

Extraí-se de tal mitologia grega que o pior talvez não seja a ignorância como ausência de saberes e sim o ato de escolher ignorar e a contrariedade hipócrita por coerção ou para obtenção de benefícios próprios, tendo como consequência a corrosão da crença e da ética. Tudo isso extrapola a unidade do “eu”, abre-se em direção de um “nós”, negando um “para si”, direciona-se em um “para o coletivo”. Logo, defende-se a crença em uma não violação ética daquilo que é sabido naturalmente.

Referimo-me a um conflito entre leis que operam a transgressão e a legitimidade da obrigação regida pelo senso dotado de ética. Afinal, que obediência a algo superior nos fariam desobedecer por se tratar de ser ordens unilaterais, dispensar, transgredir leis frágeis e efêmeras, imposições em benefício de indivíduos e não de coletivos?

Definitivamente, não elã de generosidade que se destroça ante a rigidez e frieza do poder. Talvez a escolha entre a benevolência moral ou o malefício político. Confronto esse capaz de provocar uma espécie de equilíbrio dramático, uma mescla entre, ora oposição equivalente, ora amalgama complementar, Sangue e Terra. Nesse sentido,

[...] Antígona defende os deveres sagrados da Pátria contra os direitos políticos dos Estados. A Pátria contra o Estado. Antígona defende as continuidades sagradas, os laços tecidos pelos mortos e pelo sangue, as convicções contra os jogos iminentes, cínicos, circunstanciados do poder. A Comunidade contra o Estado. (Grós, 2018, p. 88).

Não se resumindo a isso, de acordo com o mesmo autor, Antígona ainda carrega em si a tradição dos “ideais revolucionários”. Também, neste contexto, tradição das “leis não escritas”, dos “direitos fundamentais da humanidade”, dos “princípios de justiça universal”. Assim, faz-se necessário expor a contradição atualmente posta: o corpo morto político, exposto ao sol, sob a claridade do poder, da técnica, da ciência, do capital, confronta o corpo vivo da ecobiossociodiversidade territorializada, ou mais especificamente, o efeito dos conhecimentos e saberes fruto de existências territorializadas que, a partir de agora, denominaremos sob o conceito de Geobiocenose.

3.1 A UMA EPISTEME ORGÂNICA GEOGRÁFICA A PARTIR DA TERRITORIALIDADE

Ipe! Com gosto... Como é de são efeito, ajudo com meu querer acreditar. Mas nem sempre posso. O senhor saiba: eu toda a minha vida pensei por mim, forro, sou nascido diferente. Eu sou é eu mesmo. Divêrjo de todo o mundo... Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa. (Rosa, 2019, p. 17).

Um ponto é sempre de origem. (Deleuze e Guattari, 1997, p.82).

Há centenas de narrativas de povos que estão vivos, contam histórias, cantam, viajam, conversam e nos ensinam mais do que aprendemos nessa humanidade. (Krenak, 2019, p. 15).

É sabido que a Geografia como disciplina científica já passou por várias fases paradigmáticas distintas desde sua concepção. Aqui, tentaremos unir o pensamento em torno do momento atual, interagindo essa disciplina com a filosofia, no limiar do que pode ser a representatividade da especificidade do presente ou de um estado transitório que prescinde uma fase nova de interpretação geográfica.

Dessa forma, parte-se do que já foi constituído anteriormente, desde a reflexão da *Geografia Humana* presente na relação do ser humano com a Natureza - no plano interacional entre a Geografia, a Antropologia e a Sociologia, mediadas pelo “espaço político do Estado” em Friedrich Ratzel (Moreira, 2024, pp. 30- 44) - até a temática ambiental do holismo de Alexander von Humboldt, inspirado na “*Geografia das plantas* e no entendimento do mundo como um todo constituído a partir da interação entre as esferas do inorgânico, do orgânico e do humano”, trazendo um retorno a perspectiva corológica em que os ecossistemas são a referência do recorte. Um impulso na retomada da Geografia não fragmentada, associando essa ciência ao pensamento complexo moriniano presentes em Suertegaray (2004) e em Carvalho (2004).

Nessa teia epistemológica, tem-se os grupos sociais territorializados que tendem a ser guardiões de sociotécnicas significativas, cultural e natural. Além de zelar pela herança cultural de seus antepassados. Penso que salvaguardar a manutenção da riqueza de saberes fruto de tal territorialização, presente nesses grupos e em suas respectivas extensões territoriais, perpassa por executar práticas detentoras de técnicas e uma infinidade de adaptações sobre os recursos disponíveis nos territórios de tais vivências. Aqui, constituem-se laços afetivos com o lugar, recinto de experiência, convivência desenvolvidora de procedimentos, metodologias, significantes, obtidos a partir e para o que é efetivo a vida.

Assim, a Geobiocenose é reproduzida, aprimorada, adaptada em cada contexto integral, inter e intrageracional. Tem como elementar a sabedoria ventricular originária da relação íntima com o universo orgânico, múltiplo, complexo. Conhecimento constituído a partir da fricção do ser humano na Natureza que, em sua essência, pode ser o ponto de retomada da caminhada humana em direção a continuidade e preservação da vida.

Em fluxo inverso, caso partamos da premissa da produção em prol da economia ou do capital, tal qual parte a Formação Econômica Social, não estaríamos legitimando um modo de vida em que todos se destinam a ser consumidores e matéria de consumo? E se, só por um instante outro, baseássemos na filosofia biocêntrica, aquela que ressoa em Ailton Krenak, naquilo que ele nos propõe com a cultura do Bem Viver³⁴ e escolhermos outro ponto de partida, o da fricção com os elementos vitais, com as outras formas de vida, será que condensaríamos resultados promissos outros?

³⁴ Outro autor que propõe e dialoga com a noção do Bem Viver é Alberto Acosta em: O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

Pois bem, essa é nossa tarefa, iniciar a partir do que está posto, mas de um ponto decodificado diferenciado. Assim, percorrer um caminho que nos permita uma outra interpretação e vivência do real, de austeridade, na busca de uma outra perspectiva que foi drasticamente rompida com o ruído esquizofrênico do processo colonial, não só de territórios, mas também de compreensões territorializadas e suas existências.

Nesse ponto surge uma dúvida: por que a necessidade de falar sobre territorialidade em um momento de mundialização? Por que o retorno ao território?

Para iniciar um diálogo que possa surgir como possibilidade de resposta, é preciso poder conceber a ideia de “território-corpo” tal qual presente em Delmy Cruz Hernández (2017):

Considero que o convite deixado pela proposta corpo-território é olhar para os corpos como territórios vivos e históricos que fazem alusão a uma interpretação cosmogônica e política onde habitam as nossas feridas, memórias, saberes, desejos, sonhos individuais e comuns e, por sua vez, convida-nos a olhar para os territórios como corpos sociais que estão integrados à teia da vida e, por isso, a nossa relação com eles deve ser concebida como um “acontecimento ético” entendido como uma irrupção face ao “outro” onde a possibilidade de contrato, dominação e poder não têm lugar. Onde há acolhimento entendido como co-responsabilidade e a única proposta viável é olhar para o território e depois olhar para nós mesmas-mesmos-mesmes-mesmxs. (Cruz Hernández, 2017, pp.43-44) (tradução livre).

Assim há prolongamentos desse território que se faz corpo e do corpo que se faz território. Uma forma para aprofundarmos tal compreensão é através de um hábito essencial a vida, a alimentação, ou seja, o corpo nutre-se do território e o território nutre-se do corpo.

Enfim, aqui reside uma situação extremamente simbiótica, em que é quase impossível separar um do outro. Serão os prolongamentos habituais do sujeito territorializado, apreendidos em distintas camadas espaço-temporais, que concebo como Geobiocenose. Através deste, estabelecido nas práticas sociais, há a recondução necessária para ressaltar os elementos sutis, porém complexos, que fazem fixação frente ao devir.

Intenta-se extrair da territorialidade seus signos e significantes. Aquilo que versa e se faz a partir da origem e fixação. Uma vez que, somente a experiência da contemplação fixa condensa e constrói territorialidades, edifica-se e gera sentido ao *Oikos* habitado.

Foto 34: Oikos e Territorialidade

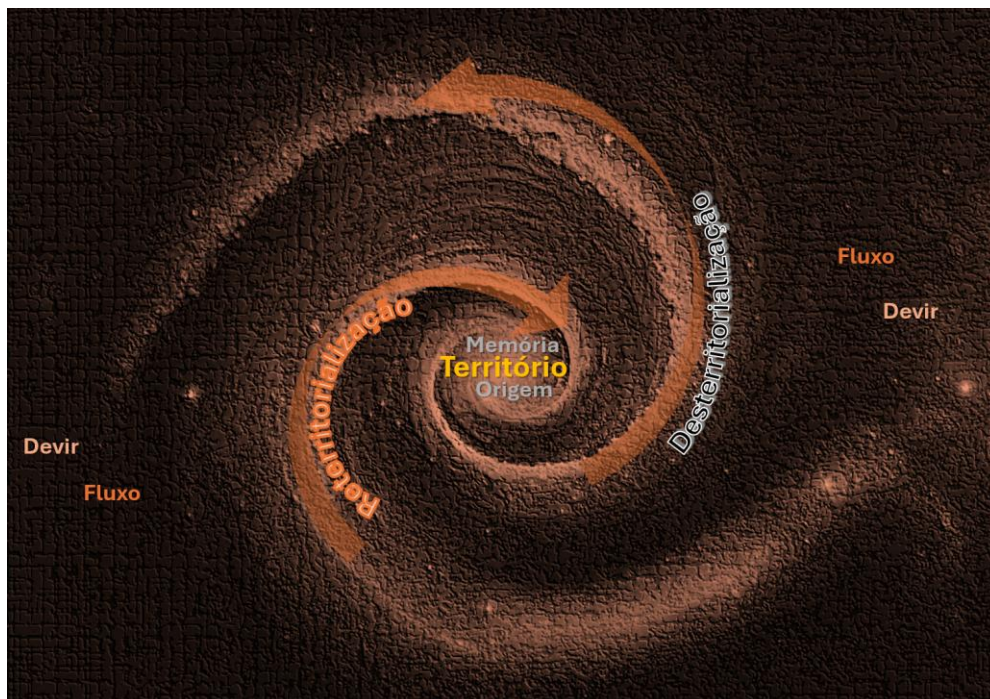


Fonte: Acervo pessoal (janeiro, 2025).

Para compreender a relação entre origem e fluxo, entre um e outro, faz-se necessário conhecer o que Deleuze e Guattari (1997, p. 83) tratou por “zona de vizinhança e de indiscernibilidade”, ou seja, “uma relação não localizável arrastando os dois pontos distantes ou contíguos, levando um para a vizinhança do outro e a vizinhança-fronteira é tão indiferente à contiguidade quanto à distância”.

Desta forma, conhecer e construir pontes entre as múltiplas origens optantes pela fixação, mas que também são dinâmicas, é estabelecer relações geografizantes entre a gênese e o fluxo. A fim de elucidar memória e devir, desenvolvo a origem fluxo relacional territorializadas.

Figura 47: Relação territorial Origem-Fluxo



Fonte: Elaboração própria a partir de Deleuze e Guattari (1997).

Neste contexto, faz-se necessário um conceito outro que supere a simplicidade da dualidade e as causalidades entre tais interações complexas e coexistentes, onde já sabemos que o fluxo impõe à gênese uma nova função. Cabe aqui uma retomada no sentido oposto, inferir funções novas ao fluxo a partir da origem territorializada.

3.2 O CONCEITO DE GEOBIOCENOSE: UM PERCURSO EPISTEMOLÓGICO SINGULAR

Os estudos aqui empreendidos surgem em torno de uma problemática que há muito assola nossa sociedade, a situação do conhecimento dissociado do corpo territorializado. O conhecimento é separado e depositado em dispositivos de fácil acesso por via de estruturas informacionais, enquanto o corpo desterritorializado desaprende o processo da técnica, da prática, da passagem entre o sujeito que conhece e os sujeitos sucessores.

De nada adianta conhecimento sem um sujeito para usufruir do mesmo, uma forma herdada vazia e estagnada, ou à espera de uma futura transformação. Assim como um livro genialmente construído, na prateleira, fechado, acumulando pó e aguardando sua própria desintegração pelo esvair do tempo. O mesmo ocorre com os conhecimentos territorializados, muitos deles ainda em estágio de transmissão pela oralidade, pela presença, pela convivência intergeracional, afinal, todo fazer é atravessado por um saber que o orienta.

É master destacar que reconhecemos o constructo teórico de grandes geógrafas e geógrafos, filósofos e filósofas, autores que precedem esse texto. Sendo o intuito aqui não o de desvalorizar ou desmerecer obras anteriores, muito pelo contrário, entende-se que, somente a partir do que já foi constituído por meio das teorias e a nós permitido a possibilidade de contato ou compreensão, é que, de certa forma, podemos permear a substância interpretativa da realidade, seja através da leitura, seja por meio da vivência de processos analisados por essas mesmas teorias.

Entretanto, para estabelecer novas perspectivas de interpretação de determinados fatos, carece-se de uma ética diferenciada, um acréscimo, uma contribuição. Não exclusivamente sob o foco daqueles antecessores, uma vez que isso eles já o fizeram, mas sob o ponto de vista desta que mira o horizonte, cujos pés designam uma caminhada, experiência de vida, representa uma determinada ancestralidade, mas que também é composto por um corpo, físico e gnosiológico.

Há uma inquietude minha após anos estudando populações tradicionais e povos originários em território brasileiro, linhas essas que se expandem às fronteiras do país em contexto latino-americano. Identificamos a pouca ou quase inexistência de conceitos e categorias que amparem esses grupos sociais territorializados. Carecendo a busca por relações outras que se debruçarão a fim de indicar

[...] a afirmação da diversidade e o legítimo direito à diferença [...] o que significa compreender as relações entre as dimensões cultural, social, política e buscar novas epistemes entre os protagonistas que estão impulsionando processos instituintes de novas configurações territoriais. (Porto-Gonçalves, 2006, p. 46).

É diante tal adversidade e ausências, a partir das diferenças que emergem novas epistemologias (Mingnolo, 2004), que encoraja a fricção entre distintas epistemes concebidas a partir de grupos sociais que produzem lógicas próprias, códigos distintos, formas de inscrever em um contexto geográfico os significados, os “padrões cognitivos” possíveis somente por meio da experiência/existência do corpo territorializado.

O esforço científico aqui intencionado é o de contribuir para futuras construções de argumentos, contradições, proposições gerais ou específicas no campo da Geografia. A fim de oferecer instrumento conceitual que possa embasar ou estimular a formulação de novas hipóteses, a implicar novos conceitos e o uso de novas categorias. Esses que deem conta de expressar a complexidade de interações presente em cada caso que estão instalados, sujeitos territorializados e o meio de convívio, coexistências múltiplas tão típicas da eco(bio-socio)diversidade³⁵ brasileira.

Nesse contexto, idealizamos esse sistema lógico de estrutura formal que depende de um meio biótico e abiótico para, a partir da interação humana, produzir o imaginário e o simbólico, o cultural e o político localizado, que se expandem a escalas outras, para oportunizar a elucidação, a explicação, a descrição ou ainda mais, a interpretação do conhecimento dos povos originários e das populações tradicionais. Tudo isso, sendo constituidores de um “mundo” próprio. Refero-me não ao mundo objetivo e seus objetos, mas o mundo que se amplia e integra também temáticas em contexto. Tal qual pontuado por Gérard Fourez:

Assim, segundo este ponto de vista, uma proposição como: «eu observo o mundo», não pressupõe que me considere como um «sujeito» distinto dos «objectos» que tentaria observar correctamente. Nesta obra, a proposição «eu observo o mundo» fala da minha situação, projectado como estou num conjunto de significações e de restrições relativamente a tudo que poderia dizer. O «mundo» assim compreendido não é um conjunto de objectos, mas aquilo que engloba todo o objecto e toda a objectividade. O mundo é o meu vis-à-vis, e este vis-à-vis é simultaneamente «objecto» e «presença» de outras pessoas. (Fourez, 2002, p. 15).

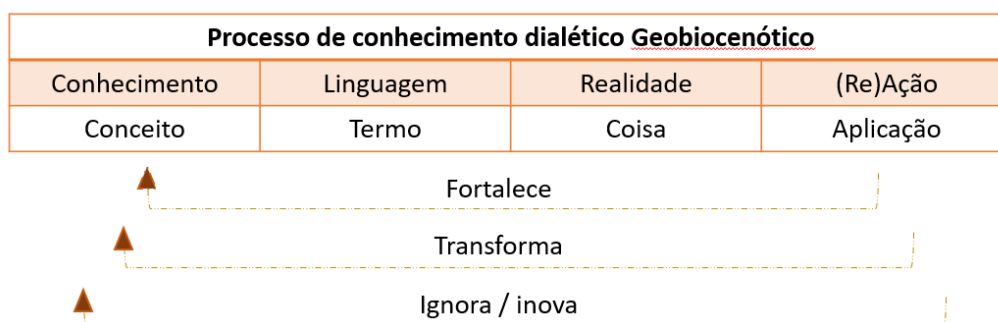
Para isso, observo um conjunto que compõe o objeto empírico socialmente definido para, em seguida, ampará-lo, integrá-lo a um quadro teórico composto, elementarmente, pela sincronia entre os métodos do pensamento da Dialética e da Complexidade, formando assim, um processo para uma *práxis* reflexiva que possibilite a inserção também do conhecimento orgânico, ou seja, aberto e representativo do processo intelectual orgânico.

A partir disso, a Geobiocenose se torna modos de conhecer e conectar a linguagem e a concepção do real e seus efeitos. Assim, une-se ao pensamento de Paviani (2009, p. 69) que aborda a conexão e articulação dialética do modo de conhecer, situação que também se aplica

³⁵ O estudo do Oikos por meio da relação entre os componentes biológicos e os efeitos da ordem humana, o social desdobrando-se na sistematização cultural.

ao mesmo conceito aqui detalhado. Desta forma, estabelece-se o processo de conhecimento formal e linguagem, contendo conceitos, categorias e termos, aproxima-se e interage com o conhecimento geobiocenótico expresso na realidade através da (re)ação contínua, movimento que mantém viva a gnosiologia do conhecimento tradicional por meio das ações e objetos que constituem o constructo cultural de determinado grupo social territorializado. Assim, estrutura-se o conhecimento geobiocenótico da seguinte forma.

Figura 48: Articulação dialética do conhecimento Geobiocenótico



Fonte: Adaptado a partir de Paviani (2013).

O conhecimento Geobiocenótico, em casos variados, está no fato geográfico, entretanto, não se encontra sistematizado, assim, esse mesmo meio cultural necessita de estruturação do processo de conhecimento formal, metódico, para deixar a condição de metáfora e ser base para um processo de investigação científica, com potencial para fortalecer, transformar ou ignorar e inovar a construção complexa do conhecimento científico.

Adota-se aqui a abordagem Dialética³⁶ por ser capaz de interagir com os fenômenos sociais e suas respectivas dinâmicas, não lineares. A fim de reconhecer a realidade pesquisada em um contexto complexo e também contraditório, a apresentar uma dinâmica ora regular, ora irregular, típica da unidade dos contrários. Perspectiva presente em Pedro Demo (2000, p. 14), onde a “aproximação dialética supõe que todo fenômeno, por ser dinâmico sobretudo de modo complexo e não-linear”, não pode ser aprisionado em meras definições, uma vez que “nem sempre o mais dizível é o mais real”. Impõe-se aqui o desafio a ser superado, “simplificar, de um lado, para ver melhor, complicar de outro, para ser justo com a riqueza do fenômeno”. Aprender a reconstruir através do movimento da desconstrução e reconstrução do que está posto no real e de seus limites, uma vez que uma:

³⁶ Cabe também a utilização de outros métodos interpretativos do conhecimento Geobiocenótico.

Visão mais dialética poderá conceber que o caos da realidade é “estruturado”, ou seja, existe alguma ordem nele, até porque o mundo não se recria toda hora³⁷. Todo fluxo flui de certa maneira. Sua flexibilidade é relativa ao que nele é inflexível. Entretanto, a dialética acentua a unidade de contrários: se a flexibilidade é apenas manifestação secundária, passageira, não passa de aparência. Como acreditamos que a realidade é intrinsecamente flexível, só é deveras flexível o que consegue transgredir a inflexibilidade, assim como só é autenticamente dinâmico o que é, a rigor, não totalmente previsível. (Demo, 2000, p. 17).

Ampara-se na vertente, alinhada à representação e interpretação desta pesquisa, do método crítico dialético (Fourez, 2002, p. 31) tendo dupla função: a “do cientista que observa o mundo com todos os seus conhecimentos e teorias”, assim como, o expresso por pessoas externas, a exemplo dos sujeitos que compõem a realidade pesquisada, aqueles que decodificam o mundo “com os pressupostos do seu meio”. Assim, o método dialético crítico

[...] reproduz um esquema divulgado a partir de Hegel: primeiro afirmamos uma tese, isto é, a maneira como representamos a realidade. Em seguida apresentamos uma antítese, ou seja, a negação da tese, negação que é provocada pelo aparecimento de outros pontos de vista. Finalmente, apresentamos uma síntese que é uma maneira nova de ver, na sequência do caminho crítico que percorremos. (Fourez, 2002, p. 31).

Por fim, faz-se necessário ressaltar que não se pretende formalizar e atingir o absoluto do analisado, mais sim, um caminho diferente que resulta em uma nova maneira de perceber o real. Situação esta que também se faz material a ser confrontado por novas antíteses. Tratando-se de compor o que o autor anterior chamou de “verdade crítica”, a romper com a ilusão de produção de uma verdade única.

3.2.1 De Althusser à proposição do conceito de Geobiocenose

O difícil percurso epistemológico de produzir uma tese de doutorado carece de um esforço ora de selecionar as escolhas de teóricos potentes, ora de refutar uma gama quase infinita de teóricos outros que podem até conversar com a produção científica. Porém, por vezes, o estudo, a crítica requer um tempo e interpretação que distorce o que, inicialmente, era objeto de futuro constructo de conceitos e categorias antes essenciais e fundantes.

³⁷ Combs (1996) apud Demo (2000, p. 17).

Aqui, após uma rica contribuição no processo de qualificação, essencial por trazer a experiência de leituras outras já amadurecidas pela análise daqueles que nos guiam nessa caminhada - nossos queridos professores - aproximei-me na leitura e estudos de obras diversificadas.

Um dos autores a mim apresentado foi Louis Althusser (1985) que se aprofunda nos estudos psicanalíticos a fim de expor a magnitude de seu texto na proposição ideológica para descontinuidade, ruptura do que estava posto. Todo esse movimento é exposto de forma a compreender como uma ciência pode ser estruturada e fortalecida a partir da utilização da Retórica como instrumento. Esse será o esforço implementado neste estudo, por meio da leitura Althusseriana, contribuir com o fortalecimento da Ciência Geográfica a fim de desenvolver e trabalhar com o conceito de Geobiocenose, aqui constituído como objeto-do-conhecimento Geográfico, tão essencial para essa tese.

Não se trata de discutir a teoria psicanalítica frente a marxista, ou vice-versa. Entende-se que tais teorias são meio para tecer a ruptura para possibilitar novas tecituras, neste caso, a estruturação do conceito, devir do conceito geográfico, de Geobiocenose.

Texto inspirador que apresenta o momento do corte epistemológico de Althusser em defesa do que lhe produzia sentido. Destacava-se como voz destoante, mesmo tendo certeza da possível desaprovação do grupo científico que ele fazia parte, em tempos de aparente contradição com o pensamento auge. É neste ponto que o autor demonstra sua astúcia e potência, maturidade e rigidez científica na elaboração da exposição de seu ponto de reflexão com clareza e singularidade, atuando como fonte inspiradora para a estruturação e composição do conceito de Geobiocenose.

Partimos assim da Dialética crítica com os atravessamentos da Teoria da Complexidade. Assentamos nos conceitos e categorias da Geografia para situar os efeitos, a definição e compor seu conteúdo. Desta forma, a origem do conceito Geobiocenose é forjada pela percepção de ausências de fundamentações teóricas potentes no que tange os estudos que envolvem ecobiossociodiversidade territorializada. Carece-se então propor novas teorias a serem utilizadas que representem de fato esses grupos sociais, uma linguagem própria que se faça ressonância nos estilos de vida e saberes ali constituídos, ou seja, diálogos adequados, discursos assumidos que proponham renovação, revolução que represente esses sujeitos com conhecimentos territorializados.

A fim então de exercer a dialética crítica, parte-se de uma estratégia metodológica que se orientará pelos pontos na construção do conceito que visa apresentar a origem do conhecimento geobiocenótico, uma vez que ele não é dado e sim apreendido ao longo do tempo, em contato com o território. Além disso, faz-se necessário (re)conhecer o cerne do território e o território circundante para identificar as práticas e técnicas geobiocenóticas e as interações ali existentes. Tudo isso conduz o desvendar dos elementos e contextos que perturbam, causam danos, riscos, prejuízos ou ameacem os sistemas orgânicos territorializados, sendo fundamental, contextualizá-los diante das condições internas e externas.

Nesse contexto, o estudo aprofundado da obra de Althusser (1985) se institui como um orientador potente e, por mais que seja desafiador, podemos até compará-la com uma carta geográfica, sendo necessário a interpretação de seus signos e códigos para a apropriada utilização, superação, ruptura, sincronia e elevação, sublimação para que, posteriormente, surjam os primeiros rabiscos, traço-a-traço, linha-a-linha na construção dessa tecitura geográfica.

Althusser recupera a Dialética Hegeliana para ampliar ainda mais a crítica dos que dele divergem, não como uma estrutura de sua construção de pensamento fundamental, mas como uma possibilidade, como se fosse uma ida ao Caos, atrás da energia propulsora para dar vida a Fênix. Tal qual ele afirmar ser a fonte energética de Marx e da tradição marxista.

Com a introdução crítico-histórica de Walter Evangelista na obra em questão, aborda-se o percurso de Althusser e seu fazer analítico-crítico-teórico, ressalta-se a trajetória teórica e contextual do momento histórico de sua produção:

Ele o faz voltando a eles³⁸ e explicitando, de modo rigoroso e analítico, a especificidade da dialética materialista em relação à hegeliana [...] mostrando qual é o pressuposto radical que torna a dialética hegeliana pensável, e como um tal pressuposto é inteiramente diferente daquele que torna a dialética marxista possível e pensável. (Althusser, 1985, p. 13).

É importante salientar que o *modus operandi* no texto de Althusser demonstra a forma potente da passagem entre Freud e Lacan, ou seja, a Psicanálise passa de prática, cura analítica, a uma teoria tecida na subjetividade, no sujeito, em um contexto em que era amplamente analisado e discutido a formação social e seus efeitos.

³⁸ Aqui Evangelista faz referência ao retorno de Althusser a Freud e Lacan.

Já na segunda parte, Althusser apresenta a revolução científica proporcionada pelo Materialismo Histórico-dialético e pela descoberta do inconsciente freudiano, que fundamentará e transformará o universo acadêmico e, por consequência, a sociedade contemporânea. Esses dois eventos, o advento do Materialismo Histórico, “teoria das condições, das formas e dos efeitos das lutas de classes, obra de Marx” (Althusser, 1985, p. 75) e o elucidado do inconsciente, a partir de Freud, revolucionará a forma pela qual analisaremos todo o fato social. Assim,

Com Marx e Freud, teorias científicas ocupam, repentinamente, regiões até então reservadas às formações teóricas da ideologia burguesa (Economia, Política, Sociologia, Psicologia), ou melhor dizendo, ocupam, no interior dessas regiões, posições surpreendentes e desconcertantes. (Althusser, 1985, p. 75).

O essencial para essa pesquisa, na obra em questão, é a consciência de Althusser sobre a passagem da produção de Freud para Lacan, de prática analítica para técnica como método e teoria para relacioná-las. Além disso, a produção althusseriana inspira pela atitude provocante e crítica estruturada do que está posto, reorganizando uma nova forma de pensar que extrapola a rigidez científica da época.

Comparando-se com os dias atuais, ainda percebemos uma forte pressão ou comodismo no fazer da ciência. Althusser, ao apontar e defender o surgimento de uma nova ciência, confronta também a ciência atual, elenca novas formas relacionais que, incorporada com a Linguística, transcende o pragmatismo, o distanciamento sujeito-objeto, a própria relação de análise e reinterpretação desse mesmo sujeito.

Marx fundou sua teoria sobre a rejeição do mito do “*Homo economicus*”. Freud fundou sua teoria sobre a rejeição do mito do “*Homo psychologicus*”. Lacan viu e compreendeu a ruptura liberadora de Freud. Compreendeu-a no sentido pleno do termo, tomando a letra no seu rigor, e forçando-a a produzir, sem trêgua nem concessão, suas próprias consequências. Ele pode, como qualquer um, errar no detalhe, mesmo na escolha de suas referências filosóficas: deve-se-lhe o *essencial*. (Althusser, 1984, pp. 51).

Com a devida licença e inspirada na constatação althusseriana, inicia-se aqui, com o conceito de Geobiocenose, a rejeição do mito do “*Homo scientificisticus*”, da onisciência como via única para deter conhecimentos. Para além desse, existem também os conhecimentos territorializados, no caso específico dessa pesquisa, do *Homo Cerratensis*, muitas vezes usurpados e reescritos por indivíduos em nome da ciência, sem o devido reconhecimento de tais sujeitos e de suas respectivas territorialidades.

Assim, lança-se a descrever uma estrutura linguística que dê suporte a expressão dessa gnosiologia, onde os esclarecimentos se dão em cada contexto de convívio entre o Ser - não fragmentado, integral - e o território que habita, por vezes, fundem-se, territorializa-se. Proposição conceitual em conexão com a amplitude de conhecimentos, linguagens, realidades e verdades, acessos ao real que podem implicar um determinado fato, evidência, fenômeno, evento, etc.

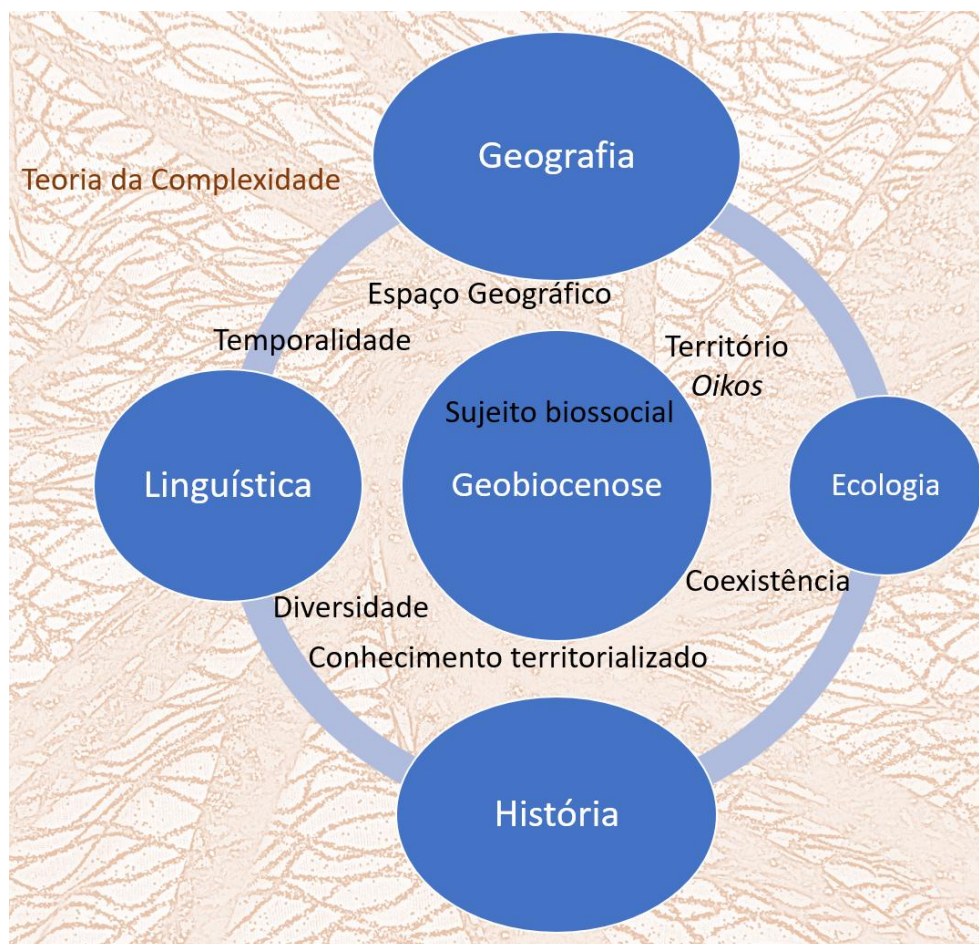
3.2.2 Geobiosenose: um conceito geográfico interdisciplinar

Ao ser conduzida através do aqueduto teórico de base rigorosa das categorias e conceitos pertencentes a Ciência Geográfica: espaço geográfico (Santos), território (Porto-Gonçalves, 2006; Haesbaert, 2007, 2020; Santos, 2023; Santos e Silveira, 2001; Deleuze e Guattari, 1997, entre outros), em interação com outras ciências e embasada no método da Dialética crítica e da Teoria da Complexidade de Edgar Morin, tomamos como empréstimo o termo de Biocenose, originado na Ecologia, a fim de superar a ideia de ecossistema simplesmente como um meio, mas sim, como em Jacob Johann von Uexküll (2004) que institui o conceito de “Umwelt”, que tem por significado “mundo circundante”, ou seja, a compreensão de ecossistema como a dupla tecitura entre o biótico e biocenose, a fim de englobar a conjunção de interações entre os seres vivos e o espaço que lhe possibilita a continuidade da vida.

Será através da Geobiocenose que friccionamos, em múltiplas escalas e em direções antagônicas e complementares, os estudos do Espaço Geográfico, tendo sempre como matriz norteadora a territorialidade que incorpora o sujeito biológico e também social. Esse sujeito convive, co-existe em meio a (eco/socio/bio)diversidade específica de uma temporalidade que o precede e o sucederá, gerando nesse corpo territorializado marcas, impressões e expressões que constitui um senso prático, para além disso, um saber balizado pelas técnicas, possíveis por meio da disponibilidade ou ausência de materiais e seus usos, singulares do mesmo território.

Conceitos esses elementares a substanciar o conceito de Geobiocenose, ponto de encontro ou reconhecimento da Geografia e outras áreas de conhecimento em interação inter-multi-transdisciplinar, a proporcionar a desejada construção conceitual como unidade complexa originária simples de e para a Geografia, tal qual modelo abaixo:

Figura 49: Unidade complexa originária da Geobiocenose



Fonte: Elaboração própria a partir de Santos (2009), Morin (2015a).

Uma semente plantada no ventre da Terra. Uma árvore grande e robusta que gerou essa semente. O que é Terra e o que é semente sendo o fluxo que fornece a possibilidade de vida?

Aqui, seguiremos o fluxo, não as limitações e os fragmentos. O fluxo possibilitado e viabilizado por um conjunto de sistemas que tem como abrigo um corpo-território³⁹. Isso graças ao impulso do movimento dado pelos conceitos e estruturas da dialética hegeliana, suspensão e pressupostos, presentes na “simplicidade, essência, identidade, unidade, negação, cisão, alienação, contrários, abstração, negação da negação, *aufhebung*, totalidade, contradição, etc.”⁴⁰

Para compreender a força do conhecimento originário e tradicional, entendido aqui como essência da Geobiocenose, faz-se necessário conhecer a potência de sua existência. Para

³⁹ Segue-se a concepção de Hernández (2016).

⁴⁰ Walter J. Evangelista faz essa citação na introdução da obra (Althusser, 1984, p. 14).

isso, recorreremos a corrente da socioepistemologia que, em Fourez (2002, p.24), é compreendida como a corrente que “estuda as práticas de conhecimento (e, portanto, também as ciências) como se estudaria qualquer outra coisa (como a feitiçaria ou a feitura de sapatos)⁴¹”. Assim, a “socioepistemologia vê os desenvolvimentos científicos como constituídos pela história humana e recusa situá-los num universo separado dos conhecimentos” (Fourez, 2002, p.24).

Por essa via, reconhecer os sentidos ali expressos, o imaginário e o simbólico, aos sujeitos partes integrantes deste todo de saber, atravessar, por via de grandes esforços teóricos e críticos, a forte pressão de preconceitos ideológicos que separam e segregam o conhecimento científico do conhecimento tradicional e utilizar as críticas como mola propulsora à manutenção e reprodução desses saberes tradicionais diversos, adaptados por gerações ao espaço-tempo a que foram expostos.

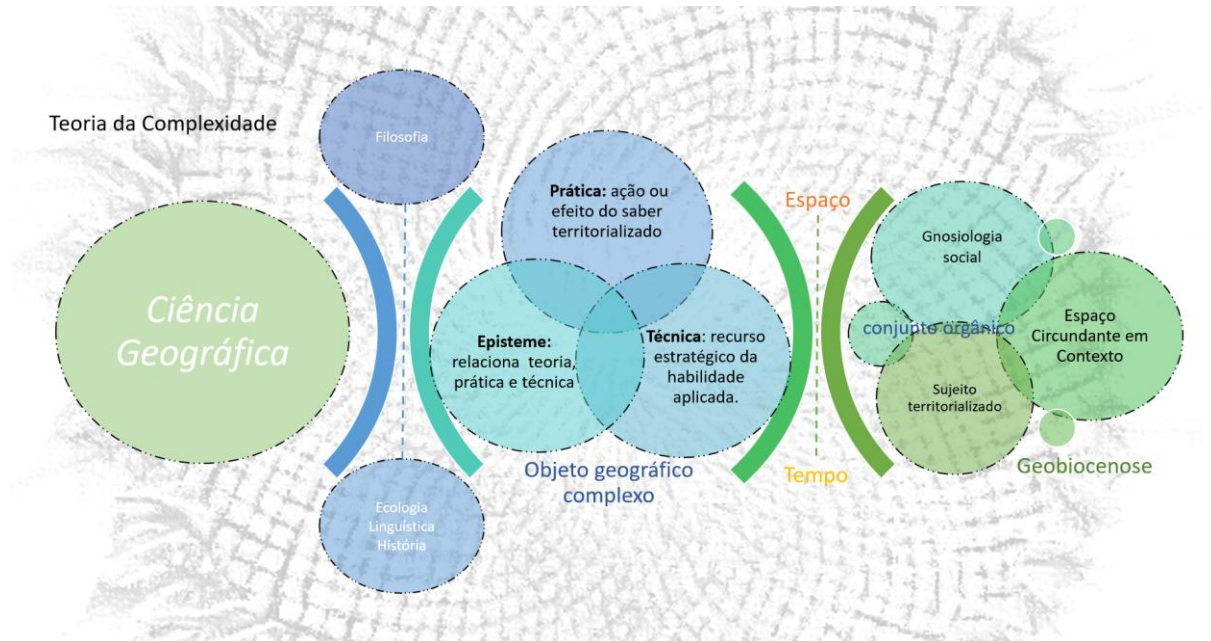
Fundamenta-se na Ciência Geográfica como base, ponto central e de retorno frequente que abriga conceitos e categorias prévias. Seu sopro encontra-se na inspiração da obra althusseriana, atravessada pela estrutura essencial da dialética, por vezes revisitando a vertente do Materialismo Histórico, a criticar o modelo moderno, para outros pós-moderno, contemporâneo que guia a sociedade planetária. Isso a fim de pensar o uno e múltiplo da realidade contemporânea a partir da Geobiocenose, onde se encontra, contida, a relação de interdependência do campo conceitual da Geografia. Somente aqui esse conceito receberá sua significância plena, tendo em vista que sua semiótica se funda nessa ciência.

Logo, cria-se a expectativa de uma solidariedade quanto a sua produção e futuras contribuições, uma vez que a reflexão sobre a necessidade deste termo centra-se, principalmente, na possibilidade de abertura de caminhos outros aos que, após um longo percurso, chegam na academia, membros integrantes ou estudiosos com intuito de compreender e fortalecer as gnosiologias das populações aqui entendidas por Geobiocenóticas.

Assim, propõe-se, por meio da Geografia, neste, e somente neste contexto, reunir suas categorias estruturantes, encontrar, reconhecer e explicar o que seria uma unidade complexa de reprodução originária geográfica, a Geobiocenose, que, inicialmente, reúne, como esquema cognitivo reorganizador:

⁴¹ O autor cita as teorias de Bruno Latour e Woolgar (1979) e David Bloor (1982) disponível nas referências de Fourez (2002).

Figura 50: Geobiocenose - esquema cognitivo reorganizador



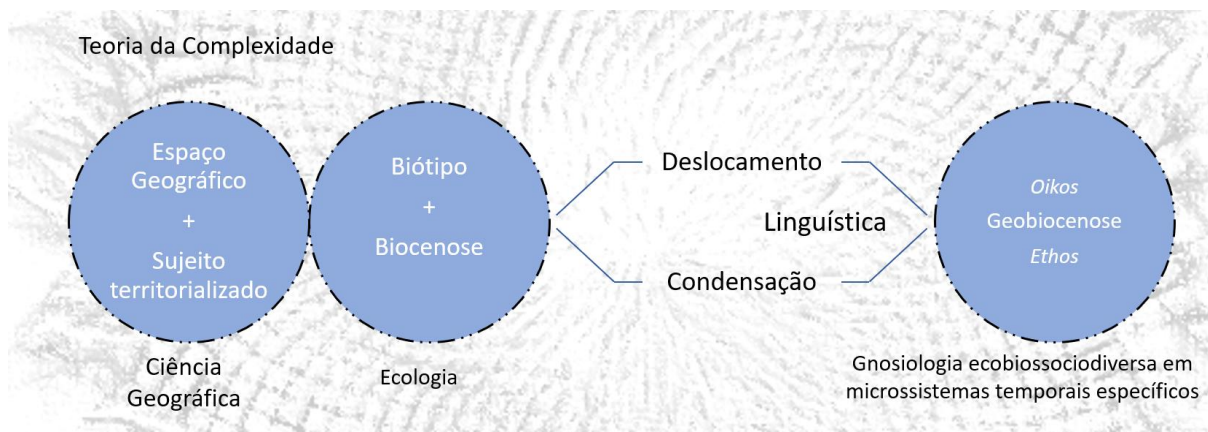
Fonte: Elaboração própria a partir de Santos (2009), Morin (2015b), Althusser (1985), Uexküll (2004).

O conceito de Geobiocenose é o resultado do conhecimento geográfico que comporta: “a) uma competência (aptidão para produzir conhecimentos); b) uma atividade cognitiva (cognição), realizando-se em função da competência; c) um saber (resultante dessas atividades)” (Morin, 2015b, p. 18). Assim, esse conceito comporta a epistemologia prática, o saber teórico-prático. Sua construção conceitual é inspirada na ruptura audaz e crítica althusseriana que, ao observar a atitude freudiana, passa a utilizar duas figuras essenciais da linguística – deslocamento e condensação.

Aqui, seguiremos um caminho próximo, contar com a base da Ciência Geográfica em diálogo e interação, interdependente e complementar, permeada pela teoria da Complexidade. Tal diálogo dá-se também com a Ecologia, perpassa pelo conceito de Biocenose do biólogo Karl August Möbius, sendo um complexo de interações entre seres vivos do mesmo biótipo.

Forma-se uma unidade de apreensão do conhecimento geográfico desse complexo vivo e interativo presente no biótipo, territorializado. A partir da Geobiocenose, “construir novas estabilidades” via o circuito “diversidade-complexidade-espontaneidade-organização” (Morin, 2015a, pp. 51-57), conjunto de interações em um determinado espaço geofísico de caráter sistêmico que possibilita articular o circuito acima de conhecimento complexo, formal e informal, dos sujeitos ali territorializados.

Figura 51: Geobiocenose - origem interpretativa



Fonte: Autora a partir de Santos (2009); Morin (2015a, 2015); Althusser (1985).

Se por um lado temos a Biocenose como “conjunto das interações entre os seres vivos de todas as espécies que povoam o biótopo” (Morin 2015a, p. 33), expoentes com propriedades complementares, concorrentes, antagônicas. Por outro, como seu par antagônico, dialógico, não excludente, encontra-se o Espaço Geográfico que, para Milton Santos, caracteriza-se como a leitura de objetos que

[...] equivale a reincluí-los no conjunto das condições relacionais. Essas condições relacionais incluem o espaço e se dão por intermédio do espaço. Nesse sentido é o espaço considerado em seu conjunto que redefine os objetos que o formam. Por isso, o objeto geográfico está sempre mudando de significação. [...] uma coisa não pode existir à parte do seu contexto. [...] o espaço é, como pretendemos, um resultado da inseparabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações (Santos, 2009, pp. 97-100).

Parte-se dessa definição miltoniana para, a partir de seu prolongamento, introduzir espaço circundante, uma unidade localizada do espaço geográfico e suas secções temporais específicas, períodos históricos causadores de profundas transformações espaciais, do macro ao micro, unidade do processo vital. Um sistema coerente sujeito-objeto, ou seja, baseia-se na experiência do sujeito e seu território. Este, sendo unidade complementar desse sujeito que o habita, por vezes exercendo o papel de contraponto a exprimir, dessa relação, signos em que seu significante se dá através da percepção, do conjunto entre recepção e decodificação desses mesmos signos específicos e utilitários apenas pelos sujeitos do lugar, sendo necessário uma espécie de tradução aos que são externos a esse mundo íntimo.

Assim como em Milton Santos (2008, pp. 36-38), em uma abordagem interdisciplinar entre a Geografia e a História, a fim de encontrar secções temporais, marcada por variável

significativa, compondo assim, uma relação circular de escalas múltiplas, a substanciar “fenômenos locais”, “resultado, direto ou indireto, de forças cuja gestação ocorre a distância [...] dotados de uma relativa autonomia, que procedo do peso da inércia”. Logo, “a noção de espaço é assim inseparável da ideia de sistemas de tempo. A cada momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação das diversas variáveis depende das condições do correspondente sistema temporal”. Assim, a Geobiocenose germina como um desses fenômenos locais, onde brota da fertilidade de um solo ecobiossociodiverso e é constantemente exposto a forças e influências externas, específicas de sistemas temporais próprios.

Nesse contexto, é de fundamental importância analisar e descrever, interpretar e explicar essas áreas de significação em distintas periodizações, situações geográficas que por meio do movimento dialético, forma e conteúdo, sintetizam unidade que também se fazem estruturas espaciotemporais complexas.

Expende-se de forma a superar a perspectiva antropocêntrica, a fim de apreender não somente as relações sociais, mas também sua complementariedade, tal qual exposta em Uexkull em que:

O “espaço” é uma abstração que a mente humana, começando a assumir o papel dominante por volta do segundo ano de vida, compõe como um esquema de orientação para nossa imaginação. Isso cria assim um “receptáculo” em que armazenamos objetos ausentes para manipulação imaginária. [...] Com esse propósito, devemos levar em consideração que cada sistema sógnico é definido por seu código: apenas aqueles que conhecem o código podem entender as mensagens transmitidas pelos signos desse sistema. Eles estão — como ilustrado pela palavra “incluso” (insider) — “por dentro” desse sistema sógnico. Aqueles que não conhecem o código são tratados pelo sistema como “intrusos” (outsiders). Eles continuam “por fora” dos limites semânticos e “ex”-cluídos do sistema. (Uexkull, 2004, pp. 45).

Assim, cada unidade geográfica vital é um complexo sistema a ser interpretado, analisado, estudado. Em especial, pelos inclusos, cientes do sistema sógnico expostos em suas experiências de vida. É nesse espaço circundante que se apresenta o objeto geobiocenótico, caracterizando-o pela junção, inseparável, das ações e dos efeitos da técnica utilizada, tendo como fonte elementar a prática exercida ali. Em um primeiro momento, parece ser exercida de forma inconsciente, porém analisando-se os prolongamentos do objeto, as soluções apresentadas, identificam-se percursos que transformaram a ação do sujeitos territorializados em processos e estruturas imediatas.

Isso tudo sendo reflexo de complexas projeções amadurecidas e aperfeiçoadas pela relação com o território em um contexto espaço-temporal que possibilitou a experiência de efeitos agregadores de técnicas que se repetem na memória e no fazer dos sujeitos de adequação, de manutenção e de transformação. Soluções presentes ali, e somente ali, idealizadas, comuns, o devir vital a este conjunto geobiocentótico.

A primeira vista, identifica-se algumas confluências nos campos interpretativos, porém, tão somente conseguimos identificar o caráter organizador associativo, do espaço circundante e a biocenose ali presente. Dessa forma, poderemos gerar uma ruptura possível de uma outra interpretação das “geobiossociedades”. Desta vez, não com a centralidade no discurso competente da economia e suas derivações e sim, tendo como ponto central, os sujeitos e as interações biocenóticas proporcionadas por um determinado contexto geográfico situado. Este, empiria substancial a representar uma conjuntura de tramas, imbricações, dependências recíprocas, tensões, complexidades expressas *no e a partir do* Território. Fato geográfico em que se situa a Geobiocenose. Será, o território, representativo da diversidade, elemento basilar que projetará o lugar:

[...] O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência. [...] O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (Santos et al., 2007, pp.13-14).

É nessa unidade do processo vital geográfico que se expressa o objeto central da Geobiocenose, efeitos da gnosiologia social no território.

Figura 52: Espiral de interação Geobiocenótica



Fonte: Elaboração própria (2024).

Assinaturas que tecem uma conjectura geral de conhecimentos amparada na reflexão, prática, técnica do sujeito territorializado, expressão máxima do Sujeito que Conhece e que se faz e se manifesta na sua unidade geográfica vital. Assim, podemos instaurar a Espiral Geobiocenótica.

Trata-se da gnosiologia social que os grupos ecobiossociodiversos constituem, ou seja, tudo que carrega a natureza do simbólico e que estão presentes nas ações, práticas, crenças, lugares, memórias. Podendo ser, desde o conhecimento e prática na reprodução de uma roça até o reconhecimento do valor de uma sobra de árvore para momentos de pausas e diálogos, fazendo dessa um lugar de encontros e partilhas.

3.3 A COMPLEXIDADE GEOGRÁFICA COMO OIKOS DA GEOBIOCENOSE

A arte de viver como grupos sociais territorializados, detentores de costumes e saberes legítimos a partir de sua interação com o espaço circundante, muitas vezes pode ser interpretada como uma ausência de interesse aos assuntos em escalas outras, como por exemplo, a participação ativa no fazer político e administrativo do município, do estado ou do país. Situação essa que reverbera em atrocidades impostas pela razão dos meios técnico científicos e seus dispositivos, responsável por excluir, condenar, injuriar, provocar fome, miséria e, de forma intencional ou não, o definhamento dos grupos geobiocenóticos, extinguindo assim, seus conhecimentos, práticas e técnicas territorializadas.

Mesmo que esses grupos não incorporem e sigam as teorias científicas, elas exprimem, a partir de um rigoroso sistema de práticas cotidianas, seus próprios “conceitos” domésticos na tecitura de tais práticas, modelos e linguagens particulares a cada gnosiologia social geográfica territorializada, muitas vezes desconhecida ou ignorada por parte da Razão Ocidental contemporânea.

De forma similar Althusser (1985, pp. 52) fala sobre os “filhos da natureza”, destacados em sua obra. Essa colocação também pode ser relacionada com os sujeitos geobiocenóticos desta pesquisa, através do fazer, “construir, com suas mãos de artesão, o espaço teórico em que pudesse situar sua descoberta; tecer, com fios emprestados aqui e ali, por adivinhação, uma grande rede com a qual capturaria, nas profundezas da experiência” o conjunto orgânico de saberes - pensar, relacionar e executar - e práticas, desvendar e dar continuidade ao legado de seus antepassados.

Propõe-se assim o paradoxo primordial ao conjunto orgânico fundamentado na: prática gnosiológica social (1) obtida através da relação sujeito-lugar, inscrição espaço-temporal protagonista de uma determinada técnica (2), conduzido pelo método a fim de - através dos sete princípios de Morin (2015b): hologramático, recursivo, dialógico, sistêmico organizacional, retroativo, da autonomia/dependência e da reintrodução do conhecimento em todo o conhecimento. Dessa forma, conceber a teoria (3) Geobiocenótica que relaciona: prática (1) e técnica (2) daqueles sujeitos territorializados. Dinamismo reflexivo onde emergem simultaneamente sujeito e objeto, inscrição de um no outro, coprodução mútua.

[...] o conhecimento objetivo produz-se na esfera subjetiva que se situa no mundo objetivo; o sujeito está presente em todos os objetos que conhece, e os princípios da objetivação estão presentes no sujeito; nosso espírito está sempre presente no mundo que conhecemos, e o mundo está, de certa forma, presente em nosso espírito. Essa dupla presença realiza-se não tanto em função de uma analogia entre o micro e macrocosmos quanto de uma dupla inscrição. (Morin, 2015b, p. 233) (Adaptado).

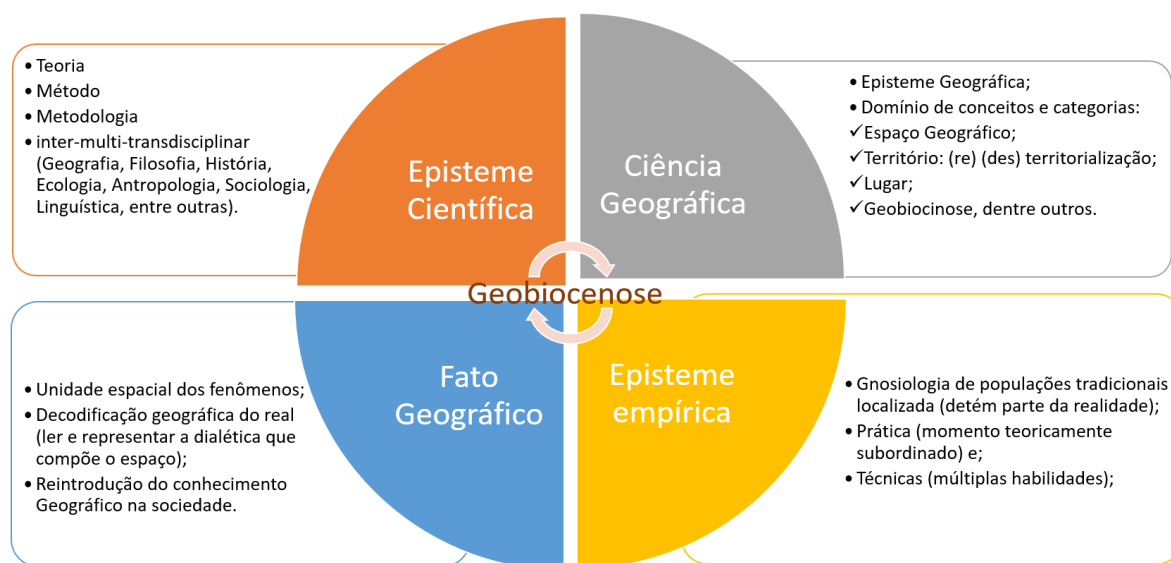
A Geobiocenose é então todo o conjunto de conhecimento orgânico apreendido de forma intergeracional sobre o ecossistema, de experiência vivencial de sujeitos territorializados, detentores de saber prático cujas aplicabilidades foram validadas, contestadas, reformuladas por uma sequência de gerações anteriores, havendo possibilidade de serem repassadas às próximas gerações. Gnosiologia sobre a diversidade de vida: animal, vegetal, fungi, protista e monera. Também está presente a gnosiologia sobre o suporte para existência e permanência dessa biodiversidade, tal qual aspectos sobre a formação dos solos, sobre o clima, sobre os corpos hídricos. Tudo isso de forma interconectada presente na complexidade territorial habitada.

Adota-se então a totalidade e efeito do designado anteriormente como Geobiocenose, resultado da relação do sujeito que conhece e se reconhece no espaço circundante em uma determinada temporalidade, abrigo da sua existência, do modo próprio de conhecer e designar a realidade como constituição subjetiva e coletiva. Objeto da Ciência Geográfica, prática temporal teoricamente subordinada, transmutada em método por meio da técnica a produzir o teórico através do conhecimento tradicional, prática hereditária: saber-fazer; saber-utilizar elementos biocenóticos ativados ou, intencionalmente, não-ativados por esses sujeitos territorializados.

Por séculos, antropólogos, sociólogos relacionaram-se com as sociedades Geobiocenóticas como meio para obter informações e traduzi-las em linguagem científica, negando aos sujeitos do lugar a autoria e reconhecimento que lhes é devido. Porém, a prática

do exercício geográfico, reconhece aqui, na Geobiocenose, a teoria a incorporar o conhecimento relacional, sujeito-território, prática específica, instante em que a teoria geográfica é incorporada a metodologias específicas, a partir de cada grupo social que busca no contato o reconhecimento desses múltiplos conhecimentos, não como absoluto, mas sua extensão prática, intervenções, ações, transformações, habilidades, efeitos, objeto próprio e cerne da Geobiocenose.

Figura 53: Fundamentos da Geobiocenose



Fonte: Elaboração própria (2024).

Entende-se que se torna imprescindível o retorno a Teoria Geográfica, seus preceitos, um retorno aos teóricos anteriores a escapar da recaída no ideologismo ou no pragmatismo, na busca pela decisão de um certo nível de afastamento da influência que perdurou, em especial, ao longo do século XIX, o determinismo geográfico, a identificação do território unicamente a partir de sua materialidade. Porém, caso resida a necessidade desses, que possam ser utilizados como meio, partes integrantes ao todo complexo, não como finalidade. Logo, abre-se ao questionamento: onde e como podemos, também, incluir as subjetividades?

A Geobiocenose terá por objeto próprio a expressão de vida que se relaciona intimamente com o não-vivo em um determinado espaço-tempo gerando efeito gnosiológico por meio de um contato sensível. Estado dialógico de estágios muitas vezes constatados sob sua forma mais elementar, a oralidade. Constructo da experiência originária, corpo de saberes exposto à sua condição espaço-temporal. A arte de colapsar e ecorganizar as “sobras” da Razão Ocidental fragmentada, sob a Ciência Geográfica, aqui, complexa, também expressa no que Althusser (1985) designou por disciplina singular, apta para superar as reduções e os

desvios, adequado para transcender a “hospitalidade devoradora das disciplinas enumeradas”. Essas, presas em seu próprio sistema analítico fechado inebriante. Sendo necessário a firmeza e a lucidez de

[...] uma disciplina singular, que força cada um a se interrogar, não somente sobre sua disciplina, mas sobre suas razões para acreditar nela, ou seja, para dela duvidar; pelo aparecimento de uma ciência que, por pouco que nela se creia, arrisca-se a demolir uma parte das fronteiras existentes, portanto, a remanejar o *status quo* de várias disciplinas. (Althusser, 1985, p. 58).

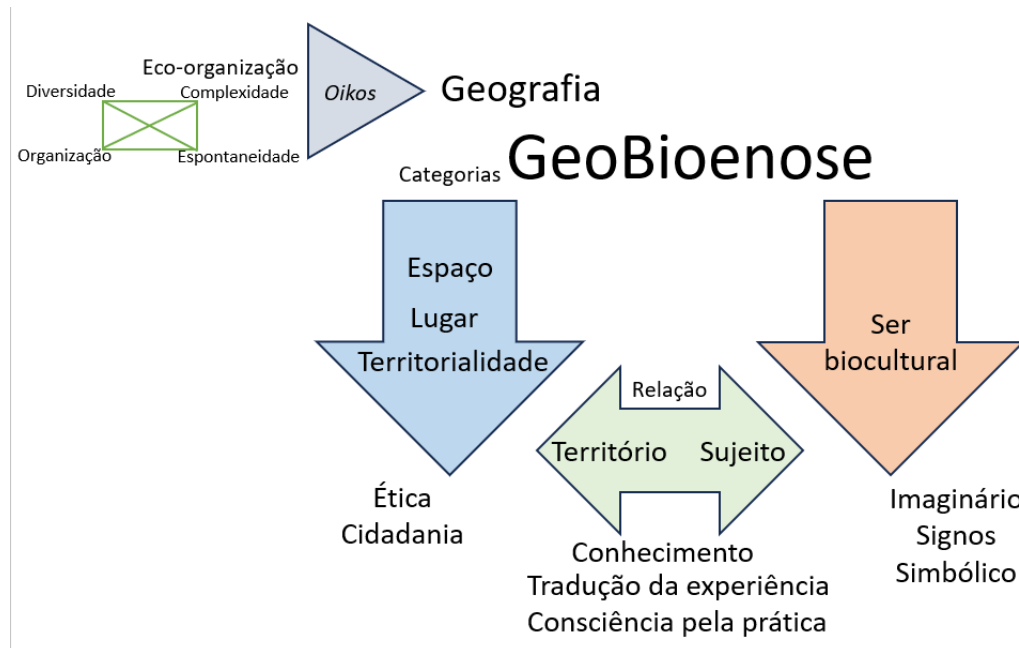
Interrogatório a fim de perseguir, nas relações de interioridade histórica e prática, desvendar sentido e alcance do propósito fundamental dos saberes originários, tendo na Geobiocenose potência a conduzir a interrogações sobre a razão, que deseja ser universal, crível ocidental. Impondo o mais alto grau de dúvida, arriscando a desconstruir partes de fronteiras pré-estabelecidas e impostas, forçando um remanejamento do *status quo*, eclodindo a necessidade de uma interpretação contextual, complexa sobre os mais variados modos de conceber, na diversidade, o conhecimento empírico embasado no científico e vice-versa, em uma dupla interação.

Desta forma, a Ciência Geográfica, multidimensional, é tomada a partir da Teoria da Complexidade. Visto que aquela apresenta uma gama de objetos para compreender, explicar e gerar instrumentos que possam intervir nas leituras das comunidades geobiocenóticas. Há aqui uma ruptura com dogmatismos de ciências outras caso sejam estudadas como fragmento do todo, estabelecendo miopias existenciais. Situação que também pode atingir que utilizam-se do conhecimento capturado das populações Geobiocenóticas tão somente como objetos científicos, excluindo a essência da fonte desse conhecimento, os sujeitos que ali incorporaram, por anos a fio, todo conhecimento de sua relação intrínseca sujeito-território.

Abre-se então, a partir da Complexidade, à racionalidade inerente ao conhecimento Geobiocenótico, diverso, ponto cego da racionalização homogeneizante, pluralidade fonte de complexidade que busca na integração a organização, podendo agir no antagonismo, na liberdade, na desordem, na concorrência.

A aproximação com outras disciplinas acontece para desvelar, des-cobrir o fato geográfico territorializado, seus efeitos e manifestações. Assim, um exemplo interpretativo pode ser demonstrado no modelo que se segue:

Figura 54: Geobiocenose – o *Oikos* Geográfico



Fonte: Autoria própria a partir de Morin (2015b).

No momento atual não podemos nos esquivar do contexto espaço-temporal que nos atravessa, que nos engessa em uma infinidade de teorias ideológicas que se apropriam de conectivos, dispositivos e nos lançam em um redemoinho caótico de informações fragmentadas que levam a objetificação máxima da vida e de seus suportes. Cada ciência solicita sua parte, cada qual tendo como diferenciação os recursos da Linguística a sustentar suas bases epistemológicas.

Mesmo frente a esse arsenal bélico, composto de múltiplas informações, o acesso as informações que, de fato, substanciam conhecimentos, perdem-se nessa produção massiva, sendo muitas vezes manipulados por simulacros perniciosos. Nesse limiar, o conhecimento adquirido pela empiria que, por vezes, é fortemente influenciado por externalidades vazias, histórica e politicamente, exigindo um alto preço para as re-existências heterogêneas. Conflito que se instala e oprime tudo aquilo que tenta escapar ao discurso da homogeneização planetária.

É na Geografia, em que conceitos, teóricas e práticas, sustentam-se. Deste modo, o conceito de Geobiocenose, embasado no prático-teórico, em busca de articular teoria e vida, transformação teórica do vivido e reintroduzindo o uso e construção de ideologias outras. Propõe-se a inseparabilidade entre o “Sujeito que Conhece”, a biocenose que se faz conhecida e a tradução que se faz geográfica.

Figura 55: Processo de conhecimento geográfico da concepção ontológica



Fonte: Elaboração própria a partir de Paviani (2013); Morin (2015a).

O território com seus contornos flexíveis, abrigo da biodiversidade, surge como suporte que interage, interrelaciona, sujeitos e objetos, o observador e o observado, tecendo uma tradução própria a partir de determinado contexto espaço-temporal. A partir então da perspectiva do observador, concebe-se novos problemas, por consequência, novas soluções, instalando-se a Complexidade entre a articulação de saberes tradicionais territorializados e objeto de conhecimento da Geografia.

Para que assim, possa abrir possibilidade de continuidade a formular narrativas outras, constructos teóricos-científicos para estudar a diversidade, complexidade de grupos sociais tradicionais, em que o “Sujeito que Conhece” é essencialmente reflexo mutante dos efeitos de sua existência e experiência com o espaço por um determinado momento.

Assim, o conceito aqui definido pretende ressaltar a relevância na construção epistemológica a respeito do espaço geográfico, assentando-se em um caso empírico singular para daí formular novas problemáticas e, em consequência, um olhar diferente a se pensar o espaço. Parte-se do local ao global, desde a partícula do saber territorializado até sua inserção no conhecimento científico geográfico. Podendo ser inserida no que Ruy Moreira (2024) definiu por “geograficidade”, ou seja, a relação de “coabitação” estabelecida entre o sujeito e o território habitado que gera o sentimento de pertencimento, “enraizamento cultural”, logo, “enraizamento territorial” ou “aquitorial”.

Enfim, partamos ao que esse mesmo autor orientou para captar a fluidez presente na realidade do espaço realizada em dois momentos: “saber ler a dialética” expressa no espaço, através dos elementos que compõem a paisagem; e “representar”, tal realidade, com o máximo de fidelidade possível, aqui por meio da cartografia e da fotografia. Grafias capazes de imprimir um momento com o auxílio de diagramas para possibilitar a entrada ou conexão com novas interpretações em composições situadas e diferenciadas.

3.4 VIVER O GRANDE SERTÃO CERRATENSE: A GEOBIOCENOSE IDENTIFICADA NAS COMUNIDADES CERRATENSES TERRITORIALIZADAS

O que vale, são outras coisas. A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos, cada um com seu signo e sentimento, uns com os outros acho que nem não misturam. Contar seguido, alinhavado, só mesmo sendo as coisas de rasa importância. De cada vivimento que eu real tive, de alegria forte ou pesar, cada vez daquela hoje vejo que eu era como se fosse diferente pessoa. (Rosa, 2019, p. 87).

O sertão não é tão somente linhas que demarcam determinado espaço. Esse conceito transcende o físico, amplia-se e lança-se ao que não está dimensionado espacialmente. Assim, ele também pode ser incorporado nas características expressas na relação sujeito-território, *modus operandi* de gnosiologias – conhecimentos através de técnicos sociais que ainda não estão expressos ou contemplados na produção científica, ou melhor, aquilo que está longe do domínio ou compreensão metodológica formal. Além disso, a Geobiocenose pode também estar presente na relação entre sujeitos, na linguagem e na transmissão de saberes orais.

Desta forma, sertão suporta representar o não-ser urbano, o não-ser civilizado, o não-ser conhecido, o não-ser formalizado. Aquilo que está fora das categorias exaustivamente repetida, logo, aquilo que foi omitido. É nesse interim que João Guimarães Rosa concebeu sua narrativa. Aqui ele preservou e concebeu características intrínsecas do que poderia representar o sertão, mantendo-o encoberto nos “causos”, nos personagens, nas paisagens, nos rituais e tantas outras simbologias.

Está aí, talvez o sertão seja esse emaranhamento simbólico que encobre o dito. Nesse sentido, a literatura recria e abre uma pequena fresta sobre o espaço do sertanejo, não isolado, deslocado, mas em conjunto com a força da leitura geográfica, ou seja, geografizar o sertão e os sujeitos que o habitam por meio da descrição localizada na paisagem, na hidrografia, no relevo. Não restringindo-se a isso, a obra rosiana também explora relações políticas e os conflitos entre o urbano e o não-urbano, fixando-se neste, retomando toda a potência desse lugar invisibilizado. É nesse cenário que o doutor urbano, visitante, senta e ouve passivamente as lembranças vividas pelo jagunço sertanejo, este que habita e é habitado pelas memórias do não-urbano:

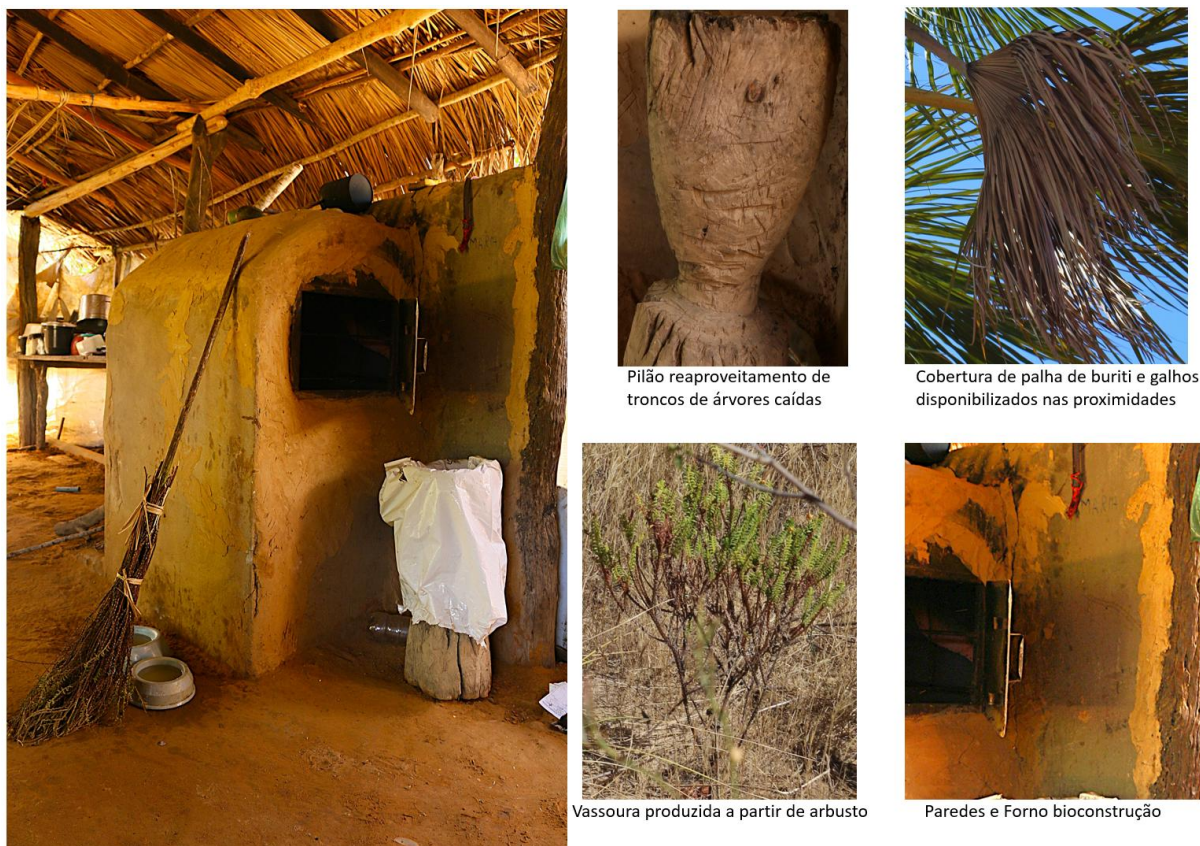
Eu queria decifrar as coisas que são importantes. E estou contando não é uma vida de sertanejo, seja se for jagunço, mas a matéria vertente. Queria entender do medo e da coragem, e da gã que empurra a gente para fazer tantos atos, dar corpo ao suceder. O que induz a gente para más ações estranhas, é que a gente está pertinho do que é nosso, por direito, e não sabe, não sabe, não sabe! Sendo isto. Ao dôido, doideiras digo. Mas o senhor é homem sobrevivendo, sensato, fiel como papel, o senhor me ouve, pensa e repensa, e rediz, então me ajuda. Assim, é como conto. Antes conto as coisas que formaram passado para mim com mais pertença. Vou lhe falar. Lhe falo do sertão. Do que não sei. Um grande sertão! Não sei. Ninguém ainda não sabe. Só umas raríssimas pessoas — e só essas poucas veredas, veredazinhas. O que muito lhe agradeço é a sua fineza de atenção. Foi um fato que se deu, um dia, se abriu. O primeiro. Depois o senhor verá por quê, me devolvendo minha razão. (Rosa, 2019, p. 89).

O saber do sujeito que viveu, experienciou o sertão se impõe com a cordialidade da hospitalidade de receber o estrangeiro e dividir com ele o lugar habitado, sua casa, suas memórias. É nessa dimensão, de escuta e de acolhimento atento, que ocorre a exposição, captura e a enunciação de saber do sujeito territorializado, ressaltando-se o conhecimento do espaço circundante através da prática e da técnica. Diante disso, elencamos alguns elementos geobiocenóticos observados na comunidade Buraquinhos.

Essa comunidade de remanescentes quilombola carrega um corpo de conhecimentos reterritorializados em território brasileiro. Aqui, através de séculos de observação atenta em conjunto com suas técnicas e práticas apreendidas por meio da oralidade, restabeleceu uma relação de cuidado e de manutenção com o sistema vivo, ecossistema, que habita. Aqui, não iremos nos aprofundar nos signos e significantes dessa cultura em particular, nem tão pouco na representatividade simbólica dos seus objetos ou dos seus instrumentos. Talvez em uma outra pesquisa seja possível tal aprofundamento.

A intencionalidade é apontar as manifestações, os efeitos do conhecimento geobiocenótico, desse coletivo social, por meio de suas representações extremamente ricas, dos usos, do domínio de técnicas e da reprodução de suas práticas. Logo, diferentemente da chegada, em que, primeiro, fomos recebidos no quintal, acolhidos na varanda da frente, conduzidos pela sala, adentrando a cozinha para, enfim, sermos direcionados a área externa da cozinha. A observação aqui representada, inicia-se a partir desse ambiente devido à ocorrência de reconhecimento imediato da existência dos elementos geobiocenóticos ali presentes.

Foto 35: Área da cozinha externa da casa de Dona Maria de Lourdes



Fonte: Acervo pessoal (2025).

Nesse pequeno espaço físico, esse entre-ambientes, uma vez que não se caracteriza nem como cozinha nem como área externa, pode-se observar uma diversidade de elementos expressivos do conhecimento, técnica e prática do sujeito territorializado. A cozinha, comumente, é um espaço de atuação do feminino, onde acontecem os preparos para a alimentação do corpo, normalmente, por mãos coletivas. Lugar de troca de técnicas, afetos e territorialidades. A necessidade ecoa e mobiliza o fazer masculino. É em seu entorno que as atividades do dia se iniciam e se findam.

Dando continuidade as observações realizadas, percebe-se aquilo que está imediatamente do lado de fora, instrumentos e alimentos que precisam estar próximos, pois são constantemente utilizados, separado somente pelo espaço para a travessia.

É possível identificar nessa agrofloresta a extensão viva de produção e reprodução de alimentos. O plantio, manutenção e usos não são aleatórios, carecem de compreensão sobre o solo, o clima, além de conhecimento sobre ciclos e exposição a luz solar. Tudo isso em um raio de aproximadamente 30 metros da casa, sendo visível a continuidade da mata nativa após essa faixa.

Foto 36: Agrofloresta da área externa circundante a cozinha



Fonte: Acervo pessoal (2025).

Foto 37: Progressão dos plantios



Fonte: Acervo pessoal (2025).

Aqui, é aparente a progressão no plantio que circunda a morada, a casa, o lar. Tal composição faz-se em um esforço de ler o sertão como fato geográfico e interação com a mescla de conhecimentos, dados através das técnicas e práticas sobre o território habitado. Neste contexto, no sertão cerratense mineiro, é possível realizar a análise de tecnologias sociais, da linguagem, da localização de cada estrutura física, das reuniões coletivas, das festividades, etc. Tudo isso, através da interpretação e comunicação com as mais variadas culturas representativas de re-existências situadas.

Foto 38: Carne seca e farinha – técnicas para prolongar o armazenamento alimento



Fonte: Acervo pessoal (2025, 2022).

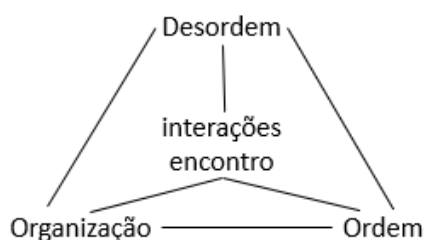
Retomar a literatura rosiana em paralelo com o saber situado do sertanejo remete a temporalidades desses sujeitos no território, assim, o conhecimento adquirido e repassado entre gerações também retoma a historicidade do coletivo social em interdependência com o sistema vivo que o circunda.

Para além de utensílios e plantios, essa mesma comunidade se utiliza de técnicas que possibilitam o prolongamento da utilidade de alimento ali consumidos. Podemos citar, o ressecamento da carne bovina e a produção da farinha, ícones da territorialidade sertaneja cerratense mineira:

Ao entrementes, eu achei graça: em que o Alaripe, João Goanhá, Marcelino Pampa, João Concliz, e mesmo Diadorim, e outros mais velhos, não carecessem de formar conselho. As lérias. Meu direito era contrariar as regras todas do chefe que antes fora; para mim, só mesmo o que servia era à solta a lei da acostumação. Aí, não viessem me dizer que a gente estava só com três dias de farinha e carne-seca. Toleima. Todo boi, enquanto vivo, pasta. Razão e feijão, todo dia dão de renovar. A coragem que não faltasse; para engulir, a pôlpa de buriti e carnes de rês brava. Às léguas, eu indo, eles me seguindo. — “Tu está vendo o tamanho do mundo, Guirigó? Que é que tu acha de maior boniteza?”. (Rosa, 2011, 383).

Aquilo que, em um primeiro momento, parece desordem acaba por demonstrar, a partir de um olhar atento sobre os efeitos das interações, um grau de ordenamento, de organização evidenciando o encontro entre o intencional e o necessário. Diante disso, é possível demonstrar, assim como em Morin (2016, p.65), o “circuito em movimento”: “a ordem, a desordem, a potencialidade organizadora” como características a serem pensadas juntas, em seu caráter antagônico e complementar. Essa mesma complexidade que deduz o seguinte “circuito tetralógico”:

Figura 56: Circuito tetralógico



Fonte: Morin (2016, p.78).

É ao redor desse circuito tetralógico que dispomos a constelação conceitual policêntrica de noções em interdependência presentes no fato geográfico geobiocenótico. Interdependência essa que

[...] encontra-se presente em qualquer fenômeno, qualquer realidade que venha a ser estudada. Ela constitui o primeiro fundamento de complexidade da natureza da natureza. Mas esse princípio de complexidade teria uma carência grave se não fosse a presença de uma figura que surgiu com a incerteza cósmica: o observador/conceituador. (Morin, 2016, p. 114).

Somente a partir de tal figura é possível entender, segundo Morin (2016, p. 120), as “articulações-chave Objeto/Sujeito, Natureza/Cultura, Physis/Sociedade”, interações essas que a um olhar desatento podem ocultar, romper os pré-concebidos “conhecimentos simples”. Logo, o antes desconhecido, incerto, podem ser reconsiderado como complexo que se situam exatamente nessas articulações. Desta forma, cabe a esta pesquisa, acolher e realizar o esforço de compreender as ditas articulações frente ao quadro empírico que se analisa.

Entretanto, ampliando um pouco mais o foco e buscando interações perturbadoras, identificou-se o avanço e a forte pressão da prática do monocultivo nas proximidades. Os representantes de tais práticas tentam inibir e influenciar moradores ou integrantes da comunidade a repassar, individualmente, seu direito de posse, a fim de fragmentar e fragilizar a concepção de coletivo, corroendo a extensão territorial e dificultando a situação daqueles que lá permanecem. Tudo isso acirra ainda mais os conflitos entre os sujeitos territorializados e os dispositivos capitalísticos do agrocultivo exportador que se apropriam do uso do território.

Apresentar esse contexto ressalta ainda mais a necessidade de aprofundamento interpretativo sobre o real, visto que a situação acima relacionada não passa de um efeito de algo muito mais profundo, da forte ideologia que produz e reproduz a doutrina urbana. É nesse ambiente onde se criam leis e normas, regras, princípios, que ditam comportamentos, ações, nomeiam os detentores dos discursos, elaboram todo um sistema institucional paralelo para fazer valer tais ditames. Tal sistema surge em um contexto particular, há mais de 25 séculos, sendo mundialmente replicado. Diante do exposto, faz-se necessário destacar que a situação corrompida não está no sistema institucional democrático, mas na sua aplicabilidade na vida prática, em especial, no contexto brasileiro.

Toda essa fuga secular para apontar os efeitos contemporâneos no objeto pesquisado, ou seja, a ausência de domínio da doutrina elaborada no e para os agentes do urbano. Domínio esse possuído por uma ínfima parcela dos que compõem o urbano, aqueles que detém o conhecimento tácito de tais leis, normas, princípios, ou aqueles que possuem os meios para acessá-las além de se beneficiar pela manipulação desse conjunto institucionalizado. É nesse triturador da moral e da ética que assentamos a frágil situação do exercício da cidadania urbana e, mais fragilizada ainda, o exercício da cidadania não-urbana, aqui, dos sujeitos sertanejos cerratenses.

3.5 A CIDADANIA RESPONSÁVEL E O DIREITO A EXISTÊNCIA TERRITORIALIZADA

“Será nossa culpa se as redes são ao mesmo tempo reais como a natureza, narradas como a discurso, coletivas como a sociedade? será que devemos segui-las abandonando os recursos da crítica, ou abandoná-las posicionando-nos junto ao senso comum da tripartição crítica? Nossas pobres redes são como os curdos anexados pelos Iranianos, iraquianos e turcos que, uma vez caída a noite, atravessam as fronteiras, casam-se entre eles e sonham com uma pátria comum a ser extraída dos três países que os desmembram.

Este dilema permaneceria sem solução caso a antropologia não nos houvesse acostumado, há muito tempo, a tratar sem crises e sem crítica o tecido inteiriço das naturezas-culturas. Mesmo o mais racionalista dos etnógrafos, uma vez mandado para longe, e perfeitamente capaz de juntar em uma mesma monografia os mitos, etnociências, genealogias, formas políticas, técnicas, religiões, epopeias e ritos dos povos que estuda. Basta enviá-lo aos arapesh ou achuar, aos coreanos ou chineses, e será possível obter uma mesma narrativa relacionando o céu, os ancestrais, a forma das casas, as culturas de inhame, de mandioca ou de arroz, os ritos de iniciação, as formas de governo e as cosmologias. Nem um só elemento que não seja ao mesmo tempo real, social e narrado.” (Latour, 1994, p. 12).

A escola da vida.

Um ser vivo extrai informações do seu ambiente a fim de adaptar as suas funções. O ambiente não traz as informações, mas condições de extração das informações; por isso mesmo cria as condições do conhecimento vivo. (Morin, 2015a, p. 81).

Uma das questões aqui norteadoras será buscar compreender os desafios ou possibilidades de auxiliar na constituição de sujeitos cidadãos responsáveis por e para sua territorialidade. Conhecer múltiplas inteligências territorializadas, sua Geobiocenose, ter atenção a outras expressões de existência, outros modos de organização e a grandiosidade de possibilidades em agregar conhecimento a partir da exposição, do convívio, seja humano-humano, seja humano-extra-humano.

A fim de extrair, sutilmente, a cidadania não-urbana que se relaciona de forma responsável com território circundante, afirmando a tese de que é da territorialidade situada que deriva o direito ao território. Afinal, a cidadania é a primeira via de acesso aos direitos dispostos na Constituição Federal de 1988, compondo o seu segundo princípio fundamental, abaixo apenas do fundamento da soberania, expressa na doutrina brasileira.

Nesse contexto, é importante retomar Antígona, o paradoxo entre o respeito às leis dos homens e o braço curto de seu poder, restrito a um tempo-espço específico. Respeito as crenças que a nortearam durante toda sua existência. Sobressaem-se o ato, a ação e o efeito imposto pela ética a qual foi moldada do coletivo que a precedeu, sugerindo e implicando uma dimensão da responsabilidade.

Diferentemente da mitologia grega, a responsabilidade é evocada por outros motivos, porém detém o similar vulnerabilidade dos complexos sistemas vivos submetido a égide da intervenção técnica e científica humana. Esses sistemas vivos como responsabilidade humana que nos obriga a pensar e elaborar em uma teoria ética atualizada, disponível na inteligência comum do sujeito não-urbano territorializado e em seu conjunto de conhecimentos que se orientam pelo saber sobre o agir que é regido em similaridade por um conjunto de ações éticas não escritas, mas expressamente reproduzidas no cotidiano nato advindo da relação sujeito-território.

A guia teórica que seguiremos será o Princípio Responsabilidade de Hans Jonas (2006) que interrelaciona a condição humana e o respectivo alcance das suas ações. Desta forma, transformar as capacidades no agir humano acarretaria transformações profundas, uma vez que “a ética tem a ver com o agir, a consequência lógica disso é que a natureza modificada do agir humano é também uma modificação na ética” (*ibidem*, p. 29). Assim, pode-se obter a seguinte interpretação:

Figura 57: Pressuposto da ética em Hans Jonas



Fonte: Elaborado a partir de Jonas (2016).

Conjunto normativo que produz ordem e impõe uma obrigatoriedade em fazer ou não fazer algo, interrelaciona-se com pressupostos compartilhados e dependentes da condição humana, do alcance da ação humana e os fundamentos que moldam tal condição humana. Jonas (2016) irá apresentar argumentos sobre a perda de validade daqueles pressupostos e a necessidade de refletir e promover uma mudança no agir humano, mais especificamente em sua situação moral e ética. Para esse autor, as mudanças radicais provocadas pelas técnicas modernas, afetam diretamente a natureza do agir humano, deste modo, resulta na alteração de “toda ética tradicional” que é antropocêntrica, carecendo urgentemente ser reconfigurada.

Tendo em vista que, atualmente, desapareceram as “delimitações de proximidade e simultaneidade, rompidas pelo crescimento espacial e o prolongamento temporal das sequências de causa e efeito, postas em movimento pela práxis técnica mesmo quando empreendidas para fins próximos” (Jonas, 2016, p.41). Situação alarmante que culmina no surgimento da Ecologia, ciência que estuda o meio ambiente e suas interações.

Jonas concebe o Princípio da Responsabilidade como:

[...] o cuidado reconhecido como obrigação em relação a um outro ser, que se torna ‘preocupação’ quando há uma ameaça à sua vulnerabilidade. Mas o medo está presente na questão original, com a qual podemos imaginar que se inicie qualquer responsabilidade ativa: o que pode acontecer a ele, se eu não assumir a responsabilidade por ele? Quanto mais obscura a resposta, maior se delinea a responsabilidade. Quanto mais no futuro longínquo situa-se aquilo que se teme, quanto mais distante do nosso bem-estar ou mal-estar, quanto menos familiar for o gênero, mais necessitam ser diligentemente mobilizados a lucidez da imaginação e a sensibilidade dos sentidos. (Jonas, 2016, p. 352).

Neste sentido, aponta-se para a necessidade de reconhecer a ignorância como um “outro lado da obrigação do saber, e com isso torna-se uma parte da ética que deve instruir o autocontrole”, imprescindível devido as extensões excessivas referente ao agir humano, fato que impõe a necessidade de uma nova concepção de direitos e deveres.

Expandem-se assim a reflexão para além da doutrina do agir, da ética, a alcançar a doutrina do existir, em outras palavras, da metafísica, origem da fundamentação de toda ética. Diante disso, retorna-se ao fenômeno da “responsabilidade” como: a) “imputação causal de atos realizados”.

Logo, a reparação do dano, compensação legal, uma vez que “o ato realizado pesa mais do que um ato fracassado” (Jonas, 2016, pp. 165-166); b) o comprometimento pelo que se faz, “o dever do poder”, uma obrigatoriedade equilibrada entre a insegurança da existência, uma reivindicação essencial do objeto, e a consciência do poder, culpa de sua causalidade, ou seja, a “responsabilidade afirmativa do eu ativo”, a “responsabilidade determinada pelos fins” (*ibidem*, pp. 167-168); c) responsabilidade sendo uma relação não-recíproca, tendo como intencionalidade o êxito da coisa coletiva; d) instâncias da responsabilidade natural e a contratual; e, e) a responsabilidade livremente escolhida do sujeito político.

É importante destacar que o cerne da responsabilidade em Jonas está na existência e continuidade dessa mesma existência de e para o ser humano, tecendo uma ética capaz de preservar e manter tal existência. Assim, o devir da Natureza se encontra atrelado ao devir da humanidade, sendo um meio para alcançar esse fim, tendo as futuras gerações como foco originário da teoria da responsabilidade.

Foto 39: A complexa sabedoria dos sujeitos territorializados



Fonte: Acervo próprio (2025).

Imbui-se com o sentimento de responsabilidades – enquanto indivíduo social, enquanto estudante de universidade pública, enquanto filha, enquanto mãe, enquanto habitante do bioma cerrado, enquanto humana, enquanto ser vivo – que não tem como não se solidarizar e não se sentir parte da voz que ecoa para propagar a fragilidade e a complexa sabedoria dos sujeitos territorializados e dos sistemas geobiocenóticos cerratenses. Presença também constatada na obra de Rosa:

Como é que, dum mesmo jeito, se podia mandar o amor? O rancho era na borda-da-mata. De tarde, como estava sendo, esfriava um pouco, por pêjo de vento — o que vem da Serra do Espinhaço — um vento com todas almas. Arrepio que fuchicava as folhagens ali, e ia, lá adiante longe, na baixada do rio, balançar esfiapado o pendão branco das canabrasas. Por lá, nas beiras, cantava era o João-pobre, pardo, banhador. Me deu saudade de algum buritizal, na ida duma vereda em campim tem-te que verde, termo da chapada. Saudades, dessas que respondem ao vento; saudade dos Gerais. O senhor vê: o remôo do vento nas palmas dos buritis todos, quando é ameaço de tempestade. Alguém esquece isso? O vento é verde. Aí, no intervalo, o senhor pega o silêncio põe no colo. Eu sou donde eu nasci. Sou de outros lugares. (ROSA, 2019, p. 249).

Como não se sentir responsável e desenvolver um senso ético diante das múltiplas formas de vida existentes? Desta forma, o cuidado se torna obrigação, dever, frente a essa emergência do devir: territorialidade como abrigo de direitos existenciais.

3.5.1 A ética das comunidades geobiocenóticas cerratenses

Tece-se o propósito fundamental do senso ético perceptível nos sujeitos territorializados para discernir e destacar o sentido e alcance da gnosiologia dos sujeitos lugar, dar aporte teórico a sua fiel dimensão. Para seguir com tal proposição, faz-se necessário a discussão em torno da retomada reflexiva sobre a ética.

Aqui, um imperativo que se manifesta, segundo Morin (2017) por meio da exigência moral, tendo sua gênese na subjetividade do indivíduo que a toma como “injunção de um dever” (Morin, 2017, p. 19) que, simultaneamente, origina-se externo ao indivíduo por meio de sua cultura, crença, normas comunitárias.

Foto 40: Religação ética territorializada



Fonte: Acervo pessoal. Integração entre comunidades locais para celebração de padroeiro (2025).

Há também a designação de uma determinada “fonte anterior, originária da organização viva” (*op.cit.*), interligando-se as duas fontes originárias anteriores que comporta, de forma antagônica e complementar, no Ser sujeito moriniano o princípio de exclusão e o princípio de inclusão. Em que o primeiro exprime o Eu, fonte do egoísmo, enquanto o segundo, inclui o Eu em um Nós, ou seja, na relação com o outro. Assim, a percepção do “outro” se faz “necessidade vital interna” (Morin, 2017, p. 20), uma constante interação dialética que oscila entre o egoísmo e o altruísmo.

Neste contexto, entende-se a necessidade da religação ética em que

Todo olhar sobre a ética deve reconhecer o aspecto vital do egocentrismo assim como a potencialidade fundamental do desenvolvimento do altruísmo. [...] Todo olhar sobre a ética deve perceber que o ato moral é um ato individual de religação; religação com um outro, religação com uma comunidade, religação com uma sociedade e, no limite, religação com a espécie humana. (Ibid., p.21-22).

Fundamenta aqui um efeito social na feitura de regras e normas com o intuito de impor a tais indivíduos que compõe esse tecido social, um comportamento que seja posto em zona de contato com a solidariedade, logo, será no sentimento comum, de comum unidade, que germinará a origem da responsabilidade e da solidariedade, enfim, da ética.

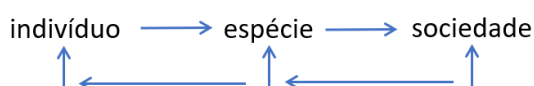
Não é a intenção nessa argumentação, realizar o desdobramento sobre o individualismo ético e seus efeitos: niilismo, perda dos fundamentos coletivos, desaparecimento do sentimento de vida comum. Muito pelo contrário, segue-se em direção oposta, dos efeitos relacionados aos fundamentos comuns, étnicos, em torno de uma religação ética fundamentada no sentido do dever, em emergências desconhecedoras de si mesma. Tais emergências que pode ser compreendida por:

As emergências são propriedades ou qualidades oriundas da organização de elementos ou componentes diversos associados num todo, que não podem ser deduzidas a partir das qualidades ou propriedades dos componentes isolados, e irredutíveis aos seus elementos. As emergências não são epifenômenos nem superestruturas, mas qualidades superiores originárias de complexidade organizadora. Podem retroagir sobre os comportamentos conferindo-lhes as qualidades do todo. (Morin, 2017, p. 209).

Dessa forma, a ética também pode ser lida como emergência. Sendo ela dependente das propriedades socioespaciais que a possibilitam emergir. Porém, a decisão ética situa-se no indivíduo, cabendo a esse a sensatez na escolha de valores e finalidades.

Ainda segundo Morin (2017), a ética tem fontes, tem raízes e está presente como sentimento de dever, de obrigação moral. Diante então da crise ética que se instala, há a necessidade de regenerar o circuito que religa o senso ético:

Figura 58: Circuito de religação ética



Fonte: Adaptado a partir de Morin (2017, p. 30).

Para além da religação, observou-se que para a ligação entre tais categorias é necessário a fundamentação da ética. Evidencia-se os hábitos e costumes desses coletivos sociais sendo uma potente fonte de regeneração no tocante a religação ética das sociedades urbanas atuais. O contato responsável com tais coletivos, não sendo hierarquizado ou por meio de estruturas de imposição de poder, pode possibilitar um retorno às origens, um retorno às fontes de religação e reintrodução das relações entre o ser humano e Natureza. Em um jogo das inter-retroações concebível através da ecologia da ação. Esta que nos indica que “toda a ação escapa, cada vez mais, à vontade de seu ator na medida em que entre no jogo” (*Ibid.*, p. 41) supracitado do meio onde intervém.

Para Morin a ecologia da ação estaria:

Em função das múltiplas interações e retroações no meio em que se desenrola a ação, uma vez desencadeada, escapa, com frequência, ao controle do ator, provoca efeitos inesperados e até mesmo contrários aos esperados.

1º princípio: a ação não depende apenas das intenções do ator, mas também das condições do meio em que se desenrola.

2º princípio: os efeitos a longo prazo da ação são imprevisíveis. (Morin, 2017, p. 208).

Tal observação se desdobrar na perspectiva que indica fontes de conflitos simultâneos, sejam aparentes, sejam ideológicos. No primeiro caso, a partir do objeto nesta pesquisa analisado, podemos citar a incessante sobreposição do urbano ao não-urbano, desde o fazer e planejar ações público-privadas dentro do contorno do município estudado. Já no segundo caso, cita-se a tentativa da captura dos constructos culturais dos povos e comunidades sertanejas cerratenses pelos dispositivos do agrocultivo exportador. Exemplo disso, é a tentativa de incorporar o Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas, reunião quem tem por base a demonstração sociocultural dos povos dessa região, no bojo da feira de agronegócios do município.

É importante destacar o paradoxo tangente a esses dois eventos: o primeiro construído a partir de um coletivo socioético que mobiliza a essência sociocultural das territorialidades cerratenses; o segundo, ressalta a imposição e a manutenção de uma minoria urbana que se beneficia da ação do agronegócio na região, juntamente com a expressão cultural exógena sulista, territorialidade chapada *gauchense*, dos “gaúchos”, e todo o aparato técnico e científico decorrente da reprodução de matéria prima para exportação.

Outro ponto que deve ser associado é o da ética com a consciência da responsabilidade, porém esse conjunto só será bem-sucedido frente a dotação de autonomia. Como já foi exposto (tópico 3.4), é recorrente a percepção, no escopo das comunidades sertanejas cerratenses aqui apreciadas, da responsabilidade decorrente do exercício de solidariedades que interconectam sujeitos ali territorializados, digo, um sentimento de pertencimento advindo do senso de comunidade cerratense. Tudo isso está vinculado ao saber que é reflexo da experiência do viver “o” e “no” território, ou seja, uma expressão de conhecimento do individual ao coletivo que exige a inter-retroação com a natureza viva, logo, o conhecimento geobiocenótico.

Figura 59: Pintura da Vereda do Feio em Serra das Araras



Fonte: Acervo pessoal. Autoria de Juliana Fernandes da Silva Oliveira (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Prefiro ser/ Essa metamorfose ambulante [...] Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo [...] Eu quero dizer/ Agora o oposto do que eu disse antes/ Eu prefiro ser/ Essa metamorfose ambulante/ Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo [...] Sobre o que eu nem sei quem sou. (Raul Seixas música “Metamorfose ambulante”, 1973).

Só sim? Ah, meu senhor, mas o que eu acho é que o senhor já sabe mesmo tudo — que tudo lhe fiei. Aqui eu podia pôr ponto. Para tirar o final, para conhecer o resto que falta, o que lhe basta, que menos mais, é pôr atenção no que contei, remexer vivo o que vim dizendo. Porque não narrei nada à-tôa: só apontação principal, ao que crer posso. Não desperdiço palavras. Macaco meu veste roupa. O senhor pense, o senhor ache. O senhor ponha enredo. Vai assim, vem outro café, se pita um bom cigarro. Do jeito é que retôrço meus dias: repensando. Assentado nesta boa cadeira grandalhona de espreguiçar, que é das de Carinhonha. Tenho saquinho de relíquias. Sou um homem ignorante. Gosto de ser. Não é só no escuro que a gente percebe a luzinha dividida? Eu quero ver essas águas, a lume de lua...(Rosa, 2019, p. 265).

Devir é, a partir das formas que se tem, do sujeito que se é, dos órgãos que se possui ou das funções que se preenche, extrair partículas, entre as quais instauramos relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, as mais próximas daquilo que estamos em vias de nos tornarmos, e através das quais nos tornamos. É nesse sentido que o devir é o processo do desejo. (Deleuze e Guattari, 1997, p. 55).

O sujeito geobiocenótico cerratense é também socioético e carrega em si, mesmo que inconscientemente, uma dimensão moral baseada na interação com o espaço circundante e com os componentes de seu meio. Esse mesmo sujeito cerratense, dotado de um senso de responsabilidade, insere-se no que Morin (2015a, p. 94) nomeia por Eco(biossocio)logia, uma dupla inscrição complexa:

Figura 60: Eco(biossocio)logia complexa do sujeito territorializado cerratense



Fonte: Elaboração própria a partir de Morin (2015a).

Aqueles sujeitos, seres biológicos, pertencem a um corpo social constituindo um todo complexo “ecossociossistema”, também lido através das lentes da categoria de análise do espaço geográfico, sobrepondo e interferindo em inúmeras inter-retroações associativas que se fazem complementares, concorrentes, antagônicas e incertas com o território vivido, sua eco-organização natural. Todo esse contexto resulta, de forma dialógica, em lógicas internas, próprias, de autonomia e do exercício *sui generis* de cidadania.

Nesse sentido, é importante destacar que o “devir-sujeito não pode desenvolver-se na exclusão de um dos dois termos do par indivíduo/sociedade. Não pode desenvolver-se fora da oposição complementar entre egocentrismo [...] e sociocentrismo” (Morin, 2015a, pp. 330-331), mas mantem o foco em uma necessidade de fundamento para a humanidade em que tais termos estão constantemente em interlocução.

Para Milton Santos (2007) a cidadania e a cultura formam um par dialógico imbuído de significações, sugerindo uma outra dupla, cultura e territorialidade, essas quase que sinônimas uma da outra:

[...] forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio, um resultado obtido por intermédio do próprio processo de viver. Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo. (Santos, 2007, p. 81).

De forma evolutiva, esse mesmo autor mobiliza o conceito de “geografização da cidadania” que necessita da suposição de dois direitos elementares ao cidadão: direitos territoriais e direitos culturais. Entretanto, acredita-se na não possibilidade de fragmentação desses dois direitos, logo, para garantia da cidadania, o território será uma expressão extensora da cultura, do fazer humano situado em um determinado espaço físico durante um específico momento.

Mas como conceder “cidadania” aos povos que não habitam a cidade, o urbano? Como reconhecer os direitos políticos e possibilitar acessos àqueles que estão fora do alcance daqueles que se fazem Estado? A cidadania atual, elementarmente, extrapola a vinculação com aquela que se originou na Grécia, incluindo a óbvia fragilidade do exercício democrático em divergência direta aos interesses privados, monocráticos do capital.

A Chauí (1980), ao dissertar sobre a questão da democracia, ressalta que:

[...] a crença na existência do Sujeito do Conhecimento como olhar separado que sobrevoa imaginariamente o real e o domina através de um sistema de representações, sem que seja preciso indagar qual o sentido dos fatos nem qual a necessidade das ideias ao serem realizadas pela experiência. (Chauí, 1980, p. 85).

Isso porque a questão presente no que se refere a democracia implica diretamente que todos os sujeitos, impossibilite a separação entre o conhecer e o pensar, o primeiro fixa “o real em representações (fatos e ideias)”, já o segundo, contrário e complementar, acolhe “o risco do trabalho do acontecimento sem pretender fixá-lo num racional positivo completamente determinado” (*op.cit*). Desta forma, pensar é uma condição instalada no momento da práxis social, logo, a aceitação da diferença entre saber e fazer. Engendra compreensão entre teoria e prática, aqui há a necessidade de indagação sobre o que comporia o tal “desejo da unanimidade”, essência da democracia, sendo talvez o maior engano a nos afastar dessa mesma.

Ainda em Chauí, baseada no “modelo democrático” de “Schumpeter e seus epígonos”, discorre sobre os traços desse modelo:

a) a democracia é um mecanismo para *escolher e autorizar governos*, a partir da existência de grupos que competem pela governança, associados em partidos políticos e escolhidos por voto; b) a *função dos votantes não é a de resolver problemas políticos*, mas a de escolher homens que decidirão quais são os problemas políticos e como resolvê-los - a *política é uma questão das elites dirigentes*; c) a função do sistema eleitoral, sendo a de criar o rodízio dos ocupantes do poder, tem como tarefa preservar as sociedades contra os riscos da tirania; d) o *modelo político baseia-se no mercado econômico fundado no pressuposto da soberania do consumidor e da demanda* que, na qualidade de maximizador racional de ganhos, faz com que o sistema político produza distribuição ótima de bens políticos; e) a *natureza instável e consumidora dos sujeitos políticos* obriga a existência de um aparato governamental capaz de estabilizar as demandas da vontade política pela estabilização da ‘vontade geral’, através do aparelho do Estado, que força acordos, aplaina conflitos e modera as aspirações. (Chauí, 1980, p. 86) (grifo nosso).

Traços esses ainda presentes em nosso modo de exercer a democracia. O que nos afasta cada vez mais de um modelo de Estado que seja capaz de, satisfatoriamente, responder as demandas da cidadania, do cidadão e não das voltadas às demandas de consumidor, de empreendedores políticos.

Situação que ainda se amplia com a estimulação da apatia política no exercício da cidadania reforçada pelo agravamento das condições precárias de vida do cidadão, em especial, advindas das desigualdades e ausências de acessos na vida social: “cidadania, direito, eleições, partidos e associações, circulação das informações, divisão de grupos majoritários, diversidade de reivindicações, etc”. Somente por meio desses acessos e igualdades de condições é que a democracia recebe o significado de: “a) igualdade, b) soberania popular, c) preenchimento das exigências constitucionais, d) reconhecimento da maioria e dos direitos da maioria, e) liberdade” (Chauí, 1980, p. 89).

Assim, abrir a discussão sobre democracia é urgente para o pensamento e a prática do exercício da cidadania, mais ainda, para romper com a instalação de regimes autoritários de frações que governam unilateralmente em prol do acúmulo e ampliação das desigualdades, na qual o Estado afasta-se cada vez mais de seu papel de regulador de conflitos, de ordenador do território nacional, de expressão da soberania. Ainda mais no caso brasileiro, composto por uma diversidade sociocultural que se materializa em uma multiplicidade de representatividades socioculturais distintas.

Compreender e pensar sobre a democracia, sobre o papel da cidadania é fundamental para entender o direito ao território cidadão, em especial na questão sertaneja cerratense que perpassa pelo viés da dominação e exploração econômica, da dominação e da opressão política que, dotados do poder representativo atual do Estado, regula, legisla, concede titulações a partir do vínculo entre economia e política. Um poder separado do exercício democrático, revestido de uma suposta universalidade que oprime o real universal e promove a sujeição daqueles que habitam e vivem o território ao favorecimento daqueles que utilizam o território meramente como meio de reprodução de capital.

Percebe-se então que, assim como a situação do território, a democracia se desloca em suas variações: (re) (des) democratização. Isso pode ser exemplificado no contexto brasileiro no processo de redemocratização nacional após o fim do regime militar que perdurou entre 1964 a 1985. Situação de redemocratização tão frágil que, recentemente, intencionou-se reproduzir esse mesmo regime ditatorial na gestão política eleita democraticamente, iniciou-se no ano de 2019, findo-se no ano de 2022.

Isso não é incomum em uma democracia de baixa intensidade como a brasileira: “quando a argumentação pública tem pouca qualidade e a participação no debate público é escassa e, sobretudo, concentrada em poucas vozes, as quais não refletem a diversidade e pluralidade de visões e interesses existentes na população concernida pelas políticas públicas” (Fleck e Michel-Muniz, 2017, p. 117). Em que, ainda segundo esses autores, nossa redemocratização seguiu uma tendência de desdemocratização internacional:

A tendência “desdemocratizante” consiste, grosso modo, em uma série de fatores que reforcem o domínio econômico sobre a política. Não se trata de fato consumado. Tendências são movimentos graduais, muitas vezes lentos, que indicam para onde se encaminham as transformações em curso, ainda que não permitam diagnosticar com precisão a situação presente. A hipótese aqui defendida é que se vive hoje em uma conjuntura na qual o âmbito econômico, isto é, sobretudo, a busca pelo lucro, domina a esfera política, de forma a transformar esta em um mecanismo útil para aquele. (Fleck e Michel-Muniz, 2017, p. 118).

Os mesmos autores destacam quais os elementos de dominação econômica que vem sendo implementados desde a redemocratização do país, sendo eles: a) tecnocracia – “um modo de perversão da função do especialista no processo deliberativo” (*Ibid*, p. 120) que suprime a política; b) endividamento – “enormes empréstimos tomados para a construção de Brasília ou, após o golpe de 1964 contra a democracia, para o que a ditadura militar proclamou ser o *milagre econômico brasileiro*” (*Ibid*, p. 125); c) aumento das desigualdades econômicas – sendo que a “democracia é incompatível com disparidades demasiado altas de renda e de riqueza” (*Ibid*, p. 131), uma vez que a concentração econômica, por inúmeros meios, torna-se inevitavelmente, concentração de poder político; d) mercantilização das esferas sociais – conduzindo a redução da política com apenas mais um campo de consumo; e) colonização da economia sobre a política – rompendo-se com os princípios da “defesa da igualdade política de todas as pessoas e a ideia de que apenas indivíduos seriam representados, e não classes ou corporações de ofício” (*Ibid*, p. 136); f) redução do tamanho do Estado e da influência do Trabalho – em que a “composição triádica – Capital, Trabalho e Estado – estimulava o crescimento, a produtividade e a ordem social” (*Ibid*, p. 146); e g) manobras de deslegitimação política.

Todo esse enredo corrobora com o que Castro, Rodrigues e Ribeiro (2013) trazem ao afirmar que democracia prescinde da existência da sociedade e do território. Centra-se no território a referência para pensar problemas e soluções sociais localizadas, desta forma cabe à Geografia refletir, dialogar para além da questão demográfica e suas estatísticas, galgando construir uma análise apurada da territorialidade cidadã, ou melhor ainda, da composição ou não da cidadania e seus efeitos no território.

Fato é que mesmo diante da desterritorialização, da desdemocratização, precisamos retornar ao processo de reordenamento territorial a partir da reterritorialização e redemocratização efetiva, possível somente a partir da participação cidadã responsável em nível localizado, uma vez que são esses que implicam os valores sociais vitais no fazer democrático, por meio da solidariedade, do fortalecimento coletivo semelhante aos identificados nas comunidades sertanejas cerratenses, destacando nesta pesquisa, as comunidades de reminiscência quilombola e de veredeiras existentes nas proximidades de Serra das Araras. Esses sujeitos localizados merecem ter voz ativa por meio de um processo democrático autêntico enraizado. Cidadania essa que se fundamenta no direito ao território habitado, recuperando assim a dialógica entre a ética e a política.

REINTRODUÇÃO

Por que não se trata somente de uma busca pelo direito ao uso do território? As respostas sobre a territorialidade sertaneja cerratense, neste caso a mineira, vai além, sendo necessário o direito que incorpore a interpretação da bivalência entre o sujeito territorializado e o merecido reconhecimento institucional do respectivo território simbólico-afetivo. Essa dupla inscrição anuncia a emergência do comportamento ético que reconheça e legitime a essência do *modus* de viver, de experimentar territorialidades diversas como prolongamento do sujeito territorializado.

Inicialmente tínhamos a intenção de interagir, dialogar com a seguinte tríade: comunidades cerratenses, unidades de conservação ambiental e a pressão do urbano sobre a primeira e a segunda. Chegamos ao entendimento que por meio da unidade de conservação escolhida, fonte de um duplo do real, levou-nos a obra de Guimarães Rosa, servindo-nos de *poesis* para abordar a situação da ecobiossociodiversidade cerratense frente aos impactos do urbano e de seus dispositivos, produtores e propagadores de ideologias próprias.

Assim, foi lançado o desafio de pesquisar sobre: o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, tendo o prazer de aproximação da literatura rosiana e de todos os amantes dela que conhecemos nesse percurso; em decorrência dessa literatura nos aproximamos das populações cerratenses sertanejas, que podem receber uma variedade de nomenclaturas, mas sendo aqui ressaltadas as ligações com o território habitado, fonte ampla de conhecimento territorializado para os estudos geográficos; e, as sobreposições do urbano ali incidentes.

Identificou-se a intrusão de fatos recentes implantados na região que anteriormente, início do século passado, atendia por nomenclaturas outras: chapadões (Chapadão do Urucuia, Chapadão de Antônio Pereira), serras (Serra de Santa Maria, Serra do Meio), brejos (Brejo da Passagem, Brejo d Amparo) e rios (extensão entre os rios Caririnha e Urucuia - Pardo, Pandeiros). Essa cartografia de sujeitos cerratenses sertanejos, extremamente rica geograficamente, perde visibilidade diante do apelo da institucionalização da cartografia política, advinda das recentes redivisões municipais. Aqui, temos a concepção parcializada de sujeitos responsáveis por tal intrusão, perdendo de vista a amplitude da perspectiva dos sujeitos cerratenses sertanejos.

O estilo de pensar e interpretar o território também sofre com a alteração de entendimentos diferenciados, produzindo uma distorção frente aos novos marcos de legalização e legitimação da propriedade privada como ponto de partida do direito ao uso e do direito ao reconhecimento das territorialidades vinculadas diretamente ao usufruto da terra e dos recursos nela disponíveis.

Modificam-se profundamente as estruturas socioespaciais territorializadas, adequando-se ao que Santos (2003) nomeou de “A totalidade do Diabo”, em que formas distintas produzidas por uma determinada sociedade, quando em sua transferência para outras formas de sociedades, modificam forçosamente essa última. Situação essa que pode ser interpretada a partir do movimento britânico dos “*enclosures acts*”, que a BBC News define:

O cercamento foi a mudança radical no campo que substituiu o sistema de campo aberto da agricultura. Em vez de terras abertas, havia campos com cercas ou sebes ao redor. As técnicas de cultivo dos alimentos necessários para alimentar a população em crescimento estavam melhorando, mas isso significava que os campos abertos tinham que desaparecer. Os agricultores precisavam de terrenos grandes e consolidados para que o novo maquinário e os esquemas de rotação de culturas pudessem funcionar. Os pobres, embora em teoria tenham sido compensados pela perda de seus direitos à terra comum, sofreram. Em geral, eles não conseguiam se sustentar com os pequenos lotes de terra que recebiam. Às vezes, não havia

indenização. O cercamento inevitavelmente significava que a propriedade de terra estava concentrada nas mãos de um número muito menor de pessoas, proporcionando maior riqueza aos grandes proprietários de terras. (BBC News, 2025) (tradução livre).

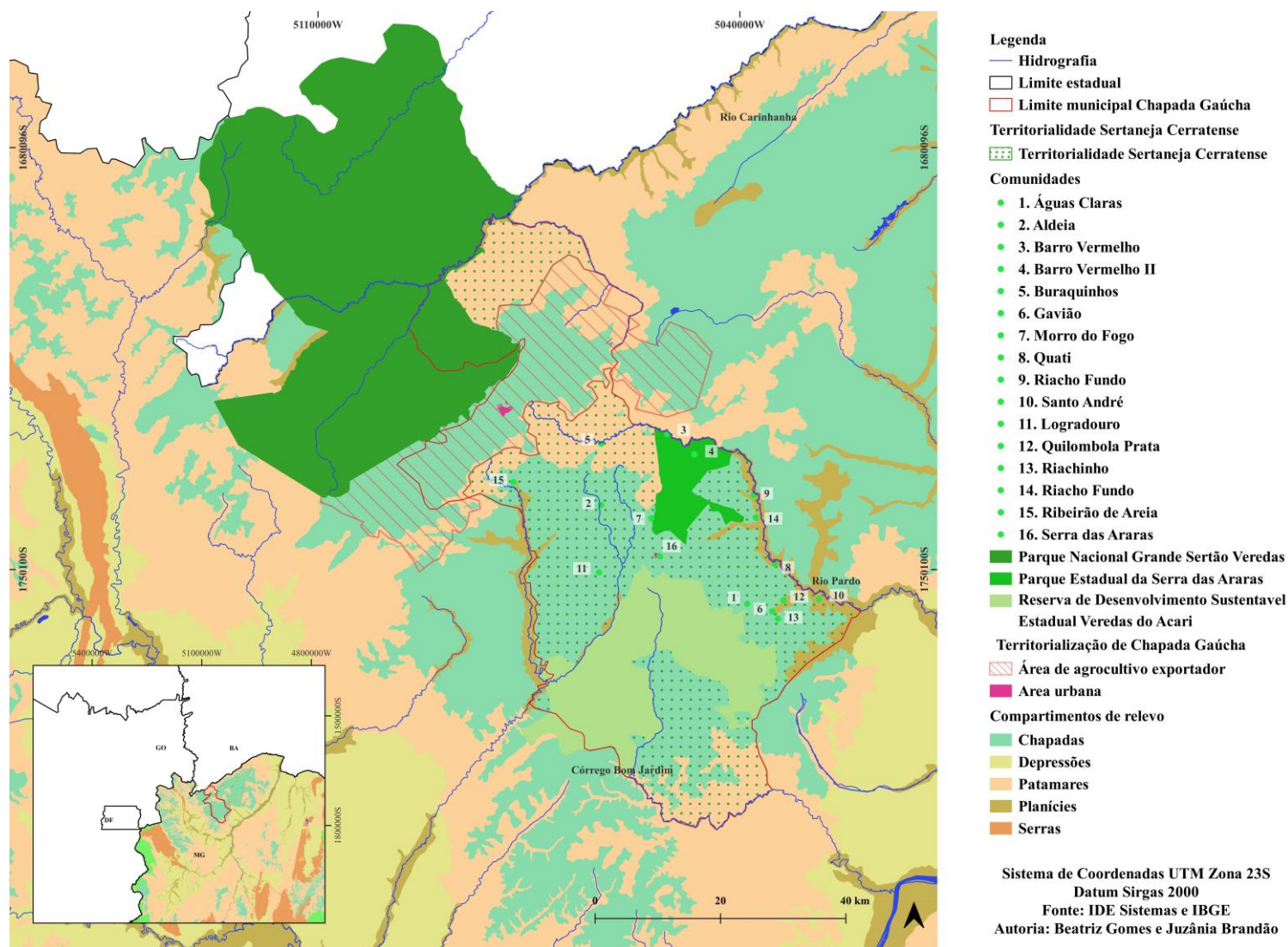
A partir de uma decisão tomada no século XVII, cujo resultado recai na eliminação das áreas abertas ou de uso comuns mediante o cercamento das terras. O cercamento produz consequências tardias sentidas em território nacional, causando uma série de danos aos sujeitos que habitam o sertão. O que provoca migração maciça para o urbano, transformando a terra em uma mera mercadoria a ser privatizada, comercializada.

No caso brasileiro, esse movimento ganha força com a “neocolonização” do sertão, de todo interior do país. No território mineiro, aquilo que era conhecido como os Gerais, foi lentamente comercializada, redistribuída, privatizada com o incentivo do Estado em período de ditadura militar, beneficiando certos agentes privados através de discursos competentes sobre modernizar, desenvolver o campo brasileiro, em especial, nas áreas do Cerrado. Tudo isso a partir da década de 1970. Cita-se como exemplo as políticas do II Plano Nacional de Desenvolvimento, período que coincide com a recém instalação da nova capital federal, Brasília.

Diante disso, tem-se a distinção entre Território Usado miltoniano e Territorialidade. O primeiro pode comportar o segundo, ou seja, a territorialidade pode ser uma parte representativa do território usado. Entretanto, jamais o Território Usado se traduz ao caráter da Territorialização. Isso fica explícito quando nos referimos ao uso do território para reprodução do capital, seja através da urbanização, seja por meio dos dispositivos sistêmicos do agrocultivo exportador, ou o que Moreira (2024, p. 161) denominou por cultivares, em que as “culturas humanas são enquadradas na tradição da paisagem dos cultivares”, “o cultivar vira cultura regionalizada com vínculo a colonização. E o cultivar morre dentro da cultura, de modo a se fazer prevalecer por cultura a referência cultural do colonizador, não mais a cultura dos cultivares das civilizações” originárias.

O Território tem por base semântica a Terra, logo, a Territorialidade é um estado ou qualidade da relação estabelecida com essa Terra e sua complexidade de sistemas que, por seu grau de duplo pertencimento, constitui-se o Território, esfera ontológica interacional, em que, simultaneamente, o *Oikos* vivo se corporifica, o corpo vivo produz o ser, o ser vivo se materializa e adquire existência, a existência viva se consolida na relação corpo-território e expresso na territorialidade.

Mapa 5: Expressões do Território Usado e das Territorialidades Sertanejas Cerratenses



Fonte: Elaboração própria (2025)

A concepção de território não é aquilo que cerca ou limita, seja em um aspecto físico, seja no aspecto da instauração de poder. Diante da experiência existencial, o Território é muito mais amplo e complexo, extrapola as restrições ideológicas pré-concebidas científica ou institucionalmente, por não conseguir conceber a dimensão total do viver.

Dentro de um sistema interacional biótico podemos citar diferentes tipos de territórios, onde sua demarcação pode ser percebida desde situações que envolvem a sonoridade de uma determinada espécie, até as extensões que possibilitam a produção sociocultural de alguma população tradicional territorializada: o plantio de uma roça, uma construção de um abrigo, uma cantiga ou conto, tudo isso são efeitos da existência territorializada, da permanência de coletivos e seus territórios.

Da mesma forma, isso tudo pode ser objeto de análise da Geografia. Em ambos os casos, como orientação para estudo e análise da complexidade territorial da ecobiossociodiversa situada. Isso porque todas as formas de cerceamento territorial não passam de simulacros que orientam algum tipo de interesse dos que se beneficiam por tal demarcação.

Prova disso é a luta pelas demarcações de terras dos povos e comunidades tradicionais brasileiras. Tais grupos precisam da institucionalização, do cerceamento, não devido a sua necessidade, *para si*, mas para identificar aos grupos externos, principalmente ao urbano, para o *outro*, a sua existência e desejo na manutenção de si mesmo. E essa é uma luta eterna contra estratégias estratificadas concebidas desde o imaginário que anseia por fragmentação e hierarquias, por sobreposições e desigualdades, em suma, por poder.

Se para Lefebvre (2001) temos o “tecido urbano” como o modo de viver da sociedade urbana, em um formato interpretativo como se o não-urbano estivesse sempre a espera, passivo, da transformação do sujeito urbano. Como contraditório, podemos também ter o tecido sertanejo, como expressão das populações Geobiocenóticas que sobrevivem e escapam de distintas e múltiplas formas da morte – física, territorial, cultural -, acontecimentos que, por vezes, abrem caminhos às sanções e legitimidades de desastres que põem em risco o devir humano, sua existência, sua re-existência. Essas, que guardam suas assinaturas, reflexos dos ecos e zumbidos ancestrais, memórias, referências.

Geobiocenose são os efeitos e os prolongamentos da percepção humana sob determinado ecossistema imediatamente afetados, desde a intervenção inicial até o devir ecossistêmico. Os sujeitos geobiocenóticos fixam marcas, orgânicas e psicológicas, pelas experiências anteriores e, também, pela ausência da incapacidade de reprodução destas

mesmas práticas. Orgânica quanto a percepção das referências sensoriais e psicológicas quanto as reações e registros a partir do orgânico, memórias referencias.

A Geobiocenose se ocupa das populações sertanejas sobreviventes das barbáries as que foram expostas. Tem na tentativa de reconhecimento de seus territórios, a continuidade de suas memórias, da existência e sobrevivência dos sujeitos e grupos que a compõem, seus efeitos que, constantemente, geram cultura na cultura humana. Percursos, jornadas que moldaram esses sujeitos Geobiocenóticos.

Foto 41: Expressões de Territorialidades sertanejas cerratenses



Fonte: Autora (2025). Janela em casa de Buraquinhos (esquerda) e Festejo na comunidade Morro do Fogo (direita).

Nesse contexto, tendo como objeto a técnica e a prática gnosiológica das sociedades geobiocenóticas, cabe compreender, registrar os efeitos e seus prolongamentos frente ao tecido social, local e global, juntamente com as respectivas soluções ou melhorias às transformações ocorridas em decorrência da mundialização contemporânea, onde processos e estruturas imediatistas, possam ser convertidas em projeções e ações conscientes que possibilitem abertura e existências do diverso complexo. Efeitos que agreguem técnicas e que alcancem as múltiplas práticas, seja para adequação, seja para manutenção das soluções idealizadas comuns, devir vital.

De forma dialógica, precisamos para isso retornar a emergente questão da cidadania. Toda vez que vocacionamos um conceito ou categoria deixamos de verbalizar todo o conteúdo ali excludente, porém pulsante. Nessa perspectiva cidadã, precisa ser disponibilizado as obrigações e os direitos aos acessos do que é ou foi produzido no urbano, na cidade, independentemente de estar ou não localizado nesse espaço. Daqui, talvez designe uma interpretação equivocada no que tange o exercício e estabelecimento dos entes federados: município, estado, país.

Por mais que tais entes designem abranger partes do território nacional, há uma tendência ao beneficiamento e destaque nas ações e distribuições de benefícios para outra categoria representativa, as cidades, em especial aquelas que detém o status de capital. É nesse interim que se identifica a exclusão do que não é capital, do que não é cidade. Logo, a zona de maior abrangência recebe menos notoriedade, a parcela de territorialidades outras, por vezes denominadas de rural, campo, sertão, entre tantas outras.

Aqui, não podemos nem falar de “espaços opacos” miltoniano, uma vez que os ditos “espaços luminosos” acendem um tipo de incandescência ofuscante para além de sua real dimensão. Entretanto, podemos usar essa analogia para compreender a extensão dos efeitos e dos prolongamentos do urbano. Logo, o controverso se impõe, pois com a invenção do urbano, tudo que era a ele anterior, torna-se imediatamente o não-urbano, assim, direciona-se os privilégios a tal espaço de luminosidade do fazer e ser humano, o urbano, as cidades.

É notório os danos causados pelos sistemas técnico-científicos urbanos sem nenhuma consequência pelas ou imputações decorrentes das causas de seus atos: insegurança hídrica, alimentar, na capacidade produtiva e reprodutiva do solo, sem mencionar as questões referentes ao acumulado em proporção planetária. Os riscos às diferentes formas e manifestações de vida são altos, mas o que se percebe são meras sinalizações da obrigatoriedade frente a insegurança de existências outras territorializadas.

Observa-se uma solidariedade corrosiva entre os desenvolvedores dos atos danosos e as instâncias da responsabilidade envolvendo principalmente os sujeitos políticos. Aqui, é clara a ineficiência e, mais uma vez, irresponsabilidade no referente a afirmação responsável do eu ativo.

A arrogância e prepotência presentes em representantes eleitos de forma democrática, a partir da pulverização “supostas verdades”, demonstra perspectivas extremistas avessas ao diálogo, combustíveis a inúmeros erros, motivadores de ilusões e delírios por parte dos seguidores desses que agiam e se apresentavam como “possuidores” da verdade.

Foto 42: Ação dos sistemas técnico-científicos urbanos no uso do território



Fonte: Acervo pessoal (2022).

Tal situação dizimou e ainda aniquila povos e nações, faz-se recorrente, presente até os dias atuais, como prova podemos percorrer o urbano e observar os nomes de ruas e de monumentos espalhados pelo que seria suas galerias ao ar livre.

Ressurge assim a necessidade de retomada da cultura territorializada e produtora de conhecimento. A cultura do real, não do “buraco negro” (Morin, 2015b, p.249) composto por fetiche ideológico urbano da permanente “ilusão, do equívoco, da falsa consciência”. Escondendo-se “o problema não menos permanente, não menos conhecido, da *self-deception*, autoengano ou mentira para si mesmo”. Carece-se de uma ruptura, cabendo o reinício onde a cultura territorializada apresenta um sincronismo relacional de produção mútua entre o pensamento mitológico e o pensamento racional, emergência de interretroações constituintes entre inteligência, pensamento e consciência.

A fim de desenvolver a razão aberta, um diálogo consciente entre os dois modos de pensamentos em que seja possível conceber o simbólico, o mitológico, o mágico, mas também que esse seja capaz de raciocinar. Assim,

Chegamos talvez ao ponto e ao momento de fazer dialogar nossos mitos com as nossas dúvidas, nossas dúvidas com os nossos mitos. Temos uma necessidade imperiosa de correção empírica/lógica/racional de todas as nossas atividades mentais, mas necessitamos também da cobertura imaginária/simbólica que ajuda a tecer a realidade e constrói os mitos. (Morin, 2015b, p. 194).

Nessa dupla inscrição o território carrega os efeitos gerados da cultura enquanto as coletividades territorializadas carregam todo um sistema de representações, imaginários (religioso, espiritual, literário) e consciência a partir do vivido. Desta forma, a “cultura contém um saber coletivo acumulado em memória social”, sendo “portadora de princípios, modelos e esquemas de conhecimento” (Morin, 2011, p.19), gerando assim sua visão de mundo, sua linguagem e seus mitos como partes constitutivas dessa mesma cultura. Sistema esse presente nas diferentes linguagens e a música é uma delas. Dessa forma, para retomar o objeto de estudo, cita-se um fragmento de uma música que expressa memórias situadas.

Música 3: Minas de Mãe

Joia escondida que a *Natureza criou* / Morros e céus que se abraçam / Nas pedras tuas *histórias* vão / *Alinhando vidas* que o tempo costurou / *Dança* e corre nas minhas veias e *emana dentro de mim* / A fé que faz buscar nos teus confins / Tens o *sabor* que *alimenta o coração* / No *fogão à lenha lembranças* / *Dos que se foram* sem despedida / No trem que passa ligeiro pela vida / *Reza tua prece*, dobra o joelho e implora ao Nosso Senhor / Dia de Santo Negro é *congada* já corou / [...] / Minhas Minas Gerais. (Larissa Vitorino; Leonel Laterza, 2023) (Grifo nosso).

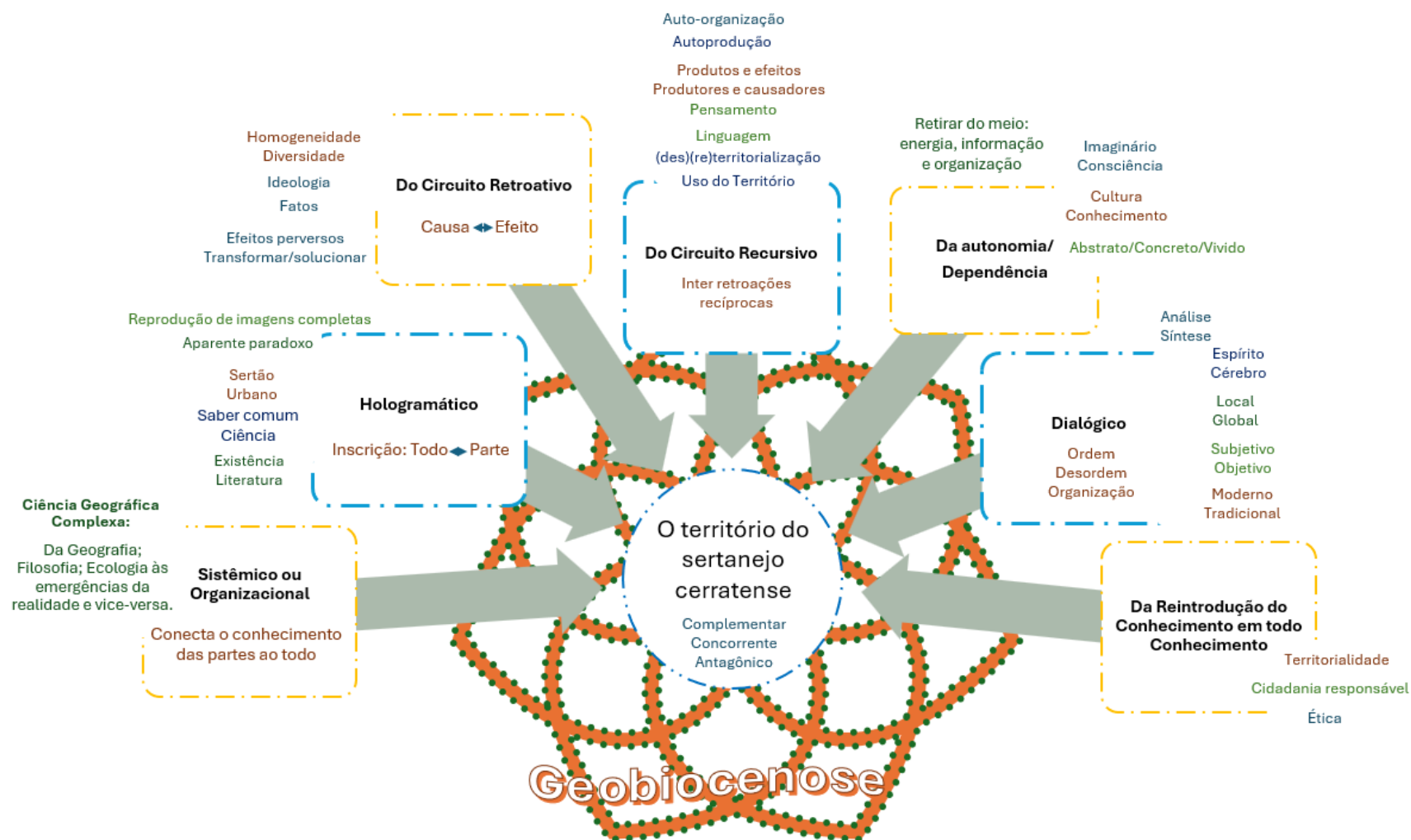
A partir de tal imersão é possível compreender, dialogar com esse corpo semântico e simbólico, resultado de uma construção social, referente a uma determinada realidade vivida. Faz-se necessário condicionar uma estrutura cultural de uma determinada organização social territorializada em sua práxis histórica, a fim de transcrever as informações, os saberes, o domínio cognitivo do coletivo ali existente. Efeitos esses determinado-determinante, condicionado-condicionante e produzido-produtor do conhecimento que gera as condições que possibilitam autonomia de pensamento sobre a instância do próprio conhecimento a partir de conceitos e categorias genuínas e representativas dessa mesma construção social.

Territorializar o sertão, ou para outros Ser-tão⁴², conceber suas territorialidades é um exercício ora de exclusão a partir do urbano, ora inclusão a partir das múltiplas existências territorializadas. Assim, essa pesquisa utilizou-se da interpretação e interação entre a Ciência Geográfica e a Filosofia moriniana para, por meio de um pensamento que une, refletir sobre uma problemática atual, a emergência dos coletivos sociais territorializados (re)existentes no sertão mineiro cerratense.

Para isso me utilizei da seguinte estrutura epistemológica a fim de compreender e dar visibilidade as territorialidades sertanejas cerratenses analisas.

⁴² Cf. Meyer (2008).

Figura 61: Visibilidade ao território do sertanejo cerratense



Fonte: Autoria própria a partir de Morin (2003; 2015a; 2015b; 2016; 2017); Santos (1987, 2006, 2009, 2017,); Rosa (2019); Deleuze e Guattari (1997); Althusser (1985); Jonas (2006); Cruz Hernández (2017).

Representatividade essa que intencionou implicar, explicitar tal problemática, afinal, somente “conhecemos os pensamentos que puderem exprimir-se ou imprimir-se, mas não as obras não publicadas, os pensamentos não formulados, as ideias massacradas *in ovo*, como são aos bilhões ovos dos peixes no mar” (Morin, 2011, p. 97). E é nessa tentativa de implicar e explicar, de exprimir e imprimir os conhecimentos tecidos na primordialidade impregnados de signos e significantes da expressão vital da memória dos coletivos territorializados cerratenses que aqui reconhecemos como Geobiocenose. Observa-se assim, uma simbiose entre o meio exterior e o sujeito orgânico que por vezes se encontra em conflito com o sujeito artificial, ou seja, o urbano.

A percepção da Geobiocenose se dá tal qual a literatura rosiana, percepção geográfica corporal e apreciada com cumplicidade em meio a situações comuns no cotidiano, nesse caso, cerratense, em que:

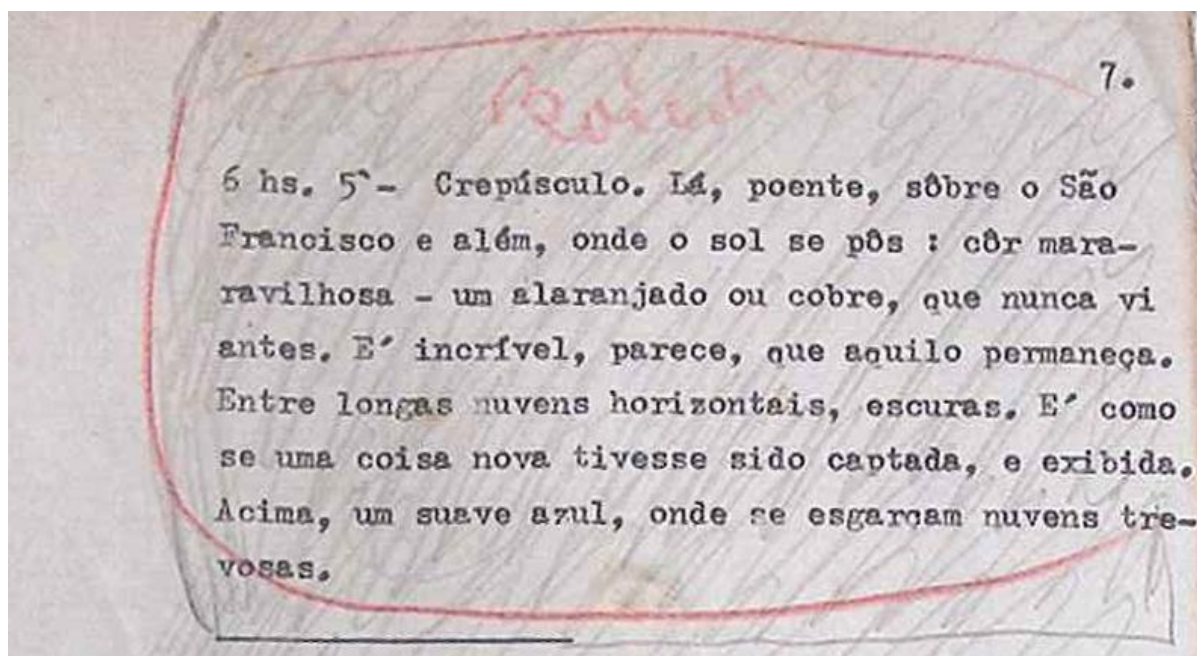
[...] As paisagens são percebidas e ganham existência porque estão impregnadas de significados que se traduzem na memória e na expressão, em reminiscências do vivenciado e do experienciado. As sensações táteis, olfativas, visuais se estendem num *continuum*, sorvendo os espaços em evolução. As paisagens são vivas e mutáveis, sendo reconstruídas e recriadas internamente pelo personagem com conhecimento e sentimento. Elas não se apresentam nem como cenário nem como pano de fundo, tecem e bordam a trama da vida de Riobaldo em um longo fio que compõe a narrativa contada nesse grande sertão. (Meyer, 2008, p. 38).

A Geobiocenose consiste em registrar a cultura viva coletiva social: objetos, contos, festas, ferramentas, danças, linguagens, histórias, não os artefatos sem uso ou utilidade, mas aquilo que detém significado prático e simbólico. A inscrição aqui utilizada foi intertextual intencionando a transcrição através dos registros dos fatos, em especial pela fotografia que costura e territorializa a teoria, entre registros e leituras, idas e vindas possibilitadas pela vivência do trabalho de campo, reintroduzindo o pesquisador no movimento da experiência direta, na teia da vida. Uma vez que se acredita que somente através do *conviver com* possibilita o saber localizado, responsável, ético, logo, sente-se e torna-se parte por meio da memória do lugar, dos fatos presenciados, primeiro corporalmente, seguido do conscientemente.

Aqui, tal qual na literatura rosiana, o coletivo sertanejo cerratense (comparável com a figura de Riobaldo) tem abertura para expor sua narrativa regionalista, é tomada pelo conhecimento através da experiência, sujeito da terra, territorializado. O pesquisador (semelhante a figura do doutor dessa literatura) acomoda-se e, em intervenções eventuais,

constitui um outro núcleo do diálogo na captura perceptiva do *hic et nunc*. Prova disso, está em Rosa:

Figura 62: Registro sobre o nascer do sol por Guimarães Rosa



Fonte: Fragmento do livro *A Boiada*, contendo as marcações do próprio autor (Rosa, 2011, p. 116).

Tudo isso tendo como embasamento epistemológico a Geografia Complexa. Essa que se utilizará dos princípios dialógico; hologramático; do circuito recursivo em um primeiro plano para, na sequência, interrelacionar-se com os princípios sistêmico ou organizacional; do circuito retroativo; da autonomia/dependência; e, da reintrodução do conhecimento em todo o conhecimento. Dessa forma, o aparente paradoxo disposto entre realidade e teorias operam ordem, desordem e organização de conceitos e categorias, fatos e efeitos, causas e causadores.

Assim, associa-se o objeto pesquisado em uma perspectiva complementar/concorrente e antagônica, ou seja, complexa, das emergências dispostas na realidade que constitui a territorialidade do sujeito sertanejo cerratense. Enfim, da Geobiocenose como meio para interpretar, inscrever conhecimento científico mediante a complexidade de tais sujeitos territorializados. Estes detentores de uma autonomia intelectual sistematizada pela convivência, existência inscrita no território, ora abstrato, ora concreto.

Tendo em vista o descrito, compreende-se que o conteúdo desta pesquisa jamais abarcará a totalidade (muito menos foi essa a intenção). Chegamos ao entendimento de que muito ainda falta ser alcançado para aprofundar os estudos que competem ao teor empírico da Geobiocenose.

Assim, lança-se para o futuro, para além do conceito, observar, registrar, imprimir, expressar os fatos geográficos que atravessam a Geobiocenose, suas práticas, técnicas e efeitos. Infelizmente, aqui não tivemos fôlego e tempo para tal imersão, restando como uma espécie de compromisso a diante tal sistematização. Como diria Riobaldo:

Travessia.





Fonte: Acervo pessoal por J. Fernandes (2025)

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. Freud e Lacan. Marx e Freud. Introdução crítico-histórica de Walter José Evangelista. Rio de Janeiro: Edições Graal: 1985.
- AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 8, n.15, 1995.
- ALBUM CHOROGRAPHICO (1927). Acesso em 09 de novembro de 2022, disponível em <https://www.albumchorographico1927.com.br/indice-1927/>.
- BBC News. Acesso em 23 maio de 2025, disponível em: bbc.co.uk/herfordandworcester/content/fact_files/enclosures.shtml.
- BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura – obras escolhidas. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- BOLLE, Willi. grandesertão.br: o romance de formação do Brasil. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2004.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BRANDÃO, Juzânia Oliveira da Silva; ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz. (2025). Impacto dos sistemas técnico-científicos globais na territorialidade cerratense quilombola e às socioflorestas. PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades, 8(15), e54551. <https://doi.org/10.26512/patryter.v8i15.54551>.
- Brasil. Convenção Sobre a Diversidade Biológica. Ministério do Meio Ambiente: Série Biodiversidade no. 1. Brasília, 2000. <https://www.gov.br/mma/pt-br/textoconvenoportugus.pdf>.
- Brasil. Decreto nº 6.040: Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, 2007. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/%5C_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm.
- BRASIL. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (2023). Acesso em 03 de abril de 2023, disponível em <https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/api/records/fa3edd5c-152e-4e69-91fb-26281bafc811>.
- BRASIL. Câmara dos Deputados: Agência Câmara de Notícias (2022). Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/898328-terra-yanomami-e-palco-de-tragedia-humanitaria-dizem-especialistas/> acesso em 06 de fevereiro de 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados (2023). Acesso em 30 de abril de 2023, disponível em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/numero-de-deputados-por-estado> .

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (2023). Acesso em 03.set.2024, disponível em <https://www.gov.br/dnocs/pt-br/assuntos/nossas-historias/acude-cocorobo-na-bahia-se-entrelaca-com-a-historia-de-canudos> .

CARVALHO, Marcos Bernardino. Geografia e complexidade. In: SILVA, Aldo A. Dantas da; GALENO, Alex (orgs). Geografia, Ciência do Complexus. Porto Alegre: Sulina, 2004.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CASTRO, Iná Elias de; RODRIGUES, Juliana Nunes; RIBEIRO, Rafael Winter (orgs). Espaços da democracia: para uma agenda da geografia política contemporânea. 1º ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Faperj, 2013.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Contemporânea, 1980.

CIRNE-LIMA, Carlos. Dialética para principiantes. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

Sistema Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (2024). Panorama do Agro. Disponível em <https://www.cnabrazil.org.br/cna/panorama-do-agro>. Acesso em 23.dez.2024.

COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (1913). Exploração do Rio Grande e seus afluentes. Acesso em 03.set.2024. Disponível em https://smastr16.blob.core.windows.net/igeo/2019/05/relatorio_cgg_exploracao_rio_grande_e_afluentes_1913.pdf .

CRULS, Luiz. Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil: Relatório Cruls. 6ª ed. Brasília: CODEPLAN, 1995.

CRUZ HERNÁNDEZ, Delmy Tania. Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos. Solar, 12(1), 35-46, 2017. <https://bepe.org.ar/biblioteca/items/show/332>.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia. Volume 4. Tradução Suely Folnik. São Paulo: Ed. 54, 1997 (Coleção TRANS).

DEMO, Pedro. Metodologia do Conhecimento Científico. – São Paulo: Editora Atlas, 2000.

DOSSIÊ GUIMARÃES ROSA, 2006. Acesso em 31 de janeiro de 2023, disponível em <https://www.scielo.br/j/ea/a/fNrhVZnQYwXGdxSzBT5YSvd/?format=pdf&lang=pt>.

FALS BORDA, Orlando. Una sociología sentipensante para América Latina. Antología y presentación de Víctor Manuel Moncayo. México, D. F. Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Título original: *Peau noire, masques blancs*. Traduzido por Sebastião Nascimento e colaboração de Raquel Camargo. Prefácio de Grada Kilomba e posfácio de Deivison Faustino. Textos complementares de Francis Jeanson e Paul Gilroy. São Paulo: Ubu Editora, 2020. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8269273/mod_resource/content/1/FANON_PELES%20NEGRAS%20MASCARAS%20BRANCAS.pdf. Acesso em 24.dez.2024.

FLECK, Amaro; MICHEL-MUNIZ, Jordan. *Redemocratização desdemocratizante: a democracia brasileira sob a dominação econômica*. In: SILVA, Hélio Alexandre (org.). *Sob os olhos da crítica: reflexões sobre a democracia, capitalismo e movimentos sociais*. Macapá: UNIFAP, 2017.

FOUREZ, Gérard. *A Construção das Ciências: As lógicas das Invenções Científicas*. Tradução de João Duarte. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Catálogo de teses e dissertações da CAPES. Disponível em <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em 02 de outubro de 2024.

FURTADO, Bernardo. Minas Gerais. *Evolução dos limites municipais – uma análise exploratória*: 2003. 109f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial, PUC-Minas, Belo Horizonte, 01 de julho de 2003.

GOOGLE, Maps. Imagem da Praça Euclésio Gobbi. Disponível em: https://www.google.com.br/maps/@-15.2967959,-45.6283346,254a,35y,91h,44.96t/data=!3m1!1e3?entry=ttu&g_ep=EgoyMDI1MDMyNS4xIXXMDSoASAFQAw%3D%3D. Acesso em janeiro de 2025.

GOOGLE, Pesquisa (2021). Acesso em 10 de dezembro de 2021, disponível em: <https://www.google.com/search?q=economia&oq=economia&aqs=chrome..69i57j0i512j0i433i512j0i512j46i175i199i512j0i131i433i512j0i512j0i433i512j0i433j0i512.1749j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8>.

GRÓS, Frédéric. *Desobedecer*. Título original: *Désobéir*. Tradução: Célia Euvaldo. São Paulo: Ebu Editora, 2018,

GRUPO GLOBO, G1 Notícias (2021). Acesso em 10 de dezembro de 2021, disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/12/09/economia-pede-ao-congresso-que-inclua-100-bilhoes-no-projeto-do-orcamento-2022.ghtml>.

- GUALDANI, Carla. Assentamentos da reforma agrária em Regiões Produtivas do Agronegócio: territorialidades, segurança alimentar e acesso à água, no município de Buritis - MG. Tese (doutorado em Geografia). Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2019.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.
- HAESBERT, Rogério. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997.
- HAESBERT, Rogério. "Definindo Território para entender a desterritorialização". In O Mito da Desterritorialização. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.
- HAESBERT, Rogério. "Território e multiterritorialidade: um debate", **GEOgraphia**, Niterói, volume 09, nº 17, 2007b. Disponível em <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531/8731>. Acesso em 29.agosto.2024.
- HAESBERT, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. Revista Antares: letras e humanidades, nº 3, 2010. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4330801/mod_resource/content/1/3.haesbaert.pdf. Acesso em 06.set.2024.
- HAESBERT, Rogério. Conceitos fundamentais da Geografia: Território. **GEOgraphia**, volume 25, nº 55, 2023. Disponível em 01.set.2024 <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/61073/35707>.
- HAESBAERT, Rogério. Território e descolonialidade : sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina / Rogério Haesbaert. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO ; Niterói : Programa de Pós-Graduação em Geografia ; Universidade Federal Fluminense, 2021.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Monções. 2ª. ed. São Paulo, Alfaômega, 1976.
- HORKHEIMER, Max. 1993. “The Present Situation of Social Philosophy and the Tasks of an Institute for Social Research.” In Between Philosophy and Social Science: Selected Early Writings Studies in Contemporary German Social Thought. Translated by G. Frederick Hunter, Matthew S. Kramer and John Torpey. London: MIT Press.
- HORKHEIMER, Max. Critical Theory: Selected Essays. Translation of: Kritische Theorie.

"Essays from the Zeitschrift fur Soaalforschung", Translated by Matthew J. O'Connell and others. CONTINUUM: New York: 2002. Disponível em https://monoskop.org/images/7/74/Horkheimer_Max_Critical_Theory_Selected_Essays_2002.pdf. Acesso em 09.set.2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Biomas e Sistema Costeiro-Marinho do Brasil 1:250 000 (2019). Acesso em 19 de agosto de 2024, disponível em https://geofp.ibge.gov.br/informacoes_ambientais/estudos_ambientais/biomas/mapas/biomas_e_sistema_costeiro_marinho_250mil.pdf.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades (2024). Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/historico>. Acesso em 08.set.2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Divisão territorial brasileira 2021. Acesso em 28 de janeiro de 2023, disponível em https://geofp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/estrutura_territorial/divisao_territorial/2021/.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. REGIC (2018). Disponível em https://www.ibge.gov.br/apps/regic/pdf/REGIC_2018.pdf, acesso em 03.nov.2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. - REGIC - Regiões de Influência das Cidades (2023-2024). Disponível em <https://www.ibge.gov.br/apps/regic/#/home>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Portal de Mapas (2022). Disponível em https://portaldemapas.ibge.gov.br/leafletshape.php?q=https%3A%2F%2Fgeofp.ibge.gov.br%2Forganizacao_do_territorio%2Fmalhas_territoriais%2Fmalhas_municipais%2Fmunicipio_2018%2FBrasil%2FBR%2Fbr_unidades_da_federacao.zip.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Texto Para Discussão Nº 621: Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 Anos. Texto de Ana Amélia Camarano e Ricardo Abramovay. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. Disponível em https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2651/1/td_0621.pdf.

JACQUES, Paola. Elogio aos errantes. Salvador: EDUFBA, 2012.

JONAS, Hans. O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Tradução Marijane Lisboa, Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KRENAK, Ailton. Caminhos para a cultura do Bem Viver. Organização Bruno Maia. Rio de Janeiro: Cultura do Bem Viver, 2020. Disponível em https://www.culturadobemviver.org/pdf/Caminhos_para_a_cultura_do_Bem_Viver_Ailton_Krenak.pdf. Acesso em 06.nov.2024

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MACHADO, Antonio (2010). Proverbios y Cantares. In: Biblioteca Virtual Universal. Acesso em 02 de junho de 2023, disponível em <https://biblioteca.org.ar/libros/158144.pdf>.

MARIGHELLA, Carlos. Chamamento ao povo brasileiro e outros escritos. Organizado por Vladimir Safatle. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

MARX, Karl. O Capital – Livro I: Crítica da Economia Política - o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. Editora Boitempo, 2011. Edição digital disponível em <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf>, acesso em maio de 2023.

MATOS, Ralfo (org.). Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte, Editora Com Arte, 2005.

MBEMBE, Achille. Políticas da inimizade. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. In Revista Arte e Ensaios n. 32 (2016): Eclipse. Revisão técnica Cezar Bartholomeu Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>.

METRÓPOLES, Portal de Notícias (2022). Acesso em 08 de novembro de 2022, disponível em <https://www.metropoles.com/brasil/exercito-pede-ajuda-ao-gdf-para-controlar-bolsonaristas-no-qg>.

MEYER, Mônica. Ser-tão natureza: a natureza em Guimarães Rosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MIGNOLO, Walter. Histórias locais/projetos globais. Belo Horizonte: UFMG, 2004

MORAES, Antônio Carlos Robert, «O Sertão», Terra Brasilis [Online], 4 - 5 | 2003, posto online no dia 05 novembro 2012, consultado em 06 de setembro de 2024. URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/> 341 ; DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.341>.

MOREIRA, Ruy. Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2024.

MORIN, Edgar. A Cabeça Bem-Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução Eloá Jacobina. - 8a ed. -Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, Edgar. O método 1: a natureza da natureza. 5ª ed. Trad. de Marina Lobo. Porto Alegre, 2016.

MORIN, Edgar. O método 2: a vida da vida. 5ª ed. Trad. de Marina Lobo. Porto Alegre, 2015a.

MORIN, Edgar. O método 3: conhecimento do conhecimento. 5ª ed. Trad. de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre, 2015b.

MORIN, Edgar. O método 4: as ideias: habitat, vida, costumes, organização. Tradução Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MORIN, Edgar. O método 6: ética. Tradução Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2017.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. Terra-Pátria. – Tradução Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. A inteligência da complexidade. Tradução de Nurimar Maria Falci. São Paulo: Peirópolis, 2000.

OLIVEIRA, Geralda de Brito. A porta aberta do sertão: histórias da Vó Geralda. Organizado por Isla Nakano, Renata Ribeiro; ilustrado por Paula Harumi. Belo Horizonte: Relicário, 2024.

PREFEITURA DE CHAPADA GAÚCHA. Praça Euclésio Gobbi. Página oficial no Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P1XKGsJQKk8>. Acesso em janeiro de 2025.

PORTAL G1 (2023). Disponível em <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2021/09/06/cerrado-e-fundamental-para-evitar-acionamento-de-agua-e-energia-no-brasil-entenda-elo-com-a-crise-atual.ghtml> acesso em 09 de maio de A.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geo-grafias: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad México DF: Siglo XXI, 2001.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. C E C EÑA, Ana Ester (org.) 2002 A Guerra Infinita ± hegemonia e terror mundial, pp. 359-391. Ed. Vozes/LPP/Clacso, Rio de Janeiro.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter 2006. De saberes e de territórios: Diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. Revista GeoGraphia, v. 8, n. 16, 2006. Disponível em: https://posgeo.uff.br/wp-content/uploads/sites/256/2020/06/texto_carlos_walter.pdf.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Descolonizar o pensamento, condição para a sustentabilidade: diálogo com o Carlos Walter Porto-Gonçalves. Sustentabilidade em Debate, 5(3), 159-168, 2014. <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/15658/13981>.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Reinvenção dos Territórios na América Latina / Abia Yala. Universidad Nacional Autónoma de México: Instituto de Investigaciones Sociales, 2012. https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/biogeografia_saude_publica/aulas%202014/2-carlos%20walter.pdf.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. Perú Indígena, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROLNIK, Suely. Cartografia sentimental: Transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.

ROSA, João Guimarães. A boiada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. Disponível em <https://caminhosderosa.com.br/wp-content/uploads/2020/03/A-BOIADA-O-Livro.pdf>, acesso em 31 de janeiro de 2023.

ROSA, João Guimarães. Grande Sertão: Veredas [versão digital]. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTAELLA, L.; NORTH, W. Figura: Cognição, semiótica, mídia. São Paulo: Editora Iluminuras, 1998.

SANTOS, Milton. Técnica espaço tempo – Globalização e meio técnico científico-informacional. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. Texto da transcrição da Conferência de inauguração do Mestrado em Geografia da Universidade Federal Fluminense e abertura do não letivo de 1999, proferida em 15.mar, revisto pelo Autor, guardando, todavia um estilo verbal.

SANTOS, Milton. O País distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania. Organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro; ensaio de Carlos Walter Porto Gonçalves. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal. 13ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, Milton, Espaço e Método. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2023.

SANTOS, Milton [et al.]. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SARTRE, Jean-Paul. Que é a literatura. São Paulo: Editora Ática, 2004.

SERVILHA, Mateus de Moraes. Quem precisa de região? O espaço (dividido) em disputa. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2015.

SEN, Amartia. Desenvolvimento como liberdade. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Hélio Alexandre. A Critique of Poverty: Exploring the Underground of Social Philosophy. In Krytyka ubóstwa: Eksploracja podziemi filozofii społecznej. Praktyka Teoretyczna, 42(4), 139–165. <https://doi.org/10.14746/prt2021.4.6>. Disponível em <https://pressto.amu.edu.pl/index.php/prt/article/view/30968/27576>. Acesso em 08.set.2024

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Ambivalência e pensamento complexo: ressignificação da geografia. In: SILVA, Aldo A. Dantas da; GALENO, Alex (orgs). Geografia, Ciência do Complexus. Porto Alegre: Sulina, 2004.

UEXKULL, Thure. Von (2004). A Teoria da Umwelt de Jacob Von Uexkull. Galáxia, 7. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/viewFile/1369/852>.

UTÉZA, Francis. Metafísica do Grande Sertão. Segunda edição. Editora da Universidade de São Paulo: PULM (Presses Universitaires de la Méditerranée), 2016.

ZIZEK, Slavoj. O sujeito incômodo: o centro ausente da ontologia política. Tradução Luigi Barichello. São Paulo: Boitempo, 2016.

ZIZEK, Slavoj (Org.). Um mapa da ideologia. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ANEXOS

ANEXO I: RELATÓRIOS DE PESQUISAS EM CAMPO

Relatório compactado das pesquisas em campo

A pesquisa em campo abordou uma temática cara à escrita da tese desta doutoranda, visando articular a indissociabilidade entre a teoria e a empiria do objeto de estudo: Populações Tradicionais, Hábitos e Costumes; a prática da Agroecologia e sua representatividade quanto à realidade do Brasil rural; relação das Unidades de Conservação estadual, Parque Estadual Serra das Araras e a inclusão ou exclusão social; tudo isso no contexto da Sociobiodiversidade no norte e noroeste mineiro.

No total foram duas as pesquisas em campo: uma realizada em setembro de 2022 e uma em janeiro de 2025. A primeira aconteceu para estabelecer contato com os sujeitos e o lugar. Nessa primeira fase buscamos, discretamente, pôr o corpo em observação constante. Os diálogos com os sujeitos do lugar aconteceram de forma espontânea com aqueles que o trajeto e a disponibilidade nos permitiam encontrar.

Já a segunda, aconteceu em um contexto mais madura da pesquisadora, com um olhar estratégico sobre as informações que desejavam ser abordadas, porém, sem utilizar uma metodologia fechada em questionários ou padronizações, uma vez que se percebeu que a conversa acontecia de forma mais contundente quando a mesma era desprovida de rotulações de pesquisador externo. Um exemplo de tal rotulação se dá com uso de instrumentos e equipamentos que, de certa forma, inibe o grupo social pesquisado.

Assim, optamos por realizar uma abordagem mais orgânica. A introdução do contato, constantemente, era feita por intermédio de uma pessoa local, em sua maioria, nosso guia de turismo: Elson Barbosa. Este, por conhecer os lugares e as pessoas, tendo uma relação anterior com as mesmas, foi um sujeito central para efetivação de diálogos junto a população local. Isso desde personalidades políticas, comerciantes, representantes das comunidades e sujeitos conhecedores do bioma cerrado.

Desta forma, a primeira pesquisa em campo aconteceu entre os dias 01 e 04 de setembro de 2022. A saída aconteceu por volta das 08 horas da manhã de quinta-feira, chegando em Chapada Gaúcha em torno das 01 horas da tarde deste mesmo dia. No final da



Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de Geografia

Programa de Pós-Graduação em Geografia

tarde visitou-se o escritório do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (Figura 1).

Figura 1: Visita ao escritório do ICMBio de Chapada Gaúcha.



Fonte: Acervo pessoal (setembro 2022).

No dia seguinte, 02 de setembro, acompanhada pelo guia de turismo local, Elson Barbosa, deu-se a visita ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas – Parna Grande Sertão Veredas - (Figura 2). Desde seu entorno até a trilha no interior do parque, 9 quilômetros, aqui pode-se conhecer a dimensão social, ambiental e cultural que esta unidade de conservação tem diante do contexto em que está inserido.

Figura 2: Placa de entrada no Parna Grande Sertão Veredas



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia



Fonte: Acervo pessoal (setembro 2022).

No dia 03 de setembro, também acompanhada pelo guia de turismo supracitado, conheceu-se o corredor ecológico dos Buracos, unidade de conservação que abriga a Comunidade Quilombola de Buraquinhos (Figura 3) onde se insere parte do Rio Pardo (Figura 4) em seu território.

Figura 3: Comunidade Quilombola de Buraquinhos





Essa comunidade se situa em um vão onde inicia a formação do rio Pardo. Rio que ao longo do seu trajeto vai incorporando água de outros rios, córregos até que deságua no Rio São Francisco, um dos afluentes mineiros do Médio São Francisco.

Figura 4: Rio Pardo



Fonte: Acervo pessoal (setembro 2022).

Já no dia 04 de setembro, o interesse se deu em visitar o município vizinho de Arinos, sua zona urbana (Figura 5) e a vila de Morrinhos, antigo distrito do município de São Francisco, região acessada pelo Rio Urucuia (Figura 6) a época em que as estradas ainda eram inexistentes ou escassas. O Urucuia é a fluente do rio Rio São Francisco.

Figura 5: Área urbana de Arinos.



Fonte: Acervo pessoal (setembro 2022).

Atualmente, com o acesso rodoviário pela BR 479, Morrinhos perde sua importância econômica, surgindo assim o município de Arinos, transferindo assim a sede para as proximidades daquela rodovia.

Figura 6: Rio Urucua em Morrinhos.



Fonte: Acervo pessoal (setembro 2022).

Conhecer personalidades do lugar, viver e conviver com sujeitos destes territórios, escutar suas experiências de vida e suas aspirações, fez-me compreender muito melhor as dinâmicas, as ações e as consequentes reações destas interações. Conheceu-se pessoas que, ao longo da minha trajetória acadêmica, serão imprescindíveis na construção e desenvolvimento da tese desta doutoranda.

Tudo isso, a fim de aproximar a uma leitura da região objeto de estudo de tese: o Parque Nacional Grande Sertão Veredas no norte mineiro, seus atores sociais, seus conflitos, suas interações, suas potencialidades para além da financeirização internacional de apropriação e uso dos recursos à capitalização e obtenção do dinheiro em estado puro. Objetivos que julgo alcançados com mérito graças ao incentivo recebido e participação nos eventos científicos em questão.

O incentivo foi utilizado para realizar coleta de dados para contribuir na composição final da tese a ser defendida ainda no primeiro semestre de 2025. Logo, segue um resumo da pesquisa em campo.

A travessia entre Brasília para Chapada Gaúcha em Minas Gerais iniciou na manhã do dia 19 de janeiro de 2025. Um trajeto de aproximadamente 314 Km em estrada asfaltada, com



um trânsito de carros outros bem escasso. No total, esse trajeto durou um pouco mais de três horas.

Figura 1: Trajeto Brasília para Chapada Gaúcha



Fonte: Autoria própria a partir do aplicativo Relive (2025).

Ao chegar em Chapada próximo das 16 horas fomos dar uma volta na zona urbana. Um pouco mais tarde, depois das 19 horas, chamou-nos a atenção um movimento peculiar rumo as múltiplas igrejas de origem cristã. Com o frescor da noite, também havia pessoas na praça pública com o símbolo máximo do gaúcho, como categoria cultural, uma imensa cuia de chimarrão se destaca no centro da praça.

O plano inicial para esta pesquisa em campo foi analisar e registrar as manifestações da sociobiodiversidade existentes em Chapada Gaúcha. Como já tínhamos tido contato com o centro-norte do município, a zona urbana e o Parque Nacional Grande Sertão Veredas em um campo anterior, setembro de 2022. Resolvemos que esse campo seria realizado ao centro-sul municipal, a fim de possibilitar a análise dos povos e comunidades tradicionais e biodiversidade ali existente.

Experiência riquíssima, mas que nos acendeu um alerta: talvez essa geração atual de habitantes que vivem o lugar, o sertão conforme descrito em João Guimarães Rosa, possa ser a última geração. Isso se dá em decorrência a forte migração dessas zonas de conhecimento intergeracional, ressoante ali há séculos, pela proposta de trabalho e estudo nas regiões

urbanas próximas. Situação essa que só potencializa uma proposta urgente e necessária de se criar postos de trabalho e estudo também de acordo com as necessidades deste campo existencial, não somente ao campo produtor de matéria-prima para exportação.

Em seguida, apresentamos algumas imagens dos povoados e da biodiversidade em contexto sociobiodiverso da região analisada no campo proporcionado pelo incentivo do edital em questão.

1. Quilombo Buraquinhos

A comunidade de remanescentes quilombolas situa-se no que deveria ser uma área de conservação socioambiental, ou seja, um corredor ecológico que une o Parque Nacional Grande Sertão Veredas e o Parque Estadual Serra das Araras. Funcionando como uma zona de amortecimento entre essas duas unidades de conservação.

Figura 1: Biodiversidade preservada no território da comunidade remanescente quilombola Buraquinhos



Fonte: Autora (janeiro de 2025).

Figura 2: Família do senhor João e senhora Maria de Lourdes.



Fonte: Autora (janeiro 2025).

2. Parque Estadual Serra das Araras

O campo em Serra das Araras possibilitou a aproximação com a expressão cultural e também a observação da biodiversidade contida na região. Além disso, ainda foi possível dialogar com sujeitos do lugar e personalidades engajadas em movimentos sociais e políticos do município.

Figura 3: Biodiversidade do Parque Estadual Serra das Araras





Figura 4: Festejo tradicional dos povos locais em comemoração ao dia de São Sebastião.



Fonte: Autora (janeiro de 2025).

Figura 5: Representantes de movimentos sociais (ONG e Comunidade Quilombola)





Figuras 6: Placas indicativas da localização de comunidades tradicionais locais.



Fonte: Autora (janeiro de 2025).

Participar desta imersão gerou uma experiência inspiradora, principalmente por demonstrar que existem outros caminhos possíveis para um país tão diverso e plural quanto o Brasil. Aqui, tantos sujeitos motivados em fazer um país melhor, mais justo, com equidade social e cuidado com o meio ambiente, no bioma tão rico e tão inviabilizado que é o Cerrado.

Figura 7: Biodiversidade da Vereda do Feio



Fonte: Autora (janeiro de 2025).

Figura 8: Entrevista com prefeito de Chapada Gaúcha Rone Rodrigues (Partido Social Democrático)



Fonte: Autora (janeiro de 2025).

Figura 9: Artesanato de Serra das Araras – bordado e móveis com galho de buriti.



Fonte: Autora (janeiro de 2025).

Todo esse conhecimento através dos fatos geográficos analisados e observados foram essenciais para colaborar nessa etapa final da produção da tese dessa doutoranda. Assim, agradeço imensamente o apoio financeiro e coloco-me a disposição para maiores esclarecimentos e sugestões.

Atenciosamente,

Brasília, 26 de janeiro de 2025.



Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia
ASSINATURA DO BENEFICIÁRIA:

Beneficiária: Juzânia Oliveira da Silva Brandão

Doutoranda: matrícula 210013389

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Departamento de Geografia

Instituto de Ciências Humanas

Universidade de Brasília - UnB

ASSINATURA DO ORIENTADOR

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Departamento de Geografia

Instituto de Ciências Humanas

Universidade de Brasília